3 1761 07152594 3

II

SUMMARIO

DE

VARIA HISTORIA

NARRATIVAS, LENDAS, BIOGRAPHIAS
DESCRIPÇÕES DE TEMPLOS E MONUMENTOS, ESTATISTICAS, COSTUMES CIVIS
POLITICOS E RELIGIOSOS DE OUTRAS ERAS

POR

J. RIBEIRO GUIMARÃES

VENDE-SE
EM CASA DE—ROLLAND & SEMIOND
3—RUA NOVA DOS MARTYRES—3
1872

LIBRARY
JAN 12 1973
UNIVERSITY OF TORONTO

DP
756
G85
v. 2

Imprensa de Sousa Neves, Rua da Atalaia, 65

UMA VIAGEM A BADAJOZ

I

Enthusiasmo touromachico.—Diversão.—O vapor.—O caminho de ferro.—A mala-posta.—A estrada.—Badajoz.—A fonda de las Trez Naciones.

De Badajoz annunciavam *tres famosas corridas de toiros*, nas quaes figuraria um dos mais afamados lidadores das Hespanhas, *el Tato*, seu nome Antonio Sanchez. Sobresaltaram-se os amadores da tauromachia, sabendo que tão ao pé de casa se iam correr toiros a valer. Muitos desejavam presencear as famosas corridas, para bem avaliarem o que é em Hespanha este divertimento. Outros achavam ahi pretexto para uma recreativa diversão. Nós, levados pela curiosidade tauromachica e pelo desejo de visitarmos Badajoz, e mais que tudo anciando por alguns dias de descanço n'esta tarefa jornalistica, aborrecida e fadigosa, accudimos ao reclamo, e pozemo-nos a caminho para essa atalaya da Hespanha sobre as terras de Portugal. Iamos espairecer d'este trabalho diario, que fatiga e enfada porque tem horas e dias obrigados, que são todos, porque se ha de escrever haja ou não disposição; porque se hão de aturar os insolentes, os caturras, os impertinentes, os invejosos, os despeitados, os calumniadores, e tudo isto sem gloria, e com bem pouco proveito. Por alguns dias nos livravamos d'este pesadello e iamos vêr Badajoz, terra de muitas recordações para portuguezes, e onde dormem o seu ultimo somno tantos dos nossos, que pereceram pela patria em redor d'aquellas muralhas.

A Badajoz, pois; vamos admirar os combates de toiros com todos os seus horrores, e gosemos oito dias de novas e variadas sensações; esqueçamos estas bulhas caseiras, que enojam a quem não vive engolfado nas intrigas politicas. Pena é que seja por tão pouco tempo.

Tinhamos certesa de encontrar em Badajoz uma colonia de compatriotas, porque de Lisboa e das terras arraianas muitos portuguezes iriam ás corridas, o que mais aprasivel e mais grata tornaria a diversão.

Na segunda-feira 13 [1], ás tres horas e meia da tarde, embarcámo-nos no vapor da Companhia do Tejo, e passados quarenta minutos atracava á boia perto do Barreiro. A maré era vasante, portanto não podia chegar á ponte; tiveram os passageiros de se transportar para terra em barcos, e n'esta operação se consumiram vinte e sete minutos — mais de metade do tempo que se gastara de Lisboa! Por entre um immenso lameiro vão os barcos. Parece-nos que muito tarde, e só á custa de grande dispendio, se conseguirá construir ali uma ponte que offereça embarque e desembarque em todas as aguas. Começa agora para este paiz a viação accelerada, não admiram pois estes transtornos e estas difficuldades.

Chegados á estação da linha ferrea, que é obra grandiosa, e que, na opinião dos que tem tido a fortuna de correr mundo, rivalisa com as melhores estrangeiras, porém que ainda não se franqueia ao publico, porque os passageiros aguardam a hora da partida na casa das bagagens, na estação, pois, vimos uns trinta passageiros que se dirigiam a Setubal, porém que passaram pelo dissabor e pelo incommodo de não achar comboyo que os transportasse. A companhia havia annunciado carreira para aquelle dia, mas depois contra-annunciára; esquecera-se, porém, de affixar o contra annuncio, na ponte dos vapores, e portanto aquelles passageiros, ignorando a alteração nos dias da partida, emprehenderam a viagem. Foram em deputação ao administrador ou guarda-livros da linha, que é um homem que tem no nariz dois pares de occulos, uns verdes e outros brancos. Elle desculpou a companhia como poude, mas os passageiros tinham carradas de rasão, porque esse transtorno foi filho da irregularidade dos annuncios. O homem da triplice vista não sabia que responder-lhes.

[1] 13 de agosto de 1860.

Entre os passageiros de Setubal havia um que conduzia nos braços com extremo cuidado um espelho antigo. O pobre homem quando poz pé em terra, exclamou:—«Que trabalho não tenho tido com este espelho!» e que mais trabalho não teria até o levar a porto de salvamento! Se o deixa quebrar era agoiro, porque dizem que quando se quebra o vidro de um espelho, é indicio de desgraça. Os trinta passageiros naturalmente pernoitaram no Barreiro, esperando o comboyo do dia seguinte.

Ás cinco e meia partiu o comboyo, que correu bem até ás Vendas-Novas,—optimas carroagens e serviço muito regular. Ao anoitecer estavamos nas Vendas-Novas. Fazia frio, e careciamos de uma refeição que nos confortasse e preparasse para a viagem na diligencia. Por fortuna a estalagem do logar tinha já preparada a classica gallinha e o seu caldo, que estava saboroso, posto que a estalajadeira nos pedisse por uma franga, dois pratos de caldo, uma garrafa de zurrapa e um pão, 720 réis. Como nos soube bem e confortou, não nos pareceu cara a ceia.

Era noite quando a diligencia partiu. Nunca viajaramos na mala-posta; imaginavamos que seria coisa insupportavel e que os passageiros iriam aos trambulhões; depois de termos percorrido uma legua, logo nos convencemos do contrario. A diligencia andava bem e offerecia optimo commodo. Ficámos contentes e animados. A estrada é boa; apenas tem os inconvenientes de algumas ladeiras mui difficeis, como as de Arrayolos e de Villa Boim, e de bastantes voltas apertadas e ás vezes perigosas. Ouvimos que a directriz por Evora seria mais rasoavel e offereceria melhores condições á viação. Não discutimos esse ponto porque não conhecemos os terrenos, e não podemos apreciar as vantagens de uma e outra directriz. Evora já está ligada á estrada real, e consta-nos que é excellente o caminho que de lá vem até perto de Arrayolos.

Proseguiu a viagem sem nenhum incidente notavel, dando sempre a diligencia bom commodo. Quando chegámos á baixa de Arrayolos, pretenderam metter outro cavallo ao tiro, que levava tres; mas o cavallo não pegou, e não havia ali outro para o supprir. A ladeira é muito ingreme; a diligencia ia com todo o seu pêso, e os cinco cavallos não aguentavam até ao cimo da ladeira, se não alliviasssem o carro; o conductor pediu aos passageiros que descessem, ficando só na carroagem uma senhora que era uma graciosa hespa-

nhola. Em outra qualquer occasião maldiriamos a malla-posta por não ter gado bastante robusto para o serviço, mas então agradou-nos o passeio a pé; d'este modo attenuavamos a fadiga de seis horas de entaipamento no *coupé* da diligencia. A noite estava fresca mas agradavel. Assim chegámos a Arrayolos, e logo dirigindo-nos á estalagem, achamos o chá na mesa. Chá? agua de chá, torradas, ou antes pão tostado, e bollos. Agradou-nos a refeição, e muito mais um copo de fresca e finissima agua que bebemos depois. Damos muito apreço á boa agua.

Para deante de Arrayolos havia uma ponte de pedra que ha dois annos foi destruida, na maior parte, por uma cheia, tendo sido substituida por outra de madeira que ainda existe. Ouvimos dizer que era perigosa a passagem por esta ponte de madeira, e que grande censura mereciam os governos por, depois de tanto tempo, não terem ainda mandado reparar a ponte de pedra. É na verdade um descuido imperdoavel. A reconstrucção da ponte é obra de que logo se devia cuidar, e esperamos que o sr. ministro das obras publicas agora attenda a esta exigencia dando as ordens opportunas para o reparo da ponte.

Seriam cinco horas e meia da manhã, estavamos em Extremoz. Os extremocenses dormiam; na estalagem nada havia com que regalar os viajantes; procurámos leite, não se encontrou; quizemos chá, não houve quem o preparasse. Não succedeu assim a quatro eborenses, que em Arrayolos haviam tomado logar na diligencia, porque, como bons alemtejanos, traziam o seu farnel bem provido. É grande incommodo viajar com o estomago mal concertado.

D'aqui por diante a jornada é agradavel; viaja-se por entre campos cobertos de opulentos olivaes e de vinhas. Borba é uma povoação alegre e risonha; que bella agua possue! Até Elvas a estrada é toda orlada de campos fertilissimos, cuja vista distrahe e consola o viajante. Elvas avista-se de longe, alvejando sobre um cerro, e protegida pelos dois fortes da Graça e de Santa Luzia. Contrasta com Badajoz que já começa a descortinar-se. Elvas senhoril e graciosamente recostada em uma elevada collina, cercada da verdura das hortas, dos olivaes e das vinhas, parece sorrir á sua rival, negra e triste, como que queimada pelo fogo das batalhas, e que se levanta em descoberta campina desvastada pelas necessidades da guerra.

De Elvas para deante a estrada é quasi sempre plana, e caminha-se por ella mais commodamente que por qualquer rua de Lisboa.

A diligencia passa a correr por todas as povoações, e não dá tempo para as observar. Em Arrayolos demora-se meia hora, em Extremoz vinte minutos, e em Elvas tambem vinte minutos, ou pouco mais, se a mala do correio tarda. Quasi de duas em duas leguas tem mudas. Sempre é um descanço de cinco minutos para o viajante enfadado.

Lá está Badajoz; já se avista a torre da cathedral e a torre de vigia do velho castello levantando-se sobre um fundo negro; lá está a magnifica ponte; e aos lados, e para além, uma vastissima campina. Badajoz de longe não alegra a vista, porque a cidade está construida em chão quasi plano, apenas o castello se ergue em uma pequena eminencia. As casas não alvejam; e os campos despidos de arvoredo dão-lhe um aspecto tristonho, em harmonia com a sua historia.

Era meio-dia e meia hora, a diligencia atravessava a grandiosa ponte sobre o Guadiana, e rodava pelas estreitas e mal calçadas ruas da cidade, até ir parar á porta da *fonda de las Trez Naciones*, onde nos deviamos albergar. Logo chegou um guarda civil que revistou *pro forma* as bagagens, e nos perguntou se vinhamos só a vêr os toiros; não nos pediu passaportes, e se houve com muita attenção.

Estavamos, pois, em Badajoz, cobertos de pó, mas não fatigados da jornada, que na verdade se faz com muito commodo.

É já um grande progresso viajar trinta e seis leguas em vinte horas, e sem notavel fadiga. Vieram tarde estes adiantamentos, porque se perdeu muito tempo em luctas estereis; agora, porém, parece que o paiz andará mais veloz n'este caminho do progresso.

D. Miguel Pamseco, o dono da *Fonda*, tratou de nos accommodar o melhor que poude; tinha muitos hospedes, e, portanto, logo nos previniu que não estranhassemos as faltas no serviço, e algum desarranjo. D. Miguel é um homem attencioso, e civil, e observamos que tratava os hospedes com maneiras mui affaveis. Sendo agente da mala-posta, e, n'esta occasião, tambem empresario dos toiros, não podia attender, como lhe cumpria, ao serviço da *Fonda*, que estava atulhada de hospedes. Den-nos um quarto espaçoso, e limpo, mal guarnecido, é verdade, colxão detestavel, mas

roupas mui aceiadas. Á força de recommendações, conseguimos que o criado fosse prompto em nos servir. Ninguem póde esperar em Badajoz uma hospedaria como em Madrid, mas a de D. Miguel Pamseco póde dizer-se boa para esta cidade. Uma coisa achámos nós impagavel; não nos perseguiram essas variadissimas especies de insectos caseiros, que são um verdadeiro tormento no verão. No quarto, nem moscas, nem mosquitos, nem pulgas, nem persevejos nos incommodavam. Apesar de ser abafado e pouco arejado, nem um d'esses incommodos bichos veiu affligir-nos. Esta vantagem compensa bem algumas faltas. A comida que D. Miguel fornece aos hospedes é boa; carregada de molho de tomates é muito saborosa. O *pochero*, cosido á hespanhola, é appetitoso, posto que lhe prefiramos o nosso, por mais adubado e substancial. Depois da primeira tarde de toiros, deu-nos carne das victimas das corridas. É mal sangrada, dura, e com um sabor pouco agradavel. A carne dos toiros mortos nas corridas é posta á venda por menor preço que a vacca; é sã, porém máo alimento. Por differentes vezes pedimos, leite, mas sempre nos disseram que o não havia. Achámos isto extravagente. Pois em Badajoz não se consome leite? De certo é em mui pequena quantidade, aliaz a hospedaria não deixaria de o ter.

A Fonda de las Trez Naciones é uma casa aceiada, e fornece aquelles commodos que ali podem esperar-se. Nós, ao principio ficámos desgostosos, mas depois reconhecemos que não havia rasão para o desgosto. O que é admiravel é a paciencia dos criados: são attenciosos, mas de uma impassibilidade incrivel. Pedem-se-lhes as coisas muitas vezes, mas não haja receio que se movam senão quando lhes parece conveniente. Estão, por exemplo, limpando os pratos, em quanto não acabam essa tarefa, não satisfazem o hospede. Chamam-nos, elles olham, porém ficam impassiveis. É a fleugma dos alemtejanos, mas como estes são tambem polidos. O hospede queixa-se, reclama, agita-se; elles não dão uma resposta má, e com toda a sua pachorra ouvem, e nem por isso se dão pressa.

D. Miguel não foi desarrasoado no preço que nos pediu pelo nosso alojamento. Em Lisboa por tal preço obtinha-se mais, mas attendendo a que qualquer commodo custa mais caro nas terras pequenas, não podemos considerar excessivos os 1$200 réis, que nos levou por cada dia.

Emfim, estavamos bem accommodados na *Fonda de las Trez Naciones*, e já providos de tres bilhetes de *balconcillo* para as tres tardes de toiros, que traziam em grande commoção toda a gente, que se preparava para o divertimento como para uma grande festa.

II

A população.—As casas.—As ruas.—A cathedral.—O seminario.—Os quarteis.—Recordação politica.—A Ponte.—As muralhas.—Os assedios.—Badajoz e Elvas.

«Badajoz não tem que ver» assim nos diziam aquellas pessoas a quem manifestavamos o desejo de examinarmos as curiosidades ou grandesas da cidade. Os naturaes em regra são os que menos apreciam as suas terras. O que para o estrangeiro, muitas vezes, é objecto de reparo e de admiração, para o natural é coisa indifferente e sem valia. Insistimos todavia no nosso proposito. Como não achavamos quem nos acompanhasse a correr a cidade, informando-nos do que n'ella ha notavel, alguem nos lembrou que recorressemos ao consul. Assim fizemos. Recebeu-nos o consul com affabilidade, e repetindo nos que Badajoz nada continha digno de particular observação, comtudo fez-nos o obsequio de ordenar ao seu escrevente que nos acompanhasse. Pareceu-nos o escrevente homem cordato e delicado. Infelizmente só um dia nos fez o favor da sua estimavel companhia. Promettera-nos que no dia seguinte viria dirigir-nos na nossa visita á cidade, mas não compareceu, naturalmente impedido por justa causa. Sentimol-o bastante.

Badajoz, conforme o censo de 1857, conta 22:165 habitantes. Á porta da casa do municipio (ayuntamento) vimos o recenseamento dos eleitores e elegiveis para os cargos municipaes; eram 201 estes e 402 aquelles. O maior contribuinte paga a quota de 33:039 reales, 1:500$000 réis approximadamente. Badajoz não possue nenhuma industria; não nos consta que haja ahi uma só fabrica. O commercio é nullo. A provincia é agricola, e portanto só á cultura e ao trafico dos cereaes reduz o seu movimento economico.

As ruas são estreitas e calçadas com seixos do Guadiana, ponteagudos e mal dispostos, magoam tanto os pés,

que é impossivel transitar por muito tempo por tal piso. Tem as ruas passeios de lagedo, onde apenas póde caminhar uma pessoa, e ainda ás vezes encontra as grades de ferro *(rejas)* dos quartos baixos dos predios que obrigam o viandante a sahir do passeio. As ruas centraes da cidade estão limpas, e os moradores lavam os passeios. As frontarias das casas são bem caiadas, mas irregularissimas. Não passam de dois andares todos os predios.

Quasi todas as casas teem pateos ajardinados e com cisternas, o que é uma grande vantagem, despensando os saguões anti-hygienicos, e contribuindo para arejar as habitações.

A rua de S. João, e a praça adjacente do mesmo nome, são o centro do movimento da cidade. É ahi que estão os estabelecimentos de mais luxo, A rua de S. João é lageada e coberta com toldos que estão presos de telhado a telhado, e correm-nos quando não ha sol ou chuva. Não ha uma só praça regular ou vistosa na cidade. Tem um passeio com uma fonte, e um pequeno obelisco de mau gosto dedicado, em 1835, á rainha Christina. A construcção das casas assimilha-se á que se usa no Alemtejo, pela falta de madeiras e de cantaria, o seu prospecto é irregularissimo e tristonho, e isto mesmo se observa nos edificios publicos. Tudo é pesado e de pessimo gosto. A propria cathedral, construcção de 1284, não tem grandesa, nem magestade, apenas a elevada torre, lhe dá um certo realce. É um edificio interiormente caiado e remendado, sem aquelle aspecto magestoso dos antigos templos. Os bispos, no corpo da nave principal, mandaram construir uma accommodação para o côro; são tres paredes de pedra e cal, que tomam quasi a altura da egreja. O côro, feito em 1557, é de madeira de castanho, esculpida — mal esculpida — mas tem merecimento pela antiguidade da obra. A egreja é de tres naves; o altar-mór de obra de talha, feita em 1705. Tem muitas capellas e entre ellas uma dedicada a Sant'Anna, que pertence á familia portugueza, do appellido de Carvajal, de Campo Maior. Possue alguns quadros, que nos disseram ser de merecimento, porém que mal podemos examinar por falta de luz. Em frente da entrada principal, vimos um corredor que vae para uma especie de subterraneo do côro; perguntámos o que era, responderam-nos que era o *Pantheon*. Examinado este Pantheon, é um corredor

estreito, que serve de arrecadação, mas onde estão sepultados os conegos e alguns bispos em nichos nas paredes com as suas lapides. Aquillo um *Pantheon!*

Badajoz tem seis parochias. Antigamente tinha cinco conventos de frades e oito de freiras. Aquelles foram ha muito supprimidos, e estes estão reduzidos a quatro. O convento de S. Francisco era custeado por el-rei D. João V de Portugal, e no de S. Domingos foi prelado fr. Luiz de Granada, e ahi escreveu o seu livro *Guia de peccadores.*

O seminario, fundado em 1664, é um edificio ridiculo. Um seminarista teve a bondade de nol-o mostrar, e com acerto nos disse, que a unica cousa que ali havia de valor, era um quadro de S. Jeronymo, que está na capella; o quadro é obra de elevado pincel. Disse-nos o seminarista que cursavam as aulas do seminario 150 estudantes. Possue uma bibliotheca que nos pareceu pobrissima; nem sequer tem uma edição *Maurina* de algum santo padre!

Em Badajoz ha tres corpos de guarnição; dois de infanteria e um de cavallaria. Quizemos ver os quarteis, apenas nos permittiram a entrada no de cavallaria. Um joven official, e já condecorado, com muito agrado, nol-o mostrou. Hoje só ha ali 90 cavallos: uma parte do regimento está em Olivença, e outra ainda em Africa, em cuja guerra tomou parte. O quartel tem apenas capacidade para cento e tantos cavallos, mas está muito aceiado e na melhor ordem.

Não vimos a casa do municipio, construida em 1820, que tem uma frontaria com certas pretensões, porém de pessimo gosto — a *maestranza* (o arsenal) porque estava ausente o official que ali commanda. — Perto do arsenal fica a prisão militar, e em frente d'esta um campo, onde, no anno passado, foram garrotados os cumplices do desgraçado Xisto Camara. Aqui proximo está um forte guarnecido de 12 peças de 24 e 3 obuzes, olhando para a terra de Portugal. É destinado a dar as salvas nos dias festivos.

O hospital militar fica no castello, tem accommodações para 200 doentes, e agora o estão accrescentando. A parte da cidade, que chamaremos bairro do Castello, está ainda muito immunda, não chegaram por lá ainda os melhoramentos.

Pelas ruas andam vendilhões de limonada fresca, gelada lhe chamam elles, e que tem consideravel consumo. A agua que geralmente se consome é a do Guadiana, turva, e de-

pois de estar algumas horas em casa, toma um sabor a lodo. É insupportavel. Ha fóra da cidade uma fonte chamada do *Caballero*, cuja agua é soffrivel. Não perdoâmos a D. Miguel Pamseco fornecer aos seus hospedes agua do Guadiana. Não admira que os habitantes prefiram as limonadas á agua fresca.

Badajoz é a *Pax Augusta* dos romanos; os arabes lhe pozeram o nome de *Batalyos* ou *Baxangos*, de que se originou Badajoz. Os governadores arabes d'esta cidade tiveram o titulo de reis, e ainda houve uma dynastia que ahi imperou. Não conserva vestigios, pelo menos apparentes, d'esses tempos.

A entrada de Badajoz pela ponte sobre o Guadiana, tem grandesa. O rio é largo, e a porta de Palmas, que fórma a cabeça da ponte, é vistosa.

A ponte, affirmam alguns que é obra dos romanos; Madoz diz que foi construida em 1460, restaurada em 1557, e novamente em 1603, por causa dos estragos provenientes das cheias; em 1833, outra vez foi reparada por já ter os alicerces arruinados em partes. Tem 624 varas de comprimento, 23 pés de largo e 23 arcos. É uma obra realmente magestosa, e a cidade não corresponde á soberba entrada.

Infelizmente não tivemos quem nos acompanhasse a vêr as muralhas, e que tivesse conhecimento da historia dos ultimos assedios postos a esta praça. Teriamos summo prazer de vêr aquelles logares, onde os exercitos alliados praticaram os maiores actos de heroismo. A praça é defendida por 8 baluartes e revestida das respectivas obras exteriores. Tem tres portas, a de Palmas, sobre a ponte, a O. — a do Pilar — e a da Trindade, a L. Tem tres fortes exteriores — o de S. Christovão, na margem direita do Guadiana — o das Pardaleiras, em um cerro, ao S. — e o da Picurina, á direita do ultimo, que teve principio em 1705, no mesmo sitio onde o exercito do marquez das Minas levantou a bateria de brecha, no assedio que poz á praça n'esse anno; foi concluida esta obra de defensa em 1810: — tem mais o revelim de S. Roque, a L., e a Luneta construida pelos francezes em 1811, no mesmo ponto onde o exercito alliado n'esse anno, levantou a bateria de brecha para bater o forte de S. Christovão.

Todos os fortes se acham muito arruinados; o da Picu-

rina está quasi arrasado, As muralhas modernas estão bem conservadas. O castello, fortificação antiga, cahe em ruinas; ahi se levanta uma torre, a de Vigia, a que chamam de *Espanta perros*.

Vimos a muralha do baluarte da Trindade, e o que lhe fica de flanco, chamado de Santa Maria, onde o exercito anglo-portuguez abriu as brechas, no assedio que acabou pela conquista da praça em 1812. É uma muralha formidavel, que está bem reconstruida. Por ali os valorosos soldados tentaram entrar na praça, e duas vezes tiveram de ceder, deixando o fosso cheio de cadaveres. Sentimos uma commoção, olhando para aquella muralha, e contemplando aquella terra regada por tanto sangue portuguez. Mesmo junto á muralha da brecha apanhámos um caco de bomba; foi uma lembrança de Badajoz que trouxemos a um amigo, curioso collector de antigualhas, e enthusiasta das glorias patrias.

No baluarte de S. Roque, no centro da muralha, está a data de 1812 marcada com balas rasas, e mais para o lado vê-se uma lapide. onde está inscripta a mesma gloriosa data e por baixo outra lapide com um florão esculpido, e em redor 9 balas rasas embutidas na muralha.

No baluarte de Santa Maria, tambem marcaram a data da conquista da praça com balas. Ali está commemorado singelamente, esse grande feito de armas, ali têem os portuguezes a sua parte de gloria. E não é possivel a um filho d'esta terra passar por ao pé d'aquellas muralhas sem se descubrir. Milhares de portuguezes estão ali sepultados; é como um campo santo onde jazem esquecidos tantos compatriotas nossos que em differentes epochas pelejaram pela independencia da patria.

Em um baluarte, ao S. da praça, em 1852, o capitão general e os officiaes da guarnição, levantaram um monumento á memoria do general D. Raphael Menacho, o qual. em 4 de março de 1811, sitiando a praça os francezes, foi naquelle mesmo logar morto de uma bala de mosquete. É uma columna de argamassa, onde está uma lapida commemorando a morte gloriosa do intrepido governador.

Badajoz tem estreitas relações com a historia de Portugal. Foi n'essa cidade que em 1299 assentaram pazes el-rei D. Diniz e seu irmão D. Affonso, que andavam desavindos e em guerra aberta; foi a santa rainha D. Isabel, quem promoveu a concordia entre os dois irmãos, cuja guerra asso-

lava o Alemtejo. Em 1801, em Badajoz, se ajustou a paz com a Hespanha, figurando no tratado o celebre principe da Paz, D. Manuel Godoy; d'ahi data a usurpação de Olivença.

Por muitas vezes os exercitos de Portugal pozeram cerco a Badajoz, mas nunca lograram a conquista da praça senão em 1812.

Durante a guerra da restauração de 1640, duas vezes os terços portuguezes tentaram apoderar-se da praça, chave da Extremadura hespanhola. Em 1657, o exercito do conde de S. Lourenço sitiou Badajoz, e a assaltou sem resultado. Em 1658, outra vez as tropas portuguezas pretenderam assenhorear-se d'esta forte praça; mas ainda foram infructiferos os seus esforços, e agora bem desgraçados. O general João Mendes de Vasconcellos, contra a opinião do conde de Sabugal e de D. Luiz de Menezes, emprehendeu o assedio. Constava o seu exercito de 14:000 infantes, 3:000 cavallos, 20 peças e 2 morteiros, e sahiu de Elvas aos 12 de junho. Houve muitos e renhidos combates, repetidos assaltos ao forte de S. Christovão, sempre com mau exito. Quatro mezes durou o assedio, e durante este tempo, as balas do inimigo, e uma epidemia que accommetteu o acampamento pozeram fóra de combate 12:000 homens, incluindo 3 generaes e 600 officiaes. Muitas levas reforçaram o exercito que entrou em tão desgraçada empresa. A final Pedro Jacques de Magalhães propoz o levantamento do cêrco; e assim se resolveu. Foi um dos successos mais contrarios d'essa porfiada, mas gloriosa guerra para Portugal, porque com ella assentou em solidas bases a sua independencia.

Para tornar mais triste o exito d'esse commettimento, aconteceu no arrayal do exercito, o luctuoso caso do duello do barão de Alvito e seu irmão D. Francisco Lobo, por um lado, e por outro lado Luiz de Miranda Henriques e D. Vasco da Gama. Tão encarniçado foi este desafio, e tão enraivecido o combate, que o barão de Alvito, seu irmão e Luiz de Miranda Henriques ficaram mortos no campo, e D. Vasco da Gama sobreviveu muito mal ferido. O conde da Ericeira diz que se ignoraram sempre as causas d'este estranho e sanguinolento desafio.

Em 2 de junho de 1705, o exercito combinado, na guerra da successão de Hespanha, quiz investir a praça, mas

em breve abandonou a empresa: porém em principios de outubro d'esse mesmo anno, o marquez das Minas, sitiou a praça, e a 11 do referido mez começou a batel-a para abrir brecha. Ainda d'esta vez o exercito lusitano teve de retirar, por causa dos ameaçadores movimentos dos inimigos.

Somos chegados á guerra pela independencia contra os francezes. Tres vezes o exercito anglo-luso sitiou a praça, e á terceira conquistou-a. Mas antes devemos referir a sublevação que os de Badajoz intentaram contra os francezes, no dia 30 de maio de 1807. Era dia de S. Fernando, e o governador mandára que se não içasse a bandeira hespanhola e se não dessem salvas. Como não fosse satisfeita a sua patriotica vontade, uma mulher pegando em um morrão deu fogo a uma peça, reprehendendo os artilheiros que se recusavam a este serviço. Aquelle tiro de peça foi o signal para continuar a salva, ao som dos vivas ao rei, e morras aos francezes. Estes estavam em Elvas. Foi um ousado commettimento, e que teve bastantes resultados sobre o espirito dos povos.

Em 26 de janeiro de 1811, começou o assedio de Badajoz posto por uma divisão do exercito do marechal Soult, que se compunha de 9:600 infantes e 2:000 cavallos. Em 11 de março capitulou a praça, com assombro geral. Lord Wellington, no seu officio de 14 de março, estranha aquelle successo, e diz que os hespanhoes, em menos de 2 mezes, sem sufficientes causaes, haviam perdido tres praças de guerra, e um exercito de 22:000 homens, e que Soult com só 20:000 homens conseguira todas essas vantagens. O governador D. José Imaz, muito censurado pela capitulação da praça, que aliás foi honrosa, fôra de voto que se resistisse até á ultima extremidade, mas a maioria do conselho dos officiaes, opinou pela capitulação. Os francezes fizeram 7:155 prisioneiros, e com os enfermos e feridos completam o numero de 9:000 homens que havia na praça. Diz Soult que durante o assedio a guarnição consumira 250:000 libras de polvora, 2 milhões de cartuchos, e que os soldados apanharam 8:000 balas de 24 e mais de 600 bombas. A praça estava guarnecida de 170 peças de artilheria, morteiros e obuzes. A brecha tinha a extensão de 32 varas.

Em maio de 1811 já lord Beresford sitiava a praça, mas teve de levantar o sitio porque Soult marchava para a des-

embaraçar. O general anglo-luso foi ao encontro dos francezes, e então se deu a batalha de Albuhera a 16 d'esse mez. Poucos dias depois, a 25, outra vez Beresford investiu a praça, abriu brecha, e a assaltou, mas sem fructo, até que em 17 de junho se retirou cautelosamente, porque Soult reunia forças consideraveis.

Em 1812 temos o ultimo assedio de Badajoz, e d'esta vez a victoria coroou os heroicos esforços do exercito alliado. Em 18 de março começou a ser investida a praça com um exercito de 25:000 homens, e a 7 de abril estava conquistada. Custou cara esta victoria. A guarnição franceza seria de 5:000 homens, ás ordens do general Phillipon, e poz fôra de combate, durante o cêrco e o assalto, 4:885 homens, quasi homem por homem.

Durante o sitio e o assalto só o exercito portuguez perdeu entre mortos e feridos 1:071 homens. O assalto e a conquista da praça custou ao exercito combinado 3:749 homens. Os prisioneiros que vieram para Lisboa foram 2:200, as peças tomadas 142, e grande quantidade de balas e cartuchame.

Ahi se praticaram actos de incrivel heroismo. Foi um dos commettimentos mais gloriosos d'aquella guerra, e que teve para a causa nacional os mais proficuos resultados. Enumeremos mais uma vez os batalhões portuguezes que tomaram parte no sitio e assalto de Badajoz — os regimentos de infanteria 3, 9, 11, 14, 15, 21 e 23; os batalhões de caçadores 1, 3, 7 e 8; e artilheria 1, 2, 3 e 4. Os que mais se distinguiram pelas posições que occupavam, foram os regimentos 11 e 23, 15, 9 e 21, e os caçadores 1, 3 e 8. O general Champalimaud foi ao assalto do castello, e houve-se com inaudito valor.

Quando percorriamos aquelles espaçosos fossos, e contemplavamos as formidaveis muralhas, sentimos um movimento de horror, considerando quantos homens teem ali morrido em defensa de causas justas e injustas.

Em redor do recinto da praça ainda a cada passo se encontram estilhaços e balas; os cadaveres dos valentes consumiu-os o tempo; o sangue sorveu-o a terra; mas os instrumentos de morte ainda ali estão lembrando os sanguinolentos combates de que aquelles campos foram o theatro.

As memorias de Badajoz ligam-se á historia de Portugal por vinculos mui estreitos. Ali soffremos revezes, mas ti-

vemos alguns dias de gloria, e de immortal renome será sempre a noite de 6 de abril.

Em relações antigas lemos que em redor da praça havia hortas e arvoredos: hoje nada d'isso existe. A pequena distancia da cidade, vimos como um *oasis* coberto de verdura; disseram-nos que era um especulador que tratava da cultura de arvores para vender especialmente ao governo para as estradas. Com effeito as estradas que de Badajoz partem para Madrid e para Sevilha estão orladas de arvoredo, em quanto que a de Portugal nem uma só arvore tem! Isto succede quasi por toda a estrada até ás Vendas-Novas. Não ha coisa que mais entristeça que é vêr uma extensa campina despida de verdura. Parece que a natureza é ingrata, e nega ao homem os seus fructos, que o aviventam, e as suas bellesas que o consolam.

De Badajoz vê-se distinctamente a nossa praça de Elvas, tão louçã e garrida! Distam apenas tres leguas uma da outra. Estas duas cidades e praças fortes collocadas frente a frente, parece que representam o caracter dos dois povos. Uma alegre, com o seu aspecto festivo; outra sombria e carrancuda; Badajoz symbolisando a historia tantas vezes sanguinolenta da Hespanha, a indole aspera e rude de seus habitantes; Elvas os costumes brandos, a indole bondosa, e a tolerancia d'estes portuguezes, heroicos na guerra, mas suaves e humanos na paz.

Ámanhã vamos assistir ás famosas corridas: — iremos com esse immenso povo que accode pressuroso á praça, para assistir ao seu espectaculo favorito.

III

O dia da corrida. — O nosso enthusiasmo. — A praça. — Começa o espectaculo. — El cuervo. — Os picadores. — Barbaridades. — O povo hespanhol e as damas hespanholas. — El Tato capeando. — Considerações humanitarias.

Estamos em 15 de agosto; Badajoz veste as suas galas; a população augmentada com muitos forasteiros que veem assistir ás corridas, agita-se e patenteia que se prepara para uma festa. São duas horas da tarde, e por todas as ruas que desembocam em frente da praça dos toiros, accode uma

multidão de povo que se apressa a tomar logar. Todos trajam os seus fatos domingueiros. Ao lado do sombrio vestuario burguez vê-se a sarapintada jaqueta do andaluz; ao pé do prosaico chapéo redondo, vae o chistoso *calãnez*. A nobresa confunde-se com o povo, e todos, como de braço dado, caminham affanosos para o circo, onde vão gosar de um divertimento que os fascina. A elegante e airosa hespanhola com o seu véo de rêde, com aquelle donaire e com aquella vivacidade caracteristica que ninguem possue como ella, tambem por entre a multidão, se encaminha á praça. E todos vão alegres e satisfeitos; todos parecem fraternisar, pela communhão do prazer, pelo goso commum da grande festa. As janellas ostão ornadas de toda a gente que não póde assistir ás corridas; ás portas das casas baixas as familias estão sentadas vendo o prestito que desfila para a praça, e todos mostram que um successo extraordinario commove a população.

As corridas de toiros marcam uma época em cada cidade; o nome do famoso *espada* que n'ellas toma parte serve como para assignalar os successos notaveis, anteriores ou posteriores, que todos se referem á festa dos toiros.

Vamos entre esse gentio para a praça; vamos occupar o nosso *balconcillo*. Como todos que vemos em redor de nós, tambem corremos preoccupados e ao mesmo tempo alegres. Cedemos ao impulso geral. Anima-nos a esperança de gosarmos um espectaculo novo para nós; a imaginação vae creando mil perigos para os toireiros; mil peripecias arriscadas que nos farão palpitar de temor ou de enthusiasmo, ou mesmo nos farão horrorisar. Vamos fascinados, e contamos os minutos que tarda a hora de começar o combate.

Na noite anterior foramos assistir ao *encierro* dos toiros. O gado entra na praça ás dez horas da noite; nas ruas por onde passa se levantam estacadas para obstar a que se tresmalhe. Entrado no recinto da praça, fica em um pateo, onde são separados os cabrestos dos toiros; os campinos chamam os cabrestos, que accodem ao reclamo, e passam para outro pateo. Ficando os toiros isolados, são introduzidos no touril e nas gaiolas, d'onde não sahem mais senão para o combate. Os cabrestos para nada servem já, e regressam para as pastagens. É este o primeiro acto de uma corrida.

Entremos na praça. Que espectaculo tão animado! Que vida não tem todo este povo! A vozearia atrôa os ares; nos

rostos reflecte-se o prazer. A praça está inundada da luz vivida do sol; os palanques atulhados de espectadores apresentam uma vista original. Acostumados ao aspecto tristonho, sujo e carunchoso da nossa praça do campo de Santa Anna, surprehende-nos a elegancia do circo, a luz que o illumina, a animação dos espectadores, e a variada prespectiva dos camarotes e dos palanques, onde os homens despem a casaca ou a jaqueta sem ceremonia, e sem que isso seja objecto de reparo. Quem não viu senão os nossos circos, não imagina o magnifico effeito d'uma praça hespanhola. O estrangeiro sente-se logo influenciado por tudo quanto observa, e começa a dispor-se para um espectaculo contra o qual vae prevenido. Todos ali parecem conhecidos, todos se mostram; a impaciencia do público communica-se áquelle que ali vae pela primeira vez. São na verdade de um effeito prodigioso, o enthusiasmo, o delirio, a excitação do immenso povo reunido na praça. É este o primeiro passo para affeiçoar o estrangeiro a um divertimento que alcunha de sanguinario.

A praça de Badajoz é muito elegante e de fórma circular, com uma só ordem de camarotes em redor de toda ella. Concluiu-se a sua construcção no anno passado, e custou cêrca de 16:000 duros (15:000$000 rs. aproximadamente). Está situada proximo d'um dos baluartes do S. Os palanques são de cantaria assentes em argamassa. As entradas ficam, ou ao lado dos camarotes, ou perto da trincheira. São algum tanto incommodos, figurem-se doze ordens de degráos de pedra, collocados em circulo, e se ficará sabendo a disposição dos palanques. Os logares são os seguintes — *barreras*, duas ordens de assentos proximos da trincheira e numerados; — os primeiros custam 20 reales (960 rs.) — os segundos 12 reales (570 rs.) Os *balconcillos* são o ultimo palanque; o espectador fica encostado á balaustrada dos camarotes; os logares são numerados; custa cada *balconcillo*, 20 reales. São estes logares do lado da sombra. Os outros, tanto da sombra como do sol, lhes chamam *tendidos* ou *audamios*, e custam os primeiros 10 reales (480 rs.) e os segundos 6 reales (280 rs.) Tem dez palanques, além das *barreras* e dos *balconcillos*. A praça tem 125 camarotes; 53 da sombra e 72 do sol; são de ferro, abertos e mui elegantes, e apenas um varão tambem de ferro os separa. Ha camarotes grandes e pequenos; são alternados; os nu-

meros impares, são pequenos, e os pares, grandes. Os seus preços são os seguintes:—grandes da sombra, 100 reales (4$800 rs.)—grandes do sol, 80 reales (3$840 rs.)—pequenos da sombra 80 reales—pequenos do sol, 60 reales (2$800 rs.). A arena, de fórma circular, tem 138 pés hespanhoes de diametro. Disseram-nos que o rendimento da praça, pelos preços actuaes, era de 5:000$000 rs. aproximadamente. Accomoda 6:400 pessoas. Além do custo de cada camarote, cada pessoa que para elles vae, para ter o direito de entrada, paga 6 reales. Vem portanto a custar um camarote grande da sombra, para seis pessoas, 6$480 rs. e os demais á proporção, e conforme o numero de pessoas. A praça tem espaçosas entradas; e nem um só corredor coberto. Tudo ali está ao ar livre.

Segundo temos lido, as praças de Madrid e de Sevilha e outras são magestosas; a de Badajoz é apenas aceiada e elegante. Aquellas accommodam 12 a 15:000 espectadores. São circos monumentaes.

Quando entrámos na praça já os camarotes estavam todos occupados e os palanques apinhoados de espectadores. Logo a primeira sensação que experimentámos foi favoravel ao divertimento que iamos gosar. Os camarotes do lado do sol teem todos o seu toldo que se corre á vontade, o que ainda torna mais pittoresca a vista geral da praça.

Em quanto a authoridade não comparece, a multidão vozeia e mostra a sua impaciencia. Cinco minutos antes da hora aprazada, o *alcalde* entra no camarote da presidencia, no meio de palmas, gritos e de uma algazarra infernal. Assim patenteia o publico a sua satisfação por estar chegada a suspirada hora do combate.

Ás quatro horas, em ponto, abre-se a porta do serviço da praça, e entra *el cuervo;* é um homem a cavallo, vestindo casaca preta á moderna, calção branco, bota de montar, e chapéo redondo, sem luvas, o qual gravemente atravessa a arena dirigindo-se ao *alcalde* a quem pede venia para se dar principio ao combate, e a chave do *chiquero* (toiril); o *alcalde* lhe atira a chave, e *el cuervo* retira-se rondando a trincheira, e d'ahi vae ao centro do circo, onde voltando-se para o *alcalde* o cumprimenta e se recolhe. Tudo isto se passa no meio da mais estrepitosa algazarra; muitos espectadores não só vozeiam, mas fazem grandes movimentos com os braços e dirigem a *el cuervo* variadas objurgações

e apupos. Logo entra a quadrilha, formada a dois de fundo, adiante veem os *espadas*, em seguida os bandarilheiros, apoz os picadores, e fecham o prestito dois tiros de mulas que hão de retirar da arena os cavallos e os toiros mortos. A quadrilha avança até em frente do *alcalde*, a quem faz respeitosa vénia.

De certo não é esta entrada tão magestosa como a que se pratica na praça de Lisboa. O nosso uso das cortezias, o prestito do cavalleiro soberbamente montado, e vestido de preto, entre a quadrilha trajando os brilhantes fatos hespanhoes, é apparatosa e imponente. Comtudo a entrada da quadrilha em Hespanha, é tambem vistosa pelo grande brilho e elegancia do vestuario dos toireiros, pela graça com que traçam a capa e pelo seu garbo. Todos sabem como vestem os picadores; escusado é que descrevamos o seu *costume*, que é pittoresco. As mullas, a que alludimos, veem arreadas á hespanhola, com as suas gualdrapas e umas bandeirinhas, acompanhadas pelos respectivos arrieiros, que usam d'uns chicotes curtos com que dão grandes estalos.

Feita a vénia ao *alcalde*, retiram as mullas, recolhem-se os picadores *sobresalientes* (supplentes) e os toireiros trocam as suas ricas capas, por outras adequadas ao serviço. Os picadores cavalgam pela arena, como que mostrando-se, e depois vão tomar logar em fileira, ao lado esquerdo do toiril, encostados á trincheira. Um toque de corneta annuncia a entrada do toiro, e o principio do combate. Se o bicho na furiosa entrada vê os picadores, logo investe com elles; e n'este primeiro accommettimento quasi sempre logram suster-lhe a furia. Em quanto ao toiro dura o fogo, sem difficuldade investe com os picadores, mas quando já *tem tomado* algumas varas, torna-se *parado*, isto é, já conhecedor da lutta, e então é preciso excital-o para accommetter.

Na praça andam tres moços, cujas obrigações são as seguintes:—chicotear os cavallos, leval-os mesmo á redea para ao pé dos toiros;—desarreial-os quando cahem mortalmente feridos:—procurar levantal-os quando se julga que ainda podem prestar serviço;—tapar-lhes com rolhas de estopa os ferimentos não mortaes;—ajudar a levantar os picadores que são derrubados. Os picadores com a cubertura de ferro em que envolvem a perna direita, ficam com os movimentos do corpo tolhidos; parecem uns estafermos met-

tidos nos sellões; de maneira que sendo derrubados e ficando debaixo dos cavallos não podem erguer-se sem que os ajudem. Quando o toiro é possante e bravo, difficil é ao picador aguentar-lhe o choque, e então começa a correr o sangue na praça, porque o *bicho* forçosamente fere o cavallo.

Não podêmos dar perfeita idéa da sensação que experimentámos na primeira tarde, quando principiámos a vêr os cavallos extripados ou escorrendo em sangue, e ainda a serem levados ao toiro. O cavallo trabalha em quanto póde. Causou-nos a maior repugnancia vêr os moços levarem pela redea o lazarento e ensanguentado animal para ao pé do toiro, e os capas a chamarem o *bicho* para elle. Muitas vezes o toiro pára, reparando, e depois investe, n'estes casos é quasi certo que o cavallo fica com grande ferimento ou é logo morto.

Sentimos tanta nausea, tanto asco com similhante vista, que logo protestámos não assistir á segunda corrida. O exercicio dos picadores não carece de dextresa, apenas exige forças para suster o impeto do toiro. As varas teem na extremidade um ferro de pouco mais de uma pollegada de comprimento, e é de tres gumes. O toiro, depois de tomar algumas varas, traz o cachaço a escorrer em sangue: e quando tem atacado bem os cavallos, traz as pontas egualmente ensanguentadas. É repugnante e hediondo. O picador apenas se defende com a vara, o cavallo serve só como de pedestal para sobre elle picar. São os bandarilheiros que, com incrivel prestesa e admiravel sangue frio, procuram livrar o cavallo com as capas.

Não se póde fazer idéa do que é este exercicio, senão vendo o. Ha ali não só crueldade, mas um espectaculo nojento e ascoroso. Embora se devam admirar várias sortes que denotam firmesa e força da parte dos picadores, como algumas vimos executadas por *Charpa*, o mais afamado picador de Hespanha; os ferimentos dos cavallos, as tripas a rastos, as substancias n'ellas contidas a espadanarem, causam tal nojo, que parece incrivel que haja quem se deleite com similhante exercicio. E o publico soltava gargalhadas quando via cairem os intestinos dos cavallos, quando o toiro investia contra as alimarias, rasgando-lhes as carnes. Nós voltavamos a face a esse repugnantissimo espectaculo.

Na segunda tarde fomos para um camarote, porque o

balconcillo era muito incommodo, por ficar ao pé da porta da entrada. Um dos camarotes ao lado do nosso era occupado por uma familia composta de um individuo já edoso, de aspecto respeitavel, e de tres formosas meninas, realmente encantadoras, e vestidas com elegante simplicidade. Uma d'essas meninas, verdadeiro typo hespanhol, olhos pretos e rasgados, cabellos e sobrolhos tambem pretos, expressão varonil, mostrava-se o mais enjoada com a vista dos cavallos extripados; por todos os modos patenteava o asco que lhe causava essa immundicie; nas contracções da face, que desviava da arena, revelava a invencivel repugnancia por essa barbaridade nojenta. As outras duas meninas olhavam indifferentes para o circo, mas bem mostravam que lhes não agradava o espectaculo. Como estas, vimos muitas jovens hespanholas ou encobrirem a face com os leques, ou affastarem os olhos com disfarce do circo, revelando assim o seu asco ao que ali se passava.

N'outro camarote ao lado do nosso estava uma senhora já edosa, esta comprazia-se de ver os cavallos feridos, ou cahirem mortos; gritava *toma*, *outro*, quando o toiro ia á vara, e quando havia desastre ria estrondosamente; esta senhora interessava-se pela lucta e não occultava a sua satisfação quando a sorte era boa.

Eis-aqui o contraste; a mocidade ainda não habituada ao espectaculo, aborrece-o; o habito de o presencear acostuma o sexo meigo a vel-o ao menos com indifferença. Não se diga, porém, que todas as senhoras hespanholas se deleitam com a vista de crueldades. Não é assim; em Badajoz presenceámos o contrario. Não se creia tambem que a indifferença ou mesmo a satisfação que inspira o espectaculo denote instinctos sanguinarios. É uma calumnia. Nós julgámos dever protestar contra ella, em defesa da meiguice, da bonhomia, e do generoso coração das hespanholas. O habito vence as maiores repugnancias: nós mesmos, e alguns compatriotas nossos que depois da primeira corrida, resolveramos não voltar á segunda, voltámos, e já o ascoroso espectaculo não nos causou tanta impressão. Estamos certos de que se continuassemos a ver toiros em Hespanha, essa repugnancia acabava, e seria para nós coisa indifferente os cavallos estripados ou estendidos na praça e rasgados pelos toiros. Não se julgue pois que é o instincto da crueldade que leva os hespanhoes a gostar do combate de toi-

ros a valer. É uma tradição, é um habito, que se conforma com o seu caracter heroico, aventuroso e altivo. O hespanhol gosta dos perigos, e ensoberbe-se admirando a intrepidez dos seus toireiros.

O carecter hespanhol tem uma certa rudesa, e é ás vezes implacavel, mas não é cruel. Das damas, tão gentis, dotadas de um espirito tão vivo, quem ousará dizer que são deshumanas? Bastava a expressão tão compassiva, tão fascinadora, e tão maviosa d'aquella nossa linda visinha, para que não fossemos injustos com as damas hespanholas, e para que pugnassemos em defensa da brandura, da sensibilidade e meiguice do seu caracter. Comtudo não concebemos como ainda se não reformou esse exercicio de tourear á vara. Era já tempo de banir das corridas tão repugnante brutalidade.

Mas por um instante esquecemos o horror de que estavamos possuidos. *El Tato*, o famoso espada, no meio da praça, capeia o furioso toiro. É admiravel, é magnifico, é surprehendente vêr aquelle homem esbelto e airoso, com a capa nas mãos em face do toiro. Todos os seus movimentos são engraçados; a sua figura desenha-se sempre com extremada elegancia; agil e intrepido, jámais se descompõe; eil-o que deixa cahir a capa, e fita os olhos no toiro que está fascinado; o destemido espada avança para a fêra a um passo de distancia, e ella recua subjugada pela intrepidez e pela destresa. O publico applaude com enthusiasmo, e nós bradamos *bravo El Tato!* É na verdade um espectaculo que arrebata ver este valente *espada* capear um toiro. Este episodio distrahe do exercicio da vara, e attenua no animo do espectador o effeito que sobre elle causa.

Na primeira tarde ficaram estendidos na praça quatro cavallos, e fóra d'ella morreram dos ferimentos, mais seis. Os cavallos não são retirados da arena, senão depois de morto o toiro, e por tanto succede ás vezes que este ainda investe com os cadaveres, e mais os fere e rasga. É atroz! Porque não retiram logo os cavallos mortos?

Tudo isto é barbaro, porém mais barbaro é ver o carrasco assassinar em nome de nós todos um nosso similhante; —dizem que é em nome da lei, como se a lei podesse ser sanguinaria. O espectaculo de um assassinato juridico e legal, torna mais cruel o homem que milhares de corridas de toiros. Ainda ha dias, contam os jornaes, 40:000 pes-

soas aasistiram em França ao supplicio de um criminoso. Podem ver matar o seu similhante, e custa-lhes a presenceiar um cavallo estripado! Que humanidade! Tripudiam em redor do patibulo, applaudem o carrasco, e horrorisam-se no circo dos toiros! Creiam que o homem barbarisa-se mais vendo matar cobardemente o seu similhante, que assistindo a um divertimento perigoso, mas onde o homem ostenta a sua força como rei da creação.

Deixemos porém as divagações, e voltemos ao assumpto, que nos entretem.

IV

A Quadrilha.—El Cuco.—A sorte de Morte.—El Tato.—Recordações tauromachicas.—Montes.—El Chiclanero.—Pepe Hillo—Apontamentos historicos.—As nossas visinhas.—O publico.

É tempo de fallarmos do pessoal da quadrilha. Compunha-se de dois espadas, 1.º e 2.º Antonio Sanches, *El Tato*, e *Marianno Anton*. Eram seis os bandarilheiros, e entre elles avultava Francisco Ortega, *El Cuco*, e depois João Rico. Os picadores eram cinco, sendo o primeiro, o muito conhecido Joaquim Coito, *Charpa*, e depois Antonio Pinto. A quadrilha era regular, tendo comtudo artistas notaveis.

Um segundo toque de trombeta annuncia que os bandarilheiros vão entrar em exercicio. As bandarilhas são como um episodio na corrida; apenas cada toiro recebe tres ou quatro pares de ferros. Distinguiu-se muito *El Cuco*. É um homem baixo e reforçado, porém dotado de pasmosa agilidade. Nenhum dos nossos capinhas, nem mesmo dos hespanhoes que tem vindo á praça do Campo de Sant'Anna, se lhe póde comparar n'esta parte. É muito animoso; ás vezes parece que vae metter-se entre as armas do toiro, e com um engraçado *quiebro* (requebro) se salva; bandarilha com arte e com denodo, mas não executa a famosa sorte *del cambio*, que só pertence, segundo nos dizem, a Antonio Carmona, *El Gordito*.

Recebendo o toiro tres ou quatro pares de bandarilhas, a trombeta novamente toca, e o *matador* empunha a espada, e premune-se da *muleta* (a que chamam o *trapo*,) que é um panno vermelho, preso a uma aste de páo de menos de um metro de comprimento. A *muleta* é como o escudo

do matador; serve-se d'ella para pôr o toiro em sorte, para o fatigar, para o collocar na posição que mais lhe convem, e para se defender.

El Tato, prompto para o combate, dirige-se ao *alcaldé*, a quem offerece a sorte, como é uso, e com ademanes mui naturaes, e sem fanfarrice encaminha-se para o toiro, em frente do qual se colloca, tendo o braço direito levantado, sopesando a espada, e o esquerdo armado da muleta. *El Tato* tem muita nobresa e elegancia n'esta posição. Começa o jogo da *muleta*, e ahi o famoso lidador executa os mais delicados passes, com rara firmesa e denodo, até o toiro estar em sorte, e então trata de o matar. São diversas as estocadas que a arte admitte para dar a morte ao toiro. Não se creia que é melhor matador aquelle que derruba o animal á primeira estocada; póde esta ser applicada contra as regras, e o matador é apupado. A Montes, o mais affamado *espada* dos tempos modernos, aconteceu em Malaga um caso d'estes. Estava na arena um toiro possante e muito matreiro; a quadrilha arreceiava-se d'elle, o proprio Montes parecia temel-o. Chega o momento da sorte de morte, o celebre lidador executa alguns passes com a *muleta* e fere o temeroso animal na fronte, cahindo logo redondamente morto. Rompe immediatamente uma trovoada de insultos e improperios; os espectadores furiosos, bradavam: *os cães a Montes! ao fogo Montes!* O *espada*, a quem a popularidade acompanhava por toda a parte e que era para assim dizer o restaurador da tauromachia, mordia-se de raiva, o que denotava apenas no tremor dos labios e na palidez da face, mas apparentava seneridade de animo, encostado com affectada graça á espada. Desde então, Montes protestou que nunca mais trabalharia na praça de Malaga, e cumpriu o seu dito. O publico em Hespanha é muito entendedor, e inflexivel com os toireiros.

El Tato, na primeira tarde trajava de verde e oiro; era um brilhante fato. Quando o viamos apontar a espada para matar o toiro que tinha diante de si, estavamos fascinados, não affastavamos a vista d'aquelle quadro; o coração palpitava apressado. Admiravamos o sangue frio, a serenidade, e ao mesmo tempo a graça de todos os movimentos do habil matador, e no entretanto estremeciamos pelo perigo em que se achava. Os bandarilheiros estão todos em redor do *espada* e do toiro, ora distrahindo este, ora fazendo-o mo-

ver para mais facilmente entrar em sorte e sempre attentos para accudirem em caso de desastre. *El Cuco* é admiravel n'este serviço. O *Tato* na primeira tarde não esteve muito feliz; exceptuando excellentes sortes, que os entendedores applaudiam, não conseguiu com tudo uma estocada real. Em um dos toiros teve de dar nove estocadas: pareceria isto á primeira vista um desaire, mas não foi considerado assim, porque desenvolveu todos os recursos da sua destresa.

A sorte de morte nada tem de repugnante; o toiro ou cahe logo, ou resiste aos golpes, mas quasi sem derramar sangue, e sem estrebuchar. Se a estocada é bem applicada, se fere a espinal medula, o sterno, ou lhe corta os tendões, nem uma gota de sangue se vê. Não se julgue por tanto, que na sorte de morte fica a arena coberta de sangue; é um engano. Não a acompanham episodios barbaros, como no exercicio da vara. Com um matador destro não haja receio de atrocidades. E no meio d'isto é uma coisa surprehendente ver o espada em face do toiro, luctando com elle, vencendo-o, subjugando o, e dando-lhe a morte, e tudo isto naturalmente, sem contorsões, sem esforços violentos, com graça, com o requinte da arte. Não ha espectaculo que mais realce dê á soberania do homem.

Morto o toiro, toca a musica, entram as mullas, que retiram da praça o toiro, e os cavallos mortos, levando-os de rastos.

N'esta primeira tarde, correram-se seis toiros da *ganaderia* de José Arias de Saavedra, de Utrera. O gado d'este creador é bravo, de uma tenacidade pasmosa e facilmente se torna matreiro depois de tomar algumas varas. Quando os toiros investiam com os cavallos, a custo os largavam. Eram de cinco a seis annos, corpolentos e robustos. Uma d'estas feras ia colhendo um dos bandarilheiros, o qual cahindo quasi ao galgar a trincheira, foi encontrado pelo animal; por fortuna apenas lhe tocou no collete: logo accudiram os seus companheiros com as capas, e o toiro desviou-se. N'estas occasiões, isto é, quando algum artista corre perigo, ouve-se um grito agudo; são as mulheres que estremecem, e não podem conter a expressão do terror. Uma coisa contribue para dar certo tom lugubre ao espectaculo; alguns espectadores usam levar para a praça umas businas, de que, de espaço a espaço, tiram uns sons tristes e plangentes, que produzem uma sensação desusada, parecem toa-

das luctuosas em prestito funebre. Ás vezes, quando no meio do silencio, da espectativa de uma sorte de morte, se ouvem as businas, sentem-se como uns arrepios, que o habito vence de certo.

Na segunda tarde não foi tanta a concorrencia; havia claros nos palanques, os camarotes porém estavam todos occupados. Córreram-se seis toiros de Concha y Sierra, de Sevilha. Bellos animaes, muito bravos, corpolentos, bem armados e boas figuras, mataram na praça cinco cavallos, e fóra d'ella morreram mais seis. *Charpa* susteve algumas vezes os toiros com força e arte; o publico applaudiu muito.

El Tato, n'esta tarde, esteve mais afortunado. Matou o segundo toiro de uma só estocada; não sabemos classificar a sorte; não sabemos se foi um *volapié*, ou um *mete e saca;* ou se foi ambas as coisas; o que sabemos é que a agilidade, a prestesa com que foi executada deslumbrou os espectadores. Vimol-o como correr para o toiro, e logo feril-o; o animal cambaleou e cahiu redondamente morto. O lidador ficou com a espada na mão, e retirou-se do centro da praça, onde se passara o lance, agradecendo com nobresa os applausos do publico. A authoridade deu-lhe o toiro, ao qual o *Tato* cortou a orelha, como titulo da sua propriedade. N'esta tarde presenciámos uma lucta terrivel.

Tato trajava de côr de rosa e oiro, cinta azul claro, e a jaqueta debruada tambem de azul. Era um traje de rara elegancia. O 4.º toiro era muito matreiro; frequentemente despresava a *muleta*, para investir com o vulto. *Tato* applica-lhe duas estocadas, á segunda o animal ajoelha, mas pouco depois levanta-se e investe com furia; continua o jogo da *muleta*, e de repente o toiro enraivecido corre sobre o lidador; as armas do animal tocam-no ligeiramente, dos camarotes solta-se um grito estridente; os bandarilheiros acercam-se e defendem o seu chefe. O toiro ora parece já prostrado, ora já investe furioso. *El Tato* está pallido, porque a lucto prolonga-se, sem que o inimigo offereça sortes; applica-lhe outra estocada; a espada salta e cahe na trincheira; o golpe fôra bom, mas talvez o animal tenha as espadoas unidas, como ás vezes acontece. Seja como fôr, o toiro novamente fraqueia e senta-se, mas logo se levanta e ainda accommette com vigor. *Tato* parece fatigado, mas não cede, nem os seus movimentos deixam de ser compostos e airosos. Finalmente uma estocada boa, ficando a espada enter-

rada até aos copos entre as espadoas do animal, derruba este, que está morto, sem que o *cachetero* vá dar-lhe o ultimo golpe.

Chegamos a ter medo. Viamos aquelle homem tão intrepido, tão sereno, mas pallido, com a attenção pregada no animal, o qual com pasmosa tenacidade luctava e agredia o seu inimigo com furor; quando parecia que as forças lhe iam escaceando, quando se dizia já vencido, erguia-se e defendia-se ou atacava com muita malicia. Esta lucta confrange o espirito do espectador, porém ao mesmo tempo fascina-o, quer retirar-se, e não póde, promette não voltar, e volta. Isto succede áquelle mesmo que mais diz aborrecer o divertimento.

D'estes perigosos combates temos á vista a relação de um dos maiores desastres, talvez o maior, occorridos a matadores de espada. Foi em Madrid, em maio de 1801. José Delgado, alcunhado *Pepe-Hillo*, era um dos mais illustres *espadas* do seu tempo, rival do famoso Pedro Romero, que morreu em 1819, com 84 annos de edade. N'aquella corrida *Pepe-Hillo* tinha de matar um toiro muito malicioso e desconfiado; sendo toureiro destemido e que se comprazia em crear e vencer novos perigos, tentou dar morte ao toiro com um *volapié*, mas o animal estava mal collocado para a sorte, e colhendo o matador por uma perna o derrubou, e logo investiu com elle e levantando-o em uma das pontas lhe rasgou o estomago, e ainda assim o não largou, porque segunda vez o levantou, deixando-o então no mais lastimoso estado a que succumbiu. As exequias do infeliz matador foram pomposas, a maior parte da população de Madrid acompanhou o prestito funebre, porque elle era estimado não só pela sua rara habilidade na tauromachia, mas tambem pela nobresa do seu caracter. A cabeça do toiro, que Pedro Romero depois matou de duas estocadas, conserva-se no museu de Madrid, como uma curiosidade tauromachica. Foi desastre immenso; aconteceu ao heroico *espada*, o que aconteceria a qualquer acrobata que se despenhasse de grande altura, ou a quem arrebentasse alguma veia ou arteria, em exercicio de forças. O toureiro morre heroicamente, ostentando a grandesa da intelligencia humana, o acrobata, só a parte brutal do nosso ser, que é a força physica!

O *Tato* n'esta segunda tarde elevou-se á altura da sua

reputação; ahi vimos ate onde póde chegar a arte tauromachica; ou dirigindo a quadrilha, ou capeando, ou na sorte de morte, revelou-se um artista distincto. A sua figura tão sympathica, e tão garbosa denuncia uma certa debilidade physica que mais relevo dá á sua coragem. Dizem que faz lembrar o celebre *Chiclanero*, que uma enfermidade mortal, arrebatou na flor dos annos á arte tauromachica. Como o povo de Madrid acatou a memoria d'esse homem! Que honras lhe não fizeram! O que havia de mais illustre na capital da Hespanha, assistiu ao funeral do *Chiclanero*; foi um luto geral. É que estes homens quando são insignes na sua arte, e reunem os dotes moraes, de certo são superiores a todos os artistas. Cento e cincoenta carroagens compunham o prestito funebre do *Chiclanero* e mais de 20:000 pessoas o acompanharam. Contava 34 annos. *El Tato* terá hoje 28 annos; aguarda-o um brilhante futuro.

Vamos á terceira corrida.

Já estamos mais affeitos ao que tanto nos repugnou, na primeira. Começa a entrar em nós a indifferença, mas não podemos levar á paciencia a barbaridade do exercicio da vara. Acabem com tão repugnante espectaculo. N'esta tarde os seis toiros eram da *ganaderia* de João Castrillon, de Vejer. Foi gado mais fraco; o curro sahiu muito desegual; alguns dos toiros eram bravos, mas estavam mal tratados: tão magros, que eram esguios, sem cachaço; todos quizeram galgar a trincheira, mas nem um só o conseguiu. Como dois ou tres se recusavam ás sortes, o publico gritou *fuego!* pedindo bandarilhas de fogo, a que a authoridade não annuiu. Na praça morreu só um cavallo, e fóra d'ella seis. Portanto nas tres corridas ficaram vinte e sête cavallos mortos. Havia quarenta para todo o serviço. Se os toiros da ultima tarde não são tão frouxos maior seria a matança. Em Badajoz se falla muito de um toiro do sr. Raphael José da Cunha, que em uma tarde, ha dois annos, matou dezesete cavallos. A cabeça da fera está no Campo de Sant'Anna. De Badajoz a mandaram como uma curiosidade.

El Tato brilhou, a morte do 2.º toiro foi magnifica, e de uma só estocada; o animal cambaleou e cahiu logo morto. Antes o capeára com muita destresa e donaire, e tanta variedade de passes, que o publico o applaudiu estrepitosamente. Com a *muleta* tambem fez prodigios. Observamos que poucos chapéos voavam á praça, nos lances de mais

enthusiasmo; disseram-nos que esta pratica fôra prohibida. Vimos dos palanques atirarem ao *Tato* pombos enfeitados, uma gallinha, e até um gato ornado de fitas. Explicaram-nos que o gato significava despreso, era uma desfeita. O intrepido lidador foi collocar o gato ao pé do toiro morto. A causa d'isto são as parcialidades a favor de outros toireiros; assim nol-o disseram. O *Tato* vestia de azul ferrete e prata, cinto côr de rosa; foi este o traje menos vistoso que apresentou.

Em todas as tres tardes o *Tato* matou os quatro primeiros touros, e Marianno Anton, 2.° espada, os dois ultimos. Este é pouco dextro, e nos jornaes de Madrid temos lido que ainda não está apto para tão difficil e arriscado exercicio. Falta-lhe sobretudo aquella elegancia que tanto distingue o *Tato*.

O *espada* em uma corrida é o heroe, é o rei da scena; é o general que dirige o combate, a quem todos estão sujeitos, até o proprio animal que elle subjuga e domina, ás vezes, só com um gesto. Succede que tambem mette bandarilhas, quando isso lhe apraz, sem que seja obrigação sua. Hoje os matadores de espada recebem avultadas pagas. Até 1780 um *espada* ganhava 1:200 reales (57:600 rs.). N'esse mesmo anno o celebre Pedro Romero já venceu 1:500 reales (72:000 rs.). Em 1784, o affamado *Costillares*, em Madrid, ganhou 135:000 rs. cada tarde por ser elle o unico *primeiro espada* que figurou nas corridas d'esse anno. Depois regulou o estipendio d'estes lidadores por 90:000 rs. Hoje são melhor retribuidos e ás vezes recebem 4 e 5:000 reales por cada tarde (rs. 190:000 a 240:000) e ainda mais.

Ouvimos dizer que o *Tato* desposará uma filha do celebre *Cuchares*, o qual em breve receberá a sua aposentação, coberto de gloria e rico.

Estivemos no mesmo camarote, que occuparamos na segunda tarde; tinhamos as mesmas visinhas; o individuo que parecia pae das tres graciosas meninas, é um homem amavel e delicado; aquella formosa *senorita* de quem fallámos, continuou mostrando a sua invencivel repugnancia, quando via os cavallos feridos; e a nossa velha não moderou o seu enthusiasmo.

O publico é sobremodo expansivo, com gritos, assobios, apupos e grandes tregeitos castiga os toireiros pouco dextros. Quando succede que o toiro é fraco, e não investe ou-

vem-se as mais energicas exclamações. Que *indino animal!* gritava um militar a um toiro cobarde. O espectador ali não esmorece nunca; apenas ha um pequeno intervallo de toiro a toiro, e geralmente, a lide de cada um dura perto de meia hora. Acabada a ultima corrida fomos ao pateo onde são esfolados e decepados os toiros, e onde estavam os cavallos mortos. Nauseabunda a vista! mas tudo quizemos ver. Os cavallos, segundo nos disseram, anteriormente eram lançados a uma legoa distante da cidade, sem serem enterrados; agora queimam-nos no campo.

Será curioso saber que a cobertura que usam os picadores na perna direita, se chama *espinillera*, ou tambem *mona*, é uma calça estofada de algodão e guarnecida de ferro. Foi inventada no seculo XVII por D. Gregorio Gallo, estribeiro do rei Carlos II, e por isso do principio se lhe chamou *gregoriana*.

Estavam acabadas as corridas, deixando o publico pouco satisfeito da ultima por causa da frouxidão do gado.

Se mais corridas houvera, a mais teriamos assistido, apesar da repugnancia que por vezes sentiramos. A final sabiamos como eram os combates de toiros em Hespanha. Não viramos as bandarilhas de fogo, nem os cães de fila, nem *desjarretar*, ou cortar os corvilhões aos toiros. Agora raras vezes se deitam cães de fila na praça, o *desjarretar* é uma operação que sempre foi mal olhada pelo publico, e que hoje está de todo banida As bandarilhas de fogo ainda se empregam contra os toiros frouxos e cobardes.

V

O Theatro.—Liceo de artesanos.—Baile.—Distracção.—A Partida.—Lauta merenda.—Episodio fiscal.—Chegada.—Promessa.

Os tres dias de corridas, attrahindo á cidade muitos forasteiros, e provocando entre os proprios habitantes maior movimento, occasionaram outros divertimentos. Houve theatro nas tres noites. Não assistimos ás representações. Disseram-nos que o theatro é regular, das dimensões do nosso *Gymnasio*. Representaram alguns actores que já trabalharam no theatro do Salitre. Levaram á scena um drama sentimental, que fez chorar as mulheres. Havia uma baila-

rina, que nos disseram ter muito *salero*. Não sabemos porque a nossa curiosidade não nos attrahiu ao theatro, que está situado na praça de S. João.

Ha em Badajoz uma sociedade recreativa intitulada *Lyceo de Artesanos*, é composta de officiaes de officio. Possue duas aulas, uma de desenho, e outra de musica para os socios e filhos de socios. Costuma dar representações dramaticas e bailes; n'aquellas figuram só os socios. Tanto as representações como os bailes ou são exclusivos das familias associadas, e por convite para os estranhos, ou tambem deixam de haver convites, e os estranhos pagam a entrada. No ultimo dia das corridas, sexta feira 17, houve baile gratuito para os socios, e a 6 reales de entrada para os estranhos. Fomos ao baile. A sala é pequena, porém decorada com simplicidade e aceiada. Tem um palco que é o theatro, e a sala então serve de platéa. Estavam umas vinte e cinco senhoras, todas singelamente vestidas, porém mui elegantes e algumas formosas. Dançou-se muito, até perto das quatro horas da madrugada, reinando a melhor ordem e muita seriedade; apesar de ser a entrada paga, parecia um baile por convites. As senhoras dançavam com graça, os homens porém eram bem desengraçados.

Vimos dançar a *Habanera*, dança importada da Habana. Começa por um passo e figuras similhantes ás da *polka*, mas em tempo mais demorado, depois tem outras figuras como cadeia e troca de pares, continuando em seguida os mesmos pares. É uma dança languida e mais variada que a *polka;* os seus movimentos brandos e a toada maviosa fazem um excellente contraste com as outras usadas, que tem mais vivacidade. É propria de qualquer sociedade, porque tem muita compostura e gravidade; deixa brilhar a elegancia das damas, e se o baile é um conjuncto de impressões, esta dança tem um certo caracter amoroso. A concorrencia compunha-se de pessoas de boa sociedade, e nas suas maneiras todas revelavam esmerada educação.

O *Lyceo de Artesanos* é uma prova da cultura da classe dos artistas de Badajoz, accommodada a uma pequena cidade de provincia, comtudo está bem organisada, e tem fins uteis.

Vamos despedir-nos de Badajoz, onde passámos quatro dias divertidos, e absolutamente esquecidos de pesadas obrigações. Na *Fonda de las Trez Naciones* estavam quinze

portuguezes, a maior parte desconhecidos uns dos outros, mas que em breve travaram relações, e conviveram com a maior affabilidade e franquesa. Nunca conversámos em politica nem em alguma d'essas vergonhosas questões que ahi se agitam. Se isto podesse durar annos em vez de dias!

No sabbado, ao meio dia e meia hora, partiu a *diligencia* de Badajoz, e atravessava a soberba ponte, depois de andar aos encontrões pelas ruas da cidade. Não havia calor, e a jornada antolhava-se-nos agradavel. Dentro da *diligencia*, que, além do *coupé*, tem oito logares, vinham de um lado quatro eborenses, e do outro quatro lisbonenses. Agora todos vinhamos precavidos, com o nosso farnel, nem agua nos faltava; e depois em Borba nos abastecemos de vinho. Em agradavel conversação viemos até Extremoz; os nossos amigos eborenses, conhecedores do terreno, nos faziam observar a riquesa das herdades que atravessavamos, a opulencia dos olivaes. Eram tres proprietarios abastados da provincia, e um nosso antigo contemporaneo na Universidade. Fizemos na verdade a viagem mais entretida que é possivel. Nos assentos superiores da *diligencia* vinha um lisbonense muito conhecido em Lisboa pelo seu caracter folgasão, e porque onde elle está não ha tristesa.

Chegados a Extremoz ao anoitecer, tivemos a mais grata surpresa. Um proprietario d'esta cidade, que tambem conhecemos na Universidade, nosso amigo, e hoje deputado, que estivera comnosco em Badajoz, donde se retirára na sexta-feira, aguardava a nossa chegada e logo convidou todos os seus companheiros na *Fonda* para uma lauta merenda. Foi esplendida a comida: ora imaginem: saborosa gallinha e o seu caldo, gallinha guisada com batatas, paio e toicinho, prato alemtejano: sobremesa do tempo; entrando uma preciosa melancia, vinho de pasto, do Porto e Champagne! Á pressa, fizemos, todas as devidas honras á delicada e muito aprasivel merenda ou ceia, e com justa rasão foi por todos brindado o cavalheiro que com tanta franquesa e cordealidade regalava os seus companheiros de festa. E para gloria do nosso amigo diremos que é enthusiasta dos toiros á hespanhola; é um amador frenetico. Lá o vimos occupando o seu *tendido* de sombra, e interessando-se por todos os lances da corrida, como o maior tauromachista hespanhol. O alemtejano é assim, generoso e franco; na sua casa sempre farta, o hospede encontra um acolhimento cordeal,

e exempto de ceremoniosas formalidades. Viva o nosso amigo que regalou os viajantes, os quaes além de alguma pera que restava do farnel, só tinham esperanças no chá de Arrayolos. D'estas fortunas não se encontram a miudo em viagem.

Nada occorreu notavel na jornada. Em Arrayolos se separaram de nós os nossos amigos eborenses, de quem conservamos as mais gratas recordações. Mas antes, em Elvas, nos ia esquecendo dizer, que um cavalheiro, que tambem estivera comnosco em Badajoz. teve um desgosto por causa de um maço de cigarros hespanhoes.

São bons os cigarros de Hespanba, e ha uns charutos que custam 10 réis, bem superiores aos nossos de 20 réis. Aqui protestamos que apenas traziamos meia duzia de cigarros para consumo durante a jornada. Não contrabandeamos, ainda que tivemos bastantes desejos d'isso.

Chegámos ás Vendas Novas, eram quatro horas e meia da madrugada, hora fixada para ali chegar a diligencia. O comboyo devia partir ás 5 e meia, e só sahiu ás 6 horas e 25 minutos. Notámos que é ainda muito demorada a verificação das bagagens. Ás 8 e 52 minutos estavamos no Barreiro. Ás 9 e 47 minutos largou o vapor e ás 10 e meia desembarcavamos no Terreiro do Paço. Gastou-se mais tempo do que é costume na viagem das Vendas Novas a Lisboa.

E agora despedimo-nos dos leitores, até que as nossas occupações e a nossa bolsa nos permittam emprehender mais longa peregrinação, que se a levarmos ao cabo como desejamos e esperâmos, de tudo que virmos daremos conta.

(Esta viagem realisou-se, e foi escripta no mez de agosto de 1860.)

ARZILLA

A presa d'Arzilla. — Baixo-relevo em madeira de André Contucci, da galeria d'el-rei o Sr. D. Fernando. — A perda d'Arzilla. — Convento de S. Marcos. — Considerações.

No dia 15 de agosto de 1471, havia grande asafama e borburinho nas praias d'esta cidade, e no Tejo se viam trezentas naus, galés, caravelas e outros navios todos promptos para seguirem viagem.

Nos caes formavam columnas de soldados capitaneados pela flôr da nobresa, e el-rei D. Affonso V, em pessoa, dirigia os movimentos d'essa gente armada, que ia saltando para numerosos barcos de todos os tamanhos, afim de embarcar nas naus prestes a sahirem a barra.

Ninguem sabia qual era o destino de tão grande frota; el-rei não o declarára. Grande e arriscada devia de ser a empresa, pois carecia de tantas forças, sendo que a gente de guerra escolhida, que embarcou nas naus, era em numero de 24:000 homens, afóra os marinheiros e servidores.

No dia 15 de agosto de 1471 sahiu, pois, a armada composta de 300 vellas, entre naus grossas, galeras e outras embarcações, que conduziam 24:000 homens de guerra, sob as ordens immediatas d'el-rei D. Affonso V, a quem acompanhava o principe D. João, seu filho.

Seguiu a armada o rumo do sul, e no dia 17 do mesmo mez de agosto se achava á vista de Lagos, e ahi, declarou então o rei, que se propunha a tomar Arzilla aos moiros, e outras praças, para dilatar por aquellas partes o imperio portuguez, propagar a fé, e proseguir no intento que el-rei D. João I começára com a conquista de Ceuta.

No dia 20 á noite estava a armada portugueza em frente d'Arzilla. Vasco Mousinho de Quebedo assim descreve a situação da forte praça mauritana, no seu poema *Affonso o Africano*:

Sete leguas do estreito pela costa,
Que o mar herculeo para o sol estende,
Dentro n'um seio de arrecife posta,
Com alto muro Arzilla se defende;

Enseada a naufragios tão disposta,
(Por mil bancos de areia com que offende)
Que altos navios nunca porto cobram,
E os pequenos ás vezes se sossobram.

.....
Os naturaes naufragios tristes cantam
De mil armadas, de inimigo intento;
E s'estes baixos forem passados,
Tradição tem que serão logo entrados.

Ardua era pois a empresa, porque á difficuldade de chegar á terra pelos muitos arrecifes e baixios, accrescia a bravesa do mar, que tornava aspero o desembarcadouro, e perigosa a tentativa de saltar em terra. Comtudo, apenas chegada a frota, de madrugada logo se tratou do desembarque, e foram os primeiros que pozeram pé em terra o conde de Monsanto, D. Alvaro de Castro, e o conde de Marialva, D. João Coutinho, e ambos pagaram depois com a vida o seu arrojo e heroica intrepidez.

Toda a gente foi entrando nos bateis e bergantins, e a custo sahindo em terra, e como essa gente se via em grande pressa, pela demora no desembarque do grosso das forças e pelo perigo de serem acommettidos pelos moiros, el-rei cuidou immediatamente de desembarcar com a sua comitiva, e de activar o desembarque geral. Não se fez esta operação sem perda de vidas, já por causa da confusão, já pela tormenta do mar. E assim foi que se alagou uma galé e outros navios e bateis, perecendo affogadas não menos de 200 pessoas, sendo 8 fidalgos, muitos cavalleiros e escudeiros.

Estava emfim toda a gente em terra, e el-rei mandou logo assentar o arrayal, o que se fez sem resistencia dos moiros. Apenas tinham podido os portuguezes, por causa do mar, pôr em terra duas bombardas pequenas, com as

quaes começaram a bater em brecha, cahindo dois lanços dos muros.

De cinco grandes portas rodeado
O muro d'Arzilla tem, de que se ajuda.

.....

N'uma parte do muro levantada
Uma torre se mostra em grande altura,
Que de tres baluartes adornada,
Fórma uma apparatosa compostura;
Lá no meio a mesquita celebrada,
Fortalesa tambem forte e segura,
E com tanto artificio armada fica,
Que com todas as ruas communica.

Arzilla era uma forte praça, e por isso gloriosa era a empresa da sua conquista para os soldados de Affonso V, que só aspiravam ás honras da victoria e da propagação da fé; sem a mira em nenhum vil interesse.

As duas bombardas abriram brecha, e os moiros desconcertados, pretenderam pactuar com o rei, e para isso, ao terceiro dia depois de batida a praça, no dia 24 de agosto, viu a gente do conde de Monsanto, sobre uma das torres uma bandeira, em modo de signal de paz, pelo que o conde mandou tambem fazer signal aos de dentro para poderem sahir em segurança, e dizer o que queriam.

O alcaide, com seguro que pediu, veiu ao arraial portuguez para fallar em concerto de pazes, e el rei ordenou que lhe dessem todas as seguranças para se encontrar com elle.

Em quanto, porèm, andavam n'estes recados, alguns capitães portuguezes, tomando por affronta ganhar el-rei a praça por capitulação, e não por armas, acommetteram com muita furia por onde havia as brechas, e subitamente entraram na praça.

Os moiros descuidados com os concertos de pazes, accudiram ao subito ataque dos portuguezes, mas estes como antes determinaram de morrer, que tornarem á presença do rei sem victoria, fizeram recolher os moiros, de maneira que a praça foi entrada antes de el-rei o saber.

D. Affonso V, sabendo o que se passava, logo poz o capacete, que das outras armas sempre andava armado, e acompanhado pelo principe D. João, se foi ao logar do combate.

Eram as brechas no muro mui apertadas para a muita gente que devia entrar, e por isso mandou el-rei pôr aos muros algumas escadas, pelas quaes subiram muitos, accudindo alguns logo ás portas da cidade que abriram, e por onde entraram el-rei e o principe.

Os moiros, vendo que era inutil a defesa dos muros, recolheram-se uns á mesquita, e outros ao castello. El-rei ordenou então ao conde de Monsanto que vigiasse o castello e particularmente a porta da Traição, para que por ella não sahissem os moiros, e se foi á mesquita, que achou com as portas fechadas, e tão fortes eram, que as não poderam quebrar a machado, nem com engenhos, e só com vaivens as fizeram em pedaços. Os moiros defendiam-se valorosamente, como homens que já não faziam conta da vida, e mal se podera crer, diz o chronista de quem vamos extrahindo esta narrativa, que em gente já vencida houvesse tanto animo. Mas a final, depois de grande porfia, foram os moiros compellidos, com muita perda de vidas, a retirarem-se da mesquita.

Dos portuguezes, muitos deram as vidas no assalto da mesquita, e entre elles avultou D. João Coutinho, conde de Marialva, esforçado cavalleiro de muitos dotes, e por morrer em edade florente, mais lastimada foi a sua morte.

Os moiros recolheram-se então ao castello, extremo recurso que lhes restava. Era o castello muito fortificado. E tal foi a ardidesa e furia com que os portuguezes o assaltaram que antes das escadas se pôrem, já muitos homens esforçados com lanças e com paus subiam ás torres, com grande desenvoltura. Outros, armados de armas mui pesadas, trepavam por cordas e toucas delgadas, com que os allavam acima do muro.

Elles que refreados estiveram
Do coração os saltos reprimindo,
Em subito furor se desfizeram,
Como de si com impeto sahindo;
E tão pouco em chegar se detiveram,
Que já pelas escadas vão subindo,
E os olhos cada qual no imigo duro
Trabalha por ficar senhor do muro.

. . . . . .

Mas já soa o terror das rigorosas
Armas dos que a cerrada torre escalam,
E soa o das façanhas espantosas
Dos imigos que quasi se lhe egualam:

. . . . . .
A' pujança dos nossos triumphante
E' quasi a resistencia similhante.

Travou-se nas torres, e depois no terreiro do castello, encarniçada peleja, cahindo muitos mortos e feridos tanto dos moiros como dos portuguezes, de maneira que os que combatiam não davam passo senão sobre sangue ou corpos derrubados. Afinal foram os moiros vencidos: já não lhes restava outro recurso, depois de tomado o castello. Mas ahi houve a perda d'uma vida muito estimada. D. Alvaro de Castro, conde de Monsanto, camareiro mór de el-rei, deu a vida gloriosamente, praticando muitas acções de estremado valor. Elle e o conde de Marialva tinham sido os primeiros que haviam saltado em terra, e ambos succumbiram n'esta gloriosa empresa.

Assim, nove dias depois da sahida da armada de Lisboa, el-rei D. Affonso V levára ao cabo a jornada a que se propozera, porque, demais, a praça de Tanger aterrada com o fim que tivera o assalto de Arzilla, mandou pedir pazes, e se rendeu á discrição do vencedor. Tanto foi o terror que os portuguezes então infundiram nos moiros, que tão forte praça não quiz defender-se.

Dizem que os moiros deixaram 5:000 captivos, entre os quaes figuravam duas mulheres de Muley Xeque, e um filho e uma filha ainda moços. Querem alguns que os moiros deixassem no campo 2:000 mortos. Mas dos portuguezes não dizem os mortos, sendo certo que foram muitos. Calam sempre, diz o chronista, estas coisas, como se fosse deshonra a grande mortandade, e como se o fogo das bombardas e dos arcabuzes moiros ou inimigos fôra menos mortifero, e as setas penetrassem menos, e as espadas foram menos cortantes.

Os despojos foram 700:000 dobras de oiro, de que el-rei nada quiz para si.

Vencidos os moiros no castello, e segura a conquista da praça, dirigiu-se el-rei com o principe e todos os cabos á mesquita, que foi consagrada, onde se levantou um altar, perante o qual se deram as graças a Deus pela victoria alcançada, e ahi el-rei armou cavalleiro seu filho o principe D. João «que obrara acções maiores que a sua edade promettia» junto do cadaver do conde de Marialva D. João

Coutinho, dizendo-lhe:—«Filho, Deus vos faça tão bom ca-«valleiro, como este que aqui jaz.»

Os captivos da familia de Muley Xeque foram trocados, na anno seguinte de 1472, pelo corpo do infante D. Fernando, que morrera captivo em Fez, para sustentar a honra das armas portuguezas em Africa, e para que o fructo dos gloriosos trabalhos de seu heroico pae se não perdesse. O infante soffreu muitos tractos, penou vinte e nove annos em duro e cruel captiveiro, mas Ceuta não foi entregue aos moiros.

Mas quem diria que os portuguezes, tão fortes e intrepidos guerreiros, tão austeros conquistadores haviam de trocar as glorias d'Africa pelo oiro, pelas especiarias e por todas as riquesas da India e da America?

D. João III despresou a herança amontoada por D. João I, D. Duarte, D. Affonso V, D. João II e D. Manuel; as glorias de cinco reinados como que murcharam ao sopro da inquisição e dos jesuitas. Os portuguezes pela India ainda praticaram actos de summa heroicidade; parecia que era o ultimo lampejo do incerto bruxulear da lampada que vae extinguir-se. Povoou-se o Brasil, consumiram-se capitaes e vidas na India, que dava em troco muitas riquesas, e desamparou-se a Africa, por onde naturalmente devia dilatar-se o imperio portuguez.

A conquista de Affonso V, a *dura* Arzilla, como lhe chama Camões, foi abandonada por D. João III, assim como abandonou Alcacer, Çafim e Azamor, theatro de tantas glorias, e fundamento de um imperio perduravel:

> E esses muros de Arzilla regados
> Com o sangue de martyres mil,
> Ermos hoje tu deixas rei vil,
> Porque o estreito passou Raiz Dargut!

Assim vocifera o ultimo adail da praça mauritana, na bella ode do sr. Alexandre Herculano, *A perda de Arzilla.*

O mais glorioso brasão da monarchia portugueza eram aquellas praças d'Africa, porque Portugal estendendo os seus dominios para além do estreito, assentava em solidas bases o seu poder, incerto e difficil de manter em longiquas regiões.

E demais, as conquistas das praças d'Africa foram as primeiras empresas, em que se fundou a honra e a gloria dos

cavalleiros portuguezes. Em Ceuta tinham sido armados cavalleiros os heroicos filhos de D. João I, e mesmo nos desastres o nome portuguez se tinha engrandecido, pois que o captiveiro do infante D. Fernando, é uma das glorias da nossa historia.

A inquisição florescia, os jesuitas cresciam, e o reino começava a decahir.

Luiz de Camões bem predisse o que succederia com as empresas da India. A imprecação do velho de aspecto venerando, que tres vezes meneou a cabeça, descontente, vendo partir a armada de Vasco da Gama, é a eloquentissima prophecia do que se realisou. e o stigma da cabiça que começava a substituir o puro amor da gloria e da patria.

Não tens junto comtigo o Ismaelita
Com quem sempre terás guerras sobejas?
Não segue elle do Arabio a lei maldita,
Se tu pela de Christo só pelejas?
Não tem cidades mil, terra infinita,
Se terras e riquesa mais desejas?
Não é elle por armas esforçado,
Se queres por victorias ser louvado?

Deixas crear ás portas o inimigo
Por ires buscar outro de tão longe,
Por quem se despovoe o reino antigo,
Se enfraqueça, e se vá deitando a longe;

A vociferação do velho era a sentença de morte de Portugal. O reino despovoou-se e enfraqueceu-se. Vieram muitas riquesas, havidas com pouco custo, e os portuguezes adormeceram corrompidos pela vã cobiça! E ainda hoje ha quem chore o que perdemos! Quando o ganhámos, lançámos logo o fundamento para o perdermos! E tão longe foi a cegueira, que Portugal veiu a ser colonia da sua colonia. E depois espantaram-se de que a colonia viesse a ser senhora de si mesma!

Causa dó ver o modo por que foi entregue ou antes abandonada Arzilla. O tratado de despejo celebrado com o rei de Belez foi concluido em 27 de setembro de 1549. As rasões allegadas por D. Pedro Mascarenhas para despejar a praça em nome de D. João III, eram que o logar tinha máo desembarcadouro no inverno, de maneira que lhe não podia entrar soccorro; e que este inconveniente continuaria embora na praça se mettesse a gente de cavallo, como

queria o rei de Belez, que já se tinha feito despejar, e ainda quando o rei quizesse reforçar a guarnição da praça já não podia ser n'aquelle inverno, porque em tornar a ajuntar gente se gastaria tudo, afóra o grande perigo que corria na desembarcação.

Bem se vê quanto eram especiosas estas rasões. Para Affonso V e seus soldados, não havia perigos que se não vencessem, para D. João III já os perigos eram invenciveis, e já não tinha gente para sustentar os logares d'Africa!

Tiveram medo o rei e os seus conselheiros do corsario Rais Dargut, e por isso trataram indignamente com o rei de Belez a entrega de Arzilla. Os olhos estavam todos postos na India e no Brasil e fugiam da Africa onde só havia trabalhos, e não interesses immediatos e riquesas immensas, que tentavam a cobiça e satisfaziam os incommodos das viagens e enchiam o erario.

Houve um artistá que no marmore deixou memoria da gloriosa façanha de Arzilla.

André Contucci, dito do Monte San Savino, famoso esculptor florentino, que veiu a Portugal chamado por el-rei D. João II, abriu em madeira, e depois em marmore, a famosa presa de Arzilla.

Lembram-se os que concorreram á exposição da sociedade protectora das bellas-artes de alli verem um baixo-relevo em madeira, o qual segundo diz a *Descripção das obras expostas*, representa a tomada de Arzilla, em Africa, por el-rei D. Affonso V, e pertence a el-rei o Sr. D. Fernando.

S. M., amador e artista, conhecedor do que é valioso em bellas-artes, teve noticia d'este baixo-relevo, que estava em poder de um celebre joalheiro de Roma, por nome Castellani, possuidor de muitas raridades antigas e preciosas, e tratou de o adquirir. Esta primorosa obra de esculptura pertenceu aos duques de Altemps, que a possuiam segundo se diz, por ter sido doada a um pontifice da mesma familia, que era irmão de Clara, mãe do cardeal Marco Sittico d'Altemps, que figurou nos pontificados da segunda metade do seculo XVI. A casa d'Altemps vendeu o baixo-relevo, e ultimamente, como dissemos, era possuido pelo joalheiro romano Castellani.

Todas estas indicações constam de um artigo publicado pelo celebre antiquario Antonio Nibby, no jornal *O Arca-*

dio, de Roma, e cujo conhecimento devemos ao obsequio do sr. conde de La Minerva, representante d'el-rei d'Italia n'esta côrte.

Do mesmo artigo vamos traduzir á descripção do baixo-relevo de Contucci, por ser muito exacta. Diz pois o professor Nibby:

«É um baixo-relevo entalhado em madeira com seis palmos por todos os lados, e representa a tomada por assalto de uma cidade, acompanhada de uma sanguinolenta batalha. Á primeira vista se conhece que os combatentes são europeus e moiros, que os primeiros são os assaltantes, que aos moiros pertence a cidade que é levada de assalto, e que estando a ser vencida sobrevem um soccorro de moiros, que debalde intentam oppor-se á victoria dos assaltantes.

«A cidade é cercada de muralhas, defendida por torres onde pullulam os homens de guerra, e situada na margem direita de um rio, proximo da sua embocadura no mar. Os inimigos em numerosos barcos dão escalada da banda do rio, e galgando as muralhas, incendeiam as casas, vendo-se em chammas, e correm a abrir a porta aos seus companheiros, os quaes entram pela ponte, e se arrojam com furor pela terra dentro.

«No campo veem-se em distancia, aqui e acolá, quadrados de gente armada e fogueiras; um troço de cavalleiros embosca-se n'uma matta, aguardando que os moiros se approximem.

«No primeiro plano vê-se um terrivel combate de cavallaria, distinguindo-se os cabos de ambos os lados. É impossivel descrever toda a verdade do movimento da batalha, o impeto dos cavallos, e a furia dos cavalleiros. O espirito fica absorto com tão vasto e verdadeiro quadro. E é bem caracterisada a escola florentina, em toda esta acção, assim como na força muscular das figuras, tanto dos homens, como dos cavallos. A fórma das armas é a do seculo em que se representa o facto, embellesada algum tanto com a fórma antiga. Nos escudos dos europeus vê-se a mascara do leão, symbolo da força e do valor; nos escudos dos africanos a terrivel gorgone, emblema africano, que significa a raiva venéfica dos moiros.

«Esta obra, á primeira vista, denuncia ser do seculo XVI,

e de um insigne artista da escola florentina. E correndo a vida dos esculptores que particularmente se distinguiram na arte de esculpir em madeira, barro, marmore e bronze, a nenhum póde attribuir-se esta obra com mais verosimilhança, do que a André Contucci, dito do Monte San Savino, harmonisando-se o seu objecto com o estylo d'este artista.»

Vasari, na vida de André Contucci, fallando d'este baixo-relevo, diz:—«Nunca sahiu das mãos de Contucci coisa mais «fera, nem mais terrivel, já pelos movimentos e varias atti-«tudes dos cavallos, já pela carnificina, e pela furia com «que os soldados agitam os braços.»

Refere Vasari, que André Contucci viera a Portugal chamado por el-rei D. João II, o qual pedira a Lourenço de Medicis, o Magnifico, chefe da republica florentina, que consentisse na vinda a Portugal do celebre artista.

Contucci nasceu em 1460, e julga se que veio a Portugal em 1485, e aqui residiu nove annos. Vasari diz que executou por ordem de D. João II varias obras, e menciona especialmente um soberbo palacio flanqueado de torres, o modelo em barro de um baixo relevo, que depois esculpiu em marmore, representando uma grande batalha, que o rei D. João II vencera contra os moiros, e além d'isso, tambem um altar de madeira com alguns prophetas, e uma estatua de S. Marcos.

Cabe aqui reproduzirmos a nota 6.ª do *Discurso de abertura* da exposição da Academia das Bellas Artes, de 1843, pelo fallecido director da mesma academia Francisco de Sousa Loureiro, que allude ás obras executadas em Portugal por André Contucci, e nomeadamente ao baixo-relevo de que nos temos occupado. Diz assim a nota:

«D'este palacio acastellado, com quatro torres, para habitação e resguardo do monarcha, e ao qual tambem allude a *Biographia Universal*, nenhum escriptor portuguez falla, e ninguem hoje póde lembrar-se onde seria. Talvez fosse em Setubal, ou em Evora que eram as residencias de que mais gostava D. João II, que a Lisboa veio de passagem e muito poucas vezes.

«O altar e o baixo-relevo da batalha já executado em marmore, e a estatua de S. Marcos, estavam ainda no anno de 1822, na egreja do convento de S. Marcos, abaixo da villa

de Tentugal, nos Campos de Coimbra, onde eu os visitei antes da minha mudança para Lisboa. No anno de 1832 ou 1833, na extincção dos conventos, ainda ali se achavam, damnificados, esperando pelo *martello* nivelador.

«A batalha que se representa no baixo-relevo tinha se vencido na mocidade d'el-rei, ao pé da praça d'Arzilla, no dia de S. Marcos, e este foi o motivo das obras e da offerta, no unico templo de S. Marcos, que ha no reino.»

O conde Raczinsky citou erradamente o discurso de Loureiro, como se póde vêr na sua obra, e Loureiro errou no que diz a respeito da batalha. Não foi esta vencida no dia de S. Marcos, mas no de S. Bartholomeu, a 24 de agosto, por tanto não podia ser esse o motivo do offerecimento da estatua e do baixo relevo ao convento de S. Marcos.

Este convento de S. Marcos, situado a duas leguas de Coimbra, e a meia legua de Ançam, fôra fundado, segundo Siguença, chronista hespanhol da ordem de S. Jeronymo, a que o convento pertenceu, no anno de 1451, por D. Beatriz de Menezes, mulher de Ayres Gomes da Silva, regedor de Lisboa, que morreu na batalha da Alfarrobeira, seguindo o partido do heroico infante D. Pedro. D. Beatriz pedira a el-rei D. Affonso V que lhe restituisse os bens confiscados ao marido, e em especial lhe désse a villa de Tentugal e S. Silvestre, com a ermida de S. Marcos, para ahi fundar um convento de frades Jeronymos e dotal-o com aquelles bens. Mas Jorge Cardoso, no *Agiologio*, refere que o convento de S. Marcos fôra fundado por João Gomes da Silva, pae de Ayres Gomes da Silva, e alferes-mór d'el-rei D. João I, como consta do epitaphio da sua sepultura, que está na capella-mór, e no qual se diz que fallecera em 1447.

Parece tambem que Francisco de Sousa Loureiro não tinha perfeito conhecimento do facto representado no baixo relevo, pois que se assim não fôra fallaria com mais claresa da tomada de Arzilla, que é o assumpto da obra de Contucci.

É evidente que este artista não modelou em barro a tomada d'aquella praça, mas em madeira, e depois a esculpiu no marmore.

A descripção que fizemos d'essa celebrada empresa de Affonso V, e a do baixo-relevo mostram que não póde haver duvida de que o baixo-relevo representa effectivamente

esse facto notavel da nossa historia. Reune elle todas as condições quo caracterisam a arte do seculo XV. O desenho é duro, mas expressivo; é altivo, mas sem graça, e a força da expressão altera por vezes a bellesa do conjuncto da obra. Porém aquella duresa, que a muitos parecerá defeito, contribue para dar grandesa e magestade ás figuras. Diz um author, de boa nota, que n'esse seculo a arte era austera como a justiça do tempo, que punia de morte, o menor delicto. Compor com força e redigir com sangue frio, e o distinctivo do artista de genio.

André Contucci, nascido em 1460, falleceu em 1529. Na Italia existem muitas obras suas, que provam que foi um dos primeiros esculptores do seu tempo, no qual as artes tanto floresceram. Em Roma, em Genova e em outras cidades da Italia existem estatuas suas, e é especialmente notado o grupo de Sant'Anna, de Jesus-Christo e da Virgem, que está na egreja de Santo Agostinho de Roma, assim como tambem são faliados os baixos relevos na casa da Virgem, na cidade de Loreto.

Tudo quanto se lê nos escriptores portuguezes ácerca da estada em Portugal de André Contucci, é extrahido de Vasari. Nenhumas outras memorias se encontram além d'essas.

Ignoramos se ainda existem, e em que estado se acham, o altar, o baixo relevo e a estatua de S. Marcos, que Loureiro affirma acharem-se ainda no mesmo convento, no anno de 1832 ou 1833.

Se fosse possivel, convinha transportar essas obras para a academia das bellas artes, para as salvar da completa destruição, se ainda é tempo.

Ha pelos edificios publicos das provincias muitas obras d'arte que por lá se vão perdendo, e algumas vendendo, e que é uma verdadeira perda para o paiz. É indispensavel que o governo attenda a este assumpto, e de accordo com a academia das bellas artes, cuide de salvar essas obras.

Já não é a primeira vez que dâmos este conselho ao governo. Á academia incumbe instar por esta urgente providencia, porque ella é a verdadeira guarda das bellas artes.

MEMORIAS DA INQUISIÇÃO

O dr. Antonio Homem.—Fr. Diogo da Assumpção.—A farça e a tragedia.—Os inquisidores divertem-se.—Quadro expressivo e authentico.—Os christãos e os barbaros.—A junta de salvação publica e a inquisição.—O regimento de 1774.—Esclareçimentos.

I

No mez de maio de 1624 viram os habitantes de Coimbra, na rua da Moeda, proximo das Olarias, um troço de gente arrasar umas casas e depois deitarem no chão cestos de sal, presidindo a este acto as justiças d'el-rei.

Tudo se fez com um silencio sepulchral. Apenas se ouviam o estrepito das picaretas que desmoronavam as paredes, e o som surdo das pedras que desabavam. Parecia que os espectadores d'aquella scena estavam dominados por um secreto terror, e que os actores n'ella eram os emissarios de um poder tenebroso e formidavel.

Com effeito, rasão havia para o terror que a todos subjugava. Executava-se alli uma sentença do pavoroso tribunal da inquisição. N'aquella casa habitára um homem conhecido de todos, pelo seu saber, e pela alta posição que occupára na universidade e na sé de Coimbra, e que n'aquelle mez fôra suppliciado em Lisboa, ás ordens do santo tribunal, pelos horrendos crimes de judaismo e outro a que chamavam — o nefando.

Era o dr. Antonio Homem, lente de prima, na faculdade de canones, e conego doutoral da sé da mesma cidade, a

victima que na fogueira accesa pela inquisição de Lisboa, expiára o tremendo crime de ser *meio christão novo*, e de seguir a lei de Moysés. As casas onde elle residira, e onde se reuniam, segundo dizia a sentença, os seus correligionarios, eram essas que as justiças d'el-rei tinham mandado arrasar, salgando o terreno. Vingança ridicula, mas apparato de terror que impunha ás consciencias fanaticas e timoratas da época. A lei então não era feita para corrigir, mas para destruir os criminosos, verdadeiros ou suppostos, e para incutir o horror a todos como meio de repressão.

O dr. Antonio Homem foi um dos individuos notaveis da sua época. Na universidade occupava um logar distinctissimo, e as suas apostilas sobre ambos os direitos são mencionadas como obras de grande merecimento, e que dão testimunho de alta capacidade do celebre professor universitario.

Entrou o dr. Antonio Homem, por concurso, no corpo docente da universidade, em 22 de fevereiro de 1592, e em 1614 foi nomeado lente de prima da faculdade de canones. Em 1610 havia sido nomeado conego doutoral da sé d'aquella cidade. Foi denunciado ao tribunal do santo officio, como christão novo, que seguia o culto judaico, e em 18 de dezembro de 1619 entrou nos carceres da inquisição.

Cinco annos gemeu nos carceres, e a historia não archivou as torturas que soffreu durante esse tempo.

Quem sabe quanto aquelle elevado espirito foi torturado? Quem póde dizer os tractos que padeceu aquelle corpo? Se era innocente, qual não seria o seu tormento para o forçarem a confessar crimes que não tinha; se era culpado, em face da lei iniqua e cruel feita para engendrar crimes, a sua consciencia devêra ser bem angustiada pelos esforços dos que pretendiam leval-o a maldizer a crença que professava.

A sentença do dr. Antonio Homem está publicada no jornal *O Antiquario Conimbricense*, e foi tirada de um livro manuscripto do cartorio do convento de Santa Cruz, e que passou para o archivo dos cartorios extinctos, no governo civil.

A sentença é um documento da mais inepta crueldade. Diz que os christãos novos de Coimbra se reuniam nas casas que foram arrasadas, e descreve a sala, onde se faziam os ajuntamentos dos que judaisavam, celebrando as festas e

jejuns dos hebreus, sendo n'elles summo sacerdote o dr. Antonio Homem. Affirma que no altar estava um retabulo com a figura de Moysés, e outro com a figura de certa pessoa (a sentença não a nomeia) que foi relaxada em carne á justiça secular, e queimada por judeu: accrescenta que o dr. Antonio Homem incensava esses retabulos e durante o dia tocava uma busina em tom baixo.

Estes fundamentos da sentença levam a crer que eram falsas as imputações feitas ao celebre doutor. Antonio Homem era illustrado, e, se porventura seguisse o culto judaico, havia de cumprir á risca os seus preceitos, pois que sempre os judeus foram severos observadores das ceremonias do culto. Nas synagogas não ha retabulos, nem lá se vê a figura de Moysés. Não é crivel que um homem tão douto, uma intelligencia tão robusta, se entregasse a farças ridiculas, incensando retabolos, e tocando uma busina. Se era judeu desempenharia os preceitos do culto com o rigor usado entre os sectarios de Moysés.

Para nós, pois, a sentença é o testimunho da cruelissima iniquidade dos juizes inquisidores.

Da sentença publicada no *Antiquario Conimbricense*, extractamos a condemnação, a qual é assim:

«..... e o relaxam á justiça secular, a quem pedem com muita instancia e efficacia se hajam com elle benigna e piedosamente, e não proceda a pena de morte, nem effusão de sangue, e mandam que as casas em que se faziam as ditas solemnidades e os ajuntamentos, em detestação de tão grave crime, se derrubem, assolem, ponham por terra e semeem de sal, e nunca mais se tornem a reedificar, e para constar e ficar em memoria para sempre, se levante no sitio d'ellas um padrão alto, com um letreiro que declare a causa pela qual se derrubaram e salgaram.»

Foi no dia 5 de maio que se cumpriu a *benigna e piedosa* sentença da inquisição de Lisboa. N'esse dia sahiu um magestoso auto de fé, com 84 pessoas, sendo 48 homens e 36 mulheres, indo 10 relaxadas em carne, e d'estas, 4 eram mulheres. Eis-aqui o que se lê na lista dos penitenciados:

«O padre dr. Antonio Homem m. X. n. (meio christão novo) sacerdote, lente de prima de canones. conego douto-

ral da sé de Coimbra, e d'ella natural. Negativo, dogmatista e pelo nefando. Foi á fogueira com carocha.»

N'este auto sahiu tambem relaxado em estatua e com os ossos o padre dr. Manuel Lopes da Silva, defuncto nos carceres.

E tambem sahiu Anna Antonia, accusada de só reconhecer ao diabo por seu Deus, e praticar com o mesmo diabo na figura de bode!

Na obra publicada em Coimbra, no anno de 1821, por José Maria d'Andrade, sob o titulo de *Regimento da Proscripta Inquisição*, acha-se a sentença de uma Maria Antonia, accusada tambem de reconhecer o diabo por seu Deus, e ter pacto com elle na figura humana de homem pequeno e de gato preto. Diz Andrade, que a sentença é do principio do seculo XVIII. Não combinam o nome, a figura do diabo e a época. Comtudo a especie é a mesma. Como estas, houve muitas sentenças, documentos irrecusaveis da inepta crueldade dos inquisidores.

Sem embargo, no livro d'Andrade a sentença é assignada pelos inquisidores Francisco Cardoso.... e Sebastião Celer.... Aqui ha erro e ommissão do copista, por quanto n'esse tempo, queremos dizer, em 1624, eram inquisidores em Coimbra, Francisco Cardoso do Torneio e Sebastião Cesar de Menezes, e do mesmo modo talvez houvesse erro de cópia no nome da mulher. Já se vê pois que Andrade se enganou, dizendo que a sentença é do principio do seculo XVIII.

Os inquisidores julgaram provados os seguintes factos, que vamos articular:

Maria Antonia andou nove annos em pacto com o diabo, que lhe appareceu de dia, em casa de certa pessoa, *em fórma humana de homem pequeno*, dizendo-lhe que só acreditasse n'elle, e que tudo lhe daria quanto ambicionasse;

Quando a mulher queria adivinhar alguma coisa, chamava pelo demonio, e elle apparecia-lhe em figura de *gato preto*, se era de dia, e se era de noite na *fórma humana de homem pequeno;*

«(textual)..... e assim mais sahia a ré com o demonio no habito, em que sempre lhe apparecia, a certo logar junto a um rio, onde estavam algumas mulheres conhecidas da ré

em companhia de outros demonios, e depois de todas se banharem por ordem do diabo, se sahia cada uma com seu demonio, e com elles tinham ajuntamento carnal, com circumstancias lascivas e abominaveis, no fim das quaes se tornava a ré para sua casa, sempre em companhia do diabo, o qual por algumas vezes a levou a certos logares, onde a ré entrava sem ser vista, nem sentida das pessoas que n'ella e alli fazia em grande damno da sua alma os males, que o demonio lhe ordenava.»

Os inquisidores julgaram provadas estas accusações, e como a mulher *as confessou*, mandaram que Maria Antonia abjurasse em fórma, impozeram-lhe carcere, e habito penitencial perpetuo, e degredo para o Brasil por tres annos.

Os inquisidores divertiam-se—amenisavam as suas horrorosas e sanguinolentas occupações—desenfadavam-se dos repugnantes vapôres da carne humana assada, com estes episodios burlescos, de que elles proprios zombavam. Ha ahi o ridiculo, mas que horrorisa!

Mas que admira? Não tinha o sanguinario tribunal, no seu pendão escripta a palavra *Misericordia*, por cima de uma oliveira, e ao lado de uma cruz? A inquisição, que foi inclemente, que viveu em guerra permanente com a humanidade, levava adiante de si nos autos publicos da fé, e nas cerimonias religiosas, esses distinctivos de paz e de amor! Não era isto uma atroz ironia ao que ha mais digno de respeito e mais santo no mundo? Não admira, portanto, que escarnecessem do mundo com estas condemnações de mulheres que tinham pacto com o demonio.

O regimento da inquisição de 14 d'agosto de 1774, approvado por alvará de 1 de setembro do mesmo anno, ordenava que os reus convictos de supporem que tinham pacto com o demonio, quando se mostrassem crentes n'essas superstições, fossem recolhidos no hospital dos doidos, porque só n'esse estado podiam acreditar em similhantes aberrações.

Foi na Ribeira, defronte do Terreiro do Trigo, que se executou o auto, e foi queimado o dr. Antonio Homem.

No fim do auto, leu-se a sentença dos livros prohibidos e foram queimadas tres canastras d'elles Era de justiça que com o homem de talento ardessem tambem as obras de ou-

tros, que procuravam diffundir as luzes, que deveriam ser a condemnação do tribunal de sangue.

Na relação dos penitenciados no dia 5 de maio de 1624, que temos á vista, se acha uma memoria particular ácerca d'este successo, e do monumento que se levantou, nos termos da sentença. Não nos consta que esteja impressa a inscripção posta no padrão, e que publicamos agora.

A memoria a que alludimos é a seguinte:

«Memoria particular pertencente á sentença do dr. Antonio Homem, vulgarmente chamado *Author infeliz*, que sahiu no auto de fé de Lisboa, em 5 de maio de 1624.

«Foi a queimar com uma carocha na cabeça, em logar d'aquella mitra com que elle celebrava as festas dos judeus. Era um homem alto, bem disposto, de edade de 60 annos. Foi filho de Jorge Vaz Brandão, christão novo (X. n.) e de uma mulher que era filha bastarda de Gonçalo Homem, filho que foi de Gil Homem, da villa de Aveiro, e de sua primeira mulher Brites Nunes, filha de Gonçalo Nunes Cardoso, chamado o Rico, de Aveiro, e todos pessoas muito nobres.

«Foi o reu preso em Coimbra, e veio para Lisboa, e depois de executada a sentença, pretendeu a gente da nação hebrea fazer em Lisboa uma irmandade de Santo Antonio, conego regrante, e se fez advertencia ao prelado que tal não consentisse, por se encobrir grande malicia debaixo d'este titulo, em quererem por este modo, um culto publico, se venerasse o dito Antonio Homem; porém não o conseguiram, porque não se lhes concedeu licença.

«O logar, onde em Coimbra estavam as casas de Antonio Homem, é no bairro das Olarias, em uma praça que alli ficou, por se mandarem demolir por sentença do santo officio, que assim o mandou, e que no dito sitio se pozesse um padrão alto, para que n'elle se declarasse o referido; e foi posto o dito padrão de duas pedras ao alto, uma em cima da outra.

«Em maio de 1705, fazendo-se em Coimbra umas festas ao geral de Santa Cruz, D. Gaspar da Encarnação, (que era irmão de Francisco Galvão, secretario da justiça, na mesa do desembargo do paço) novamente eleito, foi passando uma chusma de mascarados, por aquelle bairro, um dos quaes era natural da Beira, estudante de medicina, christão novo, e afastando-se da companhia dos mais mascarados, se lan-

çou a correr e se foi abraçar com a dita columna ou padrão que tem as ditas duas pedras, uma em cima da outra, e ao mesmo tempo cahiu a pedra de cima, e esmagou o dito estudante, de sorte que sem poder articular mais palavra, logo alli acabou miseravelmente a vida.»

«*Cópia do padrão que se mandou pôr nas casas, ou sitio em que viveu o dr. Antonio Homem Leitão:*

«Estas casas mandou arrasar e salgar o santo officio, para nunca mais se reedificarem, por haver n'ellas de ordinario ajuntamento da nação hebrea, os quaes com ritos e cerimonias judaicas celebravam os jejuns solemnes da lei de Moysés, assistindo n'elles por summo sacerdote, o dr. Antonio Homem Leitão, m. X. n., lente de prima de canones, que foi n'esta universidade de Coimbra, conego doutoral na sé d'ella, relaxado que foi á justiça secular, no auto da fé que se celebrou na Ribeira da cidade de Lisboa, em 5 de maio de 1624. sendo inquisidor geral d'estes reinos o ill.^{mo} sr. D. Fernão Martins Mascarenhas, e em memoria do sobredito se mandou levantar aqui este padrão.»

Esta memoria dispensa-nos de mais explicações, mas como epiphonema d'essa inscripção poremos aqui as palavras de Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca*, a respeito d'este celebre doutor: — «sendo o seu nome, ainda que horroroso «na posteridade, sempre conhecido pela sua grande sabe-«doria.»

Enganou-se o erudito escriptor; o padrão desappareceu, e com elle o horror ligado á memoria de tão grande sabio, para recahir todo sobre o tribunal do santo officio, e sobre os seus carrascos — os inquisidores. A posteridade horrorisa-se dos algozes, e não das victimas.

II

A respeito do padrão acima referido, o já citado jornal, *O Antiquario Conimbricense*, diz que em 1841 existia no quintal d'uma olaria, ao fundo da rua da Moeda, e que era uma pedra com quatro palmos de comprimento, e 10 polle-

gadas de largo. A inscripção estava por tal fórma mutilada, que não podia lêr-se. Este monumento foi transportado para o governo civil, onde se projectava reunir todos os que se encontrassem dispersos pela cidade.

O livro manuscripto d'onde o alludido jornal de Coimbra extrahiu a sentença do dr. Antonio Homem, contém egualmente umas noticias ácerca do mesmo professor universitario, e n'ellas se affirma que a pessoa que estava retratada no retabulo a que se refere a sentença, e que fôra relaxada á justiça secular, era o frade capucho fr. Diogo da Assumpção.

Com effeito, no auto da fé celebrado em Lisboa, no sitio da Ribeira, em 5 d'agosto de 1603, morreu queimado vivo um frade d'aquelle nome; na respectiva lista vem indicado n'estes termos:

«Fr. Diogo da Assumpção, natural de Vianna de Caminha, professo da ordem de S. Francisco, de Santo Antonio do Curral, que tinha ordens do Evangelho. Por hereje, apostata, pertinaz, confesso e convicto, e por defender a lei de Moysés, e persistir na sua crença. Morreu queimado vivo.»

A respeito d'esta victima inquisitorial, nenhumas outras noticias temos, além das que se acham na *Chronica da Provincia de Santo Antonio da regular e stricta observancia da ordem de S. Francisco*, que sob o titulo inicial de *Escola de Penitencia*, publicou fr. Martinho do Amor de Deus. N'esta chronica se lê o seguinte ácerca de fr. Diogo da Assumpção:

«N'esta santa e religiosa provincia professou um desgraçado fr. Diogo, a quem calo o sobrenome, as terras da sua origem e tambem o nome de seus paes.

«Este, chegando a tomar ordens de Evangelho, com algumas travessuras, que na pouca edade lhe desculpava o tempo, os prelados, por castigo lhe dilataram o estado de sacerdote, pelo que entrou em uma tal desesperação, que o reclusaram na casa da disciplina, onde chegou inexoravel a blasfemar com tal duresa, desordem e tenacidade, que nada lhe serviu de lenitivo, nem ainda de remedio a dispensa de entrar sua propria mãe na clausura e na prisão a persuadil-o com rogos e com lagrimas, chegando a mostrar-lhe o peito, onde o creára depois de o parir com tantas dôres; o que vendo assim os frades, obrigados do preceito, o entre-

garam ao Sancto Officio, porque não cabia o contrario nas suas faculdades, e se poz nos termos de sahir em um auto publico, profitente da lei de Moysés para morrer queimado.»

Nada mais sabemos ácerca d'este frade, além d'esta noticia, que nos indicou o sr. Innocencio Francisco da Silva.

A narrativa do chronista dos capuchos envolve um drama. Quem sabe se fr. Diogo fôra obrigado a professar? Quem sabe se era necessario para *bem da familia*, encerrar na clausura franciscana esse homem, como obstaculo a planos de engrandecimento? Quem poderá contar hoje a historia intima de tantos dramas domesticos, que iam ter o seu desenlace nas forçadas profissões?

A scena entre a mãe e o filho, na prisão, parece confirmar as nossas supposições. A mãe ia, com o seu maternal amor, subjugar o espirito do frade, que reagia contra a oppressão a que o subjeitavam, e o frade preferiu a fogueira a acceitar o jugo que lhe impunham. É evidente que ou elle estava alienado, ou repellia o habito, e em ambos os casos a fogueira foi a summa crueldade.

Mas como é que o dr. Antonio Homem, espirito forte, incensava, na synagoga, a imagem do caprichoso fr. Diogo d'Assumpção? Qual era o motivo da veneração que o frade queimado vivo, gosava entre os christãos novos? Se porventura a sentença falla verdade, parece que fr. Diogo fôra uma victima notavel das crueldades inquisitoriaes.

É este um episodio da horrorosa historia da inquisição, que porventura ficará envolto no mysterio. Foi uma tragedia como tantas outras d'essa ominosa época, em que no seio do catholicismo se via levantado o *cré ou morre*, que falsamente se attribue a Mafoma.

No auto em que sahiu fr. Diogo da Assumpção figuraram 148 pessoas, 68 homens e 80 mulheres, além de 7 relaxados, sendo d'estes 2 mulheres. Era inquisidor geral D. Alexandre de Bragança, arcebispo d'Evora!

Pouco depois da scena passada em Coimbra, sendo arrasada a casa onde residia o dr. Antonio Homem, e salgado o terreno, publicava-se na mesma cidade uma lista de 430 pessoas penitenciadas, por differentes modos, pela inquisição, incluindo 29 relaxados, isto dentro de pouco mais de um anno.

É curioso o prologo que o impressor fez ás listas, e de-

dicou ao catholico leitor. Aqui o publicamos, porque define bem o espirito da época:

«Havendo trabalhado na vinha do Senhor, o Santo Officio d'este reino, com o devido zelo e fiel cuidado, de menos de dois annos a esta parte, o tribunal d'esta cidade de Coimbra, pelo miseravel estado em que se tem posto multidão de pessoas de nação com sua céga pertinacia, celebrou tres autos de fé, na praça d'ella, e um na sala da inquisição, presentes muitos religiosos e graves pessoas. No 1.º, de 18 de junho de 1623, sahiram 139 pessoas e 10 d'ellas relaxadas. No 2.º, de 26 do seguinte novembro, sahiram 75 pessoas, 8 relaxadas em carne e 2 estatuas. N'este 3.º, de 4 do presente maio, sahiram 189, em que entram 12 freiras e 1 relaxada com outras 8 pessoas; e no da sala, de 23 do mesmo, sahiram 4 pessoas ecclesiasticas.

«Justa e santamente (como tudo faz) deu o ill.mo e rev.mo sr. bispo inquisidor geral licença, que se imprimisse, porque assim virá á noticia da republica christã a pertinaz perfidia d'esta céga gente em se não reduzir ao gremio e obediencia da S. M. e I. C. R.

«O fingimento em negar suas culpas e se publicar innocente, a proterva sagacidade, com que pretende impedir a saudavel cura, que os espirituaes medicos lhe offerecem, o que consta claramente pelo theor da seguinte lista, aonde se está vendo o pae, irmão, mulher e parente negativo, relaxado; e o filho, mulher, irmão e parente que com elle vivia e communicava confitente, reconciliado. Muitos confessando logo ao tempo da sua prisão, outros voluntariamente apresentados, e soltos; e comtudo não acabam de persistir em querer enganar o povo christão, fingindo-se catholicos. Lobos entre nós, em pelles de ovelhas, tanto mais para receiar quanto maiores inimigos, mais visinhos e embuçados. Permitta Christo Nosso Senhor, que por todos derramou sangue, a elles converter, e a nós conservar em sua santa fé, para que nem elles se percam, nem nós corramos entre elles os perigos e castigos do ceu, que nos ameaçam. Vale—Coimbra, 27 de maio de 1625.»

Este *eloquentissimo* prologo precede o sermão prégado na festa e carnificina de 4 de maio de 1625, pelo padre Manuel Fagundes, da companhia de Jesus, e as listas dos peniten-

ciados. N'elle se descreve bem claramente como a inquisição levava a desordem ao seio das familias, como destruia familias inteiras, e como a tortura operava sobre os espiritos mais fracos. Os espirituaes medicos empregavam a fogueira para curar a fortalesa na crença, e para impor a lei de Christo. Os remedios eram heroicos. E depois queixavam-se de que os seus missionarios padecessem nas regiões barbaras onde appareciam a prégar a sua fé. Que admira que os barbaros fossem intolerantes, se os catholicos o eram! Que admira que os idolatras flagellassem e matassem os que iam perturbar-lhes as consciencias, se os catholicos, nos mais crueis tratos e nas pavorosas fogueiras, puniam e martyrisavam os que não se confessavam catholicos, mas viviam tranquillos? A ferro e fogo queria a inquisição e a gente da época arreigar a sublime crença do Evangelho, e estranhava que os idolatras procedessem de egual modo para defenderem a sua religião!

A verdade da lei, que se proclama e professa, não póde nunca justificar as violencias feitas ás consciencias alheias, e as perturbações occasionadas nos reinos estranhos, para plantar o culto verdadeiro. A tolerancia é a suprema lei do christianismo. A luz divina do Evangelho não carece de fogueiras para alumiar o mundo. E assim como o idolatra, o impio, o hereje não podem impor a sua fé, o seu sentir aos que seguem a verdadeira lei, tambem estes não teem direito para, por força, contra vontade, attrahirem aquelles ao seu gremio.

Atiram os reaccionarios ás faces dos liberaes com os horrores da revolução franceza. O que são os furiosos Marat, Fouquier-Tainville, Saint-Just, Collot d'Herbois, Robespierre ao pé dos inquisidores purpurados? Aquelles, ébrios de sangue, e renegando todas as crenças, proclamavam a liberdade, afogando-a em sangue — mas os inquisidores, cingindo a mytra, empunhando o baculo, revestindo as vestes sacerdotaes, e de cruz alçada, proclamavam a lei do infinito amor, ao crepitar das fogueiras, que consumiam os corpos humanos, ao som dos gemidos dos moribundos nos mais horriveis tratos.

Carrascos da humanidade uns e outros, ha só uma differença entre elles — os algozes de 1793 andavam dominados pelas mais violentas paixões: os inquisidores estavam serenos, tranquillos, e matavam com o santo nome de Deus na

boca. Era a suprema blasfemia — o ultimo requinte do insulto á divindade.

A historia archivou as mais pungentes tragedias da revolução franceza: as que se passaram dentro das paredes da inquisição, essas ficaram secretas, e ás vezes apenas podem entrever-se nos processos ainda existentes.

Os eccos dos gemidos das victimas da revolução franceza foram ouvidos em todo o mundo, e ainda hoje os repete a historia; mas os gemidos que soltavam, os que nos carceres da inquisição eram atormentados na alma e no corpo, expiravam dentro d'essas paredes, quasi sempre com as proprias victimas.

A lei natural, a defesa dos reus, permittida nos mais sanguinarios tribunaes, era prohibida na inquisição; tudo era secreto,—só era publico o castigo.

O regimento de 14 d'agosto de 1774 modificou os rigores e crueldades inquisitoriaes, mas ainda lá ficaram os tormentos permittidos contra os heresiarchas e dogmatistas, e contra os que incorressem no crime de inconfidencia.

O § 6.º do tit. 3.º do liv. 2.º diz assim:

«Sendo o réu principiado a atar, irá o notario fazer-lhe um protesto, dizendo que, em nome dos inquisidores e dos mais ministros, que o foram no despacho do seu processo, protesta, que se elle réu no tormento morrer, quebrar algum membro, ou perder algum sentido, a culpa será sua, pois voluntariamente se expõe áquelle perigo, que podia evitar, confessando as suas culpas, e não será dos ministros do santo officio, que fizeram justiça segundo o merecimento da causa.»

Era esta a humanidade de 1774! As côrtes de 1821, não precisaram de estatisticas dos crimes, nem do aperfeiçoamento das cadeias, para acabarem com o horrendo tribunal. A figura da Fé, que campeava sobre o edificio do *santo* tribunal foi derrubada, e bem derrubada, porque cahira a *Fé* que só podia florescer ao clarão das fogueiras de corpos humanos.

O bom Fylinto Elisio, que morreu longe da patria, roubado e perseguido pela inquisição, assim fallava n'uma ode que dedicou á patria:

Devo-te a vida, a luz; mas triste, estranho
Consintas em teu gremio
Monstros d'alma cruel, que te deshonram!
Malevolos poderes
Dos bens, da fama honrada estrago e abysmo;
Que regeitaria averso
Esse inhospito Caucaso feroce,
E a antropophaga terra!

A reforma de 1774 é ainda um monumento de crueldade. Não admira; poucos annos antes houvera a carnificina do largo de Belem! Comtudo foi o primeiro passo dado para a extincção do pavoroso tribunal.

O preambulo do novo regimento diz, que foram assassinados e sepultados nas aguas do Tejo mais de 2:000 varões doutissimos, que eram o esplendor da boa e sã litteratura: e o alvará de 1 de setembro de 1774 affirma que, até 1732, foram penitenciadas em autos publicos mais de 23:068 pessoas, e queimadas 1:454; mas esta conta não a temos por exacta, e além d'isso não inclue os que padeceram nos carceres, e depois não sahiram nos autos.

A memoria de tantos flagicios ainda hoje atterra o mundo. Temos fé que tão ominoso regimen não voltará; mas a recordação do passado é sempre lição para o presente e para o futuro.

A intolerancia que ainda se pavoneia como dogma catholico, e que hoje, ousa, sem embargo de tantos desenganos, apresentar-se até como martyr pela puresa da Fé, lucta, trabalha incessante sob variadissimas fórmas por conquistar o que perdeu: apresentemos pois o sudario dos seus maleficios. A inquisição foi filha da intolorancia e da cubiça. Combater pois a intolerancia é dever d'este seculo, que ainda vê por toda a parte as consciencias subjugadas, imposta a crença que cada um ha de seguir, e punidos os que se atrevem a duvidar em publico da religião official do estado.

Estamos muito longe da inquisição, mas tambem muito afastados da verdadeira tolerancia evangelica.

Já depois do que fica escripto, verificámos que a Maria Antonia, de cuja sentença publicámos uns extractos, não é a que sahiu no auto com o dr. Antonio Homem, e na lista tem o nome de Anna Antonia.

Temos diante dos olhos a lista do famoso auto da fé celebrado em Coimbra, aos 7 de maio de 1634. Foi admiravel este auto. Sahiram n'elle 80 homens e 95 mulheres;

além de 6 homens relaxados em carne e 1 mulher, e ainda além de 4 homens defunctos nos carceres e absolvidos, e 3 mulheres no mesmo caso, e 5 estatuas de homens e 7 de mulheres. Então, não foi um auto digno de memoria? E para o abrilhantar prégou o reitor da universidade, D. Alvaro da Costa.

N'este auto pois, sahiu Maria Antonia, natural da freguezia de Travaço, bispado do Porto, de que resa a alludida sentença. No fim da lista se diz que foram inquisidores Francisco Cardoso e Sebastião Cesar de Menezes, os quaes foram nomeados inquisidores para Coimbra, em 1623. Entre os deputados assistentes ao auto figura o dr. Pantaleão Rodrigues Pacheco, que foi lente de decretaes na universidade, desembargador do paço, bispo eleito d'Elvas, e embaixador a Roma com o bispo D. Miguel de Portugal para sollicitarem o reconhecimento d'el-rei D João IV e a confirmação dos bispos. Em 27 de julho de 1634 é que foi nomeado inquisidor, sendo por occasião do auto ainda deputado.

O REI FREIRATICO E O PALACIO DA FREIRA

I

É bem sabido que el-rei D. João V frequentava o convento de Odivellas, e se deleitava no trato com as freiras. São muitas e variadas as tradições a este respeito; mas é fóra de duvida que o galanteador e faustuoso monarcha, no convento de Odivellas, passava horas esquecidas em amavel conversação com as filhas de S. Bernardo.

Houve uma certa madre Paula, a quem, segundo consta, o rei era singularmente affeiçoado; mulher de rara formosura enleiou o coração de D. João V, e este a considerava muito mais que a todas as outras.

Os costumes de hoje não podem apreciar os d'aquella epocha, em que a religião predominava, e em que o misticismo de que fôra o ultimo heroe fr. Antonio das Chagas, influia nas proprias affeições mundanas. Que admira que o coração ainda juvenil e ardente de D. João V ficasse embevecido no convento de Odivellas, mansão de retiro e de oração, e ao mesmo tempo onde habitavam as graças? Sugeito a uma regra livre, abrigo de muitas donzellas filhas de familias abastadas, que ali viviam vida mais mundana do que claustral, havia n'aquella casa, votada ao serviço de Deus, mais tentações para o coração do que no proprio mundo.

O homem que ali podia entrar, que podia ser dominado por todos os affectos que geralmente avassalam o coração humano, na gentilesa que o habito mal disfarçava, na formosura, na elegancia, no espirito das que para ali apparen-

temente fugiam do mundo, encontrava mil seducções, a que naturalmente cedia.

Na epocha em que ainda se pensava que era necessario macerar o corpo para esmagar os impulsos da carne, e cingir asperos cilicios para suffocar as tentações naturaes á fragil humanidade, como se concebia que as virgens recolhidas no claustro, mas livres no meio de um supposto captiveiro, e em contacto com os homens, poderiam facilmente resistir á força das paixões, e vencer a debilidade da propria naturesa contra as fascinações do maior potentado?

Havia um quarto de seculo que morrêra fr. Antonio das Chagas, que apurára e requintára o misticismo de Santa Theresa. Os effluvios de celestial ternura facilmente se transformavam nas expansões do amor profano. Era mister um espirito robusto como o do fundador do Varatojo, o qual todavia tão pouco confiava na sua forte vontade, que atormentava cruelmente o corpo, e fugia implacavel dos minimos deleites do mundo, para resistir á acção de um misticismo, o qual tão facilmente desenvolvia os affectos brandos e suaves, mas peccaminosos, em espiritos fracos, como são os das mulheres.

«Ame quando não chore. Chore e doa-se quando não ame» dizia fr. Antonio das Chagas; e costumava elle repetir tambem: — «morrer ou amar» — maxima que resumia o supremo amor de Deus, mas que podia resumir egualmente o supremo amor humano.

Que encanto não havia nos actos religiosos celebrados ao som das vozes puras e angelicas votadas ao serviço do Senhor! Os canticos suavissimos entoados por aquellas vozes virginaes, as nuvens de incenso que se elevavam ante os altares, o esplendor do culto, tudo fallava ao coração do homem por um modo mui diverso do que é usual nos templos. Por mais desapegado de tentações que elle fosse, debalde podia separar a lembrança da mulher de todo aquelle apparato religioso. E depois de receber esta impressão, entrar livremente no claustro, praticar com as virgens, lisongear-lhes as vaidades, contaminar-lhes os corações, e especular com o amor mistico, para accender paixões, porventura ignoradas, mas que se ateiam ao mais leve incentivo!

Que admira, pois, que el-rei D. João V, no convento de Odivellas, passasse os melhores momentos da sua vida? Elle podia tudo; cercavam-no todas as seducções, e a reli-

gião não defendia as virgens, que, como pombas perdidas do ninho, se tinham acoutado n'aquelle logar de refugio; não as defendia, porque os deleites mundanos, as pompas vaidosas tinham ali entrada, porque era dado ao homem, superior a todos, entregar-se sem reserva, ao alvedrio das suas paixões, no meio do sagrado rebanho.

Comparae as liberdades de Odivellas com as asperesas do conventinho do Desaggravo? Acolá, tendes as vaidades escondidas no habito monacal; aqui, os rigores ferozes, que reduzem entes humanos a cadaveres viventes: acolá, o luxo, as galas mundanas; aqui, as austeridades, que, matando o corpo, aniquilam o espirito. Mas aqui póde haver verdade; acolá não póde haver senão um falso espirito religioso, um desvario da devoção; em ambos os casos, porém, ha uma aberração. Tudo isso é obra dos homens, não admira pois a contradicção.

Veiu tudo isto a proposito do palacio da madre Paula, a quem alludimos no principio. Era um esplendido palacio o da madre Paula, freira de Odivellas. N'aquella casa se amontoavam todas as galas da vaidade humana: tudo o que o mais requintado luxo da epocha imaginava para regalo, commodo e desvanecimento dos mais mundanos.

Achámos a descripção do palacio da freira em um papel, evidentemente contemporaneo. Dizem-nos que ha annos appareceu impressa em um jornal esta descripção; não a vimos, nem sabemos se já antes estaria publicada. No entretanto, offerecemol-a aos leitores, como coisa curiosa, e para muitos será novidade.

Nas *Viagens de Beckford, a Portugal*, na carta XVIII, achâmos o seguinte:

«Um individuo da sociedade, malicioso velho, italiano e clerigo, que tinha sahido da sua terra natal antes que o celeberrimo terramoto derrubasse pelos alicerces mais de metade de Lisboa, disse-me que se recordava de um aposento, boa amostra n'este mesmo gosto, isto é, adornado de espelhos e cortinas, uma especie de palacio de fadas, que communicava com o convento de Odivellas, tão famigerado pelo piedoso retiro d'aquelle exemplar de magnificencia e santidade, o rei D. João V! Deleitosos dias ahi passaram o monarcha, e os favorecidos companheiros das suas devoções.

«De que serve (accrescentou mui judiciosamente o padre

mestre), a gaiola mais formosa sem passaros que a aviventem? Se tivesseis ouvido a celestial harmonia das reclusas do rei João, não vos terieis contentado no vosso primoroso pavilhão com o esganiçamento dos sopranos e roncos dos rebecões. A suavidade, refiro-me áquellas vozes puras, sahindo do sagrado asylo recondito, onde não é dado penetrar ente humano masculino, á excepção do monarcha, produzia um effeito de que ainda me lembro extasiado, posto que já lá vão bastantes annos.»

Assim fallava um contemporaneo de D. João V. A pequena descripção que o clerigo italiano fez na presença de Beckford, em casa do marquez de Marialva, seria allusiva ao palacio da madre Paula, ou a outra casa? Os espelhos e cortinas a que se referia o clerigo italiano parecem harmonisar-se com a descripção que os leitores vão ler em seguida; comtudo, não podemos dizer se a casa era a mesma, posto que algumas indicações da propria descripção levam a crer, que a casa da madre Paula era no edificio do convento, visto que tinha uma tribuna para a egreja.

II

Entrem agora os leitores no palacio da freira:

«O quarto de cima, onde assistem, tem oito casas, todas de xadrez, e os tectos de entalhados doirados e de boas pinturas, e todos os materiaes com a maior riqueza e perfeição.

«A primeira casa consta de melania com armação côr de fogo, com passamanes de fogo côr de oiro, toda a casa em redondo com sanefas de entalhado douradas, duas papeleiras todas de espelhos doirados com relêvos e figuras doiradas, e quatro espelhos de toda a parede do mesmo modo com relêvos e figuras doiradas; em cada bofete duas serpentinas de prata, com vellas de tres lumes cada uma; uma duzia de cadeiras de veludo côr de fogo, com galões de oiro, com os braços e pés das cadeiras de talha miuda doirada; e nas outras duas paredes oito placas de espelho doiradas, quatro em cada uma, tudo posto por cima da armação.

«A segunda casa tem armação de melania verde, com galões de seda crua côr de oiro, com dez portas com sanefas de talha doirada; em uma parede dois espelhos de toda a parede, e com mais singularidade doirados, e dois bufetes tambem doirados e melhores, com duas serpentinas cada um de prata de tres lumes; oito placas de espelhos doirados e um relogio de parede que dá horas e tange minuetes; uma duzia de cadeiras de veludo verde, com galões de oiro, todas doiradas. E n'esta mesma casa tem uma varanda toda de vidros cristallinos, o chão é de xadrez de pedra, as paredes de talha doirada e as columnas, toda rodeada de pinturas, o tecto de talha doirada e pinturas com cortinas de nobreza brancas com galões de oiro e borlas de fio de oiro, como todas as cortinas das casas, tem requife côr de oiro. E a varanda tem seis tripeças com os pés azues e oiro e o assento de veludo côr de fogo e oiro; dois bofetinhos de charão negro e uma banca de veludo verde com pés de charão côr de fogo e oiro.

«O oratorio tem em baixo uma tribuna para a igreja, d'onde póde ouvir missa, com cortinas carmezins bordadas de oiro; e em cima o oratorio todo de talha doirada, no meio Nossa Senhora da Graça, e nos lados S. Bernardo e S. Bento; e virando-se o painel se vê o Evangelista com um panno bordado e cortinas bordadas de oiro e borlas de oiro, com duas serpentinas de prata de tres lumes cada uma, com uns poucos de ramos de prata e castiçaes, uma almofada de tissú, coberta com um panno bordado de oiro.

«A casa onde comem é toda armada em redondo de melania amarella, com passamanes e franja côr de perola, e todas as mais armações que tenho dito as tem da mesma côr dos passamanes, uma duzia de tamboretes todos doirados, e os assentos de veludo amarello com passamanes de prata, e oito placas de espelhos doirados, com um bofete de charão negro e oiro.

«O camarim da irmã mais pequena, tem a armação carmezim com franjas e passamanes de seda crua côr de oiro; um leito da moda, com armação da mesma melania carmezim e as mesmas franjas do mesmo, com uma lamina de prata á cabeceira, com um folhão de fita de prata; com lençoes de hollanda com boas rendas, travesseiro da mesma sorte, cobertor da mesma melania, e o panno de cobrir do mesmo; quatro cadeiras de damasco carmezim com franjas

de oiro e pés doirados; duas tripeças do mesmo veludo, com os pés negros e oiro; e em cima de um bufete dois pratos de Allemanha de prata doirada, com um penteador e uma toalha de cambray com preciosas rendas bordadas, e um avental da mesma sorte; e uma caixa de lixa encarnada com pregaria e fechos de prata que serve de guardar os brincos, e uma arca de charão doirada, e em cima um espelho com molduras de prata e muita quantidade de brincos e aviamentos tudo de prata doirada, que não tem numero, prato e jarro, escovas, thesoura, salva, pucaros, campainha, e todos os aviamentos de toucador de prata; e um espelho de vidros e doirado, e duas placas, e bispote de prata, mettido em uma arca de christal, dentro em uma bolsa de veludo.

«A casa, onde dormem Paula e Maria da Luz, tem armação de melania carmesim, com franjas e galões côr de oiro, dois escriptorios de charão negro e oiro, grandes e todos com pés e topetes de talha doirada maravilhosa, sanefa de talha doirada, dois bofetes doirados maravilhosos, dois espelhos de toda a parede; oito placas de espelhos e doiradas, um relogio de parede que dá horas e tange minuetes; uma duzia de cadeiras carmezins, com pés e braços de talha doirada e passamanes de oiro. A cama de Paula é de melania carmesim com o sobreceu todo em tomados, com franjas e galões côr de oiro; o leito da moda, com uma lamina de prata doirada, abrindo-se por tres partes, e os santos de oiro macisso em relevos, com um florão de fita de oiro. Os lençoes de hollanda muito boa, com preciosas rendas, e travesseiros do mesmo modo todos crespos: os cobertores da mesma melania e o panno de cobrir. A cama da irmã é d'este mesmo modo, menos a lamina de prata, um bofete á cabeceira de charão doirado, com um panno coberto, em cima um prato de prata grande, de Allemanha, e dois bispotes do mesmo, e nas mesmas caixas de vidros com as mesmas borlas.

«O gabinete, em que se touca Paula, é armada de melania carmesim com franjas e passamanes côr de oiro, duas sanefas de talha doirada, quatro tripeças com pés doirados e azues de charão, com assento de veludo; uma arca de charão azul e oiro, com dois pratos de prata, um com o penteador, outro com o avental e toalha de boas rendas, cobertos com um panno bom; uma arca de lixa negra, toda

com pregaria e fechos de prata; um espelho e seis placas de espelho doiradas; um bofete de charão com uma cobertura de cambray, com rendas de tres palmos de largura; com um espelho com molduras de prata, com todos os aviamentos de prata, caixas, prato, jarro, salva, castiçal, copos, fructeiros, thesouras, campainha, escovas, e tudo que não póde repetir-se, de prata.

«O outro gabinete de Maria da Luz, concertado com a mesma armação, com os mesmos adornos, com os mesmos brincos e riquezas, sem differença.

«Entre as camas ha duas pias de prata para agua benta.

«A casa de todo cima que é a ultima e a maior de todas, é toda armada de melania azul com galões e franjas de seda crua côr de oiro; as sanefas de talha azul e côr de oiro, e são doze; dois escriptorios de charão azul e oiro extraordinariamente bons e grandes, com pés. topetes, e ilhargas doiradas de mui miuda talha; oito placas de uma parte, e oito da outra, todas de vidro; uma duzia de cadeiras de veludo azul, com mãos doiradas, com topetes e galões de oiro e prata, e um relogio de parede que dá horas e tange minuetes; dois espelhos extraordinariamente grandes, com mais perfeição na talha doirada; dois bofetes doirados, com umas tarjas azues e oiro; duas serpentinas em cada bofete, de seis lumes cada uma, de prata, e todos os bofetes teem serpentinas de prata, com pratos e thesoiras de prata.

«Pelas escadas e corredores lampiões de crystal, mettidos na parede, com talha doirada; em todas as portas resposteiros de panno berne bordado de côres.

«O quarto de baixo tem sete casas; uma grande está com dezoito caixões de lixa negra com pregaria de prata, e todos cheios de prata, com que fez uma copa e sobejou muita, porque dizem são tres baixelas; e muitas arcas de roupa de cheiro, e dizem que são das fitas, brincos e vestidos; mas isto ainda se não viu.

«Vieram-lhe tres mulatas e duas criadas, e quatro que tinha, são nove.»

Como se vê, no palacio da freira era tudo verdadeiramente esplendido e magnifico.

A *cama da moda* de que se falla era talvez de charão, por que então se usavam; ou poderia ser de pau santo ou

outra madeira boa, com finissima talha, como ainda agora se encontram alguns leitos.

Melania, era um estofo de seda ou de lã, ondeado; mas no palacio da freira devia ser de seda, para condizer com o resto.

Os escriptorios eram o que hoje chamamos contadores, achando-se ainda alguns de mui delicado trabalho, verdadeiros primores de marcenaria e até de esculptura.

Temos ouvido, que ha individuos possuidores de moveis que foram do palacio da freira, e que são admiraveis.

O MISSAL DA ACADEMIA

Na livraria da academia real das sciencias, se guarda o precioso missal, manuscripto e illuminado, obra de Estevão Gonçalves Netto, e que por isso é conhecido pela designação de *Missal da academia.*

O missal é só para pontifical, o seu titulo é este:—*Pontificales missæ, ex missale romanum, juxta decretum S. Con. Tridentini—Fac. 1610. Stephanus Gundisalvius.*

É este o missal que serve nas acclamações dos reis, quando prestam juramento.

Estevão Gonçalves Netto foi abbade de Serem, capellão do bispo de Viseu D. João Manuel, e depois conego d'aquella sé, tomando posse do canonicato vago por obito de Christovão de Mesquita, a 9 de outubro de 1622. Consta que fallecera em 29 de junho de 1627.

São estas as noticias que ha a respeito d'este insigne artista, e que se acham no *Ensaio historico,* de José da Cunha Taborda.

O mesmo escriptor accrescenta:

«No livro das missas annuaes, que o cabido é obrigado a fazer celebrar por varias instituições, acham-se estabelecidas pelo mesmo Estevão Gonçalves, dez por sua alma e de seus paes, e cinco pela do bispo D. João Manuel. É comtudo de reflectir que este livro, chamado das missas de prima, porque todas são celebradas pelos capellães a esta hora, tem o frontespicio illuminado com as armas dos Abreus, e n'elle se acha em muito boa letra vermelha a seguinte inscripção:— «Gaspar de Campos e Abreu, chantre e conego da sé de Vi- «zeu, mandou fazer este livro, á sua custa. 1618.» Que elle

fosse o seu author não se póde crer, nem tambem negar, visto que nos emprasamentos capitulares do tempo em que viveu Estevão Gonçalves, se acha assignado, e combinando a letra d'elle n'estes com a do referido, deixa a duvida de quem o illuminasse.»

O cartorio do cabido ardeu no anno de 1711, por isso não admira que haja tão poucas noticias do conego, insigne pintor.

A illuminação do missal é verdadeiramente uma obra prima. Estevão Gonçalves era um artista superior.

Consta o missal de 76 pag. de texto, em pergaminho, com 11 estampas, e todas as paginas com as suas tarjas, cheias de miniaturas e de variadissimos ornatos. As estampas são as seguintes: — O Frontespicio — A adoração dos pastores — A adoração dos reis — A ceia do Senhor — O Calvario — A Ressurreição — A' descida do Espirito Santo — Assumpção de Nossa Senhora — Catafalco — O Menino entre os doutores — Nossa Senhora recebendo o Menino das mãos de S. Francisco.

São estas as estampas. No frontespicio ha uma lindissima miniatura representando S. Pedro a deitar as redes, e nas tarjas admiram-se muitas outras miniaturas egualmente bellas. No frontespicio está o brasão da casa dos Manueis, porque o livro foi dedicado a D. João Manuel, bispo de Viseu; e ahi se lê a assignatura de Estevão Gonçalves, abbade de Serem, que o fez em 1610, d'este modo: — *Steph. Glz. abbas Sereiiensis, Fac. 1610.* O frontespicio é de excellente composição; são delicadissimos e graciosissimos dois anjos que estão ao lado das columnas do portico; e admiraveis pelo desenho as cabeças de S. Thomaz de Villa Nova, e de S. Carlos Borromeo, que estão nas bases das columnas.

Cumpre porém advertir que as duas ultimas estampas não são de Estevão Gonçalves: tem mérito é certo, mas bastante inferior ao dos outros. Já não apresentam o mesmo desenho fino, correcto e gracioso, nem a bellesa de colorido, nem o grandioso da composição que se nota nas anteriores.

Parece que Estevão Gonçalves desenhou e pintou as tarjas até á penultima pagina; n'esta, o principio indica ser ainda do conego-pintor, mas o resto é evidentemente de outro artista.

Todas as estampas estão assignadas, excepto a que representa a adoração dos Reis Magos e a do Calvario.

Na ultima pagina da missa da Assumpção, no meio da tar-

ja, da parte inferior, se lê a assignatura assim—*Steph. Glz. canonicus visensis, faciebat 1622.*

Ignorâmos se o pintor seguiu no seu trabalho a ordem das estampas. Na da Ceia, que é a quarta, encontra-se a assignatura assim—*Steph. Glz. con. visensis.* Na da Resurreição, que é a sexta, a assignatura é—*Steph. Glz., faciebat.* Na do Espirito Santo, que é a setima, a assignatura é —*S. G. canon visen.*, e egual é a do quadro da Assumpção.

As estampas teem de alto (dentro da tarja) 29 centimetros, e de largo 18 ½ centimetros: a altura das figuras é de 11 centimetros.

Estevão Gonçalves, sempre que representou anjos e virgens, lhes deu cabellos loiros; o mesmo fez a S. João, e a figura de Christo tambem tem cabellos loiros; isto quer dizer, que para elle, segundo muitos pintores, o typo da formosura é loiro.

Todas as estampas ou quadros são da mais bella composição: resta averiguar se são originaes, porque se tudo é invenção do conego pintor, era sem duvida um artista a competir com os mais famosos. O grupo de anjos e a figura da Virgem, no quadro da Assumpção, são da maior bellesa; a expressão da Virgem será difficil excedel-a.

Diz Taborda que as composições dos quadros de Estevão Gonçalves são bellissimas e *cheias de muita novidade*, o desenho é correcto e o colorido admiravel, e porque se assimilha ao de Baroccio, e Thadeu Zuccaro, talvez leve a conjecturar que passasse á Italia, e estes houvessem sido os seus modêlos.

É certo que o estylo dos quadros do conego visiense, é o da escóla romana a que pertenceram aquelles dois pintores. Baroccio morreu em 1612, e Zuccaro em 1566: o primeiro especialmente seguiu o estylo de Corregio e de Raphael, e ambos se distinguem pelas qualidades que sobresahem na obra de Estevão Gonçalves.

A *Historia de Lisboa*, manuscripto da bibliotheca nacional, em que se acha uma descripção de todos os conventos existentes n'esta cidade, nos annos de 1704 a 1707, diz que o missal illuminado, que o bispo D. João Manuel, doou ao convento de Nossa Senhora de Jesus, lhe fôra mandado de Roma. O author do manuscripto é muito minucioso e exacto nas suas descripções, mostrando que procedeu a diligentes averiguações, por acaso effectivamente Estevão Gon-

çalves teria estado em Roma, e teria n'essa cidade executado o seu trabalho, e por isso o author diga que o missal veiu de Roma? Nada podemos dizer a este respeito. E na duvida, suppomos que o conego pintor, escreveu e illuminou o missal em Portugal.

Começou elle a pintura, ao que parece, no anno de 1610, e foi n'esse mesmo anno que D. João Manuel foi sagrado bispo de Viseu, tendo sido antes conego da Sé de Lisboa. N'aquella diocese permaneceu até maio de 1625, em que passou para a de Coimbra.

Foi durante este tempo que o insigne illuminador principiou e concluiu a sua obra que, segundo parece, lhe levou doze annos, pois que tantos vão de 1610 até 1622.

D. João Manuel, que favoreceu muito os religiosos da terceira ordem de S. Francisco, e contribuiu para a edificação do seu convento, mandando construir a capella-mór da egreja de Nossa Senhora de Jesus, e dotando esta casa com muitas alfaias preciosas, doou ao mesmo convento o missal de Estevão Gonçalves Netto, e ahi se conservou sempre. Acha-se em bom estado de conservação; mas notem os que o levam agora a Paris, que lhe começa a cahir a tinta em algumas tarjas, e se não houver o maior cuidado na sua guarda, é mui facil ter alguma deterioração.

Não sabemos de quem são as ultimas estampas do missal: o seu author revelou merecimento.

D. João Manuel foi membro da grande junta de bispos que se reuniu em Thomar, em 1626, para se occupar de varios negocios religiosos, e particularmente da extincção dos judeus em Portugal. Depois, em 1632, foi nomeado arcebispo de Lisboa, e ao mesmo tempo vice-rei de Portugal; mas pouco tempo logrou estas grandesas, porque morreu a 4 de julho de 1633, e foi sepultado na capella-mór, que fundara, do convento de Nossa Senhora de Jesus.

Ao tempo d'aquellas nomeações, D. João Manuel estava na côrte de Madrid.

D. Francisco Manuel, na sua 1.ª Epanaphora Politica, diz de D. João Manuel, que o zelo da causa que solicitava, o esplendor da sua familia, parentes, grandes e comprovadas acções lhe grangearam mais, que o proprio talento (não de todo esteril), boa opinião entre os ministros castelhanos e modernos portuguezes, porque entre os mais antigos não seria tão favorecido.

OS MENDIGOS NO SECULO XVI

Antigamente os mendigos constituiam uma classe social reconhecida. Bem póde dizer-se, que se considerava necessaria a mendicidade ou mendignidade, para que podesse haver caridade. Que valor teria o caldeirão dos conventos, se não houvera mendigos? Em quanto as almas piedosas fundavam esplendidos conventos de frades mendigos, emquanto o acto mais religioso d'essas epochas era fundar e dotar conventos e mosteiros, destinados a receber ociosos, não se tratava de acudir áquelles, que por invalidez proveniente de velhice ou de enfermidade, se viam obrigados a mendigar. Dizia-se com orgulho, tantos mil pobres recebem a caridade do caldo das portarias dos conventos, mas ninguem sentia a necessidade de crear e estabelecer hospicios para recolher os mendigos.

Alguns conventos menos, e alguns hospicios ou asylos mais, e a mendicidade não seria tanta; e os verdadeiros desgraçados teriam um abrigo. Haveria menos ociosos de gordo cachaço, porém haveria mais desgraçados soccorridos. Mas a mendicidade era inherente á existencia dos conventos, era portanto natural animal-a e protegel-a. Sem mendigos, os frades deixavam de ser caritativos. Muita gente se lembrará do grande numero de mendigos que vagueava por essas ruas, antes de 1834, e que todos os dias, pelo meio dia, se juntavam nas portarias dos conventos. Todos se recordam das ascarosidades que, em constante exposição e no meio de grandes alaridos, percorriam a cidade. Era um espectaculo ignobil e um documento tristissimo da atrasada civilisação d'esses tempos.

Acudiram-nos estas reflexões, lendo em um livro antigo,

que os mendigos tinham n'esta cidade tres confrarias, sendo duas d'estas a do Senhor Jesus, na freguezia de Santo André, que era dos cegos, e a de Santo Aleixo, na Misericordia, que era universal. Concorriam os mendigos, reunidos nas suas confrarias, a varias funcções publicas — d'isto subsistem documentos — e usavam levar nas mãos cannas verdes.

Quando no anno de 1588 foram transferidas as famosas reliquias existentes na egreja da Misericordia para a casa professa dos jesuitas de S. Roque, os mendigos figuraram no acto. A trasladação das reliquias, que ainda hoje estão na egreja de S. Roque, verificou-se com grande solemnidade no dia 25 de janeiro d'aquelle anno, e no dia 27 sahiram os mendigos procissionalmente, dirigindo se á egreja de S. Roque.

O licenciado Manuel de Campos, na sua *Relação do solemne recebimento das Santas Reliquias*, assim descreve a procissão dos mendigos:

«Os pobres, que por causa das suas doenças e aleijões, não tinham facil entrada para se irem offerecer ás santas reliquias, acharam invenção para se lhes dar logar... n'esta procissão iam as mulheres de uma parte, e os homens de outra com umas cannas verdes nas mãos, com capella de canto de orgão e charamellas que houve a confraria de Santo Aleixo, cuja imagem traziam em uma charola, por serem seus confrades, cousa muito nova, e de grande consolação vêr quasi todos os pobres de Lisboa, juntos em piedoso exercicio, virem a visitar as santas reliquias como fizeram.»

Outra menção se acha da confraria dos mendigos figurando em actos publicos.

Quando o arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, regressou a Lisboa da sua viagem a Madrid, fez a sua entrada solemne na capital, no dia 21 de maio de 1639. O arcebispo foi procissionalmente da egreja da Misericordia para a Sé, e os mendigos figuraram no prestito como confraria. D. Manuel Caetano de Sousa no seu *Catalogo Historico*, diz o seguinte, alludindo á solemne entrada do arcebispo D. Rodrigo da Cunha:

«O que fez que esta procissão fosse um glorioso trium-

pho d'este prelado, foi que iam n'elle todos os pobres da cidade com cannas verdes na mão, mudas as linguas, mas chorando os olhos e saltando os corações de alegria.»

Convem saber que Santo Aleixo, que os mendigos tomaram por patrono, foi um homem muito original. Era natural de Roma, e filho de um senador.

Como viesse a casar, na primeira noite fugiu da esposa, deixando-a intacta e foi-se a perigrinar pelo mundo; depois regressou a Roma, e esteve recolhido em casa de seu pae, em habito de pobre, zombando do mundo, diz um escriptor, com esta nova invenção. Mas depois de morto descobriu-se a farça do bom homem, que demais a deixou declarada em um escripto seu, e isto bastou para que a canonisassem, e assim os mendigos de Lisboa o escolheram para seu padroeiro.

É facil de imaginar o que seria a antiga mendicidade, tendo um modo de vida auctorisado; todos os mandriões e vadios se alistavam n'essas confrarias. Victor Hugo, no seu maravilhoso romance *Notre Dame de Paris*, descrevendo a Côrte dos Milagres, desenha com vivas côres todos os artificios da mendicidade, e como os miseraveis que especulavam com a caridade publica, se caracterisavam para a comedia que diariamente representavam. Assim devia de acontecer em Lisboa, onde o ser mendigo era uma profissão, e onde quantos mais mendigos houvesse, maior era a gloria da religião e maior a honra para os frades.

PRESERVERATIVOS CONTRA O CARNAVAL

É bem sabido o modo porque nossos paes festejavam o entrudo. Era o carnaval uma brutalidade, e isto já desde remotos tempos. Costumes herdados do gentilismo, e até certo ponto sanccionados por diuturno consentimento dos poderes publicos, resistiam a todos os esforços para lhes pôr cobro. Nem os governos buscavam extinguil-os: toleravam-n'os. Parece que deixavam ao povo esses tres dias de folia, em compensação do regimen apertado, suspeitoso e cruel a que sempre vivia sujeito.

Houve, porém, uma época em que pessoas devotas trataram de distraír os animos das brutalidades carnavalescas para as diversões ao divino, e foi para isso que se inventou o chamado Jubileo das quarenta horas. Com pomposas festas de egreja, com recreativas procissões nos tres dias de entrudo, se pretendeu afastar o povo dos folguedos do carnaval.

Se isto aproveitou por algum tempo, pela novidade, em breve esqueceu. A propria devoção esfriou, ou entendeu que não convinha expôr o culto ás profanações, que originariam as procissões nos tres dias; o caso é que isso acabou, e já no principio do seculo passado se não faziam as procissões.

É certo que, em 1708, ainda el-rei D. João V, obteve o jubileo das quarenta horas para a sua capella real, e sahiu com tres procissões no entrudo; mas este luxo monarchico-religioso pouco durou. E o carnaval ficou campeando, brutal, indecente e barbaro. Tanto póde a força de um costume tradicional, e desde longo tempo arreigado!

Foi no anno de 1608, que se introduziu em Lisboa o jubileo das quarenta horas. O padre Balthasar Telles diz que

foi a companhia de Jesus a iniciadora d'essa distracção ao divino; e fr. Belchior de Sant'Anna affirma que foram os carmelitas descalços. Não apuremos mais um ponto que não importa para a historia dos costumes passados; vejamos, porém, qual era a traça empregada para afastar o povo dos brinquedos carnavalescos.

Ornava-se a egreja de S. Roque com o maior esplendor: no cruzeiro e capella-mór levantava-se uma pyramide pintada e doirada, no alto da qual se expunha o Sacramento, e por cima da peanha via-se um seraphim, que por certo artificio abria e fechava as azas, occultando e descobrindo a custodia; com esta visualidade, e com as immensas luzes e flôres com que era decorada a pyramide se entretinha por algum tempo a attenção publica.

Era immenso o concurso de gente a confessar-se e a commungar nos tres dias de entrudo, e dizem que chegou a 20:000 pessoas, só na egreja de S. Roque. Havia, já se sabe, prégações de tarde.

As procissões eram assim: no domingo era feita pelos meninos que frequentavam as escólas de ler e escrever, acompanhados pelos mestres, e dirigidos pelo padre que dirigia a doutrina em S. Roque. Percorriam as ruas com uma vistosa charola, o que muito entretinha o povo.

Na segunda feira, sahia a procissão da egreja do collegio de Santo Antão, pelos estudantes das classes do mesmo collegio, e cada classe levava a sua charola ou andor; já se vê que o espectaculo havia de attrahir a curiosidade.

Na terça feira faziam a procissão os irmãos da congregação de Nossa Senhora da Doutrina, de S. Roque. Levavam a imagam em um andor de prata, e percorriam diversas ruas.

Nos principios do seculo passado já tinham acabado as procissões de domingo e segunda feira, e só se fazia ainda a de terça feira, á qual assistia o rei e a côrte, acompanhando-a e pegando nas varas do pallio: iam as irmandades e confrarias da casa de S. Roque, os padres, e os collegiaes de Santo Antão.

Estas devoções depois foram seguidas pelos outros conventos, e afinal acabaram de todo.

O padre Balthazar Telles, applaudindo o zelo religioso dos padres da companhia, e os fructos que d'elle resultavam para as almas, diz:—«... foi tal a victoria contra o inimigo com-

«mum, que chegaram a fazer dias de devoção dos que elle «(o diabo) tinha por dias de perdição: triumphando na oc-«casião dos seus triumphos, e vencendo com suas mesmas «armas, da maneira que antigamente David degolou ao Go-«liath com a mesma espada com que elle degolava aos he-«breus.»

O padre fr. Belchior de Sant'Anna, chronista do Carmo, escreve a este respeito com certa graça, celebrando a derrota do diabo no entrudo:

«Sem duvida, estes aprestes, diz elle, seriam grande tor-«mento para o inferno, pois via que se ordenavam a armar «soldados contra elle, com as invenciveis armas dos santos «sacramentos... Chegado o domingo antes do entrudo, em «que se expoz o Santissimo Sacramento logo pela manhã, «qual o sol em nascendo faz fugir as feras, que nas trevas «da noite corriam toda a terra, fazendo todo o estrago que «podiam, tal o sol da justiça, apparecendo sacramentado, «poz em fugida as feras infernaes, que n'estes dias tão te-«nebrosos tragavam tantas almas e causavam na cidade todo «o genero de desordens.»

Todos estes zelos religiosos acabaram, e o entrudo resistiu-lhes ainda por muitos annos. Foi o sol da civilisação e do progresso que veiu a acabar com as brutalidades carnavalescas, de que hoje apenas restam uns vestigios.

É esse o verdadeiro sol, cuja claridade afugenta as trevas do erro e da ignorancia, e póde mais, muito mais que o fanatismo e a hypocrisia.

Lembra-nos aquelle bom fr. João de Nossa Senhora, o celebre xabregano, conhecido pelo *poeta de Xabregas*, a quem o rapazio chamava *João Redondo*, pela sua immensa obesidade, que pretendendo afastar o povo das corridas de toiros que se faziam no Rocio, annunciava que prégaria na ermida de Santo Eloy, e tinha o desgosto de prégar ás paredes, em quanto a praça do Rocio estava atulhada de povo.

Ha tempos um missionario, que até certo ponto recorda o *Poeta de Xabregas*, prégava uma tarde na egreja de Santa Joanna; o auditorio era pouco numeroso, e o bom do padre exclamava:—«Está a casa de Deus deserta, e a horta «do José Gordo cheia de gente!»

Desenganem-se de que só a instrucção verdadeira e liberal, só a civilisação influem no animo do povo, para bem o encaminharem, que os passatempos são indispensaveis á vida, porque o ascetismo é uma coisa contra a naturesa, um ideal de loucos ou hypocritas.

CAUSA CELEBRE

COMPANHIA DO OLHO VIVO EM 1753

No anno de 1753 descobriu-se em Lisboa uma *Companhia de olho vivo,* isto é, um bando de ladrões dos mais audaciosos.

Um homem chamado José Nicós Lisboa Corte Real, dotado de genio vivo e perspicaz e de um caracter emprehendedor, fundou uma sociedade para roubar, por um modo original.

Os socios viviam em grande ostentação e achavam-se relacionados com as pessoas mais distinctas. Era assumpto da curiosidade geral o fausto com que esta gente vivia, porque não tinham propriedades nem trafico notorio.

Consistia a industria da sociedade na falsificação de firmas: e eram tão peritos na imitação das firmas, que aquelles mesmos que viam as suas por elles imitadas, confessavam que as não podiam negar.

Tinham como que delegações nas praças estrangeiras, e dos dominios portuguezes, onde havia casas ricas, para enviarem letras e executarem as ordens da sociedade; e se eram negociantes, noticiarem o porto e o sujeito com quem se correspondiam; e seus livros de sociedade, onde lançavam as contas d'elles, porque cada um sabia o seu estado, e os interesses que lhe competiam.

Estabelecidas as negociações, sacavam letras, e com tanta arte, que eram aceitas mesmo nas praças estrangeiras e sem

repulsa pagas. Se as letras não eram pagas, recorriam aos tribunaes, onde, não podendo os suppostos devedores negar a firma, eram compellidos a pagar, mesmo por meio de execução, pondo-se-lhes os bens em praça.

Os proprios socios formavam requerimentos, fingiam despachos, assignavam confissões contra quantos meditavam que sabiam do processo, quando se verificavam as penhoras, e não podendo ser ouvidos contra as proprias confissões fingidas pelos socios, sem remedio se viam condemnados.

As repetições d'estas falsidades, as sommas excessivas que por tal arte eram extorquidas, a noticia que se foi espalhando d'esta industriosa sociedade, o grande luzimento em que os socios viviam, foram sobre elles attrahindo as vistas e as suspeitas das auctoridades, que elles, cegos com o bom exito alcançado por tantas vezes, não perceberam. Um bello dia a justiça começou a proceder, e capturou vinte e tres socios, incluindo o chefe da quadrilha, que era o tal José Nicós, todos pronunciados na devassa que secretamente el-rei mandára tirar.

Instaurou-se pois um processo, e foram os réos citados para em cinco dias dizerem da sua justiça. O volumoso do processo, a multiplicidade das provas, sua variedade a respeito das culpas de que os réos estavam convencidos, fizeram com que os desembargadores propostos ao exame do processo, e final sentença, consummissem quinze dias consecutivos, na presença dos regedores da justiça, para poderem chegar a pronunciar a sentença. Continha esta cincoenta e quatro laudas, ou treze folhas e meia de papel, e concluia por condemnar o José Nicós e mais nove socios á morte, e os outros réos a differentes penas, como degredo perpetuo ou temporario, sendo antes os réus açoitados pelas ruas publicas. Entre os réos achavam-se duas mulheres que foram condemnadas a açoites e cinco annos de degredo para Castro Marim. Apenas foram absolvidos tres réos, e entre elles uma mulher.

Publicada a sentença a 20 de maio de 1753, pediu o mordomo dos presos a el-rei que, attendendo ao numero de réos e volumoso processo, se lhe concedesse tempo para o seu exame e formatura dos embargos; e tambem o regedor representou sobre a impossibilidade de sentenciarem-se em um só dia, os primeiros e segundos embargos de tantos réos.

Antigamente os presos tinham um mordomo, por parte da Misericordia, encarregado de promover os termos dos processos, e ser o seu verdadeiro procurador, requerendo tudo que fosse a bem da justiça dos mesmos presos.

Quando se dava sentença de morte, era obrigação dos procuradores dos réos interpor logo o recurso dos embargos, admittindo-se primeiros e segundos, os quaes deviam ser resolvidos no mesmo dia, para desde logo se dar cumprimento á sentença, no caso de serem despresados os embargos.

El-rei, por decreto de 27 de maio, não deferiu a petição do mordomo dos presos, mas attendendo ao que representára o regedor das justiças, ordenou que os primeiros embargos fossem resolvidos no dia 29, e os segundos no dia 30.

Apresentados os primeiros embargos, livraram-se da morte tres dos réos, sendo-lhes commutada a pena capital em degredo perpetuo para Benguella, com baraço e pregão, em quanto a dois; e com relação ao terceiro, obrigaram-no a assistir á execução dos socios, sendo açoitado na retirada para a cadeia, e depois degradado perpetuamente tambem para Benguella.

Nos segundos embargos livrou-se da forca o José Nicós, o cabeça e fautor da criminosa sociedade. O que desempatou da vida, foi o desembargador Estevão Fragoso Ribeiro, o qual disse no voto que não podia deixar de livrar o réo Nicós da morte, *porque se via obrigado a obedecer a quem, pedindo, mandava*, enunciando ser o infante D. Antonio, tio d'el-rei, o empenhado em salvar a vida d'este réo, porque era primo do seu creado e maior valido, Manuel de Passos, thesoureiro do senado; e foi voz publica, que o infante andára na noite anterior, por casa dos desembargadores, solicitando a commutação da pena capital, a favor do Nicós.

Causou esta resolução dos segundos embargos, escandalo geral.

No dia 1.º de junho, pelas 10 horas da manhã, sahiram a morrer os seis réos condemnados; iam na frente d'elles o Nicós, e João de Almeida, pois que o primeiro fôra afinal condemnado a assistir ás execuções, sendo açoitado na retirada, e depois degradado por toda a vida para Benguella.

Abria o prestito um esquadrão de cavallaria, bem necessario para conter a plebe, que vociferava contra o enormissimo escandalo de ser salvo da forca o Nicós, que todos sabiam ser o cabeça da sociedade.

Entre os réos padecentes ia Fructuoso Freire da Costa, muito conhecido e muito estimado n'esta côrte, pelas prendas de sua filha Theresa Rosa.

Concluiu-se a execução ás 6 horas da tarde, e então foram despidos o Nicós e o Almeida, e começaram a receber açoites até que entraram no Limoeiro. O Nicós entrou na cadeia mui senhor de si, e julgou que continuaria a ficar na sala livre, buscado dos amigos, como antes; os demais presos, porém, repelliram a sua companhia, e foi mandado para a enxovia.

Foi notorio que o infante D. Antonio se empenhou muito pelo perdão d'estes réos; mas el-rei, querendo dar satisfação a tanta gente roubada, e desaggravar a moralidade publica, que, pela voz do povo, clamava contra a absolvição de vida dada a Nicós, e repetia as proprias palavras do voto do desembargador Fragoso, que déra a vida a tão grande réo, foi inflexivel, e no dia seguinte ao da execução, o regedor das justiças recebeu um decreto pelo qual el-rei lhe ordenava que chamasse á presença da relação o desembargador Estevão Fragoso Ribeiro, e o *reprehendesse muito severamente do preambulo do voto, em que mudou do parecer, que tinha dado sobre o crime do réo José Nicós, dizendo que era sustentado por grandes empenhos; e em negocio,* continuava o decreto, *em que tanto interessava o bem publico dos meus vassallos não devia fazer menção mais que do serviço de Deus e meu, e da boa administração da justiça. E supposto que o escandalo que resultou d'aquella expressão era digno de maior demonstração, basta por ora que se abstenha de ir á relação até minha mercê.*

Cumpriu-se a determinação real, e no dia 5 do mesmo mez de junho se levantou a suspensão ao desembargador Fragoso; mas tamanho foi o desgosto que este procedimento-lhe causou, que no dia 9 succumbiu ao seu fatal effeito.

Note-se, porém, que Nicós não se livrou da forca só com o voto do desditoso ministro; mais tres o acompanharam, cedendo por certo ás solicitações do infante D. Antonio; Fragoso, porém, foi franco onde o não devia ser, e porven-

tura quiz compor o seu dever com os seus respeitos, alliviando a consciencia com a expressão do respeito. Os outros foram mais espertos, e Fragoso foi immolado á voz publica indignada contra a criminosa parcialidade da relação.

No dia 2 foi expedido um decreto, ordenando que José Nicós, considerado indigno da sociedade das gentes, que podia preverter ou inquietar com os seus pessimos e escandalosos costumes, em qualquer terra que habitasse, fosse recluso por toda a vida na torre do Bugio, em carcere subterraneo, e sempre incommunicavel.

Com effeito no dia 20 foi o Nicós algemado, e além d'isso ligado a dois quadrilheiros, e acompanhado por dez alcaides e um escrivão, para a torre do Bugio e ahi mettido n'uma casa forte subterranea, que tem 6 palmos de largo, 11 de comprido e 25 de alto; recebe a luz por uma fresta, no alto. Foi-lhe assignado para seu sustento 7 arrateis de carne por mez, meio alqueire de feijão, canada e meia de azeite, um arratel de biscoito e uma canada de agua por dia.

No dia 4 se promulgou outro decreto, mandando pôr silencio em todos os processos que a sociedade dos ladrões condemnados instaurára contra muitas pessoas por suppostas dividas.

Foi singular, e singular é nos fastos juridicos esta causa pela naturesa dos crimes que foram processados, e porque custou a vida a um dos juizes, e ainda para se apreciar qual é a fatal influencia dos respeitos aos poderosos.

A CASA DE BRAGANÇA

(APONTAMENTOS)

I

A casa de Bragança foi um verdadeiro potentado, e apesar de hoje occupar o throno, não ostenta a grandesa e magnificencia que teve quando ainda estava longe da corôa.

Eram os duques de Bragança verdadeiros monarchas nas suas terras, e viviam á lei da realesa.

O seu primitivo estado e patrimonio se formou dos bens e terras, com que o condestavel D. Nuno Alvares Pereira dotou sua filha D. Brites, para haver de casar com D. Affonso, filho natural de el-rei D. João I, e das terras e bens com que este dotou o filho, concedendo-lhe o mero e mixto imperio, todos os fóros e isenções, regalias e privilegios, como se elle proprio fosse.

Teve mais a casa de Bragança o senhorio de Braga, Villa do Conde, Monforte, Penella, Alter do Chão, ilha do Corvo, e a mercê da cidade do Porto, que não chegou a realisar-se.

O padroado ecclesiastico abrangia a collegiada de Santa Maria, de Guimarães, uma das mais privilegiadas das Hespanhas; a collegiada de Barcellos; apresentava 80 egrejas e muitas d'ellas bem pingues; 41 commendas; o padroado de differentes matrizes e conventos.

No secular, provia 18 alcaidarias-móres, 4 ouvidorias, comprehendendo 1:300 officios de justiça e fazenda.

Eram duques de Bragança, de Barcellos, e de Guimarães; marquezes de Valença e Villa Viçosa; condes de Ourem, Arrayolos, Neiva, Faro e Faria, Penafiel; e senhores de Monforte, Alegrete, Villa do Conde e outros logares.

Possuiam, além da cidade de Bragança, 21 villas das melhores, afóra os logares, que eram infinitos; só no termo de Chaves, tinham 187 logares, e no de Bragança 202, e as villas de Guimarães, Montemór o Novo, Almada, Vidigueira, etc.

Em 1640 tinha o duque mais de 80:000 vassallos.

Em um memorial que a duqueza D. Catharina dirigiu ao rei Filippe II de Castella, e I de Portugal, no qual requeria o ducado de Guimarães com todos os seus prós e precalços para o duque seu filho e do duque D. João, allega que além de muitos serviços que o duque D. João fizera á corôa de Portugal, eram muito notorias as grandes despesas em que entrára para bem do reino.

Na primeira armada que el-rei D. Sebastião intentou mandar a Africa, o infante D. Duarte devia ir por general, e teve o duque embarcados 700 homens á sua custa; — e da primeira vez que o desditoso monarcha passou ás terras africanas, o duque teve 600 homens de cavallo; — e da segunda e infelicissima jornada, em que o duque ficou captivo, levou 800 criados e soldados, que foram de Lisboa, em mais de trinta navios fretados e pagos pelo duque. Esteve o duque captivo dois annos, e pagou o seu resgate e o dos seus criados e soldados, e deu pensões ás mulheres, filhos e irmãos dos que por lá morreram; isto tudo além dos dinheiros que abonou ao rei!

D'estes serviços, diz a duqueza, não deu satisfação el-rei D. Sebastião por acabar na batalha de Alcacerquibir, nem el-rei D. Henrique, porque nunca lh'a pediu, *por ter em seu tempo outras pretenções muito differentes d'esta.* Alludia á sua pretenção á corôa, pela parte do infante D. Duarte.

Por este serviço pedia a mercê da villa de Guimarães com toda a jurisdicção, padroados, dada de officios de juro e herdade, e o titulo de duque d'ella, como o tiveram os duques D. Fernando, D. Jaime e D. Theodosio. Este deu a villa em dote á infanta D. Isabel, sua irmã, quando casou com o infante D. Duarte seu tio, irmão de D. Catharina, e por fallecimento d'elle vagou para a corôa.

A mercê pedida não se verificou. Os Filippes olharam

sempre com maus olhos os duques de Bragança, sem embargo de apparentes amisades.

Os duques de Bragança algumas vezes mostraram que lhes girava nas veias o generoso sangue do condestavel e do mestre de Aviz, porque se houveram como bons cavalleiros em differentes conjuncturas.

O duque D. Fernando, conde de Arrayolos, governou por muito tempo, e com acerto e valor, a praça de Ceuta, em tempo de D. Duarte.

O duque D. Jaime foi á conquista de Azamor, em tempo de el-rei D. Manuel, e levou 4:000 homens de pé e 500 de cavallo.

D. Constantino governou a India como vice-rei.

Os duques não recebiam o titulo de conselheiros de estado, mas quando vinham á côrte eram sempre chamados a conselho, nos negocios graves; e tinham direito de entrar, ainda que não tivessem sido convocados.

Tinham os duques estado para o seu serviço á maneira da casa real, tendo em sua casa os mesmos fóros de fidalgos cavalleiros, escudeiros e moços da camara que os reis tinham; e o rei nomeava os criados do duque pelos mesmos titulos que tinham na casa dos duques.

Se os duques jantavam á mesa do rei, eram servidos pelos seus proprios officiaes, e não pelos do rei.

Usavam de arautos com cotas de armas, e de porteiros da maça.

No paço, os officiaes dos duques tinham as mesmas preeminencias que os officiaes da casa real, e eram sempre pessoas da primeira grandesa, e da sua casa sahiam para os principaes cargos do reino.

Martim Affonso de Sousa, governador da India, D. Aleixo de Menezes, aio d'el-rei D. Sebastião, Francisco de Lucena, secretario de estado, e outros, foram criados dos duques de Bragança.

A capella do paço ducal gosava dos mesmos privilegios e graças apostolicas da capella real, e as ceremonias com os duques eram as mesmas que se usavam com os reis.

Quando os duques visitavam os reis, estes se levantavam e adiantavam-se dois passos para os receberem, e não consentiam que lhes beijassem a mão.

O primogenito da casa, o duque de Barcellos, gosava das mesmas honras.

A etiqueta no palacio ducal era em tudo egual á da côrte.

É curiosa a relação da etiqueta da casa do duque D. Theodosio I, filho do duque D. Jaime; é um regimento contendo as obrigações de todos os officiaes da casa.

Era costume das pessoas da grandesa, no seculo XVI, ao levantar, tomarem uma porção de assucar rosado, e beber golos de agua, e um official estava encarregado de apresentar o assucar e agua.

O regimento, nas obrigações do moço da guarda-roupa, dizia o seguinte:

«Era guarda da pessoa do duque, e de sua casa; tinha cuidado de ver as portas da camara, se estavam fechadas, ao recolher, e corria toda a casa, e via debaixo dos leitos se estava alguma cousa; e esta diligencia fazia todas as noites, como o duque se deitava, e tudo deixava a bom recado e portas fechadas, senão a da camara, que vinha para a a guarda-roupa, onde elle dormia, porque só esta ficava aberta.

«O mesmo fazia na guarda-roupa; e fechadas as portas e janellas, se deitava com uma espada ou montante á ilharga da cama.»

Nas obrigações do moço das chaves, dizia o seguinte:

«Todas as noites punha á cabeceira da cama do duque, na grade do leito, um retabulo de Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado, por detraz da cortina, que tinha um gancho e uma cadeia onde se pendurava.

«E assim um montante á cabeceira junto da cadeira, e da parte da ilharga do leito contra a parede, uma cadeira rasa, e sobre ella uma saia de malha e um sombreiro de casco (armadura de guerra). Estas tres cousas levava ordinariamente com o duque para onde elle ia, e bem assim dois cadeados direitos, com armellas de parafuso, para se pôrem nas portas da camara onde o duque dormia se não tinha fechos.

«Quando o duque vinha de fóra, ou havia necessidade, mandava pôr um cruzeiro de prata, e uma salva com perfumes, ou cassoula, na camara ou casa, onde o duque havia de estar.»

Resumindo as obrigações do cargo de veador, dizia o regimento:

«Com estas providencias e com outras de outros officiaes, na côrte, nas jornadas que fez, com as princesas na raia, e em grandes festas que em seu tempo houve, e assim nos caminhos e em Villa Viçosa, foi o melhor servido principe que houve em seu tempo, e nas cousas tão grandiosas, que soavam em todas as quatro partidas do mundo.»

O veador tinha sob seu governo 120 pessoas, que eram officiaes da mesa, uchão, servidores da toalha, escrivães da cosinha, aposentador, comprador, cevadeiro, moços dos officios, moços da camara, das tochas, recados, etc., reposteiros, porteiros da canna, arautos e passavantes, mariscal, que entendia no serviço das azemolas, azemeis, charamelas, trombetas cosinheiros.

O duque, quando ia á caça, levava uma comitiva de 120 pessoas, incluindo 24 cavalleiros da guarda da pessoa do duque e o pagem da lança.

Todos os dias ao levantar, quando entrava o camareiro com a agua, entravam tambem os moços fidalgos e alguns fidalgos mancebos; e quando estava vestido e tomava a sopa, entravam no aposento todos os mais, que eram muitos.

Todas as coisas que lhe eram apresentadas, ou ao vestir ou ao comer, e n'outras occasiões, os officiaes que lh'as apresentavam punham o joelho em terra.

II

Foi o duque de Bragança, D. Jayme, encarregado de se assenhorear da praça de Azamor, na Africa. Era a satisfação dada á opinião publica, pelo crime que commettêra, assassinando sua esposa, a duqueza D. Leonor de Mendonça.

O duque houve-se n'esta conjunctura com a grandesa que caracterisava a sua casa. Ainda não era decorrido um anno depois d'aquelle fatal successo, quando el-rei D. Manuel lhe conferia a capitania-mór e geral da armada e exercito, que deviam ir á expedição de Azamor. A 3 de agosto de 1513 (a morte da duqueza fôra a 2 de novembro de 1512) lhe foi dada a patente d'aquelle posto e commissão, com plenos e absolutos poderes.

Fizeram-se grandes aprestes para esta empresa, e diz Damião de Goes, que entre todos os navios de differentes especies de que a armada se compunha não seriam menos de quatrocentas velas, e, afóra a gente do mar, iam na expedição 18:000 homens de guerra, sendo 15:000 a soldo d'el-rei, e os 3:000 eram do duque D. Jayme, que os alistou nas suas terras; e depois tomou mais 1:000 homenh em Lisboa, e a todos os 4:000 fardou dando-lhes, calças, gibões e gorras de panno branco, com cruzes vermelhas nos peitos e nas costas, á similhança dos cruzados: e aos coroneis, alferes, cabos de esquadra e sargentos de campo, deu vestidos de seda. No Terreiro do Paço, por alguns dias se exercitou esta gente, e deu mostra a el-rei, executando as manobras da tactica da época, e que chamavam caracoes, coroas, quadras, cunhas, etc. O duque levou mais 500 homens de cavallo, seus criados e vassallos. Iam como capitães da ordenança quatro esforçados cavalleiros, que tinham tido longa pratica nas guerras de Italia. Muitos fidalgos, já conhecidos nas empresas d'Africa, iam na armada e no exercito, e entre elles o famoso D. João de Menezes, em quem recahiria a capitania-mór, na falta do duque:—D. Vasco Coutinho, conde de Borba, cavalleiro de grande esforço:—João Gonçalves da Camara, filho de Simão Gonçalves, governador perpetuo e donatario da ilha da Madeira, o qual levava á sua custa vinte navios e 600 homens de pé e 200 de cavallo, e a todos sustentava.

Em cinco mezes, pouco mais ou menos, se aprestou de tudo esta grande armada, posto que o duque D. Jayme, se queixou depois de que nem tudo fôra provido como devera ser; assim consta da sua carta a el-rei D. Manuel, de que logo daremos uns excerptos.

El-rei, no dia 14 de agosto do dito anno de 1513, foi á Sé ouvir missa, e depois de estar na egreja, entrou o duque D. Jayme, vestido de branco, trazendo ao pescoço um collar de riquissima pedraria, acompanhado por todos os officiaes da armada, e o seu alferes com o estandarte real, que o arcebispo de Lisboa benzeu, no altar de S. Vicente, padroeiro da cidade de Lisboa. O rei recebeu o estandarte depois da benção, e logo o entregou ao duque, ao qual recommendou tudo o que cumpria ao serviço de Deus e seu: o duque entregou o estandarte ao seu alferes.

Na tarde d'esse dia, que se contavam 14 de agosto, an-

niversario da batalha de Aljubarrota e da conquista de Ceuta, a primeira praça d'Africa tomada aos moiros, se foi o duque ao paço acompanhado de todos os capitães, fidalgos, e mais pessoas distinctas, que iam na armada, a despedir-se d'el-rei, e logo depois embarcou, para no dia seguinte sahir a barra; mas demorou-se a partida, e só no dia 17 largou a armada, e no dia 28 surgiu na barra do rio de Azamor; mas o desembarque se fez em Mazagão, e d'ahi foi o exercito por terra para sitiar Azamor, no dia 1.° de setembro.

Já em 1508, el-rei D. Manuel mandára uma expedição ás ordens de D. João de Menezes, para se assenhorear de Azamor: malogrou-se porém esta empresa; e a armada depois foi soccorrer Arzila, que se achava em grande perigo, cercada por innumeras forças mauritanas. No anno anterior enviára el-rei uma commissão composta de cavalleiros, gente do mar, e de Duarte d'Armas afamado pintor, para sondar a barra de Azamor, de Salé e Larache, tendo Duarte d'Armas tirado as plantas da barra e da terra.

Foi felicissima a expedição do duque D. Jayme, pois que depois de estabelecido o cerco, e apoz alguns combates, de que não resultaram grandes perdas de parte a parte, a gente de Azamor desamparou a cidade, e o duque n'ella entrou triumphante. Depois fez uma entrada pelas terras visinhas, a 26 de outubro, e pouco tardou que não regressasse para o reino, chegando a Lisboa a 21 de novembro, e logo foi a Almeirim, onde estava a côrte.

Apenas o duque se assenhoreou d'Azamor, communicou o successo a el-rei, que então estava em Cintra, e houve grandes demonstrações de alegria por todo o reino. O papa Leão X enviou ao duque um breve gratulatorio, e mandou celebrar em Roma uma solemnissima festa, em acção de graças por mais este triumpho contra os infieis.

O duque escreveu ao rei dando-lhe conta minuciosa da empresa que lhe fôra commettida. É um documento curioso essa carta, particularmente porque demonstra a indisciplina da gente de guerra d'aquella época, e como a armada não ia provida de tudo quanto era indispensavel.

Offerecemos aos leitores alguns trechos d'este documento, que anda nas *Provas da Historia Genealogica da Casa Real*, mas que é pouco conhecido do vulgar dos leitores.

Começa assim:

«Louvores a Nosso Senhor, Azamor é de V. A., sem morte, nem perda de homem fidalgo, salvo algumas feridinhas que alguns houveram em um desmando de uma escaramuça, o dia que aqui chegámos; mas de quantas feridas o meu coração ha sido traspassado pelo mau aviamento que trazemos das cousas necessarias, não o poderia crer senão quem me vê lançar os bofes, que tal official ha ahi que traz as cousas que não cumprem, que até o posto de Mazagão o não vi.»

Depois de referir a ordem em que poz a sua gente, diz:

«Haja V. A. por certo que ordenar isto assim foi o maior trabalho e affronta que em toda a minha vida me vi, e quando acabei de fazer pareceu-me que seria facil tomar o cairo, porque d'elles não queriam que lhes tomassem os homens de pé, d'elles não queriam ajuntar-se com ninguem, d'elles buscavam todos os destemperos do mundo, que não havia gota de sangue em mim que não fosse tudo peçonha, nem tinha outro remedio senão fazer andar os alferes a poder de pancadas e contoadas, e ajuntal-os onde eu queria, e d'esta maneira iam os capitães e gente com elles, mal que lhes pesava. Estes capitães não os podia ver juntos com o conde de Borba, nem elle não se queria juntar com elles, por causa do descontentamento do seu genro.»

Diz que mandou gente n'umas fustas e bateis, para queimarem as balsas diante da frota, no rio; e diz—«que procurou as barcas como pôde...

«porque aquillo de que se os mariantes offereceram a V. A. foi tudo riso.»

Quando se aproximaram da terra, diz, que, por conselho de todos os fidalgos que iam na nau, se chegaram á terra, e continua assim:

«Por alguns fogos que em terra viram, e quão presto nos achamos outro dia pela manhã em terra, houvemos por certo que eramos vistos, em especial depois que démos vella e andámos meia legua, pareceu ao conde de Borba e a Diogo de Mendonça, e a todos esses fidalgos, que estavam na minha nau, que pois eramos vistos fossemos ao longo da

terra, por lhes quebrar mais os corações, com a vista de tão formosa armada, que segundo João de Lisboa diz, eramos quatrocentas e trinta e tantas vellas, em que entravam mais de trinta de gaveas, e mais traziamos tão gentil vento, que nos pareceu que nos podia fazer pouco damno sermos vistos.»

Dá conta extensa das operações do cerco, e de como os mouros retiraram a final, desamparando a praça, e conclue assim:

«Esta cidade é mui grande para se soffrer sem toda esta gente, e havemos aqui praticado em atalho d'ella; se com este ser puder, irá a pintura disto a V. A. que a mandei fazer a Francisco Dansilha, como nos pareceu, e áquellas pessoas com quem V. A. mandou que isso communicasse.

«A egreja é formosa cousa: tem oito naves; achámos tanta sujidade n'ella e em toda a cidade, que é uma vergonha de ver, e é tão feia de dentro, que não parece senão o mais mal curral de cabras do mundo, e de fóra dos muros tão formosa, e tão forte, e tão entulhada pelos mais dos cabos, e tão desviada do que a V. A. lá informavam, que, se algum tanto se quizesse conter, houvera de haver grande golpe de carapuças vermelhas, antes que se tomasse.

. . . . . .

«Á egreja puzemos o nome Santo Espirito, por amor do conde de Borba, que sempre disse que o Santo Espirito nos mexericava estas cousas.

«Mande-nos V. A. logo um sino muito grande para o repique, e outros que lhe parecer seu serviço, que nos serão necessarios, e engenhos para que nol-o ponha em cima da torre. N'esta mesquita achámos dois sinos de obra de dois palmos de alto, que ficaram do tempo dos christãos.»

O duque falla muito de desmandos, e vê-se que os fidalgos não tinham a necessaria subordinação; por isso o bom do duque tinha o sangue convertido em peçonha, como elle diz.

Azamor e as demais praças d'Africa foram quasi todas desamparadas em tempo d'el-rei D. João III. Restava Mazagão, que foi entregue aos mouros por 1770, em bem tris-

tes circumstancias, tendo custado tanto sangue. Tudo se perdeu.

III

No dia 20 de junho do anno de 1483, na praça da cidade de Evora, cahia, decepada pelas mãos do algoz, a cabeça do duque de Bragança D. Fernando II, por mandado d'el-rei D. João II, cunhado do duque, e seu primo.

Passados vinte e nove annos, a 2 de novembro do anno de 1512, o duque de Bragança D. Jayme, filho do duque D. Fernando II, apunhalava no paço de Villa-Viçosa a duqueza D. Leonor de Mendonça, sua mulher, e mandava matar Antonio Alcoforado, que suppunha amante da duqueza.

Duas catastrophes tremendas ensanguentam a historia da casa de Bragança. Em ambas foi o crime o motor do ferro homicida. Na primeira o crime politico; na segunda o crime matrimonial. D. João II precisava de desmoronar o poderio da nobresa, e pareceu-lhe que decepando a cabeça mais alta entre todas as da nobresa, dava um salutar exemplo, para ensinar aos privilegiados, que muito acima d'elles estava o poder real. O duque D. Jayme, assassinando sua mulher, julgava desaggravar a sua honra, e satisfazia a odienta paixão que desde o seu enlace nutria contra a desditosa duqueza.

Tanto el-rei D. João II como o duque D. Jayme eram cavalleiros valorosos; mas a historia diz que ambos foram atormentados pelos remorsos, que lhes faziam ver as suas victimas a recordarem-lhes o sangue, que elles haviam derramado. Garcia de Rezende conta que, depois do assassinato juridico do duque de Bragança, achando-se el-rei D. João II em Santarem, á hora da meia-noite, quando estava repousando com sua mulher, acordára sobresaltado, parecendo-lhe que alguem o chamara, e perguntára quem era, e repetira a pergunta, que sempre ficára sem resposta. Então o rei levantou-se, vestiu um roupão, e tomou uma espada e rodela, e na mão esquerda uma tocha, abriu a porta, e sentiu um homem a andar diante d'elle; e como o rei caminhava, ia o vulto abrindo as portas, até sumir-se. O rei o seguiu até aos vãos dos telhados, onde havia suspeita de *que alli se sentia coisa má*. A rainha, vendo sahir o rei do

aposento, bradou alto, e acudiram as suas damas, que logo chamaram os fidalgos da guarda e monteiros, e foram-se todos com tochas accesas em procura do rei, o qual acharam só nos vãos do telhado, buscando todos os cantos d'elles. Refere o chronista que D. João II estava tão despejado, e com o rosto tão alegre e seguro, que a todos surprehendeu.

Se isto assim se passou, foram os remorsos que o perseguiam e lhe traziam alvoroçado o espirito, porque o processo do duque D. Fernando fôra tumultuariamente feito, com testemunhas vis e inimigas do duque, e sem elle ser ouvido. Fôra um verdadeiro assassinato, que manchará para sempre a memoria do monarcha, a quem chamaram Principe perfeito.

Narra a historia como ficára impressionado o duque D. Jayme, por causa do homicidio que perpetrou na pessoa da duqueza sua esposa, a ponto de se encerrar em uma cisterna do paço de Villa-Viçosa, entregando-se ahi ás mais asperas penitencias; e accrescenta-se que de noite acordava em sobresaltos, pensando ouvir lastimosos gemidos, que eram os da duqueza, e isto mesmo, quando repousava ao lado da sua segunda mulher, a duqueza D. Joanna de Mendonça.

Por causa do assassinato da duqueza instaurou-se um processo simulado, porque nenhuma intenção havia de punir o duque.

Quando o duque D. Fernando II foi degolado em Evora, contava o duque D. Jayme quatro annos de edade. A duqueza D. Isabel, sua mãe, mandou-o com seus irmãos para Castella, depois da catastrophe que custou a vida a seu infeliz pae. Lá estiveram disveladamente tratados pela rainha Isabel, sua tia. Os filhos do maior potentado de Portugal eram uns mendigos, pois que el-rei D. João havia sequestrado todos os bens d'esta casa, e parte os distribuira pelos seus favoritos, inimigos do duque D. Fernando. Fôra completo o abatimento d'esse colossal poder dos descendentes do bastardo predilecto d'el-rei D. João I. O chefe da casa perdera a cabeça no patibulo, e todo o seu patrimonio fôra confiscado. Não possuiam pois um palmo de terra nem um ceitil os filhos do duque D. Fernando.

Treze annos durou o exilio dos filhos do duque justiçado. Foi em 1497 que el-rei D. Manuel os chamou ao reino, e em

Setubal, onde então estava a côrte, foram recebidos com grandes festas. Contava o duque D. Jayme dezesete annos de edade, e aos vinte e um desposou a infeliz D. Leonor de Mendonça. El-rei D. Manuel restituiu ao duque D. Jayme todos os bens da casa de Bragança, e ainda lh'os accrescentou.

Contam que o duque era dotado de um genio melancolica e sujeito a accessos maniacos, e d'ahi procedera a vingança que tomou da affronta, que suppoz lhe fizera sua esposa. Accrescentam que era dado a praticas religiosas, e em tal excesso, que intentou metter-se a frade capucho, quando já tinha desposado D. Leonor de Mendonça. Para isto sahiu do reino a occultas, em direcção a Roma, para ahi haver as necessarias licenças. Dizem que el-rei D. Manuel, sabendo, por uma carta que o duque lhe deixára, a sua resolução, mandára em seu seguimento, por differentes caminhos, e que fôra encontrado já no Aragão, e d'ahi regressára ao reino, obedecendo ás ordens d'el-rei.

As melancolias do duque, os seus remorsos, e embaraçosa posição em que ficára perante a opinião dos da sua egualha e do povo, levaram-n'o a emprehender um feito que désse na vista, e de algum modo fizesse esquecer o acto cruel e cobarde que praticára, dando a morte a sua esposa, que todos tinham na conta de innocente. Foi por isto que logo no anno seguinte ao do assassinato da duqueza foi emprehendida a expedição de Azamor, da qual o duque foi o general, como referimos.

OS AZULEJOS DA CAPELLA DA SENHORA DA VIDA

DA ANTIGA EGREJA PAROCHIAL DE SANTO ANDRÉ

I

Conservar os monumentos de gloria, ou das artes, é dever de todos os homens esclarecidos. Só os ignorantes arrojam com o pé para longe as obras que memoram feitos insignes, ou o desenvolvimento das artes nas eras passadas —e não só os ignorantes assim procedem, senão tambem os espiritos egoistas, as almas apoucadas, que despresam o passado, porque já não póde voltar. Estes taes só olham para o presente, porque nada esperam do passado nem do futuro.

Por isso nós folgamos de ver o sr. Silva Tullio, conservador da bibliotheca, e servindo de bibliothecario-mór, com singular zelo, e intelligente iniciativa, esmerar-se na conservação das obras que são monumentos d'arte. Já o nosso collega e amigo mandou collocar a estatua da senhora rainha D. Maria I, obra do insigne Joaquim Machado de Castro, n'uma sala decente e propria, tendo estado por muitos annos, na parte mais despresada do edificio.

Agora, o distincto escriptor mandou assentar em uma parede, uns antigos azulejos, que estiveram na capella da Senhora da Vida, na demolida egreja parochial de Santo André, salvando assim, essas preciosas obras de completa destruição, a que ficariam sujeitas, se por ventura não cuidassem de os assentar convenientemente.

Foi moda em Portugal revestir e decorar as paredes dos templos, das salas e das escadarias com azulejos. No seculo

xv já eram muito usados, e esse uso continuou até ao seculo passado; d'este seculo se encontram a cada passo representando combates de toiros, cavalhadas, danças e caçadas; e os das egrejas, differentes passos da escriptura, ou das vidas dos santos. E ainda em alguns predios se vêem nos topos dos lanços das escadas figuras de azulejos, ou cestos de flores, ou grandes talhas.

O sr. visconde de Jeromenha, na sua nota, na obra do conde Raczynski, emitte a opinião de que os azulejos, assim como os embrexados, que se formam de pedras, conchas, e pedaços de porcelana, são de origem mourisca. Sem nos envolvermos em tal questão, diremos que se tem como certo que os melhores azulejos vinham da Hollanda. Os mais antigos são os de maior apreço, particularmente pela riquesa das côres. Em geral distinguem-se por um desenho facil, pela rijesa da sua construcção e pelo colorido. Os do seculo passado são azues, em geral. Admiram-se grandes quadros, como na capella de S. Miguel, da egreja da Graça, de Santarem; mas não tem a preciosa variedade do colorido, nem mesmo certa força de expressão e bom desenho nas figuras, como os do seculo xvi.

Em Lisboa existem ainda azulejos de grande estimação artistica. No palacio dos srs. condes de Almada, ao Rocio, estão os magnificos azulejos que representam as principaes scenas da gloriosa conjuração de 1 de dezembro de 1640. No palacio dos srs. de Pancas, a Arroyos, tambem se admiram uns azulejos em que se figura a famosa batalha do Ameixial, ou do Canal, ganha por D. Sancho Manuel, sobre D. João d'Austria, aos 9 de junho de 1663. Os azulejos do refeitorio de Belem, são magnificos, e representam os passos da vida de José, do antigo Testamento. Em differentes egrejas tambem os ha excellentes, como no da Esperança, de Santa Joanna, da Madre de Deus, dos Cardaes (rua Formosa). Estes ultimos são do fim do seculo xvii, porque o convento se começou a construir, no anno de 1681, sendo sua fundadora D. Luiza de Tavora. O estado actual da egreja combina com as descripções d'ella, anteriores ao terremoto. Além d'estas egrejas, em muitas outras existem azulejos de valia.

O sr. visconde de Jeromenha diz que na egreja parochial de Aldeia Gallega da Merciana, ha uns preciosos, nos quaes, segundo a opinião de alguns entendidos, se vê o retrato

d'el-rei D. João II, achando-se no portico da egreja a divisa d'esse monarcha, que era o pelicano. Póde isto ser, porque esse templo foi construido pela piedosa rainha D. Leonor, mulher do mesmo monarcha.

No antigo convento dos Jeronymos, na Pena, hoje convertido em um admiravel palacio e castello gothico, ha uns antigos azulejos em relevo, e tambem os ha no real paço de Cintra.

Já um viajante francez, descrevendo a sua viagem a Portugal, disse que vira casas de porcelana! Alludia ao revestimento das paredes de azulejos!

Com quanto seja opinião geral que os melhores azulejos antigos eram fabricados fóra de Portugal, comtudo a arte da olaria progrediu muito entre nós. Nas festas da entrada de Filippe III em Lisboa, no anno de 1619, os oleiros fizeram tambem o seu arco, e n'um dos quadros com que o decoraram via-se a figura da arte, com varios instrumentos mechanicos aos pés, e entre elles a roda do oleiro; a figura tinha a mão esquerda apoiada na roda, e na direita sustentava um vaso de porcelana, dos que se fabricavam em Lisboa, e por baixo esta lettra:

Aqui monarcha excelso, soberano,
Vos offerece a arte peregrina,
Fabricado no reino lusitano,
O que antes nos vendeu tão caro a China.

Outro quadro representava o rio Tejo, e n'elle varios navios estrangeiros carregando porcelana portugueza, e por baixo esta lettra:

Tambem as nossas vão a varias regiões.

Já se vê que os oleiros se gloriavam de imitarem a porcelana da China, e que essas imitações eram exportadas para o estrangeiro, o que mostra que tinham algum merecimento.

Em 1552, havia em Lisboa 60 fabricas de loiça de barro, e 10 de loiça vidrada. O ramo dos oleiros rendia para o senado, da obra que vendiam, 400 cruzados. O ramo do tijolo era separado, e eram 10 os fornos que existiam, e o ramo rendia para a cidade 600 cruzados. Segundo Christovão Rodrigues de Oliveira, os officiaes de oleiro eram 216, os telheiros 16, os que faziam tijolo 22, e os ladrilheiros 33.

Fr. Nicolau de Oliveira diz o seguinte: «Oleiros de azulejo, inda que se faz muito nos fornos da loiça de Venesa, 13.» Isto era nos primeiros annos do seculo XVII.

É pois evidente, que a arte e industria de fabricar azulejo estava desenvolvida entre nós, e que depois se foi perdendo, por quanto, ao passo que os azulejos são mais modernos, vão mostrando, como já notámos, menos valor artistico. Todos, antigos ou modernos, representam flores, arabescos, ornatos architectonicos, figuras e quadros. Ha-os tambem em relevo, que são de grande estimação.

Vamos agora á historia dos azulejos que foram da egreja de Santo André.

A parochia de Santo André é das mais antigas da cidade, e era do padroado real; mas em 1286, el-rei D. Diniz fez doação d'ella a Ayres Martins, e sua mulher Maria Esteves, attendendo ao merecimento do dito Martins que foi escrivão da puridade, e tambem aos rogos do bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães, seu particular amigo.

Com o terramoto de 1 de novembro de 1755 desabou todo o corpo da egreja até á porta. Escapou a capella-mór, o cruzeiro, a sachristia, e as duas capellas de Santo Ambrosio e da Senhora da Vida.

A capella da Senhora da Vida, onde estavam os azulejos de que nos temos occupado, foi instituida por Bartholomeu Vaz do Lemos, prior da mesma parochia.

Fr. Agostinho de Santa Maria, fallando d'esta capella, diz o seguinte:—«Está esta capella azulejada de um azulejo antigo, mas excellente...»

O padre Antonio Carvalho da Costa, tratando da mesma capella, expressa-se n'estes ternos:—«É azulejada de um tal azulejo, que tem nome de ser singular».

Na capella de Sanlo Ambrosio, fundação de Ayres Martins, estava sepultada sua mulher e sua filha. No epitaphio mencionado no *Santuario Marianno*, se diz que Ayres Martins fôra vice-chancellar d'el-rei D. Diniz.

João Baptista de Castro refere, que do epitaphio constava, que Ayres Martins morrera no caminho, indo visitar os logares Santos. Não combina isto com o que diz fr. Agostinho de Santa Maria, que pelo menos não menciona essa circumstancia.

Estas sepulturas foram trasladadas para o templo do extincto convento da Graça, quando ahi se estabeleceu a parochia de Santo André.

Em 1835 a séde parochial das freguezias de Santo André e Santa Marinha, passou para a egreja da Graça, e aquellas egrejas fecharam-se, e assim estiveram até 1845. Então começou a demolição. Havia porém um homem que andava atraz do camartello, para salvar a memoria de muitas coisas boas e notaveis que iam sendo arrasadas. Esse homem era o sr. José Valentim, de quem ainda ha pouco fallamos nos nossos artigos sobre as *Ruas da velha Lisboa*, com o devido louvor. Onde desabava uma pedra historica, onde era derrocada uma memoria qualquer de interesse para as artes, o sr. José Valentim lá estava a desenhal-a, a medil-a, a descrevel-a para a conservar no papel, já que na pedra não era possivel. Era como o guarda, o vigilante da arte antiga ao lado da destruição moderna.

Soube elle que se tratava da demolição da egreja de Santo André, e tendo conhecimento dos azulejos antigos que lá havia, chamou para elles a attenção do architecto da camara, Malaquias Ferreira Leal. Este fallou no assumpto na camara municipal, e pouco depois o sr. Assis, professor de esculptura da academia das bellas artes, foi com outro artista examinar os referidos azulejos. Sobre a informação d'estes artistas, baixou uma portaria das obras publicas mandando arrancar e conservar os azulejos.

No dia 7 de janeiro de 1845, se começaram a arrancar os azulejos, e o sr. José Valentim assistiu a esse acto, que era dirigido pelo architecto Sergio. Esta operação não foi bem feita — os azulejos foram mal numerados — mas emfim foram salvos. Depois o sr. José Valentim obteve permissão para os desenhar, o que realisou na sala do risco.

Estiveram os azulejos encaixotados nas obras publicas até ao anno de 1861. N'este anno um inglez teve noticia d'elles, e propoz compral-os. O sr. Fava, intendente das obras publicas, d'isso informou o sr. José Valentim, e este communicou-o ao sr. Francisco Martins d'Andrade, conservador das medalhas, manuscriptos e antiguidades. Acudiu o sr. Andrade, como pôde, a salvar os preciosos azulejos, e para isto dirigiu um officio ao bibliothecario-mór, que então era o sr. Mendes Leal, pedindo que s. ex.ª os reclamasse para a bibliotheca, como objecto d'arte, que ali devia ser conservado, nos termos das leis em vigor. O sr. Mendes Leal fez a reclamação, e os azulejos vieram para a bibliotheca.

Tem a data de 14 de março de 1861 o officio do sr. Andrade, e d'elle transcrevemos o seguinte:

«Devem ser conservados (os azulejos) pela sua antiguidade, pela qualidade da sua construcção, pela perfeição relativa da sua pintura, e pelo que podem servir á historia da arte.—Trata-se de os vender a um inglez. V. ex.ª avalia de certo melhor do que eu, se os inglezes se dão ao incommodo de virem expressamente a Portugal, como dizem que este veiu, comprar-nos algumas pedras de calçada.»

O sr. Mendes Leal, na mesma data, officiou ao respectivo ministro, e em 6 de abril d'esse mesmo anno, baixou um officio pondo-os á disposição da bibliotheca.

Desde então ahi permaneceram, e ultimamente se pozeram em ordem para se saber o seu estado, e afinal, o sr. Silva Tullio empregou as necessarias diligencias para serem assentes no local mais apropriado.

Representam estes azulejos um intercolumnio de quatro columnas, tendo dos lados, em nichos, os dois evangelistas S. João, e S. Lucas, com o toiro; aquelle do lado direito, e este do lado esquerdo. No centro figura-se a adoração dos pastores ao Menino, que se vê, n'uma especie de cesto. A figura da Virgem é muito expressiva, assim como a de S. José. S. José tem na mão uma vella accesa. Parece ser isto conforme com o que se lê nas *Revelações de Santa Brigida*, que, como é sabido, teve a excellencia de lhe ser revelado o nascimento de Christo tal qual aconteceu, sendo a santa transportada em espirito á propria lapa de Bethlem.

Um dos pastores traz, como offerenda, um cesto com ovos. Vê-se a mula e o boi, e no alto do quadro um anjo.

Na empena ha um claro que correspondia a uma janella; do lado direito, está o archanjo annunciando o mysterio da Encarnação, e do esquerdo a Virgem recebendo o Espirito Santo, que desce sobre ella. Ainda aqui é cheia de expressão a figura da Virgem, e a do archanjo tem soffrivel merecimento.

O friso representa uns arabescos amarellos bem sombreados, n'um fundo côr de café. Estão executados com a maior perfeição.

A empena, que é em volta redonda, tem em redor um festão de folhagem bem feito.

As columnas da ordem corinthia tem um ramo de era entrelaçado.

O desenho é facil e optimo n'este genero de obra. As côres predominantes são verde, amarello, roxo, e azul, mas em muitas e variadas combinações, que mostram o engenho dos artifices que se dedicavam a esta industria. São taes os cambiantes que, á primeira vista, parecem côres mui diversas.

Nota-se alguma desegualdade no desenho e no colorido, parece por isso que é obra pelo menos de dois artistas, porque ha partes melhor acabadas e outras imperfeitas.

Em quanto ao tempo da sua construcção, não se póde exactamente marcar a época, mas no quadro que ficava do outro lado da capella, e que era de somenos merecimento, lia-se a data de 1580.

É de crer que sejam d'esse tempo, com quanto os outros não tivessem tanto valor, por serem mais incorrectos e de inferior colorido.

Estes azulejos são compostos de tres corpos. O soco, o corpo principal, e a empena. A sua altura é de 4 m. 82 c. e a largura de 4 m. 65 c. O soco tem de alto 82 c.—o corpo principal, 2 m. 55 c.—e a empena, 1 m. 62 c.—Na maior largura cada fileira tem 35 azulejos.

O sr. Siva Tullio desejava collocal-os no topo de um dos lanços da escada que dá entrada para a Bibliotheca, mas não foi possivel por não se accomodarem na largura. Então os mandou assentar n'um dos corredores, do lado do sul, do edificio, em frente de uma janella, e nos parece que o local foi bem escolhido.

Na terça-feira se começaram a assentar. E depois se procederá á possivel restauração. Como já antes de serem arrancados da capella onde estiveram, se achavam deteriorados, depois, mal levantados e com as conducções, foram-se deteriorando mais. O primeiro estrago começou com os pregos que se pregavam entre os azulejos, para dependurar as offerendas que os devotos levavam á Senhora da Vida, imagem que foi sempre de muita devoção. D'este modo estalaram as arestas de muitos d'elles, e alguns até se quebraram.

Pretendeu o sr. Silva Tullio que se fizessem azulejos novos, para substituirem os que faltam, mas os artifices, que se empregam n'esta industria, lhe declararam que éra im-

possivel a imitação, por quanto ignoram o processo da pintura de modo que indo os azulejos ao forno, ella se não perca. Pintados os azulejos, depois no forno, desapparece ou mancha-se o colorido, ou pelo menos não se lhes póde dar aquella imitação da pintura a oleo, que se admira nos antigos.

O barro d'estes azulejos é vermelho, e de certo a preparação teria um processo hoje desconhecido [1].

O nosso azulejo actual é de barro branco. Não admira que se não saiba produzir azulejos como os antigos, porque, póde dizer-se, que esta industria se perdeu, por passar da moda.

Os azulejos da capella da Senhora da Vida, de Santo André, sempre tiveram fama de singulares, e tem realmente muito merecimento, por isso felicitamos todos quantos contribuiram para que elles escapassem da destruição. São um monumento d'aquella arte no seculo XVI, devem por isso conservar-se.

II

Depois de concluida a collocação do azulejos no logar acima mencionado, publicámos o seguinte artigo:

Acham-se restaurados e collocados os antigos azulejos da capella da Senhora da Vida, da antiga parochia de Santo André.

Não foi a restauração tão perfeita, como seria para desejar, mas não envergonha quem a ordenou nem quem a executou.

Fabricaram-se alguns azulejos novos para substituir os que faltavam, e as falhas e defeitos que havia, filhos do tempo e das mudanças de local, foram preenchidos a estuque e imitada a pintura.

Collocou-se-lhes em redor uma moldura de estuque, imitando o marmore azul de Cintra.

O espaço, que occupava o vão da janella, encheu se com azulejos, e n'elles se poz a seguinte inscripção: — «Este

[1] O sr. José Valentim nos affirmou que, em umas escavações no sitio das Olarias, encontrara fragmentos de azulejos, eguaes na fabricação, e na pintura, cores, etc., aos da capella da Senhora da Vida. Este facto, que é incontroverso, mostra que no seculo XVI, estava em Portugal mui aperfeiçoada a arte de oleiro.

painel pertenceu á capella de Nossa Senhora da Vida, erecta no seculo XVI por Bartholomeu Vaz de Lemos, na parochial de Santo André, d'esta cidade. Demolida a egreja, em 1845, o requisitou ao governo o conservador d'esta bibliotheca, F. M. de Andrade, e aqui foi posto, em 1865.»

Esta inscripção tem uma moldura de azulejos imitando lioz vermelho; a pintura está mal feita. Na capella, onde estava este painel, a janella era moldurada por lioz vermelho, por isso agora se procurou imitar.

Conseguiu-se portanto fazer muito, salvando da destruição estes azulejos, que tem bastante merecimento; escaparam ao vandalismo; bem haja quem para isso contribuiu.

III

Depois d'isto ainda o sr. José Valentim nos mandou umas noticias ácerca da capella de Santo Ambrosio, com o fim de mostrar que não era uma edificação pobre, para a epocha em que fôra feita, e descreve a construcção da referida capella, como cousa importante para a historia das edificações do seculo XIV.

São estas as noticias:

«Entre os pobrissimos vestigios da primitiva construcção da egreja parochial de Santo André, que ainda existiam, quando se demoliu no seu lado do sul, isto é, da parte da epistola, estava no corpo da egreja a capella de Sante Ambrosio, a primeira depois da capella-mór, ostentando uma grandesa notavel na sua edificação a respeito da da egreja.

«Tinha de extensão do nascente ao poente (que eu reputo o seu comprimento, visto que ao nascente lhe ficava o altar) 21 palmos 6 pollegadas e 3/4; e de norte a sul 17 palmos de largura.

«As suas paredes de nascente e poente tinham de grossura 2 palmos e 7 pollegadas, eram formadas de grossos enchelhares de mui rijo urgeiro (grés calcareo), de modo que quasi os de um lado tocavam os tardozes dos do outro lado, e por esta rasão alguns rotos havia, pela difficuldade de encher os vãos, que ficavam por entre os enchelhares, que eram cheios com pedra miuda. A sua argamassa era muito calenta e era feita com areia da praia, porque

entre ella se viam bocadinhos de cascas de mexilhões, e na argamassa havia cimento, isto é, cacos de telha ou loiça de barro pisados e alguma miuda terragem de carvão vegetal, o que me faz lembrar, que por este tempo ainda se conservava algum uso da construcção romana, não se vendo tambem nas paredes tijolo algum. Na parede do sul estavam dois arcos de ponto subido em fórma de nichos feitos tambem de urgeiro, onde existiam dois tumulos; os arcos mostravam ter sido, desde que os acabaram, rebocados, mas como a argamassa tinha o cimento, que mudando de volume com as differentes temperaturas das estações, arruinava o reboco, difficilmente se podia d'elle tirar um bocado, porque todo se desfazia; este reboco tinha tambem pedra urgeiro pisada.

«Nos angulos da capella havia misulas que, na altura de quasi 13 palmos, seguravam os saimeis de dois arcos encruzados, em que se firmavam os rincões do barrete da abobada. As misulas tinham folhagens, mas em todas variadas, eram doiradas e com os fundos verdes; mas tenho esta pintura por moderna. A parede do poente tinha tambem um arco de ponto subido onde estava outro tumulo; este arco era obra moderna, que alli foi enxertada. Proximo da misula, que estava ao noroeste, tinham aberto uma porta para communicação com a capella da Senhora da Vida; por este motivo, talvez que o terramoto de 55 lhe occasionasse a ruina que se lhe via no arco que descançava sobre a referida misula. Fóra d'esta ruina, a abobada estava fortissima, era de pedra urgeiro preparada talvez a picão em fórma de peças de volta, estava tão caldeada, que demolida brutalmente, deixando-lhe grandes pedaços desacompanhados por muito tempo, seguravam-se na argamassa e não caíam senão quando eram obrigados pela continuação da demolição.

«Na parte do nascente tambem havia outra porta moderna para a sachristia, de obra seiscentista; e já que se me offerece ensejo, farei aqui uma reflexão. Nas egrejas pobres e pequenas, feitas quasi no principio da monarchia, não se usariam sachristias? E revestir-se-hiam os sacerdotes na capella-mór no lado da epistola, como vi praticar certo bispo, na egreja parochial de S. Nicolau, quando dizia missa n'um dos dias em que não administrava o santo sacramento da chrisma? Tanto na egreja de Santo André como na de Santa Marinha, não encontrei nas sachristias vestigios alguns de an-

tiguidade, e achei na capella-mór da de Santo André um vão pequeno na parede da parte do Evangelho, que podia muito bem ser para ter os calices, missal, etc. Na capella-mór da de Santa Marinha achei mais de um vão tambem na parede da parte do Evangelho, e que mostravam ser de um tempo muito remoto; eu não só os copiei, mas guardei algum fragmento d'elles.

«Mas tornando á capella de Santo Ambrosio, os seus tumulos eram em fórma de sarcophagos ou caixões de pedra cavados em fórma rectangular; o que estava mais ao nascente é de uma pedra alva, que ouvi dizer ser da qualidade da da egreja da Batalha e que se suppõe ser de Maria Esteves, tinha dois brasões eguaes na frente com bandas, e na face superior tem um pendão e uma espada; dos brasões só lhe resta parte de um, porque lh'os roçaram quando lhe collocaram por diante o altar que estava da parte do nascente. Os outros dois tumulos são de pedra de cantaria (muar) um tanto azulada; seria um de Estevão Ayres, filho de Maria Esteves? e outro que tinha dentro tres cadaveres. Estes tumulos estão na Graça, n'uma estreita casa que fica por baixo do camarim da capella-mór, com os ossos dentro. De resto, o arco da entrada da capella de Santo Ambrosio era de cantaria e moldurado; parecia ser obra mais moderna, e soffreu alteração quando, pela ruina do terramoto de 55, se fez o concerto da egreja, formando-lhe a decoração toda de madeira.»

IV

O sr. José Maria Antonio Nogueira, empregado da contadoria do hospital de S. José, nos enviou duas correspondencias ácerca das capellas da Senhora da Vida e Santo Ambrosio, ampliando as noticias historicas referentes a essas duas capellas, que nós deramos.

O sr. Nogueira lê com amor os valiosissimos documentos existentes no cartorio do hospital; lê-os como erudito e como homem, para o qual é de inestimavel valor o conhecimento dos factos passados.

Aqui teem os leitores as duas correspondencias do sr. Nogueira:

«*Sr. redactor.*—O seu interessante artigo ácerca da ca-

pella de Nossa Senhora da Vida, e o muito que tambem aprecio as nossas antiguidades, moveram-me o desejo de procurar no importante cartorio do hospital de S. José, em cuja contadoria sirvo, a instituição d'aquella capella, e da de Santo Ambrosio, em que v. egualmente falla. Dir-lhe-hei alguma coisa a tal respeito.

«Da primeira capella não existe alli a instituição, mas sim uma certidão, base do respectivo processo de contas, extraida do processo em que no juizo respectivo se obrigou o testamenteiro do instituidor, que foi o licenciado André de Lemos, a cumprir as disposições relativas á capella. Este documento tem a data de 30 de maio de 1582, e portanto aqui tem v. confirmado que os celebres azulejos devem ser obra, pelo menos, de 1580, pois que o instituidor Bartholomeu Vaz de Lemos edificou a capella em sua vida, que supponho terminada não depois de 1580, attendendo á época d'aquelle pleito, tempo que se devia ter dado ao testamenteiro para cumprir o testamento, etc.

«Os encargos pios eram: uma missa cantada cada semana, com responso tambem cantado, tudo pela esmola de 300 réis,—«*que se repartirão por todos os pobres que a ella vierem, egualmente assim o prior não haverá mais que uma ração* (quinhão), *e quero que seja isto assim, para que todos venham de boamente.*» Que differença de épocas!

«O fundo da capella compunha-se do rendimento do *Casal do Milho*, no termo de Cintra, sendo metade para se gastar na fabrica da capella, e outra metade para os administradores.

«Quem estes fossem até 1740, não consta; mas d'esse anno em diante deu conta a casa de Murça, até que, por provisão de 13 de março de 1830, alcançou o conde d'aquelle titulo D. Miguel Antonio de Mello, a extincção da capella. Vê-se que, apesar d'esta extincção ter fundamento na lei de 9 de setembro de 1769, foram preteridos os tramites que eram de pratica em tal assumpto. Creio ser uma coincidencia curiosa que a extincção de *direito* coubesse á época de 1828 a 1833, e a *de facto* á que se lhe seguiu. Ambas concorreram, verdade seja que muito mais a segunda, para o acabamento da antiga capella da Senhora da Vida! O casal do Milho, já de ha muitos annos que passára para a casa do marquez de Pombal, que por provisão de 1775 alcançára o subrogal-o com a casa de Murça, recebendo esta um

padrão de juro real, que passou a formar o fundo da capella.»

. . . . . .

José Maria Antonio Nogueira.

Agora segue na integra a segunda correspondencia, que reputamos mui curiosa e erudita:

«*Sr. redactor.*—O estudo que tenho feito (antes de 1857 por curiosidade archeologica, e depois por dever de officio) de um grande numero de instituições de morgados e capellas, levou-me á firme convicção de que difficilmente se encontrarão mais proveitosos subsidios para a verdadeira historia das épocas que passaram, do que os que fornece o exame e critica das mesmas instituições. Não o digo por vaidade, nem para me dar importancia.

Os instituidores, que em regra deviam fallar contrictos e já com a *mortalha* á vista, faziam a sua propria historia, muitas vezes a de seus antepassados, e consequentemente a do seu tempo; mencionavam, com mais ou menos largueza, os costumes da época em que viveram; alludiam ou tratavam de pessoas e factos, que os chronistas esqueceram ou não puderam conhecer; liquidavam, n'uma especie de conta corrente, os seus negocios com Deus, que quasi sempre ficava individado, não pelas boas obras passadas, mas pelas que de futuro, e por favor de terceiros, havia de praticar o instituidor; e, finalmente, d'est'arte nos deixavam interessantissimos elementos para a philosophia da historia, e explicação de muitos acontecimentos ainda hoje encobertos pelo pó dos seculos.

Eu não intento desenterrar os mortos, nem insultar a sepultada instituição vincular, maximè na parte das disposições pias, em que aliaz muitos e grandiosos exemplos nos foram legados, pois que ao contrario os respeito, e penso que muitas d'essas disposições podiam e deviam ter sido conservadas, em proveito da causa publica, quando foram formuladas as leis de desvinculação de 30 de julho de 1860 e 19 de maio de 1863; e aqui peço licença a v. para lhe enviar algumas considerações, que sobre este assumpto escrevi em 1853 (cujos defeitos v. relevará), considerações que muito poderia ter reforçado á data das mesmas leis.

Mas desculpe v. esta enfadonha introducção, e vamos á

capella de Santo Ambrosio, agradecendo desde já a v. o favor com que recebeu a minha carta ácerca da da Senhora da Vida, instituida por Bartholomeu Vaz de Lemos.

Pelo que respeita á constructura ou parte artistica d'aquella capella, pouco diz a instituição. Apenas a testadora Maria Esteves, mulher de Ayres Martins, depois de ordenar que todos os seus *pannos de vestir*, *tocos e veios de linho* [1], se não vendessem e fossem dados a mulheres *avergonsadas*, mandava que se fechassem as suas reliquias *n'uma arca d'um marco de prata*, e a pozessem no altar da sua capella; que dessem á egreja de Santo André, para vestimentas, os seus *sendares* [2] *ou pannos delgados*, e que dessem ornamentos á mesma capella que valessem 50 libras [3].

Creio pois que a capella de Santo Ambrosio seria de singela e pobre fabrica; nem isso me admira, porque o typo d'estas instituições até proximo ao reinado de D. João III, differe, em regra, do que apparece desde então. Até alli, só avulta o culto singelo, a par de uma grandiosa caridade, como as albergarias, as gafarias, os hospitaes, as merciarias, as esmolas de variada especie, etc. Depois, tudo cede á immensidade dos suffragios, á riquesa das alfaias, ás custosas edificações, aos grossos legados ás corporações religiosas, e, finalmente, á famosa instituição da *alma por herdeira*, a que deu fim o energico e esclarecido reformador marquez de Pombal, nas leis de 25 de junho de 1766 e 9 de setembro de 1769, que não são desconhecidas da illustração de v. O contraste entre os dois typos não póde ser mais perfeito, e bem sabe o porquê.

A capella de Santo Ambrosio póde dizer-se instituida pelo *compromisso* de 20 de outubro de 1340, embora fosse depois ampliada pelo *instrumento* feito pela viuva de Ayres Martins, em 6 de maio de 1372, e pelo testamento d'esta, feito nas suas casas na Alcaçova de Lisboa, aos 12 de março de 1381.

João Baptista de Castro omitte uma importante parte d'esta instituição; mas em geral, no que diz, extracta com fidelidade.

[1] *Tocos e veios de linho*, não sei o que fosse, nem o *Elucidario* de Viterbo o explica. Será erro de cópia?

[2] De sendal, veu fino.

[3] N'este tempo creio que ainda a libra commum valia 36 réis da nossa actual moeda.

Vê-se pelo compromisso, que Ayres Martins, com sua mulher, comparecendo perante o veneravel e discreto Braz Affonso, doutor em ambos os direitos e vigario geral dos reverendos srs. deão e cabido da egreja de Lisboa, disseram — «que lendo-se na Sagrada Escriptura ser sacrificio de «louvor e justiça o que agrada a Deus, porque faltando as «rendas na egreja do bemaventurado Santo André da cida«de de Lisboa de tal sorte que parecia que se ia desfalecen«do o divino culto na mesma egreja,» por essa causa, e porque eram patronos da mesma egreja por doação que lhe fizera el-rei D. Diniz, de consentimento do bispo de Lisboa, davam para sempre, para louvor e gloria do nome do Salvador Nosso Senhor Jesus Christo e da bemaventurada Virgem Maria Sua Mãe, e veneração de todos os Santos e remissão dos seus peccados, e pelas almas do dito rei e do sr. bispo de Lisboa, de quem tinham recebido muitos bens, e pelas suas almas, pelas de seus paes, e «de todos aquel«les de quem elles bemfeitores tiveram alguns bêns», davam á referida egreja todo o seu «herdamento da Azoia», termo de Lisboa, com condição de haver alli um perpetuo reitor e dois capellães, que entre as obrigações que deviam cumprir, «teriam em especial cuidado a de dizerem missa «por alma d'aquelles de quem eu Ayres Martins, emquanto «vivia com o dito rei, tive alguns bens contra vontade d'el«les.»

Por esta curiosa disposição, e por outras de Maria Esteves, é evidente, que a par do soccorro ao culto, ia uma formal *restituição* dos bens anteriormente doados á egreja de Santo André pelo filho dos instituidores Estevão Ayres, pelo prior da mesma egreja, Diogo Gonçalves, e *por outros bemfeitores*, bens de que Ayres Martins, de certo authorisado pelo fortissimo direito do padroado[1], se apossára e gosára por largos annos. Tambem alli descubro que o bom e esclarecido rei D. Diniz e o bispo D. João Martins de Soalhães muito *ajudaram* as boas intenções de Ayres Martins.

O bispo confirmou o compromisso, e cedencia do padroado a favor do reitor, egualmente feita n'aquelle acto. O documento por que D. Diniz concedeu a Ayres Martins o mes-

[1] A illustração de v. dispensa-me de lhe dizer até que ponto chegou o abuso dos padroeiros, as provisões que lhes pozeram termo, e a decadencia a que chegou o culto para cuja sustentação tinham sido deixados os bens, que se tornaram apanagio dos padroeiros.

mo padroado, está inserto, em latim e portuguez, no compromisso, e por me parecer documento assaz curioso, aqui o ponho:

«Em nome de Deus. Amen. Saibam todos que nós Diniz, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, com minha mulher D. Isabel e nossos filhos o Infante D. Affonso e a Infante D. Constança, damos *in perpetuum* de consentimento do reverendo em Christo padre D. João, bispo de Lisboa, e irrevogavelmente concedemos a Ayres Martins e sua mulher Maria Esteves, o nosso direito do padroado de Santo André da cidade de Lisboa, conforme nós melhor o temos e possuimos, de tal sorte que elles mesmos façam d'elle como de coisa sua propria, e em remedio de nossa alma e d'elles a ordenem, conforme fôr sua vontade; além d'isto quero que este direito do padroado se mantenha e defenda á dita egreja com todos os seus direitos e pertenças, determinamos que nenhum se atreva a fazer violencia nem mal algum á mesma egreja, nem ao reitor ou clerigos que a servirem em todos seus direitos, nem em todas suas coisas havidas e por haver, nem nas casas e logares da mesma egreja consintam pousar por força. Porque, qualquer que o contrario fizer, ficará nosso inimigo, e incorrerá na pena de *encouto* [1], e pagará 300 libras, metade para nós, e metade para a mesma egreja, pela sua honra, e pagará e emendará dobrado o mal ou damno que fizer, e o rogâmos tambem a todos os nossos successores pela honra de Deus e benção nossa, ordenando aos mesmos, debaixo da pena da ira de Deus e da nossa maldição, mandando que elles, sustentando-a ou não contradizendo-a, defendam a esta doação, concessão e estatuto ou imposição nossa na sua firmesa, em testimunho da qual coisa fizemos que a presente carta fosse sellada com o nosso sello de chumbo. Dada em Coimbra em o primeiro de agosto. El-Rei o mandou, Domingos João a escreveu, era de 1324 [2].»

Do *instrumento* feito por Maria Esteves, já viuva, em 6 de maio de 1372, vê-se que esta, *não desvairando, nem bri-*

[1] *Encouto* ou *encoito* era uma pena imposta aos que quebrantavam um privilegio. Vid. *Elucidario* de Viterbo, na palayra coito.

[2] Vae como existe copiado nos autos da capella, onde aliaz se lê: 1 de agosto de 1334; mas vê-se ser engano do copista, porque D. Diniz morreu a 7 de janeiro de 1325.

tando[1] o citado compromisso, só tratou de accrescentar os encargos do reitor e capellães com missas por alma de D. Diniz, do bispo D. Domingos Jardo, e dos parentes d'ella e de seu marido, doando á egreja de Santo André a sua vinha em Palma—«que tem ferro velho, e as mancellas de «alvalade de mim, e o fôro e a vinha que de mim tem a fô«ro João Vicente, que chamam do Caldeireiro, com sua ca«sa e lagar[2].»

É porém no testamento de Maria Esteves que muito se augmentaram aquelles encargos, e em que mais largamente se trata da capella de Santo Ambrósio, que a testadora diz ter mandado fazer.

O testamento é um verdadeiro monumento archeologico, e só com o *Elucidario* de Viterbo na mão se pódem decifrar, e nem sempre, as suas disposições.

Já disse a sua data. Foram testamenteiros—Mestre Gil das Leis, thesoureiro da sé de Lisboa, Pedro de Sem (ou Docem), irmão da testadora, Affonso Vicente, conego da sé de Evora e prior da egreja de S. Thiago de Beja, e Giraldo Annes, «meu criado priol da egreja de Santo André de Lis«boa.»

Os encargos pios, depois d'este testamento, ficaram sendo: missa quotidiana, 12 anniversarios, 7 mercieiras, uma alampada accesa, mais trez missas quotidianas com obrigação de côro, e 2 anniversarios na egreja de Santa Cruz do Castello, a que pertencia a instituidora, que tambem declara já ter fundado uma albergaria na Azoia, a qual soccorre bastante no dito testamento.

As mercieiras, «que deviam ser pobres, de boa fama e «vergonça, e que houvessem algo de seu e descairam d'el«le, devendo logo ser deitada fóra a que se tornasse brava», deviam ter cada uma: para vinho e para conducto, em cada dia, seis dinheiros e seis alqueires de trigo (isto devia

[1] *Desvairar* e *brutar*, queria então dizer, como explica o citado *Elucidario*—quebrar, romper, despedaçar, não concordar, julgar por differente modo. Não faço estas notas por ousar suppôr que v., tão versado n'estas antigualhas, carece que lhe apontem onde estão os esclarecimentos que o texto reclama, mas só para lhe poupar o trabalho de os ir procurar.

[2] *Ferro velho* e *mancellas*, não sei o que seria. O *Elucidario* diz que *ferros* se chamava uma pensão que antigamente se pagava em algumas partes. *Alvalade grande* e *Alvalade pequeno*, se chamavam o Campo Grande e o Campo Pequeno, proximos a Lisboa. Creio que ainda alli ha hoje uma azinhaga chamada do Ferro ou dos Ferros.

ser annualmente), seis varas de valancina [1], duas camisas e um par de sapatos; recommendando a testadora que lhe tirassem toda a roupa de costura, *e que hajam seus veus*. Tinham por obrigação irem, a todas as horas do dia e da noite, á egreja de Santo André, fazer oração *por nós e por todos os bemfeitores*. Pela bulla do Papa Xisto V, de 1586, foram reduzidos os encargos a uma capellania, e as mercieiras a quatro, que deveriam ter annualmente, além de casa para habitarem, 52 alqueires de trigo, 250 réis em dinheiro 1$000 réis para um manto, 300 réis paaa sapatos, 200 réis para o jantar da Paschoa, 200 réis para o jantar do Natal, e um pote de azeite. Do que hoje se cumpre de todos estes encargos, logo direi.

Maria Esteves tambem mandou fazer um hospital em uma casa «que é meia ao aguion [2], com o forno que foi do «pipeira e ravergo, com adega de Domingos Martins Cosi«nheiro, e ao levante rua publica, e ao poente herdade da «egreja de Santo André, a qual tem pecamilho, a qual casa «foi dada para este hospital por Nicolau Domingues e por «Rodrigo Esteves, testamenteiros de Pero Mendes.» O sr. José Valentim que nos diga aonde era o local d'aquelle hospital. O que eu digo, é que devia ser n'alguma das propriedades que ainda hoje tem, no dominio directo, o reverendo parocho das egrejas reunidas de Santo André e Santa Marinha, no beco das Cabras e travessa do Açougue, da primeira das ditas freguezias.

N'este hospital deveria haver em cada cama uma *sucedeira* [3] *um almadraque de lã de carneiro, dois chumaços de pennas, uma almacella, uma coberta e um charon* [4].

Os autos aonde devia estar o testamento original, queimaram-se pelo terremoto de 1755; os que existem tem a cópia d'esse testamento, e esta e outra que tambem vi, tem alguns periodos um tanto contradictorios, o que não é para admirar; assim, na parte em que se falla das pessoas que deviam ser recolhidas n'aquelle hospital, que ora parece ser destinado ás mercieiras, ora a outras sete mulheres, com

[1] *Valancina* ou *valencina*, panno fino de lã, que se fabricava em Valencia de Hespanha.

[2] *Aguion* ou *aquião* chamavam então á parte no norte.

[3] Deve ser *sudeiro*, que era, segundo diz Viterbo, toalha ou lenço de alimpar o suor.

[4] *Almadraque*, enxerga, enxergão ou colchão; *almucella*, cobertor; *charon*, creio ser engano de cópia. Citado Viterbo.

eguaes obrigações (que não podiam cumprir sendo enfermas), o que me não anima a decidir com certesa.

A testadora passa a dispôr de muitos legados, que dividirei em pios e profanos; aquelles são em numero de 49, e no total de 7:009 libras, sendo 2:000 para resgate de captivos, entrando no numero dos legatarios alguns conventos de Santarem e Elvas, as Donas de Chellas, Santos, Odivellas, e Santa Clara de Lisboa, os gafos de S. Lazaro, a albergaria de Santo André, o hospital dos membros, a albergaria de Paio Delgado, o hospital de Santa Barbara, o de S. Vicente da Sé, o de Rosas Valles (?), a Albergaria do Corpo de Deus, as emparedadas da villa de Lisboa [1] etc.

Os legados profanos, em numero de 79, sommam em 3:600 libras. E a isto se deve accrescentar o sustento que mandou dar durante um anno ás pessoas de sua casa, a quem dariam *dó de almafega* [2], e passados 30 dias depois da sua morte, *dó de raiz;* e 1:000 libras para dividir em esmolas de 40 soldos aos pobres durante o mesmo espaço de tempo.

Por isto, e ainda por outras deixas que não menciono, se conhece a grande riqueza da testadora, pois olhando ao valor do dinheiro n'aquella época, dispoz de uma enorme somma.

Sobre os bens que deixou por sua morte, poucos enumera, pois diz genericamente que depois de tudo cumprido, seriam herdeiros seus testamenteiros, que venderiam o que fosse preciso para cumprirem os legados. A egreja de Santo André tambem recebeu mais bens.

Contém este testamento duas singulares clausulas, que poucas vezes tenho encontrado, e só em documentos de grande antiguidade, uma das quaes explica o *Elucidario*, e a outra explico-a eu (para mim só) do modo que direi.

São essas clausulas:

«Item mando e quero e é minha vontade, que se algum vier da minha linhagem, ou outra pessoa ou pessoas quaesquer que quizerem embargar os meus bens, que eu mando

[1] Desde os fins do seculo XII até os do seculo XV se acha algumas vezes *Villa* synonimo de cidade. Citado Viterbo. Sobre as *Emparedadas*, é curioso o que diz o mesmo author a fl. 395 do 1.º vol do *Elucidario*.

[2] *Almafega*, burel branco e grosseiro; *dó de raiz*, a não ser engano de cópia, ou *dó* que ficasse de propriedade, não sei o que seja.

dar aos meus testamenteiros, herdeiros e executores, por minha alma, ou outros bens quaesquer que eu haja por maneira de herança, os apartem com cinque soldos cada um d'aquelles e d'aquellas que contra isto quizerem vir, e se lhes alguma cousa em este meu testamento, ou mandar adiante, que não hajam nem migalha, salvo aquelles cinque soldos com que os aparto e arredo de todos os meus bens.»

Diz o erudito Santa Rosa de Viterbo, que *apartar* era uma phrase testamentaria, que entre nós se acha até os fins do seculo XV; declarando por ella o testador ser a sua ultima vontade, que os seus parentes e adherentes (não sendo herdeiros forçados) não tivessem a mais leve parte nos bens que deixava, e contra o que no seu testamento dizia. Uns os apartavam, v. g., com um arratel de linho, ou de lã, outros com um pucaro de agua [1], outros com um soldo etc., porém o mais commum era despedil-os com cinco soldos cada um. Não tenho que accrescentar.

Era a outra clausula:

«Item se por ventura eu, depois d'este testamento, outro testamento fizer, quero que não valha, salvo se em elle fôr escripto o *Pater noster e Ave Maria*, e o mais valha este.»

Não vejo que Viterbo explique este costume, ou d'elle dê noticia. O que me parece é, que em tanto respeito tinham aquellas orações, que só depois de serem escriptas como clausula revogatoria, significação que lhe davam em tão remotas eras, e n'esta dada hypothese, se podiam dar por legalmente revogadas as anteriores disposições testamentarias. Não sei se me engano.

A minha duvida sobre Ayres Martins ter sido chanceller de el-rei D. Diniz, quasi posso hoje reduzil-a a negativa. Tenho por impossivel que se elle tivesse servido tão elevado cargo, sua mulher o deixasse de dizer nas repetidas vezes em que declara que elle fôra escrivão da puridade no tempo do mesmo rei. Outro tanto succede *no compromisso e instrumento* que precederam o testamento de Maria Esteves.

Não posso averiguar agora quando foi creado o cargo de

[1] Já encontrei esta disposição, o que prova o dizer de Viterbo.

chanceller ou chancelleres, que os havia com diversa denominação. Na Ord. Affons. como v. sabe, já vem estabelecidas as obrigações dos chancelleres. A. Flippina outro tanto faz no livro 1.º

No *Summario chronologico da historia de Portugal*, por Balthazar de Chermont, imprensa regia, 1805, vejo eu que foram chancelleres no reinado de D. Diniz, Estevão Annes, Domingos Antonio Jardo, e Vasco Martins de Sousa. Este Vasco Martins seria pae de Ayres Martins?

¿Não daria logar a attribuir-se a este ultimo o exercicio d'aquelle cargo, o facto de o ter servido, no reinado de D. Affonso IV, Pedro do Sem (ou Docem) cunhado do dito Ayres por ser irmão de sua mulher é um dos seus testamenteiros, talvez sepultado na capella de Santo Ambrosio? Julgo que sim, apesar do que diz o *Santuario Mariano*.

Maria Esteves pertencia á nomeada familia dos *Docems*, creio que natural de Santarem, onde tinha seus parentes sepultados nos conventos de S. Francisco e S. Domingos [1], contemplados, por esse motivo, pela testadora.

A morte de Ayres Martins indo em viagem para os logares santos, conforme diz J. B. de Castro, parece-me não passar de mera e infundada tradição. Pois teria Maria Esteves, que tantas vezes falla de seu defunto marido, deixado de mencionar tão importante circumstancia da sua vida? Convenço-me que não.

É porém singular que, procurando eu cuidadosamente dissipar todas as duvidas a tal respeito pela simples declaração, que esperava encontrar no testamento, do logar onde fôra sepultado Ayres Martins, que parece devia ser a sua capella, nada encontrasse sobre este ponto, nem ali, nem no instrumento citado! Estará n'este silencio, em verdade notavel, a origem da tradição?

A capella foi ultimamente reduzida, em 1845, a duas mercieiras com o vencimento annual de 20 alqueires de trigo, cada uma com missas resadas, e mais uma no dia de Santo Ambrosio, com responso pelos instituidores, no fim de laudes e de vesperas; encargos que satisfaz o prior de Santo André, por gosar os rendimentos de capella que ainda eram á data de reducção: 264 alqueires de trigo, 152 de cevada, 4 carneiros, 14 galinhas, 61 e meio cantaros de azeite, e

[1] Vid. *Viagens da minha terra*, de Garrett, liv. 2.º pag. 137.

differentes casas arruinadas e fôros, na importancia de réis 26$450. Por aqui se mostra, attendendo á época da instituição da capella, a riquesa com que esta foi dotada.

Ora, aqui tem v. a grande impertinencia a que se sujeitou, incitando-me a dar-lhe mais larga noticia da demolida capella de Santo Ambrosio, e creia que ainda ommitti alguns pontos de interesse, para os que se deleitam na pratica d'estes pulverulentos assumptos.

O que v. ha de desculpar, é o mal alinhavado d'estas paginas, a sua diffusão, e todos os defeitos em que necessariamente cáem, a não serem os grandes genios. os que escrevem já cançados de eguaes trabalhos, e podendo apenas dispôr dos curtos e intervallados ocios que lhes deixam as obrigações que tem a cumprir na vida publica.—De v. etc. —Bempostinha, 24 de setembro de 1864.—*José Maria Antonio Nogueira.*

Por intervenção do nosso amigo, o sr. Francisco Martins d'Andrade, obtivemos do reverendo padre Manuel Frasão, actual prior da freguezia de Santo André, saber que não existe o testamento autographo no qual Maria Esteves, instituiu a capella de Santo Ambrosio. Em 1615, um prior d'aquella freguezia requereu que d'elle se tirasse copia authentica, e esta copia está ainda no cartorio da egreja.

O hospital, a que allude o sr. Nogueira, na sua correspondencia, segundo diz o reverendo prior Frasão, estava n'umas barracas, no largo de Santo André, contiguas ao armazem de vinho de José Pedro da Cruz. Estas barracas foram aforadas, em hasta publica, em 1858, com todas as formalidades legaes.

O reverendo prior mandou trasladar para a egreja da Graça os tumulos, que existiam na capella de Santo Ambrosio, e as inscripções que estavam nas lapides, as fez transcrever no fim do livro 9.° dos assentos dos obitos. A transladação se fez com solemnidade.

Reiteramos os nossos agradecimentos ao sr. Nogueira, e estimamos ter occasião de contribuir para fazer mais conhecidos o seu talento e erudição, já revelados na sua excellente memoria sobre os legados pios, publicada em 1853.

UM SONHO HISTORICO

El-rei D. Manuel teve da sua segunda mulher, a rainha D. Maria, o infante D Fernando, que foi duque da Guarda e de Trancoso, o qual nasceu a 5 de junho de 1507.

Pareceu que este principe nascêra fadado, senão para um alto destino, para uma vida afortunada; quiz, porém, a sorte, que negra fosse a sua estrella.

Dizem que era muito applicado ás lettras, e particularmente ao estudo da historia, da qual possuia uma preciosa livraria. Damião de Goes refere que o infante presava a historia, mas não a fabulosa; comtudo, diz que lhe mandára o debuxo de uma arvore e tronco de toda a sua progenie desde Noé até el-rei D. Manuel, para a fazer illuminar pelo illuminador mais celebre d'esse tempo, o mestre Simão, de Bruges, em Flandres.

A arvore genealogica, desde Noé, n'este caso, era talvez uma velleidade aristocratica, pois que ninguem dirá que não fosse uma fabula.

Affirmam os chronistas que o infante D. Fernando tinha em muita conta os homens lettrados, e que a alguns contemplava com tenças e outros favores.

Fr. Luiz de Sousa, na *Historia de S. Domingos*, refere a respeito do infante D. Fernando um caso estranho. Conta pois o erudito e elegante escriptor o seguinte:

«Achava-se acaso o infante na villa da Azinhaga. Levantando-se uma manhã, referiu aos fidalgos, que o vestiam,

que sonhára aquella noite, que vira sahir de uma casa, em Abrantes, trez tumbas juntas e cobertas de negro. Era o infante de animo grande, bom christão e nada agourento; nenhum caso fez do sonho. Ao segundo dia chegou-lhe recado de ser fallecida a sr.ª D. Luiza, sua unica filha, que já não tinha outra. Era por outubro do anno de 1534: foi correndo a consolar a infante, que amava com grandes extremos. Adoeceu logo, e falleceu aos 7 do mez de novembro seguinte; e a condessa sua mulher foi apoz elle, sem se metter mais tempo em meio, que quanto houve de 7 de novembro, até 9 de dezembro. De sorte que, no espaço de pouco mais de dois mezes, se viu cumprido o sonho das tres tumbas; porque a primeira sahiu a 3 de outubro, que foi a da filha; e a ultima, que foi a da mãe, em 9 de dezembro, como temos dito.»

Ainda o chronista dominicano omitte, que o filho mais velho do infante tambem morreu em 1 de agosto do mesmo anno de 1534, na villa de Abrantes.

«Indigna cousa é de homem christão dar credito a sonhos, como a certesas infalliveis,» diz fr. Luiz de Sousa, mas logo accrescenta que bom é não despresar os sonhos, e quasi que os considera como advertencias: boa fé de dominicano.

O facto é que uma familia, então a mais poderosa do reino, depois do rei, se extinguiu completamente em cinco mezes.

A historia do casamento do infante D. Fernando é singular.

Francisco Coutinho, conde de Marialva, casado com D. Brites, condessa de Loulé, era homem já edoso, e possuidor de uma avultadissima fortuna, gosava da maior estima e consideração na côrte, não só pela sua nobresa e opulencia, senão tambem pelos serviços que fizera em Africa, no tempo d'el-rei D. Affonso. V.

Lembrou-se Francisco Coutinho de elevar á maior grandesa a sua familia, intentando casar sua filha D. Guiomar com o infante D. Fernando. Fallou n'este projecto a el-rei D. Manuel, o qual o ouviu com agrado, e com quanto o infante fosse menor, concordou no proposto casamento. D. Guiomar era a mais rica herdeira da sua côrte, e ao dote reunia a nobresa da sua familia.

El-rei D. Manuel morreu antes de se verificar o casamento de seu filho com D. Guiomar Coutinho, herdeira das casas de Marialva e de Loulé, mas tudo estava ajustado para que viesse a realisar-se logo que o infante chegasse á edade nubil. Morreu o rei, e, no seu testamento, deixou expresso o desejo que tinha, de que o projectado enlace se verificasse.

Depois da morte d'el-rei D. Manuel, apparece o marquez de Torres-Novas, D. João de Lencastre, filho do duque de Coimbra D. Jorge, mestre de S. Thiago, e filho natural d'el-rei D. João II, a oppor-se ao consorcio da condessa D. Guiomar com o infante D. Fernando, declarando que com ella contrahira matrimonio clandestino.

Francisco Coutinho, apenas lhe constou o procedimento do marquez de Torres-Novas, veiu á côrte queixar-se a el-rei D. João III. Dizia o velho guerreiro, que já não tinha braços para se desaffrontar de tamanha injuria ao seu nome, e que o infante ainda os não tinha para pugnar pela honra da sua noiva, e que por isso, só na justiça do rei podia achar o justo desaggravo da injuria que lhe fizera o marquez. Além d'isso, expoz a el-rei quanto aquelle consorcio fôra favorecido por el-rei seu pae, que no seu testamento o deixára muito recommendado. A authoridade da pessoa do conde de Marialva, a deferencia pela sua velhice, pois já contava perto de oitenta annos de edade, e pelos serviços que prestára ao paiz, influiram ainda mais no animo do rei, para attender ás queixas do velho cavalleiro d'Africa. Mandou ouvir uma junta dos lettrados mais authorisados, e depois d'isto ordenou que o marquez de Torres-Novas fosse encerrado no castello de Lisboa, e que seu pae, o mestre de S. Thiago, duque de Coimbra, sahisse da côrte.

O marquez não cedeu da sua empresa; custava-lhe a desistir de um bom casamento, e pôz demanda á condessa, para lhe embargar o consorcio com o infante. O pleito durou nove annos. Assim lograva o marquez embaraçar um consorcio, que tanto ambicionava, e que elle devia desejar ardentemente, quando não fosse senão pelo dote da noiva.

El-rei D. João III, porém, talvez enfastiado da procrastinação do processo, convocou uma junta de canonistas e de theologos, aos quaes encarregou de perguntar á condessa D. Guiomar, em toda a liberdade, se na verdade era clandestinamente casada com o marquez de Torres-Novas. D.

Guiomar respondeu negativamente, como sempre respondêra durante o processo. Afinal foi a causa sentenciada a favor do infante, e o consorcio realisou se.

D. Guiomar era neta de D. Henrique de Menezes, conde de Loulé e de Valença, e de D. Guiomar, filha de D. Fernando I, duque de Bragança. Pelos seus paes e pelos seus avós era illustrissima a sua nobresa. O infante D. Fernando recebêra d'el-rei seu pae, avultadissimas doações, de maneira que esta familia competiria, se não excederia, em poderio e opulencia á de Bragança.

A casa do infante tinha mais de 250 moradores, e em tudo era sumptuosa e grande.

Não concordam os chronistas na época do casamento, que deveria ser em 1529 ou 1530. Pouco tempo durou a ventura, para quem parecia destinado a gosal-a por dilatados annos, e a transmittil-a a uma geração gloriosa. Ao cabo de tres ou quatro annos, e em cinco mezes, extinguiu-se a familia. A morte desvastou-a, e não deixou um só ramo de arvore tão frondosa. O infante contava apenas 27 annos, os filhos 3 ou 4, e a infante D. Guiomar devia de ser ainda mui moça.

Os bens do infante reverteram á corôa, e parte dos da infante D. Guiomar reclamou-os e houve-os seu primo co-irmão D. Fernando Coutinho.

Em tempo de Filippe II, os restos mortaes do infante D. Fernando, que estavam no convento de Abrantes, foram trasladados para o convento dos Jeronymos de Belem, jazigo da familia de el-rei D. Manuel, e no tumulo lhe pozeram um epitaphio que em portuguez quer dizer: «Aqui jaz o infante D. Fernando, successor e protector dos varões doutos.» Commemorando assim o seu amor ás lettras e aos seus cultores.

Os restos mortaes da infante D. Guiomar, ficaram no convento de Abrantes, por assim o ter disposto por sua ultima vontade.

O fim prematuro d'esta familia, e o que occorreu por causa do casamento do infante, constitue uma historia dramatica com seus visos de tragedia e envolve por ventura um segredo, que o tempo talvez venha a descobrir.

UMA BOFETADA LEGAL

No anno de 1607, a sr.ª Antonia da Costa foi a casa de um corregedor d'esta cidade, para tratar de algum negocio, e como n'esse anno se estava cumprindo a pragmatica contra o luxo, um alcaide abelhudo atreveu-se a querer levantar as saias á sr.ª Antonia da Costa, para verificar se ella trazia rendas prohibidas pela pragmatica. A mulher, que tinha brios, pespegou na face do alcaide uma boa bofetada.

O corregedor, tendo conhecimento do caso, condemnou a mulher por uzar rendas, e pela bofetada no alcaide.

A mulher recorreu para a relação, e os juizes proferiram esta sentença bem sentenciosa:

Accordam em relação:—Não é bem julgado pelo corregedor Francisco Gomes Loureiro condemnar a ré Antonia da Costa em 4:000 réis para captivos e alcaide, pelas barras do manteo, por quanto não houve fé de escrivão que lh'as visse; e outro si não foi por elle bem julgado condemnar a ré em 5:000 réis pela bofetada dada no alcaide, por quanto foi bem dada pela defensão da sua honra. Revogando sua sentença por todos seus fundamentos e o mais dos autos, visto como se mostra a rê ser mulher casada e honrada, assi por sua pessoa como por seu marido; mostra-se mais ser o alcaide tão desacatado, com tão pouco senso, que quiz levantar a saia a uma mulher casada, o que se não soffre: Absolvem a ré dos 4:000 réis da cadeia, e condemnam ao alcaide em 2:000 réis para os captivos e nas custas que ella

e seu marido fizeram; e outro si a absolvem da bofetada que deu, muito bem merecida, ao alcaide por ser mal ensinado.

E vós, corregedor, para que outro dia saibaes attentar pela honra das mulheres que forem a vossa casa, vos condemnam em 4:000 réis para as despesas da relação, e outro dia vos não aconteça fazer outra tal, porque o ha de saber sua magestade, e não passareis com 4:000 réis de pena. Lisboa, 23 de agosto de 1607.—*Gaspar Leitão Coelho—Lonçarote Leitão.*

Ora vejam as differenças dos tempos. Hoje não andam os alcaides a levantar as saias ás mulheres para examinarem se trazem rendas, mas andam os guardas da fiscalisação dos direitos de barreira, levantando as saias, devassando-lhes no seio, e praticando outras insolencias, a titulo de fiscalisarem os interesses da fazenda nas portas da cidade.

Hoje, como então, algumas mulheres dos mesmos brios da Antonia da Costa applicam boas bofetados nos insolentes, mas ha uma differença, as mulheres de hoje são condemnadas pelas bofetadas, e os insolentes ficam-se a rir.

Ainda ha pouco as operarias da fabrica do tabaco de Xabregas applicaram um chuveiro de bofetadas, por já não poderem supportar as insolencias dos guardas da alfandega municipal, e o resultado foi serem as mulheres presas e obrigadas a pagar na Boa Hora fianças e multas, e os guardas vêrem desaggravadas as suas faces das meiguices, um pouco duras, das operarias.

É tudo ao contrario de 1607.

Dizem que esta época é democratica. Não é tal. É aristocratica—é época de barões, de conselheiros e de *figurões;* aristocracia balofa, mas aristocracia peior que a antiga, porque esta tinha os seus privilegios na lei, e a aristocracia de hoje tem-n'os só no valimento dos ministros.

Reinam os *figurões*, e quem ousa affrontar um *figurão?* Quem se atreverá a desculpar a bofetada que alguma Antonia da Costa, em *defensão de sua honra*, applique a um guarda da alfandega que pretenda ferir o seu pudor de mulher?

A punição do guarda *mal ensinado*, póde offender algum *figurão*, portanto castigue-se a mulher offendida.

Os interesses da fazenda são a capa de muitas insolencias.

Nas *casinhas* das portas da cidade são muitas vezes as mulhes descompostas por grandes atrevidos.

Mas como elles procedem nos *interesses da fazenda*, não se respeita o decoro da mulher.

Ah! bons juizes da relação de 1607! ensinaram um alcaide atrevido, e um corregedor aristocrata Se os *figurões* encontraram nos juizes de hoje egual justiça, melhor iria aos filhos do povo, que ainda frequentemente padecem para não se offender o senhor de tal, *figurão* amigo do senhor ministro e dos amigos do senhor ministro.

Ás vezes ha estas differenças entre o antigo e o moderno.

O JAZIGO DE JOÃO PINTO RIBEIRO

Na reunião da commissão eleita para determinar a maneira de solemnisar o anniversario da patriotica revolução do 1.º de dezembro de 1640, propoz o nosso amigo e collega o sr. João José Barbosa Marreca, que, em commemoração do glorioso successo que restituiu a independencia a Portugal, se tratasse de descobrir a sepultura do egregio varão João Pinto Ribeiro, e que aos seus ossos se désse, em condigno mausoléo, logar decente e nobre, sendo o pensamento do proponente que fossem collocados junto do sepulchro de D. João IV, para cuja acclamação João Pinto Ribeiro contribuíra mais que ninguem.

Difficil seria hoje encontrar o jazigo de João Pinto Ribeiro. Morreu este grande revolucionario e generoso cidadão, a 11 de agosto de 1649, em Lisboa, e foi sepultado no claustro do convento de S. Francisco da Cidade, junto á porta do refeitorio, em sepultura propria.

Convém advertir que, além da grande ruina que padeceu o convento com o terramoto de 1755, dois formidaveis incendios o destruiram quasi completamente.

A 9 de junho de 1707, experimentando-se uns grandes foguetes junto ao convento, algumas faiscas caíram no tecto da egreja, que estava a descoberto para reparos, e abrasaram todo o edificio, causando-lhe consideraveis estragos.

Em breve foi reparado o convento, porque em poucos dias se juntaram para cima de 30:000 cruzados de esmollas.

A Chronica dos Franciscanos, referindo este successo, diz que era costume, quando os sinos tangiam a fogo, vir um patrão da Ribeira das Náos ao convento de S. Francisco inquirir onde era o incendio, e que d'esta vez, tanto se demorou, que só chegára depois de já as chammas involverem quasi todo o edificio.

Não sabemos d'onde provinha este costume, a não ser de se achar o convento em logar sobranceiro a uma grande parte da cidade, d'onde, portanto, se podia observar o logar do sinistro.

A 30 de novembro de 1741, outro incendio, e violentissimo, se manifestou no convento de S. Francisco, deixando-o quasi todo em um montão de ruinas.

Quatorze annos depois, em 1755, sobrevem o terramoto. Já estavam quasi de todo reparados os estragos do ultimo incendio, e na restauração se haviam gasto mais de 600:000 cruzados, achando-se por concluir apenas a parte que olhava para o poente. Do terramoto, que matou n'este convento perto de 600 pessoas e 12 religiosos, só escapou a quadra onde estava o hospicio da Terra Santa, que constava de tres dormitorios e varias casas de officinas.

É pois claro, que desde o anno de 1649, em que João Pinto Ribeiro veiu repousar no claustro do convento de S. Francisco, passou o edificio por tres grandes catastrophes, que deviam alterar em grande parte o assento das suas differentes officinas, e porventura revolver o terreno, deixando sotterrados pavimentos e sepulturas.

É possivel que ainda ali esteja a campa, que cobre os ossos do grande cidadão, mas difficil e trabalhosissima tarefa seria buscal-a, na incertesa do logar, e sem direcção alguma para as buscas.

Lisboa devia por dobrado motivo a João Pinto Ribeiro a honra de dar jazigo nobre e illustre aos seus ossos, não só por ser elle um cidadão singular pelo seu engenho e pelo seu patriotismo, senão tambem por ser filho d'esta terra.

Com quanto alguns queiram que o restaurador de 1640 seja natural de Amarante, e esta opinião seguem o author da moderna *Historia de Amarante*, e fr. Claudio da Conceição no *Gabinete Historico*, e ainda antes Luiz Cardoso, no seu *Diccionario Geographico*, comtudo Barbosa, na *Bibliotheca Lusitana*, diz que era oriundo de Amarante, porém natural de Lisboa, e estriba esta sua opinião em um

trecho extrahido de uma obra do mesmo João Pinto Ribeiro.

Com effeito, na *Primeira Relação*, que João Pinto Ribeiro *Consagra a El-Rei*, sendo juiz de fóra da villa de Pinhel, cargo que começou a servir em 1621, como elle diz, exprime-se, no § 84, nos termos seguintes:

«Mas como o amor e affeição faça presente a quem ama a coisa amada; assim aqui esta parte é vista e ouvida, sem apparecer, nem fallar, *Absens absentem audit, videtque*. E a esta vista nenhuns termos de allegar justiça podem parecer gentis, tanto senhorêa a paixão. N'este ponto não sei de qual me admire, se da culpa, que se põe a um lettrado eleito por Vossa Magestade para a occupação e exercicio de julgar, por allegar direito, se da nota de mal fallado e pouco curial *a um filho de Lisboa, nascido e creado no regaço da lingua.....*»

O testemunho do proprio João Pinto Ribeiro, o qual claramente affirma ser *filho de Lisboa*, e aqui *creado e nascido*, tem toda a valia para contraditar asserções vagas em contrario.

Não ha rasão para suppor que elle faltasse á verdade, quando com tanta facilidade podia ser contraditado.

Devemos pois ter como nascido e creado em Lisboa, ao heroe de 1640.

Oxalá houvera tão claro testemunho, para se saber qual foi a povoação, que teve a gloria de vêr nascer dentro dos seus muros o poeta Luiz de Camões!

Ora, se julgamos infructifero todo o trabalho para lhe procurar a sepultura, a qual consideramos perdida, como as de muitos outros cidadãos illustres, que no convento de S. Francisco foram repousar eternamente — como o celebre e illustre D. João de Menezes; o valoroso D. Alvaro Vaz d'Almada, o amigo do nobre e infeliz infante D. Pedro, sepultado na capella denominada dos Abranches; o mavioso poeta Francisco Rodrigues Lobo, que descançava na capella das Queimadas, se dizemos, nos parece perdida a sepultura de João Pinto Ribeiro, não é isso rasão para que, agora que se aventou a idéa de perpetuar a gratidão do povo portuguez a tão grande cidadão, se deixe de fazer alguma coisa n'esse sentido conforme as circumstancias permittirem.

Infelizmente, temos deixado perder a memoria das sepulturas de muitos varões abalisados d'esta terra. Já antes de 1834 não havia noticia dos jazigos de muitos d'elles, porém depois d'essa época ainda muitos mais se perderam.

Fructo das revoluções, que passam furiosas calcando aos pés as recordações do passado, e fructo ainda mais lastimoso das paixões sórdidas que especulam com o vil interesse, deitando o camartello arrasador ao que não póde ter preço vendavel. E assim se arrojam ao monturo as memorias venerandas dos que illustraram a patria, na guerra e na paz, e a ampararam nos dias de tribulação e de desventura!

Se aos ossos do heroe da restauração de 1640 se não póde dar jazigo honroso, se não é possivel erguer-lhe um monumento, nem mesmo um busto, bastará uma lapide posta no logar mais nobre da sala das sessões da camara municipal de Lisboa, a qual atteste aos vindouros, que os moradores d'esta cidade, no anno de 1861, quizeram commemorar por um modo authentico o patriotico e esforçado feito do dia 1 de dezembro de 1640. Assim se recordarão os actos heroicos de João Pinto Ribeiro, e assim dirão ao mundo os portuguezes de 1861 que manteem indeleveis as tradições de independencia, que lhes legaram seus paes.

Se por accaso fosse acceita a nossa proposta, a lapide deveria ser collocada solemnemente no dia proprio, presidindo a municipalidade a esse acto, lavrando-se de tudo um termo authentico.

Demonstração patriotica, sem apparatos inconvenientes, digna do povo da capital e de uma nação que confia na sua justiça para sustentar a sua independencia.

AS PRAGMATICAS E O LUTO OFFICIAL

NOTICIAS HISTORICAS

É sabido que em outro tempo se faziam pragmaticas regulando o luxo,

A economia politica d'essas épocas entendia, que os poderes publicos deviam zelar os haveres dos cidadãos, obrigando estes a prescindirem de despesas superfluas. Por isso se faziam as pragmaticas, e as leis sumptuarias pelas quaes se marcavam as modas.

O figurino hoje é modelado pelas modistas e pelos alfaiates; ha 100 annos era o governo quem fazia os figurinos.

Os governos ordenavam aos cidadãos como haviam de vestir-se, indicavam-lhes as fazendas que deviam usar, os ornatos que deviam pôr nos vestuarios, chegando até a marcar o tamanho das algibeiras das vestias! Determinavam a mobilia das sallas, estabeleciam a fórma das carroagens, regulavam a especie de cavalgaduras de que era licito cada um servir-se nos trens, ou para cavalgar. Emfim, de tudo se occupavam, por tal arte que, segundo a sua maneira de vêr, os cidadãos não fossem desperdiçados, nem se dessem ao luxo.

As pragmaticas, como é natural, tambem regulavam o que dizia respeito ao luto, prohibindo os excessos nas demonstrações, e determinando o luto conforme os graus de parentella.

A ultima pragmatica foi a de 24 de maio de 1749, e além

d'ella vigoravam algumas leis sumptuarias, moderadoras das despesas dos cidadãos.

Aconteceu porém que os governos algumas vezes, no interesse do commercio, prorogaram ou addiaram, ou mesmo modificaram o rigor das leis sumptuarias. É evidente que o commercio e a industria soffriam com essas aberrações governativas, e que o bem publico nada utilisava.

Mas tudo isto se ligava á ordem de idéas subsistentes, que formavam um complexo. Os governos intervinham em tudo. O poder absoluto tinha direito de regular as minimas acções dos cidadãos. Cada um devia subordinar os seus mais innocentes caprichos á vontade soberana, e esta chegava até ao interior do lar domestico.

Notava-se, comtudo, ás vezes, certa sollicitude pelos interesses do commercio, como succedeu no tempo d'el-rei D. João IV. Havia este soberano promulgado a lei sumptuaria de 9 de julho de 1643, prohibindo, nos trages, o uso dos brocados, das tellas e lhamas, de quaesquer sedas tecidas ou bordadas com oiro, ou prata, ou seda, e egualmente, passamanes, gallões, debruns, alamares, rendas ou espiguilhas, e quaesquer guarnições, forros ou entre-forros em que entrasse oiro ou prata. Regulava mais o feitio e côrte do vestuario, e por isso saiu acompanhada de um figurino, que se lhe encontra junto, nos exemplares existentes.

Succedeu porém que os mercadores de Genova e de Leorne, respondentes dos homens de negocio de Lisboa, representaram a el-rei, que não tinham noticia da lei de 9 de julho, ao tempo em que embarcaram para o reino, nas náos *Victoria* e *S. Domingos*, grande quantidade de tellas, passamanes, gallões, rendas de oiro e outras fazendas prohibidas; el-rei não querendo prejudicar os estrangeiros, como diz no alvará, houve por bem dispensar com elles, por espaço de um anno na observancia da mesma lei, para se poderem vender, comprar e usar no reino, as fazendas prohibidas: assim o mandou por alvará de 21 d'abril de 1644.

A lei de 9 de julho de 1643 mandava que dentro de dois mezes da sua data, cada um fosse manifestar os trages que tinha ao tempo da promulgação da lei, perante os corregedores das camaras, e dos juizes de fóra; sendo os trages manifestados inscriptos em um livro, assignando cada um o manifesto. E aquelles a quem fossem encontrados trages

prohibidos, e não manifestados, pagariam pela primeira vez sendo nobre, 50 cruzados, e sendo plebeu 20 cruzados, e o dobro, tresdobro, etc., nos casos de reincidencia.

Era esta a sciencia do tempo. Não sabiam mais, e governavam como sabiam. Comtudo vê-se ahi o respeito pelo commercio. Os mercadores de Genova e de Leorne representaram, e o governo entendeu que os não devia condemnar, assim como aos respondentes de Lisboa, a perderem as fazendas que já tinham de pagar.

Ha um caso notavel, acontecido por occasião do fallecimento d'el-rei D. João V. Este monarcha passou a melhor vida em 31 de julho de 1750, e no dia 1 de agosto, conforme o costume, foram expedidas as cartas régias annunciando a morte d'el-rei, e mandando tomar luto pelo espaço de dois annos, sendo um pesado e outro alliviado. Era uma exaggeração de sentimento, mas emfim, então, assim se entendia.

Comtudo no dia seguinte, 2 de agosto, por um régio aviso foram taxadas as fazendas proprias de luto nos mesmos preços que tinham antes do fallecimento d'el-rei, prohibindo se aos mercadores que levantassem esses preços.

N'este caso o governo, vendo que os mercadores haviam de vender as fazendas que tinham, quiz pôr os cidadãos ao abrigo da especulação commercial, evitando que os mercadores abusassem da necessidade e da obrigação de pôr luto, para venderem as fazendas por preços exorbitantes, com vexame dos cidadãos que eram obrigados a enlutar-se.

Tudo isto era filho da sciencia economica do tempo, mas demonstra o absurdo de decretar lutos geraes de mezes e de annos, porque constitue um vexame geral, sem utilidade publica. E aos governos compete evitar todo e qualquer vexame que não seja fundado no interesse geral.

Para dar uma amostra do modo porque se entendiam as demonstrações do sentimento publico n'essas épocas, referiremos que o senado da camara de Lisboa ordenou que no dia 8 de agosto todos os cidadãos vestidos de luto rigoroso assistissem á demonstração de sentimento pela morte d'el-rei D. João V, na quebra dos escudos, sob pena de pagarem 2$000 réis e subjeitos ás mais penas que o senado ordenasse contra os que não comparecessem.

Pelo fallecimento d'el-rei D. José, a pena imposta pelo senado aos que não assistissem á quebra dos escudos, foi de 4$000 réis!

Coisas d'aquelle tempo. Quem não mostrava sentimento custava-lhe isso alguns vintens.

Antigamente, quando morria o monarcha, as fortalezas e navios de guerra davam tiros de minuto a minuto!

As ordens para o luto não se esqueciam de mencionar os pobres, por isso o aviso expedido ao senado em 1 de agosto de 1750, mandava que os homens pobres usassem na cabeça de gorra e as mulheres de toalha não encrespada.

Era um sentimento publico bem regulado, bem decretado, bem facticio, que se traduzia em um grande vexame.

Então não succedia o que agora se tem visto; então o povo não tinha uma parte sincera e espontanea nas demonstrações de sentimento pela morte do monarcha, como ainda no sabbado se presenciou n'esta capital. Então só os titulares, só os grandes figuravam no prestito funebre; o povo era d'elle banido, era apenas espectador.

O prestito funebre que acompanhou ao real jazigo os restos mortaes d'el-rei D. João V foi d'esta ordem, e assim composto:

Iam na frente os seis porteiros da cana. Depois seguiam-se os dois corregedores do crime da côrte — os titulares e fidalgos com officios na casa real — os grandes do reino — os presidentes dos tribunaes — o regedor das justiças a cavallo e com o seu bastão — os cantores, capellães, beneficiados e conegos da patriarchal, a cavallo, e psalmeando entoadamente — o mordomo mór a cavallo — o coche com o corpo — o estribeiro mór e o capitão da guarda allemã — o coche de estado.

O povo não figurava aqui, apesar de lhe decretarem um luto rigoroso. Era o servo que devia chorar o seu senhor, mas não podia ter a honra de o acompanhar á ultima morada.

Mudaram os tempos, transformaram-se muitas coisas, acabem pois, muitas, que são ainda vestigios d'essas eras, e que não se coadunam com as idéas de hoje.

Os lutos decretados são absurdos, gravosos, e nada significam.

O luxo dos tiros repetidos, e o carpir dos sinos, são tormento para os vivos, sem vantagem para os mortos.

O luto está nos corações e deve observar-se nas ceremonias publicas.

Os tiros e os sinos só devem servir como de signaes de advertencia.

OS PAÇOS DA CAMARA DA CIDADE DE LISBOA

VARIAS NOTICIAS

I

Na noite de 19 para 20 de novembro de 1863, uma quarta feira, cerca das 9 horas, rebentou um violentissimo incendio, na secretaria da camara municipal de Lisboa, que deixou em ruinas os paços municipaes, e quasi todo o predio onde estavam, sem excepção da parte que fazia esquina para a rua do Ouro.

Foi um dos maiores incendios que Lisboa, n'estes ultimos annos, tem visto, e o que mais fatal seria, pela perda de innumeros valores que existiam nos estabelecimentos commerciaes, que tinham a sua séde n'aquelle predio.

Não nos propomos a dar relação do incendio, mas apenas a colligir algumas noticias historicas ácerca dos paços do municipio.

O edificio dos paços municipaes foi mandado construir pelo senado, no anno de 1770, e no de 1774 se concluiram as obras, nas quaes se despenderam 121:099$271 réis.

No primeiro andar, do lado da rua do Arsenal, onde esteve a companhia de seguros *Fidelidade*, teve a sua séde a antiga *Casa dos Vinte e Quatro*.

No edificio da camara, e no fronteiro, do lado de leste da rua do Ouro, onde está a secretaria da justiça, habitaram a rainha D. Maria I, e o principe regente D. João, havendo um passadiço que fazia a communicação de um para outro lado.

Foi no anno de 1795, que a familia real veiu habitar nos paços da camara, e na ala entre a rua do Ouro e a Augusta: comtudo a residencia habitual da côrte era em Queluz.

Nos quartos das trapeiras do incendiado edificio, ainda se viam indicados nas portas os nomes das aias e criados dos infantes, que alli residiram.

As paredes da sala das sessões da camara eram revestidas de uns magnificos pannos de raz, que representavam passos da vida do imperador Constantino. Tinham custado 16:000 cruzados, e eram os melhores que havia em Lisboa.

As salas da parte occupada pelo *Banco de Portugal* tambem nas paredes tinham pannos de raz, mas eram de inferior qualidade.

Nos sotãos do edificio da camara ainda se guardavam pannos de raz, que foram da antiga junta de fazenda, e decoração do paço.

Arderam os retratos de pessoas reaes que ornavam a sala das sessões da camara, bem como o painel de Nossa Senhora da Conceição, que estava no topo da sala, e era obra do insigne Pedro Alexandrino Coelho.

Notaremos de passagem uma coincidencia notavel com relação á perda d'este painel:—quando ardeu o edificio da junta do commercio, tambem se perdeu um retabolo da Senhora da Conceição, que era obra do famoso Vieira Lusitano,—e no incendio do thesouro, em 1836, que estava no velho palacio da Inquisição, no Rocio, as chammas egualmente devoraram um quadro da Conceição.

Era o edificio dos paços municipaes de riquissima construcção: todas as madeiras eram do Brasil, e de notavel solidez.

Tinha todo o predio, 10 janellas de frente para o largo do Pelourinho, além da janella grande que ficava sobre a porta,—dos lados tinha 21 janellas, com tres andares e aguas furtadas ou trapeiras, segundo o risco primitivo da cidade, depois do terramoto.

A janella grande tinha uma varanda, e a fachada rematava n'um frontão, no centro do qual estava o brasão nacional, e sobreposta ao frontão uma esphera metalica. Tinha magnificas escadarias, grandiosas salas, e tudo era de optima construcção. Foi uma perda consideravel.

Todo o quarteirão incendiado, com a parte que escapou media 86^{m},46 de comprimento, 43^{m},12 de largura e 16^{m},75 de altura.

II

O *Archivo Pittoresco*, no seu n.º 38, publicou uma excellente gravura representando o incendio dos paços do concelho, na occasião em que o fogo estava no seu auge, na parte do edificio onde funccionava a camara, e já se extendia por todo o quarteirão até ao Pelourinho.

A gravura é magnifica e uma das melhores que este curioso jornal tem publicado.

Acompanha a gravura um artigo ácerca dos paços do concelho, contendo varias noticias historicas, colligidas pelo redactor d'aquella folha, o nosso amigo e collega o sr. Silva Tullio, que explorou o archivo da camara e alguns escriptos impressos sobre a historia da antiga e moderna casa do senado da camara de Lisboa.

Já demos algumas noticias ácerca do edificio (que hoje está um montão de ruinas) vamos agora extractar o que o nosso collega publica, accrescentando-lhe o mais que colligimos.

O pelourinho era antigamente o symbolo municipal; as terras que gosavam da preeminencia de villa, com a sua camara, todas tinham pelourinho.

O que é notavel, é que esta insignia municipal ,fosse como um instrumento de morte, ou pelo menos de castigo para os criminosos. No pelourinho se expunham aquelles, que pelos tribunaes eram condemnados a essa pena. Muita gente se lembrará de, na elegante columna que está no meio da praça do Pelourinho, vêr uns ferros, terminando n'uns ganchos ponteagudos, onde eram pendurados os pacientes. Dizem que ainda, no principio d'este seculo, alli fôra executado um cadete pelo crime de fratricidio.

Crêmos que, em algumas terras do reino, ainda os taes ganchos *decoram* os pelourinhos.

Parece que a columna deveria ser um symbolo de honra, um distinctivo da preeminencia da terra; assim era, porém ao mesmo tempo era um symbolo de terror e de infamia. Aberrações filhas do espirito da época.

Consta que a mais antiga praça do Pelourinho que houve em Lisboa, era onde está a rua da Prata, entre a rua dos Capellistas e a dos Algibebes.

Era uma pequena praça, e ahi estacionavam uns homens que se encarregavam de redigir requerimentos e cartas a

quem não sabia ler nem escrever, o que era vulgar antigamente; e diz uma Memoria antiga que eram dez as mesas alli estabelecidas para aquelle fim, e que esses homens tambem se encarregavam de arranjar casamentos e comprar propriedades; eram n'este caso uns corretores, e em tudo ganhavam 2$000 réis por dia. Ganhavam bem.

Não consta porém, que as casas do senado fossem na dita praça do Pelourinho.

Depois, acha se memoria de estar o pelourinho no sitio onde haviam sido as tercenas navaes, ou arsenal da marinha, em tempo d'el-rei D. Fernando, que era ahi onde hoje estão a casa da alfandega municipal e mais edificios contiguos.

Havia ahi uma praça, que depois foi mercado principal, onde se vendiam em barracas de madeira os generos que hoje se vendem na praça da Figueira.

Não se sabe quando se construiu o pelourinho novo, na praça referida, nem se o senado ahi teve casa.

El-rei D. João I, para gratificar os relevantes serviços que o povo de Lisboa prestára á causa da independencia nacional, e a sua extremada lealdade, alliviou-o do pagamento de certos tributos, e lhe fez mercê dos paços em que taes direitos se pagavam.

Onde eram esses paços é que nenhum chronista diz, colligindo-se d'ahi que o senado largára os que tinha no sitio das tercenas ou arsenal d'el-rei D. Fernando.

O que ha mais certo n'este assumpto, é que os paços do concelho, no tempo d'el-rei D. Manuel, se estabeleceram na real casa de Santo Antonio, junto á Sé, por disposição d'aquelle monarcha, quando mandou edificar aquella real casa, conforme o testamento d'el rei D. João II, ordenando que fossem grandes e de abobada.

Ahi estiveram os paços do concelho, até ao anno de 1753, em que o marquez de Pombal, então ainda Sebastião José de Carvalho e Mello, mandou ao senado que saísse da casa que occupára durante dois seculos, entregando as chaves á secretaria de estado.

Para onde foi funccionar o senado, depois d'aquelle mandado de despejo, não se sabe; comtudo, ao tempo do terramoto já se estavam edificando novos paços do concelho, como consta da *Historia Universal dos Terramotos*, de Joaquim José Moreira de Mendonça, que era escrivão do tom-

bo da camara, o qual, enumerando os estragos e perdas occasionadas pela catastrophe de 1 de novembro de 1755, comprehende no numero dos palacios arruinados com maior estrago o *do senado da camara e tribunal dos despachos, que se andava acabando*, obra magnifica, accrescenta Mendonça.

Comtudo, n'esse anno de 1755, o cartorio da camara estava em casa do mesmo escrivão do tombo, segundo se deprehende da sua narrativa, porque diz elle que morava no campo de Santa Barbara, e que tendo saído de casa, aos primeiros abalos, se não affastou d'alli, com o cuidado no cartorio do tombo da cidade, que estava a seu cargo; accrescenta que as suas casas pouco estrago soffreram.

Ora, se o senado já funccionava no seu palacio a esse tempo, é o que se não sabe, nem mesmo o sitio e praça onde se levantavam os seus paços.

Depois do terramoto se marcou, no novo plano da cidade, o logar onde agora estava a camara, para seus paços.

III

Vimos que faltam memorias ácerca dos antigos paços do concelho. Só desde o reinado d'el-rei D. Manuel se sabe que esteve n'umas casas por cima da real egreja de Santo Antonio, e depois de 1774, no edificio que ardeu a 19 do mez passado.

El-rei D. Manuel ordenára que as casas do senado fossem de abobada, prevendo de certo, um sinistro de fogo: agora se deverá seguir essa antiga determinação, para pôr ao abrigo da destruição tantos documentos importantes, e o proprio edificio.

No anno de 1804 se fez o tombo geral das propriedades urbanas do senado, pelo administrador geral dos proprios, Luiz José Telles de Avellar Collain.

N'esse tempo, a arrecadação das rendas andava na maior confusão, e a camara achava-se privada das rendas de terrenos e casas que lhe pertenciam, cmo consta da exposição dirigida ao principe regente pelo marquez de Pombal, presidente do senado em 18 de janeiro de 1804.

Na referida exposição ponderava o marquez presidente, que nos ultimos trinta annos as rendas das casas em Lisboa ha-

viam triplicado, e que as rendas dos proprios da camara nada haviam augmentado, em quanto a misericordia e as ordens religiosas tinham já elevado consideravelmente as rendas dos seus predios.

Havia então os chamados logares de pejamento, que eram alpendres estabelecidos em ruas e largos, para venda de varios generos, e bancos de ferrador. Muitos d'esses logares andavam usurpados, pagando os que os occupavam as rendas a pessoas particulares.

Emfim, reinava completa desordem no ramo da administração dos proprios urbanos do senado.

Para obviar a tamanhos prejuizos para o senado, se fez o regulamento de 18 de janeiro de 1804, para a factura dos arrendamentos e administração das rendas das propriedades, alpendres e terrenos da camara.

Como é notorio, as lojas do edificio dos paços do concelho andavam arrendadas. Umas eram dadas a particulares por avisos regios.

A loja onde se vendia a *Gazeta de Lisboa*, que era a quarta, vindo do Terreiro do Paço, pagava 50$000 réis de renda, e outras, incluindo tabernas, pagavam entre 60$000 e 100$000 réis. E uma servia de cocheira e não pagava renda, porque, por aviso regio, fôra dada a um filho de Simão Martins.

A secretaria do conselho ultramarino estava no andar occupado ultimamente pela companhia das Lezirias.

Do lado da rua dos Capellistas tambem se alugavam as lojas, entre 56$000 réis e 28$000 réis. Havia alli barbeiro, cabelleireiro, loja de venda de loiça da India. O Deposito Geral alli estava, e os andares eram occupados gratuitamente pelos empregados do mesmo deposito.

Rendiam as lojas 653$000 réis.

Não sabemos como é que a camara alienou o terreno onde se levantaram os predios contiguos aos paços do concelho. Não podia esse terreno deixar de pertencer á cidade, e é extravagante que fosse dado ou vendido a particulares.

O senado possuia tambem a ala do Terreiro do Paço, onde estavam os tribunaes do Conselho da Fazenda e a Junta do Commercio, e hoje a secretaria das justiças e a Junta do Credito Publico, e alugava as lojas e andares, os quaes haviam sido dados ao senado em compensação dos terrenos que alli possuia; por este motivo não sabemos como o se-

nado perdeu a posse dos predios da rua dos Capellistas, que ficavam formando quarteirão com os paços do concelho.

Os andares estavam todos dados gratuitamente. N'um morava a familia do confessor do principe regente, n'outro a familia do companheiro do confessor, n'outro o guarda-mór da camara, e ainda mais algumas pessoas. Rendiam á camara estas lojas 774$800 réis.

E as lojas, andares, alpendre e logares tinham o rendimento de 12:232$800 réis.

O edificio das sete casas foi feito á custa do senado, com o pretexto de cobrar n'aquella casa os direitos dos reaes e realetes pertencentes ao mesmo senado.

O estado depois apropriou-se do edificio, para administração e cobrança de todos os direitos que se cobravam na alfandega das sete casas, e a camara ficou expliada de tão grande edificio.

O edificio que serviu de Paço da Madeira tambem pertencia á camara, pelo menos o chão, porque d'elle tomou posse, quando se lhe restituiu todo o terreno da praia, chamado Marinha. A rainha doou aquella casa gratuitamente a Rodrigo Caetano de Almeida e Brito.

O sumptuoso edificio do terreiro publico tambem foi construido em grande parte á custa da fazenda da cidade; egualmente lhe foi tirado sem nenhuma compensação.

PATEADA REAL

Achámos n'um livro, noticia do seguinte facto, succedido com el-rei D. Sebastião:

«Na primeira occasião que visitou a universidade, indo visitar uma das aulas, foi recebido com pateada. Turbou-se o rei, e, empunhando a espada, perguntou o que significava aquillo; disseram-lhe ser applauso escolastico; serenou o animo, e das outras vezes mostrava contentamento.»

Assim o refere textualmente Joaquim da Silva Pereira no seu *Resumo dos alvarás, cartas, etc.*, de que faz menção Manuel Alves Pegas.

É a primeira vez que vemos escripto, que a pateada fosse signal de applauso e de festejo ao rei.

Nós não accrescentamos um ponto á historia. Lá nos parece inacreditavel que existisse esse costume universitario, e que, entrando o monarcha nas aulas, os estudantes o pateassem, como se lhe deram vivas e applausos.

Póde ser que assim fosse, mas nós duvidamos, sem embargo dos costumes variarem com o tempo, e muitas coisas que então eram honrarias, serem hoje injurias.

SUCCESSO TRAGICO

O PRANTO ANTIGO

Das exaggerações a que, quasi todos os povos se entregavam, por occasião dos funeraes, subsistiram ainda por muito tempo varias praticas, entre nós, do que dão testemunho os antigos escriptores.

E é para notar tamanho excesso de sentimento pela morte das pessoas que se tinham na conta de boas e virtuosas, quando a religião inspira sempre a esperança de melhor vida, a qual promette aos que foram justos n'este mundo. Esta consoladora esperança, esta crença fervorosa não serviam para modificar as estrondosas e apparatosas demonstrações de lucto e pranto, antes recresciam quanto mais era estimada a pessoa defuncta.

O que os chronistas referem que se fez no fallecimento do principe D. Affonso, filho d'el-rei D. João II, é realmente para pasmar.

É sabido o triste destino d'esse principe, chamado a juntar na sua cabeça as corôas de Portugal, Castella e Leão.

Contava apenas 16 annos o principe D. Affonso, e achava-se casado com a princesa D. Isabel, filha dos reis de Castella; apesar de tão verdes annos, diz Garcia de Rezende, parecia no corpo, na barba, no saber, no sizo e socego homem de 25 annos.

O mesmo chronista, na sua *Miscellanea*, lhe dedica estas strophes:

Era de dezeseis annos
e casado de oito mezes;
perfeito entre os mundanos,
mui quisto de castelhanos,
descanso dos portuguezes:
Uma triste terça feira,
correndo n'na carreira,
com um cavallo cahiu,
nunca fallou nem boliu:
e morreu d'esta maneira.

Por sua gran fermosura
foi no mundo nomeado;
angelica creatura
nunca foi tal desventura,
nem principe tão amado:
Em Castella e Portugal
foi tão sentido seu mal
tão chorado em toda Espanha
que foi tristesa tamanha
que se não viu outra egual.

Em uma terça-feira, 12 de julho do anno de 1491, correndo o principe D. Affonso, a cavallo, pela praia do Téjo, na villa de Santarem, na mesma occasião em que o rei seu pae nadava, succedeu que o cavallo cahiu com elle, e tão desastrada foi a quéda, que logo ficou sem falla e sem sentidos. Levaram o principe para a primeira casa que acharam, que foi a de um pobre pescador.

Informado o rei do lastimoso successo, immediatamente foi vêr o filho, e, divulgado o caso, logo se fez uma *mui grande e devota procissão com toda a cleresia e reliquias, indo todos descalços e alguns nús* implorando a vida do principe; mas na quarta-feira seguinte o infeliz mancebo expirou.

O rei D. João sahiu do aposento onde se finara o filho, que era todo o seu enlevo, porque não tinha outro, e porque era o herdeiro do seu grande nome, e, voltando-se para os que alli se achavam, disse-lhes: — «Ahi vos fica o prin«cipe meu filho.»

Diz então o chronista:

«E com isto se levantou entre todos um muito grande e «muito triste e desaventurado pranto, dando todos em si

«muitas bofetadas, depennando muitas e mui honradas bar-
«bas e cabellos; e as mulheres desfazendo com as suas mãos
«a formosura de seus róstos, que lhe corriam em sangue,
«coisa tão espantosa e triste que se não viu, nem cuidou.»

E do lucto que por este successo houve, falla assim o chronista:

«El-rei, por tamanha perda e tamanho nojo, se tosquiou.
«E a princesa tosquiou os seus presados cabellos, e se ves-
«tiu toda de almafega (lã grossa) e a cabeça coberta de ne-
«gro vaso (capello, porventura do que hoje chamamos es-
«comilha). E na côrte e em todo o reino não ficou senhor,
«nem pessoa principal, nem homem conhecido que não se
«tosquiasse..... E a gente pobre que não tinha com
«que comprar burel, que valia a 300 réis a vara, muitos
«tempos andou com os vestidos virados do avesso.....
«e porque se não achava tanto burel, os lavradores e gente
«baixa vendiam as cobertas de suas camas a preço de pan-
«nos finos, e os homens se vestiam de saccos e cobertas de
«bestas.»

Foi o cadaver do desditoso principe levado para o convento da Batalha, e ahi, diz o chronista:

«O prégador allegou tantas e taes rasões para chôro e tris-
«tesa, que muitos homens de muita authoridade, muito sa-
«ber, muito sizo, áquella hora parecia que o não tinham;
«vendo-lhes muito cruamente dar na eça tamanhas cabeça-
«das, que parecia que quebravam as cabeças; depennando
«todos suas barbas e cabellos, dando em si muitas bofeta-
«das, assim homens como mulheres e velhos e moços, coisa
«tão espantosa e de tanta dôr e tristesa que não se viu, e
«durou tanto que os não podiam fazer callar.»

Costumes do tempo, que hoje seriam risiveis; mas outros subsistem ainda agora, que d'aqui a 200 ou 300 annos tambem farão rir os d'esse tempo.

Garcia de Rezende, na sua *Miscellanea*, depois de referir a triste retirada da princesa D. Isabel para Castella, apoz o fallecimento do principe D. Affonso, accrescenta esta copla:

Vimos Portugal, Castella
quatro vezes ajuntados
por casamentos liados;
principe natural della
que herdava todos os reinados:

todos vimos fallecer
em breve tempo morrer
e nenhum durou trez annos:
portuguezes e castelhanos
não os quer Deus juntos vêr.

As quatro vezes que Portugal e Castella se liaram por casamentos, para se ajuntarem, foram:

1.ª No tempo d'el-rei D. Affonso V, o qual foi jurado rei de Castella e de Leão, em 1471, pelo direito da rainha D. Joanna, filha de Henrique IV de Castella, e da rainha D. Joanna de Portugal, depois chamada a Excellente Senhora, com quem casou, não se tendo consummado todavia o matrimonio por opposição de Fernando e Isabel de Aragão. D'aqui se originou uma guerra desastrosa para Portugal.

2.ª No tempo de D. João II, pelo casamento do principe D. Affonso, herdeiro da corôa, com a princesa D. Isabel, primogenita de Castella.

3.ª No tempo d'el-rei D. Manuel pelo seu casamento com a princesa D. Isabel, viuva do principe D. Affonso, o qual ficou herdeiro da corôa de Castella, pela morte do principe D. João.

4.ª No tempo do mesmo rei D. Manuel, sendo jurado herdeiro da corôa de Castella, o principe D. Miguel da Paz, que morreu menino.

De todas estas quatro vezes, pareceu que Portugal e Castella se juntariam, mas a união jámais veiu a realisar-se, parecendo que uma força superior não queria vêr os dois povos sob um só sceptro.

Da usurpação não se falla, porque Garcia de Rezende é anterior a esse facto, e porque essa foi violenta e não por alliança régia ou bom accordo dos dois povos.

A LINGUA

(CONCEITOS ANTIGOS)

Um discreto fez á má lingua esta adivinhação:—Não é juiz, e julga; não é letrado, e arma demandas; não é algoz, e affronta; não é alfayate, e corta de vestir, e se é tudo isto, não é nada d'isto; e se não faz nada, gosa o céo; e se faz tudo, leva-o o diabo.

Os gregos chamavam á lingua *Universidade dos males*, porque d'ella sahem as maledicencias, as injurias, as blasfemias, as mentiras, os prejuizos e toda a casta de iniquidades.

Tem a lingua soberanas excellencias, é interprete do coração, oraculo dos pensamentos, chave da memoria, porteira dos conceitos, vivo prélo das palavras, freio da prudencia, leme da rasão.

A lingua é a melhor e peior coisa do mundo.

Na lingua conhece o medico as enfermidades do corpo; na lingua conhece o philosopho as enfermidades do espirito.

Socrates disse—Falla, para que te conheçam.

Tem a lingua suas horas; n'umas deve calar, e deve fallar em outras; mas nunca tem hora para dizer tudo.

Nenhuma paixão solta mais a lingua, que a ira; o medo comprime-a; o amor ata-a; a ira despede-a como setta.

A lingua da mulher só calla o que não sabe, ou lhe convém que se não saiba.

A lingua longa é signal de mão curta.

A má lingua, thesoura.

Não diga a lingua por onde pague a cabeça.

Não é senhor de si, quem a outrem subjeitou a lingua.

Não tem outro açoite as culpas dos grandes, que o de uma lingua generosamente solta.

A verdade desenganada fomenta a republica, a verdade muda introduz a tyrannia.

Dizer o seu folego é em bom e genuino portuguez, não admittir nem reter no peito, coisa alguma que tire ao homem a liberdade de fallar, porque callar a bocca, e engolir o que se ha de lançar a alguem no rosto, é tomar o folego, suffocar-se e rebentar.

A AGUA LIVRE

A obra da conducção das aguas da nascente da Agua Livre para esta cidade, mandada realisar por alvará de 12 de maio de 1731, e concluida ao cabo de vinte annos, deve-se talvez ao esforço do procurador da cidade, Claudio Gorgel do Amaral, que o era no anno de 1728.

Amaral representou energicamente ácerca da falta d'agua em Lisboa, e na sua representação affirma, que no verão de 1727 a 1728 se venderam as cargas d'agua de quatro quarteirões *bem pequenos* por dois tostões, e doze vintens, quasi preço commum; e dizia que elle proprio fôra com pessoas peritas ao sitio da fonte da Agua Livre e outras visinhas, a de S. Braz, fonte da Cidreira, e verificára que deitavam essas aguas mais de 10 telhas, e no fim do verão já referido deitavam 9 telhas, julgando ser esta agua sufficiente para o provimento do povo, ainda no estio.

Claudio Gorgel do Amaral instava com el-rei D. João V, para que cuidasse d'esta obra tão importante para o povo, consultando os senados (Lisboa então dividia-se em Oriental e Occidental) com a devida brevidade, afim d'elles proporem os meios de trazer aquella agua á cidade.

Logo, a representação foi a informar aos vereadores; varios foram os alvitres sobre os meios para levar a obra ao cabo.

Houve consultas sobre consultas, discutindo se o ponto —se os impostos a lançar para a obra deviam ser geraes, ou limitados, a Lisboa:—foram limitados ao seu termo.

Logo depois do alvará de 13 de maio de 1731, se for-

mou a primeira sociedade de 20 pedreiros com o capital de 8 contos, e em 11 de julho d'esse anno de 1731 assignaram escriptura para a factura da obra.

Assim se deu o primeiro passo n'essa obra gigantesca e monumental, tão grande como as maiores que nos deixaram os romanos.

Claudio Gorgel do Amaral levantára a voz; o governo ouvira o procurador da cidade, e dois annos depois a obra começava com a grandesa digna d'esta cidade e do potentismo monarcha portuguez.

Os aqueductos e minas teem a extensão de pouco mais de sete leguas.

As minas de todas as nascentes teem 47:783 palmos.

O aqueducto propriamente dito teem a extensão de 84:650 palmos.

A casa d'agua ás Amoreiras custou não menos de 400 contos.

Até 1799, as obras feitas foram sempre por sociedades de empreiteiros.

As medições feitas desde o seu principio até 1799 importaram na somma de 5.227:214$811 réis.

Desde 1800 até 1835 importaram as obras em réis 334:766$789.

Total até 1835 — 5.561:911$600 réis.

A receita foi de 6.460:216$689 até 1799.

As entradas desde 1800 até 1822 foram na importancia de 3.281:335$400 réis.

Em differentes épocas mais chegadas a nós, se fizeram saques sobre as obras das aguas livres. Os mais curiosos são 31:533$834 réis de emprestimo á fabrica das sedas, para manufacturar os fardamentos dos archeiros e criados da casa real, em 1817; e 12:193$602 réis de emprestimo ao erario do Rio de Janeiro, e depois á camara e sub-intendencia geral de policia d'essa cidade, em 1818.

Emprestimos á fabrica das sedas, á fabrica da loiça, as minas de carvão e ferro, e finalmente, emprestimos ao thesouro na importancia de 1:000 contos.

Estes saques todos excederam a somma de 1:600 contos.

Na relação das medições pagas, com referencia ao anno de 1768, apparece a verba da despesa feita com uma casa mandada construir, em Carnaxide, para a mulher que deu

o primeiro leite á infanta então nascida, e outra casa, no mesmo logar, para um criado da casa real.

As expropriações importaram em 91:139$711 réis. Estamos que foi maior a somma; é esta, porém, a que se menciona.

Nas expropriações figura o chafariz do Loreto com réis 24:638$000. Expropriaram-se boas propriedades de casas, nas ruas do Outeiro, da Cordoaria Nova, das Portas de Santa Catharina, e do Picadeiro.

O Neptuno que se collocou em cima do chafariz custou 201$000 réis.

E a estatua que está sobre o chafariz das Janellas Verdes, cremos que é Amphitrite, custou 600$000 réis, de feitio.

Na relação das despesas de 1800 a 1835 inclue-se a verba de 4:992$730 réis com os trabalhos no antigo largo da Patriarchal, afim de se aproveitar uma agua que apparecera no alicerce do erario novo, e com a qual se projectava fazer um chafariz na rua de S. Marçal. Fez-se um poço, que lá está. e o encanamento até á dita rua de S. Marçal, o qual vae sahir á terceira travessa que desemboca na rua da Procissão, vindo da rua da Escola Polytechnica.

O fornecimento das aguas a Lisboa foi sempre difficultoso, mesmo no tempo das maiores empresas dos portuguezes.

Já em tempo d'el-rei D. Manuel se cuidou n'esse assumpto; depois seu filho, o afamado infante D. Luiz, tambem fez algumas tentativas para esse fim. El-rei D. Sebastião tentou seriamente de prover de agua a cidade, para isso se juntou dinheiro, mas em 1619 o senado consumiu-o em festas a Filippe III!

Em 1683, o presidente, vereadores, procuradores dos mesteres foram ao sitio da Agua Livre, examinaram a nascente e acharam 30 anneis d'agua. Entenderam que não sendo sufficiente, não valia a pena intentar obra alguma!

Em 1700 julgou o senado que eram necessarios 40 anneis para o provimento da cidade, como se vê de um requerimento de Theophilo Dupinant, francez, que se propunha a fazer o provimento.

Por muitos annos, e até seculos, estiveram os governos a namorar a nascente da Agua Livre, sem ousarem conquistal-a para a cidade, até que em 1731, se levou a effeito a empresa.

A PESTE GRANDE
E A PROCISSÃO DE NOSSA SENHORA DA SAUDE

I

Dos actos religiosos que a cidade de Lisboa celebra, o mais popular é sem duvida o da procissão de Nossa Senhora da Saude. Memoria de uma grande angustia, voto da mais piedosa gratidão, os lisbonenses de hoje acompanham ainda os seus antepassados do anno de 1569, no culto á Virgem, porque, como elles, acreditam que foi por sua intervenção, que o flagello deixou de assolar a cidade.

As gerações que se tem succedido, no espaço de 303 annos, tem respeitado o voto de nossos paes. E com effeito, essa expressão de alegria, manifestada conforme as crenças de então,—esse tributo de reconhecimento á Suprema Providencia, conservado durante tanto tempo, deve ser acatado.

Tambem esta geração, no decurso de quarenta annos, passou pelos transes angustiosos de tres epidemias, e, por isso, nos é facil comprehender como, n'aquelle tempo, a fé influiu no espirito dos nossos paes, para os levar a estes actos de religião, e de reconhecimento á Virgem, que buscaram como sua intercessora e seu refugio.

Era o costume d'esses tempos. Para commemorar a victoria de Aljubarrota instituiu o senado de Lisboa uma procissão no dia 14 de agosto, o proprio d'aquella famosa batalha, a qual se fez até á usurpação castelhana, tendo-se ainda feito alguns annos depois da restauração de 1640.

A idéa religiosa dominava todos os espiritos, e por isso todos os monumentos que recordam os successos mais no-

taveis da nossa historia, são de caracter religioso. Um templo monumental e uma procissão foram as memorias legadas á posteridade por uma geração, que tão gloriosamente sustentára a independencia nacional.

Mas, apoz tantas glorias e tantas venturas, devia chegar o fatalissimo reinado d'el-rei D. Sebastião, para levar este paiz ao extremo gráo da desventura; como se parecesse que a Providencia queria castigar o orgulho portuguez, e fazer-lhe expiar um seculo de tamanhas prosperidades, e de tão esplendidos triumphos.

N'aquelle tumulo d'Africa, que fôra theatro heroico das façanhas portuguezas, submergiu se um seculo de grandesas e de pasmosos emprehendimentos. Mas essa immensa calamidade de Alcacerquibir foi precedida e seguida de outras calamidades funestissimas. A peste e a fome precederam e seguiram a perda d'el-rei D. Sebastião, e veiu a queda da nossa independencia como remate da dolorosissima provação a que Portugal parecia condemnado.

No seculo XVI foi Portugal, e particularmente a cidade de Lisboa, bem assolado pela peste. Que nos lembre agora, houve peste nos annos de 1506, 1530, 1569, 1579 e 1598, e sempre durava mais de um anno. Á de 1569 chamaram a *peste grande*, porque foi a mais assoladora, e foi esta que deu origem á procissão votiva de Nossa Senhora da Saude.

Teem sido differentes os patronos eleitos por esta cidade, perante Deus, para lhe servirem de intercessores por occasião das pestes. Primeiro foi S. Christovão; depois S. Sebastião, e no seculo XVI, S. Roque, que tinha uma ermida da sua invocação, onde hoje está a egreja da Misericordia, fóra dos muros da cidade. De todos estes patronos, o que tem sido objecto mais particular da devoção dos fieis, é S. Sebastião. A Senhora da Saude, todavia, é a mais procurada n'esses casos afflictivos, e por um acaso singular veiu a sua imagem ajuntar-se com a de S. Sebastião; reunindo-se assim os dois intercessores, que os lisbonenses julgam mais efficazes, para obterem a clemencia divina.

II

Governando o reino a rainha D. Catharina, na menoridade do seu neto, el-rei D. Sebastião, os soldados da artilhe-

ria da cidade constituiram-se em irmandade, sob a invocação de S. Sebastião, e a este santo dedicaram uma ermida, fóra da porta da Mouraria. Tudo isto foi por causa de uma peste, que então assolava a cidade.

No anno de 1569 começa a *peste grande*, e os moradores da cidade fazem voto á Virgem, sob a invocação da Saude, de lhe prestarem especial culto, se acaso com seus rogos alcançasse de Deus o termo d'aquelle tremendo flagello. A peste demorou-se até ao anno de 1570, causando estragos horriveis, como depois diremos; mas, afinal, como que cançado o flagello de tantas mortes, e de tantas angustias, na primavera d'aquelle anno de 1570, desappareceu, e a cidade viu-se livre de tão cruel oppressão.

A primeira coisa de que se lembraram os moradores foi de cumprir o voto que fizeram á Virgem, e mostrar-lhe o seu reconhecimento. Desde logo mandaram esculpir uma imagem da Virgem, com a invocação da Saude, e resolveram conduzil-a triumphalmente em acção de graças.

Fabricada a imagem foi posta na egreja do Colllegio de Jesus dos Meninos Orphãos, á Mouraria. Pelos annos de 1273, a rainha D. Brites, mulher d'el-rei D. Affonso III, mandou edificar um seminario para meninos orphãos, onde fôra o recolhimento da Senhora do Monserrate. Esse instituto permaneceu até aos nossos dias, e ainda muita gente se lembra de ver os seminaristas com a sua murça azul sobre o habito preto. Era o seminario no mesmo local onde hoje existe a ermida de Nossa Senhora da Guia, que para alli passou, em consequencia do prolongamento da rua Nova da Palma.

Na egreja do seminario se conservou a imagem até que por desavenças entre a irmandade da Saude e a do Menino Jesus, aquella tratou de construir casa propria para a sua imagem.

Souberam os soldados artilheiros do empenho dos irmãos da Saude, offereceram-lhes a sua ermida para n'ella collocarem a imagem da sua padroeira, com a clausula de que a ermida ficaria com a invocação da Senhora da Saude e de S. Sebastião.

Os irmãos da Saude acceitaram o offerecimento, ambas as confrarias se ajustaram, e no dia 20 de abril de 1662, depois da costumada procissão, foi a imagem levada para a sua nova casa, onde tem permanecido até hoje, vindo a

estar na egreja do seminario dos Meninos Orphãos desde o anno de 1570 até aquelle de 1662.

Na ermida de S. Sebastião estava primitivamente a parochia, que hoje tem a invocação da Senhora do Soccorro. Foi ahi fundada, pelos annos de 1596, pelo arcebispo D. Miguel de Castro, desmembrando-a da de Santa Justa. Depois, ou porque foi crescendo a população, ou porque era improprio a parochia não ter egreja sua, ou ainda por algumas desavenças entre as irmandades, os freguezes resolveram construir edificio para a sua parochia, e em 29 de setembro de 1646, foi celebrado o Santissimo Sacramento no novo templo parochial, e conduzida processionalmente a imagem da Senhora do Soccorro.

O alvará de 27 de maio de 1647 determinava que a cada um dos condestaveis, que assentasse praça para a India, se tirassem 400 réis, e aos artilheiros 200 réis, para se refazer do necessario para o culto a ermida de S. Sebastião, que foi dada aos artilheiros pela rainha D. Catharina.

Os irmãos da Saude mandaram fabricar um retabulo de boa talha doirada com as suas columnas salomonicas, como era o gosto architectonico então; a ermida era toda apainelada e doirada com boas pinturas, dizem que de Antonio Machado Sopeiro, artista que floresceu nos principios do seculo XVIII, sendo o retabulo de Braz de Almeida, esculptor e pintor da segunda metade do seculo XVII.

O terramoto de 1755 arruinou parte da ermida, mas foi logo restaurada muito á moderna, desapparecendo os apainelados.

O rei é juiz perpetuo da irmandade.

III

Vamos agora a ver qual foi a origem da devoção de Nossa Senhora da Saude. Não ha duvida que foi a *peste grande* de 1569, a origem da procissão da Saude. Não nos consta que exista impressa uma completa narração dos effeitos d'esse tremendo flagello, que assolou Lisboa n'aquelle anno. Ha algumas referencias, mais ou menos desenvolvidas, ao que então se passou em Lisboa, mas que não dão cabal idéa dos soffrimentos cruelissimos d'esta cidade. Encontrámos um manuscripto, copia de outro, que nos parece escripto por pessoa

contemporanea, ou que viveu em tempo mui proximo da peste, que foi a chamada *bubonica*, a mais mortifera que se conhece. O auctor do manuscripto descreve com as mais negras côres os terriveis resultados da epidemia, posto que ás vezes pareça exagerado, não ha duvida que em tal tempo a superstição, a falta de recursos, a má organisação administrativa deviam augmentar o terror, e portanto a mortalidade. Ao mesmo tempo que a peste assolava a cidade, espalhavam-se os boatos mais atterradores, que facilmente impressionariam os espiritos credulos e inclinados a crer no sobrenatural.

Os leitores vão ver por alguns extractos do manuscripto a que alludimos, e que existe na Bibliotheca Nacional, o quadro mais pavoroso que póde imaginar-se.

E porque a lei que el-rei D. Sebastião promulgou ácerca da reducção da moeda de cobre, por successos que a acompanharam, se póde referir já á peste de 1569, começaremos a transcripção pelo capitulo allusivo a essa pragmatica.

No anno de 1567 correu voz n'esta cidade que o cardeal D. Henrique, então governador do reino, na menoridade de D. Sebastião, pretendia reduzir o valor da moeda de cobre, o que produziu grande sobresalto entre o povo. Todavia não se realisou essa medida, a qual só aos 14 de abril de 1568, sendo já rei D. Sebastião, se promulgou.

A lei e pragmatica ordenava que o patacão, que valia 10 réis, valesse 3; a moeda de 5 réis valeria real e meio; a que valia 3, valeria 1; e a que valia 1, era reduzida a meio.

A este respeito diz pois a citada memoria:

«De maneira que esta pragmatica sahiu a quarta feira de Trevas, estando então el-rei em Almeirim, pelo que era lastima ver a gente de Lisboa pasmada, porque como havia pouca prata e não havia outra moeda senão cobre, e por terem todos esperanças de não cumprir a tal pragmatica, e cerrarem se todos sem quererem vender nada, e ser vespera de festa, julgue cada um aqui o povo de Lisboa, qual andaria e qual estaria, ao que accudiu a camara e a misericordia d'esta cidade, mandando a Almeirim dar conta a el-rei do reboliço que ia em Lisboa, que quizesse permittir houvesse emenda no mandado.

«E a quinta e sexta feira estiveram assim todos esperando, sem n'estes dias quererem vender cousa alguma. E ao

sabbado, vespera da Paschoa, vieram e trouxeram por novas, que el-rei mandava se cumprisse o que tinha mandado sem remissão, havendo respeito ás isentas causas que para isso havia.

«Foi tal a revolta e clamor n'este povo de Lisboa por causa da muita perda que recebiam, que houve desesperados, que, com sentirem o perdimento do dinheiro, perdiam as vidas, enforcando-se, outros andavam pasmados. E as egrejas também receberam seu grande pedaço de perda, por terem acabado de receber as esmolas das Endoenças da Semana Santa, que é uma grande copia de esmolas n'esta cidade.»

É curioso o que o auctor da *Memoria* acrescenta a este respeito, e como liga este facto com a epidemia e a procissão da Saude; diz elle:

«Os grandes do conselho, ministros da execução, se souberam aproveitar bem, porque, como sabiam a pragmatica antes de se publicar, mandavam chamar a casa os pobres dos officiaes a que deviam feitios de obras, jornaes do seu suor, pagando-lhes com os patacões; e apregoando-se a pragmatica, cuidando os pobretes que tinham mil réis, achavam-se com tres tostões, isto digo, porque vi e conheci um dos ministros que o fez, que não nomeio, mas como Deus é bom juiz, não tardou muito que por estes e outros peccados o castigasse, como castigou em particular, e o povo em geral, com o grande açoute da peste, que ao diante ouvireis. Que fugindo este ministro d'ella, o não quizeram deixar entrar para a villa d'onde sahiu, e vendo elle que se atreviam a fazer-lhe tal offensa, imaginou n'ella tão intensamente, que na mesma noite morreu com pura colera de ver, que mandando tanto, e sendo tão poderoso, o tratavam assim, e mais n'esta villa, que lhe devia mais obediencia que todas, por ser da sua jurisdicção. E o mór mal foi que, vendo-o morrer assim, até os seus fugiram d'elle, cuidando que era de peste, e com uma corda atada aos pés foi enterrado ao pé de uma arvore.

«E alem d'este castigo que por meus olhos vi, ficavam-lhe a este ministro muitos filhos e filhas, e o mais velho com um morgado que elle fez. E todos em muito breve tempo vieram a morrer sem lhe ficar herdeiro macho nem femea, por onde cada um veja e note este admiravel castigo para emenda da

vida e experiencia de quanto offende aos olhos divinos quem faz casa com suor alheio.»

Sobre os motivos economicos que determinaram a pragmatica da reducção do valor da moeda de cobre, diz o mesmo auctor o seguinte:

«A causa por que se tirou e abateu a moeda, foi porque vinha muita e em grande numero de Inglaterra secretamente, entre barris de farinha e entre pipas de pregos, e em muitas outras partes d'onde a podiam trazer escondida, e era tanto d'isto que dentro em Inglaterra se estava fazendo e batendo em ruas publicas, e d'esta maneira nos enchiam Portugal de cobre e levavam todo o oiro e prata, e tanto com isto deitavam a perder este reino, que havendo grande multidão de moedas de oiro de mil réis, e de quinhentos réis de cruzes e portuguezes, e de prata, despejaram o reino tão depressa d'esta boa moeda, que veiu a não haver uma senão por milagre.»

É evidente que os estadistas d'aquella época não eram grandes economistas, e que os inglezes já eram muito espertos, e aproveitavam com os nossos erros. Os nossos economistas de hoje não valem mais do que os do seculo XVI: as provas estão ahi bem visiveis, mesmo no que respeita á moeda.

Vejamos agora quaes foram os estragos d'esta peste, e quaes os soffrimentos do bom povo de Lisboa. Época de fanatismo e de abusões, e ao mesmo tempo de profunda corrupção, do que dão claro testemunho as memorias contemporaneas, as quaes solemnemente desmentem os louvadores do tempo passado, em que as calamidades publicas vinham acompanhadas de terrores panicos, que homens espertos adrede propalavam, especulando com a geral credulidade. A fabula inventada em 1569, de que a cidade ia subverter-se, foi acreditada; os espiritos andavam sempre dispostos a crerem em quanta patranha lhes incutia a malevolencia.

Eis o quadro que o auctor da *Memoria* apresenta d'essa famosa peste, que, como dissemos, seria a que hoje se chama *bubonica*, ou do Egypto, pelo que se diz dos *inchaços* de que eram accommettidos os enfermos:

«No mez de junho do anno de 1569 se acharam muitas pessoas n'esta cidade de Lisboa doentes de inchaços, e outras que morriam uma morte muito apressada, e todavia andava um ruge-ruge do povo que era peste, mas como havia trinta e nove annos que a Portugál não viera este mal, e o não conheciam, uns zombavam d'isso, outros de experiencia e edade affirmavam sêl-o.

«No mez de junho veiu todavia a ser este rumor tão grande, que certificando alguns ser peste, mandou el-rei fazer ajuntamento dos physicos para o determinarem. Os modernos diziam não ser este mal, dando por rasão que o inverno fôra muito grande e a humidade causára taes postemas em os corpos; e os antigos e de experiencia que tinham visto outros, affirmavam sêl-o, e acolhiam-se, e davam de conselho aos amigos se fossem por ser refinada peste, e já a esse tempo morriam cada dia 50, 60 pessoas, mas andava tudo callado e secreto para não se despejar a cidade, e se viam ir com os mercadores diziam que elles inventavam isto por fugirem para o golpho. Andava a gente assim d'esta maneira indeterminada até entrar o mez de julho, onde se inventou que no entre-lunio do dito mez, que era a 10 d'elle, se havia de subverter a cidade, e que o Castello se havia de ajuntar com o Carmo e com Almada; e não se espante quem isto ler, nem me tenha por parte em escrever tal zombaria, porque affirmo, e foi assim que tão crente andava esta abusão e parvoice em toda a gente, assim popular como de muita qualidade, que chegou a tanto a crença d'ella, a vespera do dito entre-lunio se despejou toda a cidade com tão desatinado impeto, e tão sem ordem nem proposito, que cada um caminhava sem saber para onde, indo por arrabaldes e termo aos pés das oliveiras com fato, mulheres e filhos, e passando o entre-lunio em que deu muito grande pancada do mal, acabando de entender o que era, se foram os que poderam e tinham posses para as partes que queriam, e os pobres se tornaram á cidade.

«E não duvideis que a abusão que ouvistes se teve depois por mandado de Deus; porque como era ar corrupto, se se não despejára a cidade, o fogo fôra ateado de maneira com posse que nunca se acabára, pois na gente que ficou se ateiou de maneira que ardeu a cidade. No mez de julho e agosto não houve dia em que não morressem 500, 600, 700, não havendo já adros aonde os enterrar, que 20,

30, 40, 50, 60 se deitavam em cada cova, que para isto se fizeram muito grandes, como se disse na pregação da saude. De maneira que morria a gente fallando uns com outros e cahiam mortos, sendo já tanta a quantidade, que por não haver sagrado donde os podessem enterrar, sagraram monteiros, olivaes, praias para sepultar, até o campo da forca que foi todo lavrado de covas; e para haver quem levasse estes mortos ás sepulturas, se tiravam os forçados das galés para isso, que com esquifes andavam, no qual serviço se lhes commutava o degredo das galés, e comtudo isso não bastavam para dar vasão a tantos mortos, acudindo áquelles que peitavam aos forçados, e os que não estavam dois e tres dias pelas portas e ruas amortalhados, esperando duas horas até que já não estavam para os poder levar, lhes faziam suas covas pelas ruas e lojas, onde moravam, e ali os sepultavam...

«Corria-se toda a cidade e muitas vezes se não topava em toda ella cinco pessoas vivas e sans, e alguns se se topavam; era a côr de finado, e alguns maráos se serviam de jogar a bola na rua Nova, mas deviam ser tão poucos que não fizeram estorvo a deixar crescer muita herva e de grande altura.

«De maneira que a maior mortandade d'este mal foi nos mezes de julho, agosto e setembro, e o menos dia de mortes n'estes mezes não desceu de 500 pessoas, e passando estes mezes começou a cidade de melhorar, de maneira que quando veio o Natal, já a cidade estava com a maior parte da gente, e logo se serraram as portas da cidade, deixando abertas as necessarias, donde se pozeram guardas de homens principaes por não entrarem doentes de fóra, de villas e logares que ainda então estavam iscados do mal, e se teve tão boa ordem n'isso, que sempre a saude da cidade foi por diante.»

De uma outra *Memoria*, tambem de testemunha ocular, e que está annexa á primeira, transcrevemos mais as seguintes passagens que horrorisam. O author foi um frade, o qual descreveu por allegoria o successo da peste, e offereceu o seu escripto ao duque de Aveiro. Suppõe Lisboa, uma nau chamada *Boa Lis*, exposta á tormenta, que era a peste, e com engenho descreve as peripecias do flagello, em termos proprios da nautica.

Diz o frade:

«No qual tempo eram os coveiros mais peitados que despachadores do reino, e alguma parte cabia aos esquifes, cujos remadores eram forçados das galés, e postos em partes da náo, os quaes queriam ser tambem hospedados como se ali não cumprissem o que deviam ás galés; mas nem esta diligencia bastou para deixarem de tomar muitas pessoas os seus mortos ás costas e il-os sepultar até o campo da forca, que tambem sagraram, onde tambem davam as offertas aos meninos que em sua innocencia iam ver — o que fazia pasmar! — Outros houve que nenhum d'estes remedios lhe coube em partilha, fallecendo tanto ao desamparo, que ninguem soube d'elles senão pelos fedores que de suas camaras sahia, cujas portas, quebrando-as, os achavam roidos dos ratos e doninhas, e taes que as mesmas camaras ficavam por sepulturas, onde lhe abriam as covas, em que os viravam, por não estarem com mais meneios, e não serem comidos de cães e gatos. E foi pelos phisicos mandado que os matassem, por entrarem nas camaras dos feridos, e comerem o que d'elles sobejava em pratos, de pombos e frangãos, e entrando depois nas desempedidas as infeccionavam com seus bafos, contaminando os ares d'elles, para a qual execução haviam certo estipendio por cabeça de cão ou gato, para o que não faltaram ministros assás sollicitos, e levaram suas cambadas d'ellas a registar ás partes que para isso estavam limitadas, onde os tomavam em receita para serem pagos.»

O frade, author da *Memoria*, refere-se á ausencia do rei D. Sebastião, que fugiu para Cintra e aos 10 de julho expediu um alvará a Diogo Lopes de Sousa, governador da casa do civel, commettendo-lhe o governo da cidade com todos os poderes, o mero e mixto imperio, tendo alçada até para applicar a pena de morte. El-rei D. Sebastião, com ser tão valoroso, fugia da peste; não aconteceu assim, nos nossos dias com el-rei D. Pedro V, de boa memoria, que jámais sahiu da capital, durante a epidemia de 1857, e visitava os hospitaes dos epidemicos.

O frade, author da *Memoria*, assim se exprime allegoricamente ácerca da fuga do rei:

«.... cada qual dos navegantes começaram a alijar fa-

zendas com tão desatinado impeto, que mais parecia pouca fé de peito christão: com a qual diligencia se alijou a náo quasi toda a carga e gente, em tão breve espaço, que foi pasmo, *deixando-a todos os seus superiores;*—convem a saber, *senhorio*, capitão, condestavel, sobrerolda, estrinqueiro e alferes, e os que mais espanto fizeram com a sua ida foram *piloto* e *mestre*, por serem dos tres que em tal tempo e tormenta eram tanto necessarios para o governo e leme da náo, dos quaes ficou só o contra-mestre, não crendo que a tormenta fosse tamanha, nem durasse tanto.... Começaram a perecer á mingua, uns que por amor da patria, outros que por impossibilidade ficaram esperando salvar-se nas taboas da náo, porque sem todo o mais remedio a deixaram, sem munições, sem amarras, enxarsias, velas, amuras, e até de pharol.....»

A cidade ficou desamparada, como se vê: fugiram os que mais podiam, e o povo permaneceu, para morrer devorado pelo flagello, á mingua de todos os soccorros.

Allude a *Memoria* á fundação de um hospital, feito de taboado, onde podiam accomodar-se 500 a 600 enfermos: mas como? O author o diz:

«O cargo d'esta mortifera empresa e a ventura acceitaram alguns aventureiros, que n'ella perderam as suas vidas em mui breves dias, e por falta de outros, no principio, os feridos padeciam mais na terra que na náo; porque realmente foi o mais temerario espectaculo que jámais se viu para ver e temer, o concurso de tantos enfermos, que bem haviam mister outros tantos para os administrar, e faltando quasi todos, era para ver e para não ver estarem os mortos todos entre os vivos, não havendo quem os dividisse, porque a tormenta era tal que não havia mais tempo que para recolher os feridos, e começar de ordenar o necessario para elles, o qual pavor aos sãos espantava, uns gritando, outros gemendo aos pés das oliveiras, que seu par de dias lhes serviram de leitos de cama. Entre os quaes todas as edades, que cada qual era lastima vel-os, mormente os meninos de tão tenras edades, sem pae nem mãe, cortavam as entranhas de pura magoa;—ver mais os paes e mães saudosos dos filhos que na náo lhes ficavam sem algum abrigo;—lastimava a alma ver mulheres sem maridos, e mari-

dos sem mulheres, tão saudosos uns dos outros por não saberem se se veriam mais;—cortava o coração ver mancebos na flôr da edade largando as vidas em breves momentos;—fazia notavel espanto ver donzellas, cuja formosura não tinha egual, que em tresvarios descobriam seus mimosos peitos de crystal, com ricas grinaldas de madeixas de oiro, e ondas de cabellos, que bem creio que a cada qual julgára Paris a maçã d'oiro;—ver mais as ultimas edades de honrados donos e donas com tão graves e antigas cans entre o tumulto de tantos e gente baixa, com tão pouca reverencia e tanta authoridade.»

Este quadro fica ainda áquem dos horrores d'essa funestissima quadra. Sobre o tempo que durou a maior intensidade da epidemia, diz a *Memoria* o seguinte:

«A mór furia d'esta tormenta durou tres mezes, entre outros que antecederam, e succederam de menos trabalhos, que foram julho, agosto e setembro: e o de agosto foi o de maior desgosto, porque se diz haver dias d'elle de 500 e 600 pessoas. E assim navegavam os esquifes por terra como se foram por mar velejados; porque a maré era tal, que jámais viram os olhos senão bergantins, que ao cabo do dia faziam mais viagens do que tinha de horas, os quaes iam tão sobrecarregados, que ás vezes alijavam! E chegando aos cemiterios, que de monturos, praias e cardaes se fizeram, os deixavam uns sobre os outros, que pareciam roupa na Ribeira d'Alcantara, até lhe ser chegada a hora de sepultura, de dez em dez, e de vinte em vinte, e ás vezes mais, como está por lembrança para o futuro, com cujas viagens pozeram no porto da outra vida, segundo a mais pia conta, até agora 40:000 almas!»

A narrativa de todas as scenas que ha perto de trezentos annos assombraram e horrorisaram esta cidade, vem á memoria quando todos os annos se celebra a procissão da Saude: memoria triste do muito que n'aquelle anno de 1569 soffreram nossos paes, e ao mesmo tempo testemunho de gratidão e das alegrias do povo quando se viu livre do flagello.

Querem os proprios contemporaneos que a epidemia matasse 40:000 pessoas. Parece-nos porém, exaggerado o nu-

mero. Então não havia estatisticas, nem mesmo, em tamanho susto e desamparo, era possivel elaboral-as, e por isso julgamos aquelle algarismo arbitrario. Christovão Rodrigues de Oliveira, no *Summario*, dá a Lisboa, no anno de 1550, 120:000 habitantes. Ora, tendo fugido tanta gente da cidade, no maior ardor da peste, não parece crivel que a mortandade fosse tanta. Os proprios contemporaneos muitas vezes exaggeram as coisas, particularmente quando não tem bases certas para a sua escripta.

IV

Cumpre agora saber como se fez a primeira procissão da Senhora da Saude, e em que dia. O dia foi o de 20 de abril de 1570, e não de 1569, como geralmente se diz. Em primeiro logar, damos mais credito ao author do manuscripto, a que acima nos referimos, do que ao *Santuario Marianno*, porque aquelle tem todos os indicios de ser escriptor contemporaneo; em segundo logar, o anno da *peste grande* foi o de 1569, conforme dizem todos os authores, que sobre isso escrevem, e além d'isso, alguns dizem, que foi pelo mez de maio d'esse mesmo anno de 1569, que principiaram os rebates da peste; á vista d'isto não póde crer-se que a procissão começasse n'esse anno; mas deve acreditar-se que foi no de 1570, quando já o flagello tinha cessado, e a cidade recuperava as suas forças, recolhendo-se os moradores d'ella, que andavam fugidos.

Vejamos como a alludida *Memoria* contemporanea refere o que se passou quando a peste foi-se extinguindo, e se verificou a primeira procissão da Saude. Conta o author da *Memoria:*

«Bem claro se vê por esta obra atraz o discurso e infortunio d'este trabalho passado, o qual por um milagre evidente foi tão prestes acabado; parece quiz Deus ouvir algum gemido de tantos, por que o fogo que era não no fazia nenhum antigo nem experimentado poder-se apagar, nem tornar a restaurar esta cidade, assim na saude, como no mais, senão em muitos annos; mas como foi data de Deus, Elle por sua misericordia a quiz levantar tão depressa, e foi que, como atraz fica dito, melhor desde outubro por

diante, e pelo Natal estava já a cidade muito boa, porém com temor do grande fogo que era passado, não se vinham para a cidade, senão pessoas pobres, que já não tinham que comer, que as outras esperavam que passasse março, por dizerem os medicos que em o renovar das ervas podia tornar a renovar o mal, o que assim não succedeu.

«E passando março começou a vir a gente. E ao domingo de Lazaro mandaram os vereadores ás egrejas escriptos em que denunciavam ao povo, como a segunda oitava da Paschoa seguinte se fazia a procissão da Saude, que todos fossem a ella dar graças a Deus; e n'este suffragante acertaram de adoecer algumas pessoas de sangue. Houve pareceres de mestres phsicos que não fizesse a procissão, que deixassem mais segurar a cidade, e não se fez então: o que não deixou de ser grande espanto e medo para o povo; mas logo como não era senão sangue, e applacou: por que logo os vereadores tornaram a mandar denunciar ao povo nas egrejas ao domingo dezeseis de abril da mesma era de 1570, que a quinta feira primeira, que eram vinte do mesmo mez de abril, se fazia a procissão, como se fez tão solemne, e com tantas danças e invenções, que fôra pouco de escrever, se poderam, sómente direi que partiu da Sé pela manhã e acabada de entrar em S. Domingos, deram duas horas depois do meio dia.

«Iam n'ella todas as religiões d'esta cidade, e toda a cleresia, e confrarias, e freguezias. Ia no cabo uma riquissima charola com todas as principaes reliquias d'esta cidade, e adiante d'esta, outra com Nossa Senhora da Saude. Houve em S. Domingos tres pregações, uma cá fóra no alpendre, outra dentro, e outra que já tinham feito dentro, antes da procissão chegar, por causa de despejarem a egreja aos que vinham na procissão, onde se pregaram muitos milagres, e tudo o que succedeu no mal. Ouvi ao prégador de dentro, que foi fr. João da Silva, que nas mais das covas se botavam quarenta, cincoenta defuntos, e que passaram de cincoenta mil almas, os fallecidos do mal.

«A quarta feira, vespera do dia d'esta procissão, se mandou deitar pregões, que toda a pessoa puzesse de noite uma vella acceza ou candeia a cada janella da banda do mar e da terra; fez-se assim. Estava a cidade muito para vêr. Houve tambem toda a noite fogueiras e festas pelas ruas. O campanario da Sé e de outras egrejas ardiam em fogos, sen-

do muito para vêr. E approuve a Deus que segurou a cidade, e se tornou a ornar de tudo, como de antes.»

Eis aqui como a cidade de Lisboa festejou o seu livramento, e como rendeu graças a Deus, vendo-se desaffrontada de tamanha angustia. Mas nem por isso Lisboa ficou isempta de novos assaltos epidemicos, porque em 1590, e logo em 1599, novamente a peste invadiu a cidade, e com bastante força de ambas as vezes.

V

Diremos agora como se faz a procissão actual.

A procissão sahe da ermida da Saude e S. Sebastião, cerca das 10 horas da manhã, vae até á Sé patriarchal, onde se canta a ladainha, e d'ahi sahe acompanhada pelo cabido até á egreja de Santa Justa (S. Domingos), onde ha prégação: o cabido separa-se, e d'ahi em diante não acompanha a procissão. Finda a prégação, segue o prestito para a ermida da Senhora. Compõe-se o prestito das duas confrarias de S. Sebastião e Senhora da Saude, aquelles com os seus balandraos encarnados, e murças côr de café, e estes com balandraos azues, e murças brancas, o que torna o prestito mui vistoso e alegre. As confrarias conduzem os dois andores, de S. Sebastião, e da Senhora da Saude. Aquella é uma imagem pequena, de pessima esculptura; julga-se, porém, que é a primitiva que mandaram fazer os artilheiros, ou pelo menos que tem muita antiguidade, anterior ao terramoto de 1755.

A imagem da Senhora da Saude, é de roca, e de vestidos: tem sufficiente estatura, e é realmente formoso e expressivo o seu rosto.

Não é mui rica de alfaias esta imagem, sem embargo de ser de tanta devoção. Possue apenas uma corôa de prata e nove vestidos e mantos, entre os quaes avulta um de setim carmezim, bordado a oiro; é peça muito preciosa, e não crêmos que haja outro que o exceda na bellesa e magnificencia. A bordadura é finissima, de alto relevo, e do mais primoroso desenho.

O povo tem singular respeito por esta imagem.

O prestito procissional é sempre acompanhado por des-

tacamentos dos corpos da guarnição da capital, com as suas bandas á frente.

Temos concluido esta noticia de um dos actos religiosos, que em Lisboa, tem mais popularidade.

O CONDESTAVEL DO REINO

Antigamente o officio de condestavel era puramente militar, e no seu regimento se diz que é «o maior officio e de maior honra e estado que ha na hoste, tirando afóra aquelle que é o regedor d'ella (o rei) porque, segundo geral e antiga usança da guerra, a elle pertence ir na vanguarda, e ter o regimento d'ella, se outro senhor de maior estado ahi não for, e ainda a elle pertence a governança nas assignaladas cousas que na hoste hão de ser feitas.»

O condestavel entendia em tudo quanto respeitava á boa disposição e disciplina do exercito, e todos lhe deviam cega obediencia.

Ao condestavel pertencia «o maior e o mais principal carrego da justiça» e portanto devia levar comsigo um letrado, por seu ouvidor, outro homem de bem por meirinho, e devia tambem levar cadeia e carcereiros e homens para fazer justiça.

O condestavel resolvia em ultima instancia todas as causas civeis e crimes do arrayal, e podia apresental-as ao rei, conforme a importancia das pessoas implicadas no processo, e a gravidade do pleito ou crime.

Ao condestavel cabia receber certos impostos, e a este respeito diz o seu regimento:

«E o condestavel haverá de cada mercador ou regatão que vender e comprar na hoste, cada semana doze réis brancos, e de cada um seu servidor tres réis brancos; e

haverá de cada uma mulher solteira de mancebia, de cada semana, doze réis brancos; e haverá as penas de dinheiro ou bens, ou qualquer outra cousa, que faça como não deva, etc.»

Póde-se calcular que os doze réis brancos corresponderiam á moeda de hoje, no valor de 600 réis, isto no tempo em que o alqueire de trigo valia a 5 réis, e os salarios dos artifices regulavam a 13 réis por dia, como se vê na *Chronica dos Carmelitas*, o que vem a corresponder ao que hoje ganha um pedreiro e carpinteiro, que é, termo médio, 500 réis.

Dos despojos tomados ao inimigo, cabiam ao condestavel «todas as bestas sem cornos, como cavallos, eguas, muares, asnos e asnas, e os porcos; e ao marechal competiam todas as bestas mazeladas e capadas de pouco valor; e os bois, vaccas, carneiros, ovelhas, cabras, porcos, etc., dividiam-se pela gente da cavalgada, que as houvesse tomado.»

Querem alguns que o vocabulo condestavel venha de *come stabulum*, como quem diria intendente das cavallariças do rei; mas Bluteau affirma que quem diz condestavel, é como se dissesse *conde estavel*, porque lhe competia assistir sempre ao lado do rei, e que *come stabulum*, que corresponde ao *præfectus equorum regiorum* (prefeito das cavallariças reaes) quer dizer cavalleiriço-mór d'el-rei, ou estribeiro-mór; sendo que o officio de condestavel em Portugal, era puramente militar.

Foi el-rei D. Fernando quem estabeleceu o cargo de condestavel, e deu-o com o condado de Arrayollos a D. Alvaro Pires de Castro, irmão de D. Ignez de Castro, segunda mulher d'el-rei D. Pedro I.

O segundo condestavel foi o célebre D. Nuno Alvares Pereira, a quem ainda hoje, por singular distincção, chamâmos o *condestavel*. El rei D. João I, subindo ao throno, logo conferiu essa suprema dignidade, e os condados de Ourem e de Barcellos áquelle que fôra o seu braço direito na guerra contra os castelhanos para segurar a independencia nacional.

Sempre, depois, este nobilissimo officio andou nos infantes da casa real. Eis-aqui a ordem em que succederam:

3.º O infante D. João, filho de el-rei D. João I.

4.° D. Diogo, filho do infante D. João.
5.° D. Pedro, filho do infante D. Pedro.
6.° D. Fernando, duque de Vizeu, filho de el-rei D. Duarte.
7.° D. João, filho do duque de Bragança D. Fernando I.
8.° D. Diogo, filho do infante D. Fernando e neto d'el-rei D. Duarte.
9.° O infante D. Manuel, irmão do duque D. Diogo, depois rei.
10.° D. Affonso, filho natural do duque D. Diogo, por mercê especial d'el-rei D. Manuel.
11.° O infante D. Luiz, filho d'el-rei D. Manuel.
12.° D. Theodosio I, duque de Bragança, a quem el-rei D. João III deu o officio de juro e herdade.
13.° O duque D. João I.
14.° O duque D. Theodosio II.
15.° O duque D. João II, depois rei, com o nome de D. João IV.

Depois de D. João IV, não foi o officio de condestavel provido, comtudo serviu sempre um principe da familia real, ou algum fidalgo parente, nas reuniões de côrtes, nos juramentos e acclamações dos reis.

No acto do juramento d'el-rei D. João IV, serviu de condestavel o marquez de Ferreira, D. Francisco de Mello.

No juramento d'el-rei D. Affonso VI serviu de condestavel o infante D. Pedro.

Nas côrtes de 1668, que deferiram a regencia ao infante D. Pedro, teve o estoque D. Nuno Alvares Pereira de Mello, quarto marquez de Ferreira.

Nas côrtes de 1697, para o reconhecimento do principe D. João, como herdeiro da corôa, serviu de condestavel o infante D. Francisco, e depois no juramento do mesmo principe, já como rei.

Na acclamação d'el-rei D. José, foi condestavel o infante D. Pedro.

Na acclamação da rainha D. Maria I, serviu de condestavel o infante D. João.

Na acclamação d'el rei D. João VI, no Brazil, foi condestavel o infante D. Miguel.

A senhora D. Maria II não teve acclamação solemne; tendo sido declarada maior, achando-se seu augusto pae enfermo, e já desenganado da medicina, foi no dia seguinte prestar juramento ás côrtes sem o apparato do costume.

Durante o seu reinado, não sabemos, se em todas as funções reaes serviu de condestavel o marquez de Castello-Melhor, que era reposteiro mór.

No reinado do senhor D. Pedro V, o condestavel, por nomeação régia, foi o senhor infante D. Luiz, hoje reinante e teve o estoque na acclamação do mesmo augusto monarcha, que Deus tenha.

Agora o condestavel é o senhor infante D. João, por decreto real, e a elle cabe esse officio da corôa e do reino, por ser o infante mais velho.

No governo do senhor D. Miguel de Bragança foi condestavel o duque de Cadaval, como o fidalgo mais proximo parente da casa real, e ainda da familia de Bragança.

Hoje o officio de condestavel é só de honra, e a elle anda sempre ligada a recordação do heroico D. Nuno Alvares Pereira, um dos mais gloriosos vultos da historia portugueza.

El-rei o senhor D. Pedro IV, por alvará de 2 de outubro de 1807 foi nomeado condestavel do Brasil; no citado alvará se dizia, que el-rei o senhor D. João VI confiava á lealdade dos brasileiros o principe que devia ser o seu rei.

Assim se iam lançando á terra as sementes da independencia do Brasil.

1861.

O POETA DE XABREGAS

(FR. JOÃO DE NOSSA SENHORA)

Publicámos, no *Jornal do Commercio*, uma serie de artigos biographicos sobre alguns dos notaveis varões, cujos retratos existem na Bibliotheca Nacional.

Com o fim de dar mais variedade ao *Summario*, iremos incluindo alguns d'esses artigos em cada volume, porque todos reunidos talvez tornassem fastidiosa a sua leitura.

A essa collecção pertence o singular retrato do padre xabregano, fr. João de Nossa Senhora, personagem notavel da primeira metade do seculo passado, e ácerca d'elle publicámos este artigo biographico:

«Este frade foi um dos typos populares da primeira metade do seculo passado.

O seu retrato parece uma caricatura. Imagine-se um homem excessivamente obeso; a cabeça é como uma immensa mole sobre um pescoço curto e grosso; as faces, assopradas e rubicundas; os labios grossos: sobre o labio superior um buço virginal; a barriga colossal; e tudo isto embrulhado no habito xabregano. E para lhe dar mais relevo, tem na mão direita uma especie de relicario com a figura da Virgem, entre flores; pendente do pescoço, uma veronica com outra imagem da Virgem; e na mão esquerda um bordão singular, porque tem como uns ferros mettidos no páo, em fórma de ganchos. A figura tem $1^{m},50$ de altura, que julgâmos ser tamanho natural.

A pintura é detestavel. O pintor não quiz deixar o seu credito por mãos alheias, e assigou o retrato. É de um tal Berardo, que julgámos ser Berardo Pereira Pegado, que foi mestre do celebre Pedro Alexandrino Coelho. Se as suas obras lhe dessem tanta honra como o discipulo, seria um excellente pintor.

Fr. João de Nossa Senhora é o prototypo do frade enthusiasta, do beato sincero, do espirito acanhado e alma candida, que *viveu para morrer*, como elle dizia. N'elle se consubstancía o espirito devoto da época. Foi homem do seu tempo. Mas o estudo da sua vida é util para a historia dos costumes d'esse seculo tão devasso, e que tanto pensou em Deus.

O bom xabregano teve um pensamento, ao qual ligou todas as acções de sua vida, e foi estabelecer, divulgar e arreigar o culto da Virgem sob a invocação de Mãe dos Homens.

Obteve fabricar uma capella para a Virgem, com essa invocação, na egreja de Xabregas, á custa de esmolas por elle solicitadas, do povo e d'el-rei D. João V. O esculptor José de Almeida, o melhor do seu tempo, e artista de talento, ao qual chamavam o *Romano*, esculpturou a imagem, que ainda devia existir em 1834, assim como a capella. Custou a imagem, com o throno em que estava collocada, 600$000 réis, afóra a madeira, que era cedro, e a pintura do throno. O mesmo esculptor, por outra imagem que o frade mandou fazer, representando S. José, recebeu um conto de réis! Bom dinheiro para o tempo.

O xabregano, quando imaginou a sua imagem da Virgem Mãe dos Homens, procurou o celebre esculptor em barro, Antonio Ferreira, conhecido pelo Ferreirinha, que morava em Chellas, e era tido no conceito de insigne artista, e este lhe indicou José de Almeida para lhe fabricar a imagem. O Ferreirinha foi, com effeito, um artista notavel. Attribuem-se-lhe os presepios do convento da Madre de Deus, e o da Cartuxa de Laveiras. Do primeiro duvidâmos muito que Antonio Ferreira seja o author; é por certo obra mais antiga, e de uma época de mais florescencia para as artes. Era singular tambem nas paizagens e combates de cavallaria. Dizem que uma gloria de serafins, que se vê na ermida do Senhor da Serra, na quinta de Bellas, circumdando a imagem de Christo, é obra de Antonio Ferreira.

Fr. João de Nossa Senhora todos os dias percorria as ruas de Lisboa com uma imagem da Virgem, que elle chamava a *Senhora Pequenina*, em contraposição da outra, que era de mais do tamanho natural. Todos conheciam o frade, uns lhe chamavam o *poeta de Xabregas*, porque, mesmo nas ruas, poetava, e muitas vezes respondia em quadras e decimas ás perguntas que lhe faziam. Seguiu-o sempre uma turba-multa de rapazes e de mulheres, e se muitos o ouviam com attenção, outros lhe dirigiam chufas. A cada canto prégava um sermão. O seu genio, apesar de contemplativo, era jovial, e soffria com paciencia os dicterios, e ás vezes insultos e gargalhadas, com que o acompanhavam.

Quando havia grandes reuniões de povo, ou pelo entrudo, sahia com a sua Senhora Pequenina a prégar, e, com uma pertinacia digna de melhor causa, vociferava contra os desvarios do tempo, inculcando sempre o culto da Senhora Mãe dos Homens. Onde via uma rixa, logo lá apparecia, procurando distrair os bulhentos com as suas predicas.

Teve dias de prégar doze sermões nas egrejas e nas ruas, porque era mui procurado. por ter fama de excellente prégador; chamavam-lhe o *prégador Marianno*, porque o culto da Virgem era o principal assumpto de todos os seus discursos, ou a esse fim convergiam sempre.

Como amostra dos seus versos, vamos pôr aqui uma quadra que elle fez. Sabendo do apparecimento de um Crucifixo, no sitio da Cotovia, mettido entre a lama e todo golpeado, disse o frade aos que presentes estavam:

Seja aqui desaggravado
O Senhor apparecido,
Nas immundicies mettido,
E com facadas cravado.

Em 1755 houve umas tardes de toiros no Rocio, e fr. João, para que não faltasse o pasto da alma, em quanto se procurava a sua perdição, foi prégar na egreja da Victoria, Aconteceu, porém, que os toiros chamaram mais gente, que a prédica de fr. João, e elle então escreveu estas quadras:

No Rocio se faz festa,
Na Victoria prégação;
Pouca gente assiste n'esta,
Mas n'aquella multidão.

Tres mezes divertimento,
Bem se poderá escusar;
Tanto rir, tanto folgar,
Póde parar em tristesa.

Na doutrina de Maria,
Tenha Lisboa certesa,
Que toda a sua alegria
Ha de parar em tristesa.

Houve quem visse n'estes versos a prophecia do terramoto d'esse anno, e como aconteceu outras vezes, que fr. João se expressasse de modo que os successos pareciam tornar propheticos os seus versos e ditos, alguns lhe chamavam *propheta*, e elle dizia:—«não sou propheta, mas poeta.»

Por qualquer motivo improvisava um epigramma latino ou uma decima portugueza, por isso o appellidavam o *Poeta*; mas tambem lhe chamavam o *frade arengueiro*, por ser muito impertinente quando emprehendia alguma obra devota.

Em certa occasião, na Ribeira, uma mulher se acercou d'elle, e pedindo-lhe a benção, disse-lhe: «P. fr. João, tanta pena tenho de o ver!» O frade perguntou-lhe o motivo da sua pena, e a mulher retorquiu-lhe: «Porque o conheci com tão bom juizo, e agora o vejo tão doidinho!» Fr. João não se deu por achado do cumprimento, e respondeu com sinceridade: «Dizes bem, mulher, encommenda-me a Deus e á Virgem, para que me dêem juizo.»

O rapazio, quando o via com o seu florido relicario, dizia: «Lá vem o João Redondo com Maria das flores» alludindo á grande obesidade do frade e á imagem que trazia no relicario entre flôres.

Mas fr. João era tambem um agitador. Tinha grandes pensamentos para commover o povo, e attrahil-o por artes engenhosas ás suas predicas. Mandou fazer uma imagem de Santa Barbara, e no dia em que foi collocada no seu altar, prégou elle; mas antes fez annunciar o sermão por editaes publicos, d'este modo: «Trovão de Santa Barbara sobre toda a cidade de Lisboa, na egreja de Xabregas.» Isto causou grande agitação; mas outra vez foi o caso mais serio.

Tinha de prégar o sermão annual da mesma Santa, e assim o fez annunciar por cartazes impressos: «Esmola que

se dá no dia de Santa Barbara no real convento de Santa Maria de Jesus de Xabregas, da ordem de S. Francisco», e depois concluia assim: «Venham cedo, que das dez horas até ao meio-dia, pouco mais ou menos, se hão de repartir as esmolas.»

Isto causou uma revolução em Lisboa. Entendeu o povo que era esmola pecuniaria, e logo começaram os empenhos para a alcançar. O povo andava alvorotado, não se fallava n'outra coisa, e a noticia do caso chegou ao paço, mas desfigurada. El-rei D. João V, ou os seus ministros, atterraram-se, e chegaram a persuadir-se de que o povo, vendo-se logrado, faria alguma desfeita aos frades, a qual quizeram previnir, e para isso se poz a tropa em armas, e foi collocar-se nas immediações de Xabregas.

Era immenso o borburinho do povo, e não pouca a vociferação contra o engano que se fizera á pobresa. Mas, emfim, o frade prégou do pulpito, deu satisfação sobre o engano, e os ouvintes applaudiram-no, excepto uma mulher a qual procurou o frade para lhe arrancar as barbas (elle só tinha aquelle bucinho virginal, que tanto realce lhe dava á immensa faceira) por não distribuir a esmola promettida por editaes publicos.

Desde este facto, o guardião do convento e o prelado superior da provincia lhe nomearam um director espiritual, para lhe moderar os enthusiasmos misticos. O director lhe prohibiu andar com a imagem da Virgem, e só se lhe consentiu trazel-a pintada no relicario, e assim tambem se lhe ordenou que não usasse de outras exterioridades, que eram a mofa do povo.

Remataremos esta noticia com a relação de um facto, que mostra a que ponto chegava a aberração do verdadeiro espirito religioso n'aquella época.

Se fr. João para muitos era um enthusiasta, um visionario, um beato ridiculo: para muitos era todavia um santo, e piamente acreditavam que o *poeta de Xabregas* tinha o poder de fazer milagres. Elle era o director espiritual de muitas pessoas de alta categoria, estava relacionado com as familias mais illustres, que já n'esse tempo iam esquecendo as tradições gloriosas dos seus maiores, entretendo-se com ridiculas beatices e combates de toiros, cavalhadas e outros jogos menos duros que as pelejas de Africa, e as guerras da India.

Devemos acreditar que fr. João representava a serio o seu papel. Era sincero e crente. Um seculo antes iria morrer martyrisado nos palmares da India. No reinado de D. João V, arrebatava-se no misticismo, e os seus arrojos piedosos limitavam-se a fazer capellas, imagens, distribuil-as com orações, e poetar ao divino. Aquelles que levados pelo seu fervoroso zelo foram a remotas terras prégar a palavra de Christo, expondo a vida pela salvação das almas dos idolatras, são vultos respeitaveis e que o mundo admira, mas estes, como fr. João, fautores de devoçõesinhas, prégadores milagreiros, sacerdotes de um culto cheio de abusões, não contribuiram pouco para fomentar a indifferença religiosa, que proveiu, não da conquista da liberdade, mas dos abusos e dos absurdos do clero e do culto.

Mas queriamos nós referir que depois de divulgada a noticia da morte de fr. João de Nossa Senhora, logo se espalhou que morrêra em cheiro de santidade, e á egreja correu grande multidão de povo, e tanta era a fé que havia em fr. João, que lhe foram cortando pedaços da mortalha, os quaes disputavam com gana, a ponto de o deixarem nú, sendo necessario reconduzir o cadaver para a sachristia, para de novo ser amortalhado. Por isto se agitava Lisboa em 1758!

Um notario apostolico lavrou um auto solemne de todas as circumstancias, que occorreram desde a morte até á sepultura de fr. João, e d'esse auto consta o seguinte: depois de affirmar que o corpo estava flexivel: «Toda a mais carne que palpei lançava de si um suorzinho, como de pessoa que estava descançando, o qual recolheram em lenços por varias vezes as fidalgas». Isto é textual! Feliz época, tinham muito dinheiro, e entretinham-se com estas cousas.

De resto, fr. João de Nossa Senhora, era homem mui versado no estudo das Sagradas Escripturas, como se vê nos sermões que deixou impressos. Para que se avalie qual escriptor era, já atrás deixâmos estampada uma composição sua, e agora o titulo da oração funebre do bispo de Nankin D. fr. Francisco de Santa Rosa de Viterbo, recitada por fr. João, fará conhecer mais claramente a especialidade do seu talento. O rotulo d'esse discurso é *Sermão funebre e alegre, primaveras da vida e da morte.*

Finalmente, fr. João de Nossa Senhora é inquestionavelmente uma das illustrações da primeira metade do seculo passado, não só pela sua popularidade, mas porque gosou

da fama de sabio, erudito e virtuoso; foi todavia um pessimo escriptor, e não passou de um beato enthusiasta.

Por muitos annos teve esta cidade por alvo das suas distracções o *poeta de Xabregas*. A sua figura, o apparato religioso com que se apresentava, os sermões, os versos deviam forçosamente attrahir sobre elle a attenção.

E advirta-se que fr. João ia ao paço com a sua imagem nas mãos e acompanhado de um donato; assim comparecia em todas as funcções publicas, nas procissões. A *Senhora Pequenina* era a sua companheira inseparavel, primeiro em vulto, depois pintada no relicario.

Em 1864, diriam que era um doudinho, como lhe disse a mulher na Ribeira; em 1750, era um santo.

Differença dos tempos, filha dos progressos do espirito humano.

Fr. João de Nossa Senhora, xabregano, nasceu no logar de Freixial de Baixo, do patriarchado. e morreu em Lisboa, no seu convento. em 9 de abril de 1758. Foi qualificador do santo officio, e chronista da sua ordem.

Deixou impressos varios sermões e differentes obras asceticas e misticas.

BREVE NOTICIA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO

DA SUA CAPELLA, HOSPITAL, IMAGENS DOS PASSOS E PROCISSÃO

I

Consta que a irmandade de Nossa Senhora do Carmo data do seculo IX, por umas bullas de Adriano II do anno de 871, que já se referiam a outra de Leão IV, do anno de 848, concedendo muitas indulgencias e graças aos irmãos de Nossa Senhora do Carmo.

Por este fundamento, querem que os irmãos do Carmo, embora sem nome de Terceiros, nem com titulo de irmandade, hajam precedido aos Terceiros das outras ordens mendicantes.

Seja como fôr, porém, o que é certo é que, em Lisboa, só nos ultimos annos do seculo XVII se começaram a receber irmãos, no convento do Carmo, com o nome de Terceiros.

Sem embargo de já n'esse tempo, por bulla muito anterior de Xisto IV, a irmandade do Carmo poder receber irmãos Terceiros, quando em Lisboa se tratou de organisar a ordem Terceira do Carmo, os Terceiros, já então existentes, de S. Francisco, de S. Domingos e de Santo Agostinho, oppozeram-se a que a ordem tomasse o nome de Terceira, e sobre isto se instaurou processo, que correu no tribunal da Legacia, obtendo afinal sentença a seu favor os carmelitas. Os Terceiros das outras ordens appellaram para Roma,

mas não seguindo a appellação, a sentença foi publicada, e lida nos pulpitos de todas as egrejas da cidade.

O collector geral apostolico, n'esta côrte, monsenhor Lourenço Gamalo, confirmou a sobredita sentença por uma sua provisão, na qual declarou, que, nenhuma pessoa se atrevesse a dizer que a ordem Terceira do Carmo não podia fazer irmãos Terceiros, por ser esta proposição contraria ás bullas dos Summos Pontifices. A data d'esta provisão é de 13 de abril de 1635. Monsenhor Marcello Durazzo, nuncio apostolico n'estes reinos, com poderes de legado *à latere*, por sua provisão de 12 de maio de 1676, confirmou e ratificou a anterior provisão.

Viveu a irmandade dos Terceiros alguns annos sem estatutos, até que em 9 de maio de 1665 se juntaram os irmãos e assentaram em eleger tres irmãos de qualidade e zelosos, para fazerem os estatutos, leis e ordens de que se havia de compôr o compromisso, pelo qual se regesse a irmandade. Em 16 de julho do mesmo anno de 1865, se reuniu a irmandade, viu e examinou o compromisso apresentado pelos tres eleitos, e o approvou. Depois, apresentado á approvação do padre provincial n'este reino, da ordem carmelitana, e afinal á do padre geral da mesma ordem, ficou regendo a irmandade.

E assim ficou definitivamente constituida a ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, a qual foi crescendo e florescendo, a ponto de, no anno de 1706, contar 8:000 a 9:000 irmãos de ambos os sexos. Então os irmãos contribuiam com a quantia de 400 réis quando eram admittidos na ordem; davam egual quantia findo o anno do noviciado, e feita a profissão. Demais, contribuiam com 20 réis por mez, e 120 réis por anno para tres missas.

A ordem tinha uma capella magnifica no claustro do convento, e possuia valiosas alfaias,—como um frontal riquissimo de prata que servia no altar da capella, e tambem na egreja nos terceiros domingos—um andor tambem de prata, em que ia para a egreja a imagem da Senhora, e muitos outros objectos preciosos.

Ora, o chronista da ordem dos carmelitas, o padre fr. José Pereira de Sant'Anna, diz que na cimalha da porta da capella dos Terceiros, no claustro do convento, se lia uma inscripção, pela qual constava que a ordem Terceira mandára fazer á sua custa a obra dos Passos e azulejar todo o

claustro no anno de 1722, tendo tido já os Passos principio no anno de 1670.

Esta data ultima não se refere indubitavelmente ao principio da procissão chamada do Triumpho.

Accrescenta o mesmo chronista, que n'uma parede se viam embutidas duas pedras com letreiros, um dos quaes dizia assim:

«Floresceu muito mais n'este convento a veneravel ordem «Terceira de Nossa Senhora do Carmo desde 28 de dezem-«bro de 1629, e o edificio d'esta capella foi em 14 de mar-«ço de 1638 obrado todo á custa das esmolas dos irmãos «da dita ordem, para honra e gloria da mesma Senhora.»

Outro letreiro declarava que a capella era jazigo exclusivo dos irmãos da ordem, e que os padres graciosamente lhe haviam cedido tudo isso, por escriptura de 22 de dezembro de 1637. Estas datas não contradizem o que acima dizemos, porque sem embargo de não ter estatutos, já a irmandade da Senhora do Carmo, antes de 1665 se denominava Ordem Terceira, e recebia irmãos Terceiros; mas só depois é que authenticamente ficou organisada.

No anno de 1700 deu a ordem principio á edificação do seu hospital, em que consumiu consideraveis sommas, e cujas obras, ainda em 1704 ou 1706, não estavam concluidas.

João Baptista de Castro affirma que era obra sumptuosa, e custára mais de 100:000 cruzados. Parece-nos errada a data de 1704, que assigna á sua fundação, porque a *Historia de Lisboa*, escripta de 1704 a 1706, diz que a fundação fôra em 1700. Este escriptor tinha mais rasão para o saber que o author do *Mappa de Portugal*.

O terramoto arruinou o hospital; e depois a construcção da muralha, que se fez para sustentar o convento, tornou impossivel a sua restauração.

O hospital era situado na rua de Valverde, que corresponde á actual rua do Principe, junto ao Rocio.

Depois do terramoto, deu-se á ordem outro terreno para o seu hospital; mas, não sabemos porque, não se realisou a doação, e afinal, no anno de 1780, edificou-se no terreno onde actualmente se acha no largo do Carmo, E a capella do hospital veio a ser capella da ordem, depois de 1834.

Devia ser edificio muito espaçoso, pois se estendia pela rua da Oliveira; ficou incompleto.

A ordem está hoje em grande abatimento com relação aos tempos anteriores ao terramoto, e ainda depois d'este cataclismo. Ultimamente, por diligencias d'alguns irmãos e do reverendo padre Antonio José de Rosa Torres, vae reflorindo, como os tempos permittem, desempenhando-se do melhor modo das obrigações do seu compromisso.

Passaremos agora a tratar das imagens dos passos e da procissão do Triumpho.

Nove são as imagens que figuram na procissão; vamos enumeral-as pela ordem em que vão no prestito.

1.ª O Senhor orando no Horto.
2.ª O Senhor preso.
3.ª O Senhor açoitado preso á columna.
4.ª O Senhor sentado na pedra fria, ou da Cana Verde.
5.ª O Senhor na varanda de Pilatos, ou *Ecce homo.*
6.ª O Senhor com a cruz ás costas, ou dos Passos.
7.ª O Senhor crucificado.
8.ª O Senhor morto.
9.ª Nossa Senhora da Soledade.

Estas imagens são muito perfeitas. São todas de tamanho natural, de bellas proporções, e de madeira de cedro.

São obra de José d'Almeida, que as fez com certesa depois do terramoto, e não em 1722, como dizem alguns, illudidos talvez pela inscripção que estava na cimalha da capella da ordem, a que acima alludimos. O terramoto arrasou o convento e o que n'elle havia. Além d'isso, José d'Almeida, em 1722, teria 22 annos, e não é crivel que em tão verdes annos lograsse fazer obra tão acabada. Portanto, com justo fundamento se deve crêr que as imagens foram feitas depois do terramoto.

José d'Almeida floresceu na primeira metade do seculo passado, e foi o primeiro portuguez d'esse seculo que se deu ao estudo e á pratica da estatuaria. D'elle existem diversas estatuas nas Necessidades e na Bemposta; e das que fez em madeira muitas se perderam com o terramoto e depois com a extincção dos conventos, e de outras se ignora o destino que tiveram, e onde hoje estejam.

Cyrillo Volkmar Machado diz que os nús de José d'Almeida são tão bem desenhados, que podem rivalisar com

as melhores estatuas; e a mesma opinião manifesta o sr. Assis, benemerito professor da academia.

Com effeito, os nús das imagens dos Passos do Carmo estão desenhados com a maior correcção, e até com elegancia: os pés e as mãos teem boas proporções, excepto nas articulações das phalanges, que são grossas; defeito singular, pois que o artista, que venceu tantas difficuldades, que desenhou a musculatura com tanta perfeição, era de certo capaz de evitar similhante defeito.

Nas imagens do Senhor açoitado e na do Senhor preso á columna, admira-se, nas mãos especialmente, a pericia do artista; pois que, estando as mãos sobrepostas, o desenho conserva a mesma correcção, e mais perfeito acabamento em toda a obra, vendo-se os dedos e a palma da mão que fica inferior com tanto esmero esculpidos como tudo o mais, apesar da difficuldade que devia encontrar.

Mas o esculptor não foi feliz nas cabeças das suas imagens. Estão as cabeças bem modeladas, mas sem expressão; parece que não são obra de quem com tanta arte esculpiu os corpos, mas de outro artista.

As imagens do Senhor no Horto e do Senhor Preso levam tunicas vestidas, e por isso não se póde observar a bellesa das suas fórmas; mas as outras vão nuas, e n'estas se admira o talento do artista que as fez, assim como no bem lançado e esculpido do cingulo, que nas pregas imita o estylo de alguns esculptores da época.

A imagem do Senhor Crucificado infunde respeito pela naturalidade, e n'esta ha alguma expressão. A posição da cabeça é muito artistica, e toda a imagem ostenta as mesmas fórmas elegantes e o mesmo desenho correcto, que se nota nas outras, egualmente em posições muito naturaes.

A obra de José d'Almeida tem o cunho de um talento superior.

A imagem da Virgem da Soledade é de roca. No rosto, graciosamente modelado, ha bastante expressão angustiosa: as mãos são más.

Em quanto á imagem do Senhor morto, vê se que é de outro artista; não tem a perfeição das demais. É um pouco maior que as outras. Agora foi aperfeiçoada pelo artista que as encarnou, o sr. Francisco de Borja Gomes, que mostrou n'este trabalho bastante habilidade.

Parece-nos o colorido demasiado; disseram-nos, porém, que com o tempo torna a ser apropriado.

José de Almeida morreu com 69 annos de edade, por 1769.

A esculptura em madeira prosperou n'aquelle tempo, havendo muitos artistas que a cultivaram com bom exito. Entre estes conta-se João Chrisostomo Polycarpo da Silva, que fez muitas obras, e particularmente os muito conhecidos passos das capellinhas do convento de Santo Antonio dos Capuchos, onde hoje está o asylo da Mendicidade.

Ainda ha muitas pesoas que vão visitar as capellinhas de Santo Antonio.

O terramoto, destruindo as egrejas, anniquilou as imagens. Era preciso fazer outras, e naturalmente os que se sentiram com vocação para essa arte, começaram a dar-se a ella.

Referiremos agora a lenda da imagem do Senhor morto, ou Senhor captivo.

Querem que esta imagem seja a antiga, que estava no convento do Carmo, e escapou do terramoto. Não acreditamos. Em primeiro logar, João Baptista de Castro affirma positivamente que de todas as imagens do convento, só se salvou a de Nossa Senhora do Carmo, que é preciosa, e está hoje na capella das Necessidades. Se dermos credito ao chronista carmelitano, essa imagem é a mesma que mandou fabricar o inclito condestavel D. Nuno Alvares Pereira, quando fundou o convento. Isto não é possivel, nem crivel, porque a imagem da Senhora é muito perfeita para ter sido esculpida n'aquella época, e haver resistido a perto de 500 annos, que tantos deveria contar, se foi feita logo depois da fundação do convento.

Da imagem do Senhor morto falla João Baptista de Castro (1763), dizendo que se *adorava* no convento do Carmo; maneira de expressar que bem mostra que já não existia.

Chamava-se a essa imagem o Senhor Captivo, ou o Senhor Resgatado, por ter estado captivo em Argel. A lenda é contradictoria; e se não é pura invenção, perderam desde o principio o fio a historia, porque não combinam o *Agiologio Lusitano*, *a Chronica da Ordem*, *a Historia de Lisboa*, manuscripta, e a relação do padre fr. Manuel Ferreira, apontada por Pegas nas suas *Resol. For.*

Seja como fôr, ahi vae a lenda:

Os Terceiros do Carmo, no anno de 1637 mandaram fa-

zer uma imagem de Christo crucificado, para levarem nas procissões, e em tal fórma, que ao mesmo tempo servisse para a representação do Senhor morto. Saiu a imagem de grande estatura, e não a julgaram apropriada para o fim, para que a tinham mandado fabricar.

Foi collocada n'uma capella, depois de posta n'uma cruz. Alli esteve muitos annos, até que o padre fr. Pedro de Magalhães, que ia partir para o Maranhão na qualidade de vigario provincial, desejou levar comsigo a imagem. A mesa da ordem Terceira lh'a vendeu pelo preço que lhe custára, isto é, por 20$000 réis, e esta quantia foi applicada em missas pelos religiosos.

No dia 29 de novembro de 1637, saiu a barra o padre com a imagem, e no 1.º de janeiro seguinte foi a embarcação em que ia, assaltada por um corsario argelino. Chegada a Argel, os mouros, vendo a imagem, diz com muita singeleza e candura o padre fr. Manuel Ferreira, julgaram que era o corpo de algum defunto; mas quando se abriu o caixão em que estava mettida, dois renegados perceberam o que era, e queriam divulgar a noticia; mas os christãos tiveram arte de os fazer callar, comprando-lhe a imagem, e quando o arraes argelino mandou lançar ao mar o caixão, dois captivos portuguezes, que andavam como marinheiros, tiveram traça de a salvar, e a lenda archivou-lhes os nomes, —chamavam-se os captivos Antonio e Manuel Vicente. Estes cooperaram depois para levar para terra a imagem, á maneira de captivo doente, ás costas; e accrescenta a lenda, que foi n'uma *manhã de nevoa*. Era isto necessario para o engano.

Poucos mezes depois, outros dizem, cinco annos (lá se avenham), chegou ao porto d'Argel o capitão Francisco de Oliveira, com o seu navio da invocação da *Senhora do Rosario*, com carga de tabaco, e então conseguiram os christãos metter a imagem n'um caixão e embarcal-a no navio de Francisco de Oliveira, o qual a trouxe para Lisboa.

Chegada a Lisboa a imagem, foi apresentada á inquisição, onde se expoz amplamente o caso, e d'ahi levada para o S. Domingos, d'onde veiu para o Carmo, em pomposa procissão, conduzida aos hombros dos captivos, que haviam sido resgatados, e tinham chegado no mesmo navio. Os captivos levavam vestido o fato que usavam no captiveiro.

Começaram logo os milagres e as offerendas. A capella

do Senhor morto era riquissima. A imagem estava n'um tumulo de prata muito precioso, e servia-lhe como de frontal, ou antes, porta, uma grade, tambem de prata, representando corôas de espinhos entre si unidas. Este tumulo fôra dadiva da rainha D. Luiza, mulher d'el-rei D. João IV. Tinha tambem quatro grandes castiçaes de prata, feitos de uma esmola que para esse fim dera a infanta D. Catharina, que foi rainha d'Inglaterra, por ter casado com o rei Carlos II. Além d'estas possuia muitas outras alfaias valiosas, que tudo se perdeu com o terramoto.

Depois, a imagem estava n'um tumulo de madeira de cedro, de excellente obra de talha. Em 1834, ou depois, para accommodarem melhor o tumulo na capella dos Terceiros, cortaram-lhe metade e inutilisaram-n'o. Foi um vandalismo. A metade, que ficou subsistindo, existe ainda na sobredita capella.

II

Em 15 de novembro de 1862, falleceu n'esta cidade de Lisboa, Miguel Ignacio de Oliveira, abastado proprietario em Portugal e no Brasil.

Este individuo era irmão terceiro do Carmo, no Rio de Janeiro; vindo para Lisboa filiou-se na Ordem Terceira Carmelitana d'esta cidade.

Miguel Ignacio de Oliveira foi visitar a capella do Carmo, e ahi viu as imagens, que costumavam sahir na procissão, que a Ordem Terceira celebrava na ultima sexta feira de quaresma, e que tinha o titulo de procissão do Triumpho.

Oliveira ficou muito agradado das imagens, e logo pensou em restabelecer a procissão, tendo mostrado diante de muitos irmãos quanto sentia que aquelle acto se não celebrasse.

Decorreram annos; e Oliveira não se esquecen do que promettera, porque no seu testamento consignou o seguinte legado:

«Á Ordem Terceira do Carmo de Lisboa (deixo) réis 20:000$000, com obrigação de mandar dizer uma missa por minha alma, em todas as sextas feiras de cada semana, e de fazer a procissão chamada do Triumpho, que é na sexta feira chamada dos Ramos. E porque a capella da Ordem

Terceira não tenha capacidade para collocar os andores, quero que saia a tal procissão da egreja do Sacramento ou dos Martyres, e determino que o seu itenerario seja este:

«Rua do Chiado — rua Nova do Almada — travessa de S. Nicolau — rua do Ouro — rua dos Capellistas — rua Augusta — praça de D. Pedro, lado oriental — frente do theatro de D. Maria II, lado occidental da praça — rua Nova do Carmo — entrando na egreja d'onde houver sahido.

«E quando a Ordem Terceira assim não faça, perderá o legado, o qual passará para a Misericordia de Lisboa.»

A Ordem Terceira vae cumprindo o legado. A procissão, não sahe na sexta feira, mas no domingo de Ramos, para o que a ordem teve authorisação. No edificio da ordem se fizeram as obras precisas, para se poder ahi mesmo desempenhar o acto da procissão, sem ser necessario ir a outra egreja, como indicava o testador.

Eis aqui agora a ordem da procissão.

A mesa da Ordem Terceira convida as outras ordens Terceiras, a saber a de S. Francisco de Xabregas, estabelecida na egreja do Menino Deus — a da Penitencia de S. Francisco, estabelecida na sua capella contigua á egreja parochial das Mercês — a de S. Francisco da Cidade — e a de Santo Agostinho, estabelecida na egreja da Graça — para se lhe associarem no cumprimento do acto religioso.

Estas ordens annuem ao convite; e figuram na procissão do modo que vamos dizer.

Á frente da procissão vae o pendão, levado e guiado por Terceiros do Carmo.

Os andores vão na ordem em que acima mencionámos as imagens.

A ordem de Santo Agostinho leva o 1.º andor.

A de S. Francisco de Xabregas leva o 2.º andor.

A da Penitencia de S. Francisco leva o 3.º e 4.º andores.

A do Carmo leva o 7.º e 9.º andores.

O Senhor morto é o 8.º andor, e é levado por seis sacerdotes Terceiros das diversas ordens.

Seguir-se-ha o parocho da freguezia e mais dois sacerdotes de capas de asperges roxas.

As varas do pallio, que irá cobrindo o Senhor morto, e as insignias do lado direito serão levadas pelos irmãos gra-

duados das ordens convidadas, e as da esquerda pelos irmãos do Carmo.

No fim do prestito irão os priores e ministros das Ordens Terceiras, indo á esquerda os do Carmo, e logo os reverendos commissarios das ditas ordens.

Fecha a procissão uma guarda de honra, com a sua musica.

Adiante de cada andor, irá um anjo com o instrumento ou emblema do passo da Paixão, que se figura no andor.

Cada ordem leva na frente a cruz alçada.

Não ha sermão de sahida nem de entrada, porque a capella não tem capacidade para os andores, irmãos e povo.

A capella e as imagens estão expostas no domingo de manhã.

E d'este modo temos dado ampla noticia da ordem e da sua procissão.

Ao favor do reverendo padre Antonio José da Rosa Torres commissario da ordem, devemos as noticias especiaes ácerca da procissão, e o havermos examinado minuciosamente as magnificas imagens.

BAILES DE MASCARAS

I

Tendo de dar noticia dos bailes de mascaras, em Portugal, pareceu necessario buscar a antiguidade dos bailes, ou serões de dança, n'este paiz. Sobre isto publicámos alguns apontamentos no *Jornal do Commercio*, em mais de um artigo, que agora refundimos e ampliamos, para melhor intelligencia dos leitores, em ordem methodica.

II

Difficil é fixar a época, na qual, em Portugal, principiaram os bailes, ou serões de dança, e quaes eram as danças então usadas.

Não podia ser vulgar esta diversão, antes do reinado d'el-rei D. João I. Eram tão continuadas as guerras, ou com o estrangeiro, ou entre os principes filhos de reis. e entre os senhores, que as gentes d'aquelles tempos não se lembrariam de uma diversão, que de certo mal se accommodava com os costumes austeros, e com as incessantes luctas em que andavam envolvidas n'essas eras. Os rudes batalhadores, sempre cobertos com as suas armaduras de ferro, mal podiam entregar-se a folguedos mais proprios da paz, quando os espiritos andam menos preoccupados, e os corpos menos cançados.

Até agora tem-se como certo, que, o primeiro serão de

dança na côrte, de que havia noticia, fôra em tempo d'el-rei D. Affonso V, por occasião do consorcio de sua irmã, a infanta D. Leonor com Frederico III, imperador da Allemanha; parece nos porém que essa noticia é mais antiga, e remonta ao tempo d'el-rei D. João I.

É certo que Fernão Lopes, na chronica d'el-rei D. Pedro I, diz que el-rei era mui affeiçoado a danças, mas, do que refere o chronista, não póde inferir-se que houvesse, no tempo d'aquelle monarcha, bailes na côrte. D. Pedro I gostava de bailar com os populares, é isto o que se deduz da narrativa de Fernão Lopes. Diz elle:

«Em tres cousas asygnadamente, achamos que el-rei D. Pedro de Portugal gastava seu tempo, a saber: em fazer justiça e desembargos do reino, em monte e caça de ave era muy querençoso, e em danças e festas, segundo aquel tempo, em que tomava grande sabor, que aadur (difficil) é agora para ser creudo; e estas danças eram e soom dhuumas longas que estonce husavom, sem curando doutro estermento posto que o hi ouvesse, e se alguma vez lho querian tanger, logo se enfadava delles, e dizia que o dessem ao demo, e que lhe chamassem os trombeiros.»

Por aqui vê-se que D. Pedro I se comprazia nas danças, mas não que as tivesse no paço: accresce o que mais se lê no mesmo logar (cap. XIV) da citada chronica, para confirmar o que acima dissemos. Conta Fernão Lopes:

«Vynha elrei em batees Dalmada para Lisboa, e saiamno a receber os cidadaãos e todollos dos mesteres com danças e trebelhos, (brincos, folias) segundo estonce husavom e el saia dos batees, e metiasse na dança com elles, e assi hia ataa o paaço.»

Ainda no mesmo logar Fernão Lopes dá bem a perceber que não eram verdadeiros serões de dança, o que aprazia a el-rei D. Pedro, talvez porque ainda não se tivessem introduzido na côrte.

Referindo o chronista as festas que el-rei ordenou, por occasião de fazer conde e armar cavalleiro a João Affonso Tello, na egreja do convento de S. Domingos, conta que o rei mandara fazer umas alas de cinco mil homens com ci-

rios accesos nas mãos, desde o paço até S. Domingos, e— «elrei com muitos fidalgos e cavalleiros andavam per antre «elles dançando e tomando sabor, e assi despemderom gram «parte da noite.»

Custa-nos hoje a comprehender como a um rei não lhe parecia mal andar em danças publicas, e mettido até com os homens dos mesteres; costumes do tempo, e a que se arrojava um rei, que era ao mesmo tempo o terror dos seus vassallos.

Podemos pois dizer que, do tempo de D. Pedro I não ha nenhuma noticia de algum serão de dança.

O reinado d'el-rei D. Fernando foi atormentado com muitas guerras, que iam perdendo este paiz para sempre.

Não se encontra d'essa época nenhuma noticia de algum serão de danças.

Fernão Lopes, na chronica d'este rei, referindo o casamento da infanta D. Beatriz, filha do dito D. Fernando e de D. Leonor, em Badajoz, conta que, no dia do recebimento «o rei e a rainha vieram para as suas pousadas» e —«depois de comer, justarom, e lidaram touros, e..... «todo aquel dia se despendeu em festas, e cousas que a «vodas perteenciam, dhuma parte e da outra.»—E não se allude a danças no paço.

Em tempo d'el-rei D. João I é que se encontra a primeira menção de um serão de dança na côrte. Foi, no anno de 1387, por occasião do consorcio d'aquelle monarcha com D. Filippa, na cidade do Porto.

No cap. 96, da 2.ª parte da sua *Chronica d'el-rei D João I* Fernão Lopes, depois de referir como se fez a ceremonia religiosa do consorcio, falla do banquete que houve após aquella ceremonia, e no qual foram convivas «os bispos e «outras honradas pessoas de fidalgos e burguezes do logar, «e donas e donzellas do paço da cidade»—e continua assim:

«O mestre sala das vodas era Nuno Alvares Pereira, con«destabre de Portugal, servidor da toalha e copa; e dou«tros officios erom grandes fidalgos e cavalleiros, hu (onde) «houve assaz de iguarias e de desvairadas maneiras de man«jares. Em quanto o espaço de comer durou, faziom jogos «á vista de todos homens que o bem sabiom fazer, assi «como trepar em cordas, e tornos de mesas e salto real, «e outras cousas de sabor; *as quaes acabadas alçaromse*

«*todos*, e começarom a dançar, e as donas em seu bando «cantando arredor com grande prazer.»

Ora, do que diz o chronista, póde entender-se que, quem dançou não foram os que assistiram ao banquete, mas os que entretiveram os convivas, em quanto estavam, com os seus jogos e brincos; mas tambem póde entender-se, e nós assim o interpretamos, que os convivas, acabando de comer, se levantaram da mesa, e começaram a dançar, e as donas cantando, na *dança de roda*, *cantando arredor*, porque a dança popular, ainda hoje chamada de *roda*, é muito antiga.

Corre como certo que, em França, o primeiro baile de côrte, de que resa a historia, é o que houve no anno de 1385, na cidade de Amiens, por occasião das festas para celebrar o consorcio de Carlos VI com Isabel de Baviera; duvida-se todavia que fosse um verdadeiro baile. Sendo assim, coincidiriam as datas de 1385 e 1387, como as do principio dos serões de dança em França e em Portugal, por que, deve notar-se, que o serão no paço do Porto tambem não parece ter sido um verdadeiro baile.

É no reinado d'el-rei D. Affonso V, que vamos encontrar noticias positivas e certissimas de ter havido bailes na côrte.

No dia 9 de junho do anno de 1451 celebraram-se, n'esta cidade, os desposorios da infanta D. Leonor, irmã d'el-rei D. Affonso V com o imperador Frederico III, da Allemanha. A ceremonia nupcial verificou-se no paço de S. Christovão, então do duque de Bragança, sendo o imperador representado por dois enviados seus, que por elle foram mandados a esta côrte. Foram sumptuosissimas as festas que por esse motivo houve n'aquelle paço, que ultimamente, já muito arruinado pertenceu aos marquezes de Vagos, e hoje a um particular, Ruy de Pina, na *Chronica d'el-rei D. Affonso V*, diz o seguinte:

«E ouve aquelle dia convite real de vinhos e fruytas em uma notavel perfeiçam, e asy muytas danças e festas em toda a noite.»

Como se vê não menciona expressamente o chronista um serão de dança, mas diz que houve danças em toda a noite, do que se póde colligir que seria um baile, o que é confir-

mado pela relação que d'este desposorio, escreveu o capellão da infante-imperatriz, Nicolau Laukman de Valckenstein, que foi um dos enviados do imperador, a este consorcio, e que sempre acompanhou a noiva.

A relação a que alludimos tem o titulo de *Historia dos desposorios de Frederico III com Leonor Lusitana;* é escripta em latim barbaro, e vem incluida no 1.º vol. das *Provas da Historia Genealogica.*

Refere minuciosamente tudo o que se passou, e conta, como, depois de apresentados os enviados a el-rei no paço da Alcaçova do Castello, o monarcha os foi apresentar á rainha, e em seguida os levou a outro palacio, onde residiam as infantas D. Catharina, D. Leonor e D. Joanna, filhas d'el-rei D. Duarte e da rainha D. Leonor, e irmãs d'el-rei; e recolhendo-se nos paços da Alcaçova;—«*Tertio eodem in die in Palatio regio fuit chorea facta á prædictis praeclarissimis virginibus ac aliis generosis ad haec deputatis:* assim se vê que no mesmo dia da apresentação dos enviados houve baile no paço, dançando as infantas *(prædictis præclarissimis virginibus)* e outras pessoas de distincção».

Depois houve a audiencia para os enviados apresentarem as suas credenciaes, e as escripturas nupciaes assignadas pelo imperador, e logo no dia seguinte, 11 de agosto, se verificou a ceremonia nupcial. Concluida a ceremonia, a infanta-imperatriz e a côrte sahiram para outro palacio, onde houve festejo. Este palacio, que na *Relação* não se menciona, seria o dos Estáos. Ácerca do serão que ahi houve, diz a *Relação dos desposorios:*

«Ahi, em honra do serenissimo rei dos Romanos, e seu esposo dilectissimo, dançou a primeira, *(primam chorean fecit)* com a senhora rainha de Portugal, por um modo mui curioso. E concluida a dança foi assentar-se em lugar mais elevado e mais digno entre toda a sua familia.»

Em linguagem moderna diriamos que a infante-imperatriz rompera o baile com a rainha, sua cunhada, se dançando juntas, se tendo a rainha por seu par fronteiro, isso é que não se póde explicar.

Ainda em outros dias houve serões de dança entremeados com as pomposissimas festas, celebradas até que a infante-imperatriz embarcou, que foi a 25 de outubro.

Como curiosidade, embora alheia ao assumpto. diremos aos leitores qual é a etymologia que o enviado Valckenstem achou para o nome de Lisboa, que elle diz ser *Ulixbanna*, derivado de Ulisses que fundou a cidade em honra de sua mulher, que se chamava *Banna*. É a etymologia mais disparatada que temos visto.

Um dos fidalgos que acompanhou a infante D. Leonor, foi Lopo de Almeida, depois conde de Abrantes, e em carta que de Napoles dirigiu a el-rei D. Affonso V, ácerca da viagem de sua irmã, escreve o seguinte:

«N'estes tempos houve grandes e formosas justas, e outras festas. a que sempre el-rei (de Hungria) levava sua irmã, e assim a acompanhava sempre a duqueza de Calabria, e Lucrecia, que a estas festas sahia mui louçã, e á noite pelo serão dançavam a dita senhora a baixa, e el-rei com ella pela mão, e o imperador com a irmã de Lucrecia, e veiu a mim o principe de Rosano, genro d'el-rei, que dançasse, pois elle dançava, e assim dançámos todos os vossos que aqui eramos, e o sabiamos fazer, e quando veiu a alta dançavam todos os ditos cinco sós, assim como chacota, e vossa irmã a guiar a dança; e acabada mandavam bailar meu sobrinho com Beatriz Lopes, baile mourisco, e depois o vilão, e espantou-se el-rei do seu bailar, e fez-me entender que lhe prazeria que ficasse alguns dias com elle, dizendo que os vossos, eram seus, e os seus, vossos, e que se queria agora servir d'elles uns dias, e que elle vol-os mandaria.»

Temos procurado alguma descripção das danças de que falla Lopo de Almeida, mas nada temos encontrado que nos elucide. A chacota era uma dança popular, e que sempre figurava nos festejos publicos, a que concorriam os populares com os seus bailes.

No seguinte reinado de D. João II, encontrâmos noticia de que houve festas de toiros e canas, e *serões de momos e danças*, quando foi a conversão de Bemoyn, principe negro da Persia; isto no anno de 1488.

Tambem quando el-rei D. João II fez marquez de Villa Real, a D. Pedro de Menezes, este teve em sua casa, por dias, muitas festas e *danças*.

Foram famosos os festejos por occasião do consorcio do

principe D. Affonso com a infante D. Isabel, de Castella. No dia em que a infante chegou a Extremoz, houve *muitas danças e festas*, mas não se falla positivamente de serões de dança, em que figurasse a côrte.

Mas no dia 27 de novembro de 1490, em que chegou a infante a Evora, onde lhe estava preparada uma recepção, a mais sumptuosa e festiva que póde imaginar-se, «n'essa «noite antes da ceia, e depois, houve grandes festas e dan«ças, em que todas as pessoas reaes dançavam, e assim ou«tras muitas com muito prazer e alegria.»

Parece-nos que por esta occasião houvera baile, que hoje chamam, de *costumes*, isto é, em que, os que n'elle figuram se apresentam vestidos fóra do uso vulgar, ou á antiga, ou a capricho.

Estes *momos* foram e eram uma especie de entremezes e comedias em que se representavam differentes acções. N'esses, a que alludimos, el-rei D. João II figurava de cavalleiro do Cysne, — «e veiu com tanta riqueza e galanteria quanta no mundo podia ser.»

É extensa a descripção d'estes momos, mas os leitores a lerão com gosto, por lhes dar uma idéa dos costumes do seculo XV, e porque verão que eram aquelles momos uns *bailes em costumes*.

Diz Garcia de Rezende:

«Entrou (el-rei) pelas portas da sala com nove bateis grandes, em cada um seu mantedor, e os bateis mettidos em ondas do mar, feitas de panno de linho, e pintadas de maneira que parecia agua. Com grande estrondo de artilheria, que troava, e trombetas, atabales e menistres altas (charameleiros), que tangiam, e com muitas gritas e alvoroços de muitos apitos de mestres, contramestres e marinheiros, vestidos de brocados e sedas, com trajes de allemães, em bateis cheios de tochas e muitas vélas doiradas accesas, com toldos de brocado, e muitas e ricas bandeiras.

«E assim vinha uma nau á véla, cousa espantosa, com muitos homens dentro e muitas bombardas, sem ninguem ver o artificio como andava, que era cousa maravilhosa.

«O toldo, e toldo das gaveas de brocado, e as vélas de tafetá branco e roxo, acordoada de oiro e seda, e as anco-

ras doiradas. E assi a náo, como bateis, com muitas vellas de cêra douradas todas accesas, e as bandeiras e estandartes eram das armas d'el-rei e da princeza, todas de damasco e doiradas, e vinham diante do batel d'el-rei, que era o primeiro sobre as ondas, um muito grande e formoso cisne, com as pennas brancas e doiradas, e apoz elle vinha na proa do batel o seu cavalleiro em pé, armado de ricas armas, e guiado d'elle, e em nome d'el-rei sahiu com sua falla, e em joelhos deu á princeza um breve conforme a sua tenção, que era querela servir nas festas de seu casamento; e sobre concrusão de amores desafiou para justa de armas com oito mantedores a todos os que o contrario quizessem combater.

«E por rei de armas, trombetas, e officiaes para isso ordenados, se publicou em alta voz o breve, e desafio com as condições das justas e grados d'ellas, assi pera o que mais galante viesse á tea, como pera quem milhor justasse. E acabado, os bateis botarão pranchas fóra, e sahiu el rey com seus riquissimos momos, e a nao, e bateis, que enchião toda a sala, se sahirão com grandes gritos, e estrondo de artilharia, trombetas, atabales, charamellas e sacabuxas, que parecia que a sala tremia, e queria cahir em terra.

«El-rey dançou com a princeza, e os seus mantedores com damas, que tomarão, e logo veyo o duque com fidalgos de sua casa com outros riquissimos momos. E veyo outro entremez muito grande, em que vinhão muitos momos mettidos em uma fortaleza entre uma rocha, e mata de muitas verdes arvores, e dous grandes salvagens á porta, com os quaes um homem de armas pelejou, e desbaratou, e cortou umas cadeas, e cadeados, que tinhão cerradas as portas do castello, que logo forão abertas, e por uma ponte levadiça sahirão muitos, e muy ricos momos; e em se abrindo as portas, sahirão de dentro tantas perdizes vivas, e outras aves, que toda a sala foy posta em revolta e chea d'aves, que andavão voando per ella, até que as tomavão. E sahido este grande, e custoso entremez, veyo outro, em que vinhão vinte fidalgos, todos em trajos de peregrinos, com bordões dourados nas mãos, e grandes ramaes de contas douradas ao pescoço, e seus chapeos com muitas imagens, todos com manteos, que os cobrião até o joelho. de brocados, e per cima com remendos de veludo, e ce-

tim; e dado seu breve, deitarão os manteos, bordões, contas, e chapeos no chão, e ficarão ricamente vestidos todos de rica chaparia; e os manteos, e todo o mais, tomavão moços da camara, e reposteiros, e chocarreiros, quem mais podia, e valião muito, que cada manteo tinha muitos covados de brocado. E assi vierão muitos, e ricos momos, que não digo, com singulares entremeses, riquezas, galantaria, e muitos com palavras, e invenções dardileza aceitavão o desafio com as mesmas condições, e dançarão todos até antemanhã; e foy tamanha festa, que se não fora vista de muitos, que ao presente são vivos, eu a não ousára escrever.»

Parece-nos que não póde ficar duvida, que estes momos foram o que hoje se chama *baile de costumes*. Todos vestiam trajes diversos dos que usavam, faziam certas representações, e depois dançavam.

Foi depois d'estas festas que el-rei D. João II sentiu os primeiros symptomas do mal de que veiu a morrer. Garcia de Rezende dá bem a entender que indo á fonte cuberta, perto de Evora, ahi, em agua que bebeu, lhe ministraram o veneno, o que lhe parece confirmado com o facto da morte do copeiro mór, e mais dois empregados da copa que todos pereceram dias antes d'elle do mesmo mal.

Vamos adiante.

A côrte tinha no seu seio uma familia ambiciosa, que já em tempo de Affonso V revelara a sua indole na guerra que promoveu contra o preclaro infante D. Pedro, duque de Coimbra.

O reinado d'el-rei D. Manuel foi a época dos serões na côrte. Ahi brilharam illustres poetas; o fausto e a magnificencia dos momos e comedias, a opulencia dos fidalgos deram a essa côrte um renome, que echoou por toda a Europa.

As festas pelo consorcio da infante D. Beatriz com o duque de Saboya, em 1521, foram as mais esplendidas de que então havia noticia:

«Acabado o recebimento.... começou logo um grande serão, em que el-rei, e a rainha com o principe e as senhoras infantas D. Isabel e D. Beatriz, e o infante D. Luiz, dançaram todos.

«E assim todos os grandes e fidalgos da côrte, que durou o serão muitas horas, em que houve muitas danças, muitos galantes ricamente vestidos.»

Na vespera do embarque da infante (4 de agosto) houve outro serão; em uma grande sala armada de tapeçaria de oiro, e muito bem alcatifada, docel e cadeiras, almofadas de mui rico brocado, se começou um grande serão, em que el-rei dançou com a infante-duqueza, sua filha, e a rainha com a infante D. Isabel, e o principe D. João com o infante D. Luiz com damas que tomaram, e... «assim dançaram todos os galantes que iam a Saboya, e muitos outros senhores e galantes, que durou muito. E as danças acabadas se começou uma muito bem feita comedia, de muitas figuras, muito bem ataviadas e mui naturaes. feita e representada ao casamento e partida da senhora infante.»

Foi n'este serão que se representou a tragi-comedia *As côrtes de Jupiter*, de Gil Vicente, expressamente escripta para esta festa.

A bordo da náo *Santa Catharina do Monte Sinay*, em que ia a infante, tambem houve um serão de dança; assim o conta Garcia de Rezende. Refere o chronista que, no dia 6, foram o rei, a rainha, o principe, os infantes, e a infante D. Isabel, e todas as damas e senhoras á náo, a ver a infante-duqueza: «E depois de lá serem houve ahi um grande serão em que dançaram todos os galantes, que com a senhora infante iam, e outros muitos que foi uma muito gentil festa no mar...»

Na *Historia Genealogica* achâmos tambem que o serumbatico e abeatado D. João III se entregou ao prazer da dança; foi em 1537: ainda então não funccionava formalmente n'estes reinos a santa inquisição, ainda não havia aquellas famosas ceremonias, chamadas *autos da fé*, que substituiram os serões da côrte; ainda os descendentes dos heroes dos Atoleiros e Aljubarrota, de Ceuta e Arzilla, se não haviam transformado em familiares do santo officio. Em 1537, pois, celebraram-se os desposorios do infante D. Duarte, filho d'el-rei D. João III, com D. Isabel, irmã do duque de Bragança, D. Theodosio I; e diz: «Dançou el-rei com o duque (de Bragança), e o infante D. Luiz com D. Jayme, todos os mais

senhores, criados e fidalgos velhos, e alguns com seus netos.»

É singular que não alluda ás damas que dançaram; não dançariam as damas? N'essa côrte era possivel o disparate. É certo, porém, que em 1543 achâmos noticia de tres serões em que dançaram tambem as damas.

Francisco de Andrade, na *Chronica de D. Joãv III*, referindo o consorcio da infante D. Maria, com o infante de Castella, D. Filippe, depois Filippe II, em maio de 1543, dá conta das festas que houve durante tres dias, e em todas as noites d elles houve saráo na côrte; hoje diriam *soirée* substituindo o vocabulo francez ao portuguez por um ridiculissimo francesismo.

N'esses saráos o rei dançou sempre; do primeiro diz o chronista:

«.... depois de dançarem algumas pessoas, dançou el-rei com a princeza, e a rainha com a infanta D. Maria, e o infante D. Luiz com D. Constança de Gusmão, dama da infanta D. Maria, filha de Francisco de Gusmão, e apoz este outras muitas pessoas com que o saráo durou quatro ou cinco horas.....»

Na noite seguinte houve outra vez saráo, depois do jantar da côrte, e dançou a princesa com a infanta D. Maria, e o infante D. Luiz com D. Anna da Guerra, dama da rainha, filha de D. Francisco Pereira.

Ainda tornou a haver saráo na noite seguinte, dançando el-rei com a rainha, e o infante D. Luiz com a infanta D. Maria, afóra muitos outros fidalgos e nobres.

N'este anno de 1543 já funccionava a inquisição: já Lisboa tinha presenceado os autos da fé, de 1540 e 1541, assistindo ao primeiro el-rei D. João III e a côrte; já em Evora, em 1542, tinham morrido quatro christãos novos queimados vivos; emfim, já se ouviam os brados de angustia dos encarcerados e atormentados pela inquisição, já os ares se turvavam com o fumo da carne humana, e é de crer que já os serões não tivessem aquelle caracter expressivo e cavalleiroso, que tanto distinguia os serões da côrte de Portugal.

Sá de Miranda, em uma carta, escripta depois de 1527, dizia:

Os momos, os serões de Portugal
Tão fallados no mundo, onde são idos?

E com effeito como era possivel manter-se o genio galanteador e cavalleiroso da côrte d'el-rei D. Manuel com o serumbatico D. João III, com a tendencia para as expedições mercantes da India e do Brasil?

Inutil é que accumulemos mais noticias de bailes da côrte, que os houve esplendidos por occasião dos consorcios dos duques de Bragança D Theodosio I e D. Theodosio II; este em Villa Viçosa, onde houve verdadeiras festas reaes.

III

O uso da mascara era frequentissimo em Portugal, em tempos mais antigos, por occasião de procissões e festas publicas, e chegou a tão grande abuso, que, por alvará de 25 de agosto de 1689, se prohibiu absolutamente o uso das mascaras e disfarces, porque se aproveitavam d'ellas *para exercitarem a vingança do seu odio*, guardando para estas occasiões o uso das mascaras, só a fim de commetterem com mais segurança tão varios e repetidos delictos. Era grave a pena imposta aos que contraviessem as disposições d'este alvará, por quanto se lhes devia fazer processo summario, em quinze dias, sendo condemnados a quatro annos de degredo para Africa, e em cem cruzados para a obra pia dos engeitados da cidade, villa ou logar em que fosse perpetrado o delicto, devendo em todo o caso, os delinquentes permanecer na cadeia durante dois mezes. Sempre que havia festejos publicos appareciam mascaradas. Na relação de Lavanha, das festas com que foi recebido em Portugal, no anno de 1619, Filippe III de Castella, se mencionam *lindas mascaras* feitas em Elvas, Extremoz, em Lisboa e outras partes.

Mas, apesar das severas penalidades do alvará de 25 de agosto de 1689, parece que o uso das mascaras continuou, pois que, por um edital da camara, com a data de 23 de julho de 1765, se prohibiu a entrada de pessoas mascaradas nas praças de toiros.

Era uso, como se sabe, antes de começar as corridas de toiros, entrarem na praça um regimento a fazer evoluções,

e varias danças, e algumas d'estas iriam mascaradas. Imagine-se porém o que fariam os mascarados n'uma praça de toiros, onde sempre houve tanta liberdade, a ponto de que no tempo do governo do sr. D. Miguel de Braganga, disse um praguento, que nunca faltava aos toiros, porque só ahi havia liberdade.

De maneira que n'essa época, as mascaras não eram privativas do carnaval, mas usavam-se em todas as festas publicas, uso que foi acabando, e ficou permanecendo apenas nos tres dias de entrudo.

A prohibição das mascaras nas procissões e nas festividades já estava estabelecida na Ord. liv. 1.º, tit. 66.º, § 48.º, o que demonstra que era uso admittido. Em muitas relações de festas antigas se allude a mascaradas.

IV

Somos chegados aos bailes de mascaras. Como dissemos acima, e se viu claramente da noticia das festas do consorcio do principe D. Affonso, filho d'el-rei D. João II, os momos eram em muitos casos o que nós hoje chamâmos bailes em costumes. Todavia d'esta diversão raras noticias se encontram depois d'el-rei D. Manuel, e mais tarde nenhumas temos encontrado.

Em quanto aos bailes particulares de mascaras, eram ainda rarissimos na segunda metade do seculo passado. Vemos isto pela relação dos festejos com que o conde Fernão Nunes, embaixador de Hespanha, solemnisou o consorcio do principe do Brasil D. João, depois rei D. João VI, com a infanta de Hespanha D. Carlota Joaquina, no anno de 1781.

Foram pomposissimos esses festejos, e constaram de esplendidas illuminações, no Rocio, e de tres bailes um a 13 de abril para solemnisar o consorcio da infanta D. Marianna de Portugal, com o infante de Hespanha D. Gabriel; e dois a 15 e a 18 de junho, do mesmo anno de 1785, para celebrar a chegada da infanta D. Carlota Joaquina, já desposada com o infante D. João.

O ultimo baile foi de mascaras. Eram os convidados mais de 900, e na relação que sahiu na *Gazeta de Lisboa*, d'esta maravilhosa festa, lemos o seguinte:

«Nos bilhetes de convite se advertiu que se não usasse de mascara na cara, tanto para impedir que alguma pessoa não convidada se introduzisse, como para que reinasse a alegria, franqueza e decoro; e para maior facilidade, *em paiz pouco acostumado a similhantes divertimentos*, se permittiu aos convidados, que não gostassem de apresentar-se em trajes desfarçados, o poderem ir vestidos ao uso commum, comtanto *que levassem a insignia da mascara, em qualquer parte*. Varias pessoas assim o praticaram; porém muitos se apresentaram com dominó, vestidos de caracter e outras idéas vistosas.»

Por aqui se vê que não *estavamos costumados a estes divertimentos*, e que, portanto, se alguns bailes de mascaras havia, eram rarissimos e muito particulares. Não sabemos como se entendia levarem os convidados insignias de mascaras. Ou elles iam em trages fóra do commum, ou então vestiam ao modo vulgar; a insignia de mascara não se póde atinar com o que seja.

O que se póde ter por certo, é que só muito modernamente se vulgarisaram os bailes particulares de mascaras, tendo sido, aliás, em tempos mais antigos, tão vulgar o uso da mascara.

Os bailes do conde Fernão Nunes foram dados no palacio da inquisição, no Rocio, hoje theatro de D. Maria II; foram festas realengas.

Os bailes de mascaras publicos são de data muito recente: d'elles nos vamos occupar.

V

Ainda não se extinguiram de todo as barbaridades carnavalescas, ha ainda quem se comprasa de atirar ovos e outros projectis perigosos, e praticar diversas gracinhas estupidas e brutaes.

No entretanto, que differença de outros tempos, d'aquelles tempos em que os nossos exemplarissimos antepassados diziam do entrudo em latim macarronico — *Sanctus introitus, quebrare panellas!*

Quebravam-se as panellas e fervia a modo de bombas, a caqueirada, a laranja, e até a pedra, em caso de aperto, além de outros gracejos que damnificavam a gente.

Civilisa-se o entrudo, até que acabe, até que se reconheça que é a maior falta de bom senso, essa alegria decretada pela folhinha.

Tem-se os olhos postos na folhinha, para romper a folgança delirante, para envergar um fato qualquer de outras eras ou de uma profissão diversa da propria, para dizer toda a sorte de insolencias por baixo de uma mascara ao ouvido do amigo ou do inimigo, para espirituosos enredos, que são mais de romance ou de comedia, que da realidade; emfim aguardam-se os dias de folia, por costumeira e por usança.

De paes a filhos passa o costume da gente se alegrar no entrudo, sem motivo, sem pensamento, que sirva de incentivo a tantos desvarios.

O entrudo, tomado como entroito de tempo santo e de penitencia é um absurdo. Prepara-se o christão com toda a sorte de peccados para a penitencia! É uma chapada tolice.

Nunca ninguem de bom senso podia estabelecer similhante costume, ou pratica. Que o entrudo provenha das antigas bacchanaes, é logico. Eram festas delirantes, em que o povo parecia perder o juizo para se tornar louco. Havia ahi um pretexto religioso ao menos; mas este nosso entrudo, que pretexto terá senão o habito de uma alegria de anno em anno, alegria periodica? Dos pagãos vieram estes costumes absurdos.

É no entrudo que hoje particularmente se fazem bailes de mascaras: costumam agora começar pelo Natal. Tiveram muita voga, mas nos ultimos tres annos a concorrencia diminuiu consideravelmente.

Em França e na Italia os bailes de mascaras são de antiga data: officialmente se póde dizer que principiaram em França, no anno de 1715, por uma ordem do rei. Começavam no Natal, acabavam em março, e havia-os tres vezes por semana.

É curioso o que diz Julio Janin ácerca dos bailes de mascaras em França, no passado seculo. Diz, pois, este erudito critico:

«A origem dos bailes de mascaras tem data muito antiga na nossa historia. Ao principio, os fidalgos, em sociedade, se mascaravam: estavam sós; eram os heroes, os actores unicos das suas festas: foi no tempo da regencia que a côr-

te, ao abrigo da mascara, se mesclou com a burguezia. Os bailes da opera serviam maravilhosamente para esta singular fusão. Nos bailes da opera, a côrte e a cidade, Paris e Versalhes, mesclados, confundidos, entregavam-se, com o coração festivo e á larga, ás liberdades de um passatempo em incognito. O burguez folgava de se ver ao lado do fidalgo; o fidalgo comprazia-se de ouvir o burguez tratal-o por tu. O regente, no Palais-Royal, dava bailes de mascaras, aos quaes concorriam os burguezes. Foi em um d'estes bailes que o abbade Dubois desfarçou com tanto espirito o regente, tratando-o aos pontapés: imprudente! logo todos reconheceram o regente; seria mais difficil reconhecel-o, se pelo contrario, o houvessem tratado com o maior respeito. Assim a côrte e a cidade se deixaram ir insensivelmente n'esta fusão, que a final se tornou em confusão. De baile de mascaras em baile de mascaras, a burguezia acostumou-se a dar o tu á fidalguia, e acabou por tratal-a de igual modo, de face descoberta.

«O desfarce do abbade Dubois pareceu tão engenhoso, que passou do abbade para o povo, que se poz a desfarçar os seus senhores da mesma maneira. Finalmente, o que, na sua origem, fôra um simples baile de mascaras, tornou-se n'uma revolução.»

É espirituosa a deducção do celebre escriptor francez. A côrte de Portugal, desde D. João IV, foi sempre tristonha e sombria. Essas diversões vivases, esses passatempos bulicosos, e onde predomina a liberdade de espirito, acommodavam-se mal com uma côrte jesuitica, e com as influencias da inquisição. Por isso, só, em 1823, se acha noticia de um baile de mascaras publico, mas imaginado e dirigido por estrangeiros.

Foi no theatro do Bairro Alto, sito no pateo do Patriarcha, a S. Roque, que houve os primeiros bailes publicos de mascaras no dito anno de 1823.

O annuncio publicado no *Diario do Governo*, de 8 de fevereiro do mesmo anno, dizia assim:

Theatro francez, no Bairro Alto

«Á imitação dos bailes, que se costumam dar n'esta estação do carnaval, em França, Italia, e mais paizes civili-

sados, haverá no dito theatro, nas noites de sabbado 8, domingo 9, segunda feira 10 e terça feira 11 de fevereiro, *Grand bal masqué et Paré* (baile de mascarada e de apparato, etc.). A platéa será posta ao nivel da scena, a sala será bem adornada e muito illuminada. Preço da entrada, por uma pessoa, 960 réis. Cada camarote, com cuja chave se receberão 4 bilhetes de uma pessoa cada um, e que servirão para a entrada na porta principal, 4$800 réis.

«As pessoas que estiverem em camarotes podem igualmente passeiar por todas as partes do edificio.

«Adverte-se tambem que para commodidade do publico, se encontrará por preços accommodados, fatos e tudo quanto é necessario para se mascarar, tendo-se preparado quartos para esse fim.

«Haverá igualmente casas de refrescos dentro do edificio, e as providencias são tomadas a fim de que a maior decencia reine n'este divertimento.»

Copiâmos textualmente o annuncio por nos parecer curioso, e por ser, sem duvida, a primeira noticia de bailes de mascaras publicos, em Lisboa.

De como as coisas se passaram: se foram concorridos, como recebeu o publico essa novidade, nada podemos dizer, porque nenhuma noticia temos encontrado: é possivel que esteja em algum jornal do tempo; os que vimos, porém, não fallam em similhante assumpto.

De 1823 até 1836 não houve mais bailes publicos, nem era natural que os houvesse; o estado do paiz não permittia pensar n'essas coisas.

N'aquelle anno de 1836, porém, renovam-se os bailes de mascaras, mas como uma coisa inteiramente nova para Lisboa; assim o indicam as noticias que achâmos no jornal da época, o *Nacional*.

Era empresario do theatro de S. Carlos, o sr. A. Lodi, e aventurou-se a chamar o publico a um divertimento desusado em Lisboa. O *Nacional* vae dizer-nos como se sahiu o empresario do seu commettimento:

Primeiro baile de mascaras no theatro de S. Carlos

«Assim o annunciava o cartaz, e assim o esperavam os concorrentes, mas o baile ficou em primeiro ensaio. Quan-

to pertence ao sr. empresario, á sala, á illuminação, á musica, á ordem, á decencia, a tudo satisfez elle, que nem melhor sala vimos nós em paizes estranhos, se exceptuarmos talvez a do theatro de Drury-Lane, em Londres, por sua riqueza, que não melhor arranjo: até o quarto destinado para *toilette* das senhoras está no maior aceio e decencia. Estava pois tudo prompto no theatro de S. Carlos, para o primeiro baile de mascaras, e, o que não é vulgar, o cartaz e o empresario desempenharam o que haviam promettido, mas não houve baile, houve ensaio!—*A qui la faute?*—diria um dos *aimables*, que fazem as delicias de *la Ville et du Village*. Aos frequentadores, que nem tudo póde prever, com mil obstaculos a superar, o introductor de *um novo invento*.... V. s.as podiam tambem não vir a um baile de sobrecasaca e botas pardas.—V. s.as podiam tambem, quando entrava um *dominó* não obrigal-a a fugir da sala, correndo apoz ella, como se fôra touro de rapazes.... O empresario não podia escripturar gente para o primeiro baile de mascaras do theatro de S. Carlos. Então, leitores, que no carnaval quereis honesta folia, se depois do *Ensaio* não houver *Baile*, *á qui la faute?*»

Por esta descripção se conhece que era com effeito um *novo invento*, que o empresario Lodi pretendia introduzir em Lisboa. Note-se que a auctoridade não permittia aos homens o mascararem se. O artigo do *Nacional* é uma excellente noticia ácerca dos costumes de ha trinta e seis annos.

O regulamento para os bailes, assignado pelo inspector do theatro, Francisco de Sena Fernandes, que era provedor de um dos bairros da cidade, é tambem mui curioso; começa assim:

«Para que o divertimento das danças do carnaval, que, nos dias proximos, vão a formar-se, no theatro de S. Carlos, segundo as instrucções annunciadas, possa servir de verdadeiro recreio, etc.»

Esta redacção harmonisava com o mais.

No artigo 4.º do regulamento dizia o atilado inspector:

«Durante o divertimento os *interessados* teem o direito

de apontar e levantar a voz *fóra!* contra todo o individuo que se descomedir por acções, porte, ou palavras, etc.»

Os interessados, cremos, que eram os concorrentes, isto é, o respeitavel publico: assim a auctoridade incumbia a policia ao proprio publico!

O preço da entrada era muito elevado, pois cada bilhete custava 1$600 réis! Não admira, que a concorrencia fosse mui diminuta.

Como se vê, reparava-se em quem ia de sobrecasaca e *botas pardas*, porque era natural exigir uma certa compostura no traje, como é uso nas reuniões de gente culta.

O baile de terça feira, já revelou algum progresso, pelo que se lê no alludido jornal, o qual se expressa n'estes termos:

«Vae progredindo, ainda que lentamente, o baile no theatro de S. Carlos; já não causa tanta admiração uma senhora, em *dominó*, desappareceram as sobrecasacas e botas pardas; as esporas tiveram a mesma sorte; e a segunda reunião, ainda que mui distante do ponto a que devia chegar, já foi melhor; as pessoas que a compunham eram escolhidas e conduziram-se com toda a delicadeza; appareceram dominós em branco e preto e outras mascaras de differentes gostos; valsou-se, galopou-se, etc., mas assim mesmo, muito differe este baile dos que temos visto em outros paizes. O director do theatro nada poupou para o tornar brilhante, e os seus esforços ainda não produziram o desejado effeito, pois que habitos antigos e inveteradas usanças custam muito a destruir.

«Uma pessoa bem conhecida n'esta capital, e que tanto desejava ver aqui introduzidos os passatempos innocentes, que nos paizes mais civilisados tanto se tem generalisado, desceu ao salão introduzindo duas senhoras em mascara; mas seu exemplo não foi seguido; o divertimento acabou como havia principiado.»

Depois vocifera contra a ordem do administrador geral, que prohibiu as mascaras aos homens, que foi, por ventura, o que mais concorreu para tornar o baile semsabor, porque nenhum homem quereria acompanhar uma senhora mascarada, porque logo a tornaria conhecida.

Quanto vamos já distantes d'essas pieguices!

Em 1837, houve tambem quatro ou cinco bailes, em S. Carlos, e segundo parece, já se notava algum progresso, porque o alludido jornal dizia o seguinte do baile de terça-feira de entrudo:

«Á noite, no theatro de S. Carlos, foi brilhantissima a reunião, pessoas de vulto na sociedade se apresentaram de mascara, arranjadas com grande gosto, e o concurso era tão grande, que difficilmente se podia transitar pela sala; e teria terminado este divertimento com todo o socego e decencia, se certos estrangeiros não viessem a introduzir no final uma especie de bacchanal, passatempo favorito d'estes senhores.»

Os estrangeiros, a que allude o jornal, eram dos que tinham andado no serviço do exercito liberal, e entre os quaes havia bastantes dados ao uso das bebidas alcoolicas, e muito desordeiros.

Os bailes de mascaras continuaram no theatro de S. Carlos; uns annos, nos tres dias de entrudo, outros, só na terça feira, este sempre attrahia grande e selecta concorrencia.

Depois de 1848 foram se construindo salas para estas diversões, e a final, além das salas, todos os theatros se pozeram a especular tambem com os bailes de mascaras. Hoje porém, tem diminuido a concorrencia; parece ter passado uma especie de mania que dominava o povo de Lisboa para esse divertimento.

O MONUMENTO E A PRAÇA DO COMMERCIO

I

Lisboa conta hoje dois monumentos, um grandioso e admiravel em todas as suas partes,—o de el-rei D. José—e outro bem concebido e executado, em menores proporções —o de Luiz de Camões—ambos obra de mãos portuguezas. Ha ainda outro monumento,—o da rainha D. Maria I—completo para se collocar, e que tambem é obra de portuguez, o insigne esculptor João José Aguiar.

Inaugura-se ámanhã (9 de outubro de 1867)o de Luiz de Camões:—é dia de festa nacional—festa humilde por que é do povo. Não tem as pompas e as galas, que Lisboa presenceou nos dias 6, 7 e 8 de junho de 1775, porque então era um braço forte que as ordenava, e á custa dos cofres publicos. Agora é tudo mais mesquinho, porém não menos significativo,—ou antes mais significativo, porque o monumento é feito por subscripção publica e espontanea, dos que fallam a lingua de Camões, em ambos os hemispherios, e ainda de alguns estrangeiros, porque todos entendem o poeta, porque o seu immortal poema está traduzido em todas as linguas cultas.

Esta homenagem é mais solemne que a de 1775, ao monarcha que então occupava o throno. O bom Luiz, com o chamou o Tasso ao nosso poeta, vive e reina pelo seu poema; reinado sem os esplendores deslumbrantes da corôa, porém, immortal e acompanhado das admirações e dos vivas dos

tres seculos decorridos, desde que o poeta expirou, e de todos os que se seguirem. Aquelle monumento do Terreiro do Paço é mais ao ministro, cujo busto está no pedestal, de que ao monarcha, cuja effigie magestosa e altiva ali campeia. Era devido o monumento ao ministro, porque sem embargo do seu genio ferino, Lisboa, a senhoril Lisboa, por elle foi levantada das ruinas do terramoto. Só isto bastava para que o marquez de Pombal tivesse o seu padrão de reconhecimento publico.

Oh! mas como é formosa a gloria do bom Luiz! Soldado e poeta—serviu a patria—«mente ás musas dada, braço ás armas feito» e os inimigos da sua terra, na face lhe estamparam a prova de que o seu braço era affeito ás armas e o seu coração destemido e impavido. Nenhuma recordação deshumana, nenhuma memoria triste macúla a reputação do poeta—é uma gloria pura, um nome intemerato, perante o qual as gerações podem curvar-se reverentes, porque se curvam diante do genio, que no mundo só deixou um rasto luminoso, cujos raios illuminarão todos os seculos.

Todos consideram o dia de ámanhã como de festa nacional, e houve alguem tão religiosamente affeiçoado ao poeta, que mandou celebrar uma missa por sua alma, na egreja parochial da Encarnação;—todos folgam, vendo o monumento de pé a dar testemunho da vassallagem devida ao cantor dos portuguezes.

É obra popular—é de nós todos—e n'isto está a sua maior grandesa.

Mas que festas que não foram aquellas de 6, 7 e 8 de junho de 1775! Nunca se viu n'este paiz, maior luxo, maior pompa, e mais grandiosa ostentação de todos os primores da industria!

No mez de março de 1775, dos edificios que circundam o Terreiro do Paço, apenas da parte do nascente estava construido o torreão; da parte do poente, até ao meio; e do lado da terra até ao encontro do arco Quiz o marquez de Pombal, que no dia 6 de junho, apparecesse completa a praça, construindo-se de madeira a parte que faltava.

E assim se fez. Desde março até 6 de junho, trabalharam tres mil e duzentos homens, na edificação dos edificios de madeira, com todas as accommodações, salas e aposentos indispensaveis para o futuro triduo. Trabalhava-se de dia e de noite, e póde imaginar-se a quantidade enorme de ma-

teriaes necessarios, para que tudo ficasse tão completo, como affirmam as memorias do tempo.

Viu-se emfim completa a praça conforme o primitivo risco, muito mais sumptuoso do que o que lá está agora. A cantaria da obra já concluida foi limpa, e a cantaria artificial foi gessada, para que toda ficasse egual; e a alvenaria foi pintada de amarello, côr que sempre se lhe tem conservado.

Debaixo da arcada armou-se uma galeria, dividida em camarotes fechados e numerados, com o seu corredor. Todas as janellas da praça foram armadas de sanefas, cortinas e colchas de damasco carmesim.

Na manhã do dia 2 de junho saiu um bando do senado para intimar os moradores da cidade, a fim de pôrem luminarias nas noites de 6, 7 e 8. O bando era precedido de um esquadrão de cavallaria seguido por todas as musicas dos regimentos de cavallaria, vestidos de azul, agaloados de prata, e chapéos guarnecidos de galão tambem de prata.

Todos os que compunham o bando;—meirinho da cidade, seu escrivão, o porteiro do senado, o procurador mais antigo da cidade, os almotacés da limpesa, e os juizes do crime dos bairros iam todos vestidos de novo, com o maior luxo possivel, á moda do tempo, de capa e volta, chapéos de plumas e presilhas, algumas de brilhantes.

Seguiam o bando, cavallos de estado ricamente ajaezados, e carroagens de reserva.

Defronte do monumento, quasi na extremidade do caes, construiu-se uma torre de figura redonda, com 364 palmos de circumferencia, para a qual se entrava por quatro portaes em cruzeiro com suas columnas, e nos vãos havia quatro figuras do tamanho natural, fingindo jaspe—e representando a Magnificencia, a Monarchia Lusitana, a Fecundidade Perpetua, e o Contentamento Publico, figurado n'um mancebo camponez com um espelho, e um cesto de flôres. (Não entendemos a allegoria)—Sobre o portico levantava-se outro corpo com columnas mais pequenas, e outras quatro estatuas representando com os seus emblemas a Pintura, a Mathematica, o Negocio, e a Providencia. Rematava-se este corpo com uma cupula sobre a qual estava a figura de Apollo cercado de um resplendor dourado, tendo na mão o sceptro, com a figura do Sol, e aos pés o alaude;—obra, segundo dizem, muito perfeita.

Ás 11 horas da manhã do dia 6 sairam os regimentos de infanteria, todos fardados de novo, a tomarem as suas posições, destacando muitas esquadras para sentinellas, com as mais rigorosas ordens para se observarem os regulamentos de policia feitos para esta occasião. A entrada para os edificios da praça era por bilhetes, que designavam o logar que pertencia ao portador.

Os regimentos de cavallaria formaram no Rocio, e destacaram patrulhas para fazerem manter a policia dos trens, e conservarem as ruas desembaraçadas, o que se fez na melhor ordem.

Eram duas horas e meia da tarde, saiu el-rei, incognito, do paço com a rainha, n'uma sege, a princesa D. Maria e seu marido, o infante D. Pedro, em outra: as mais pessoas, em carroagens a seis. As fidalgas vinham á côrte, que era com donaire grande, vestido de manto, carroagens ricas, e os criados fardados de novo.

A familia real occupou o torreão occidental, que estava riquissimamente armado exteriormente, e no interior com pomposas decorações. Os cardeaes, e ministros estrangeiros, occuparam as janellas mais proximas do torreão, e d'este lado estava a nobresa, e do outro, e nos camarotes, na varanda superior de todos os edificios, as demais pessoas que alcançaram bilhetes. As senhoras da nobresa tiveram logar nas janellas do segundo pavimento. Quem dava os bilhetes era o conde de Oeiras, presidente do senado.

Em roda da praça levantou-se uma trincheira de madeira, distante 80 palmos do monumento, a qual fechava todo aquelle espaço central da praça.

Ás duas horas e meia da tarde, sairam o meirinho do senado, e o juiz do povo com seus escrivães, os ministros do corpo do tribunal e junta do commercio, em ricas carroagens, e seguiam-nos muitos ministros dos outros tribunaes e grande parte da nobresa, e encaminharam-se á calçada da Ajuda, para acompanharem o marquez de Pombal até ao Terreiro do Paço.

Era um prestito numerosissimo o que saiu da casa do marquez, o qual vinha no melhor coche da casa real, seguido da sua guarda.

Precedia o coche do marquez, seu filho, o conde de Oeiras, presidente do senado, em uma soberba berlinda, e logo adiante d'elle o juiz do povo.

Este prestito foi apear-se á porta da casa do senado, no Terreiro do Paço.

Ás cinco horas da tarde, chegou el rei com a familia real, e foram para o torreão que lhes estava destinado.

Logo entrou na praça um magnifico carro, puchado por seis formosos urcos, o qual representava o Templo da Memoria, e n'elle a estatua d'el rei. O carro vagarosamente percorreu todo o ambito da praça, espalhando innumeras flores, ficando o chão juncado d'ellas. Retirando-se o carro, entraram as trombetas, clarins e timbales da casa real, com fardas de veludo carmezim, quasi completamente cobertas de galões de ouro: iam apoz, os tres reis d'armas, com os seus arautos e passavantes, com as suas cotas d'armas ricas sobre os vestidos, e occuparam os dois angulos da frente do pedestal, e o outro angulo que olha para o occidente.

Pouco depois, entraram na praça o senado, a junta do commercio em duas alas, indo á direita a junta do commercio. Diante das duas alas iam Francisco Xavier de Passos, e José Antonio Ferreira. Iam todos de capa e volta, chapéos de plumas bem matizadas e com ricas presilhas. Acompanhavam o senado e a junta do commercio muitos ministros e fidalgos, e ao todo faziam um prestito de 450 pessoas. Fechavam as alas o conde de Oeiras e o marquez de Pombal, e a estes acompanhavam Reynaldo Manuel, architecto das obras publicas, e Joaquim Machado de Castro, o esculptor do monumento, e mais os mestres d'obras João Ferreira Cangalhas, José Antonio Monteiro, e Manuel da Silva Guião.

As duas alas foram marchando encostadas ao lado occidental, e chegando defronte do torreão, onde estava el-rei, voltaram á esquerda seguindo até em frente do pedestal, e ahi voltaram na direcção do monumento. A estatua estava coberta com uma grande cortina de seda carmezim, que cercava todo o pedestal.

Chegada a comitiva ao pedestal o architecto Reynaldo, e o esculptor Machado de Castro tomaram as pontas das cortinas, e as entregaram a Joaquim Ignacio da Cruz Sobral, inspector das obras publicas, para as repartir pelo conde de Oeiras e pelo marquez de Pombal, os quaes de chapéos na mão, pucharam as cortinas, e ficou descoberta a regia estatua. Fizeram-lhe logo tres reverencias, e os reis d'armas Portugal, Algarve e Goa, soltaram o brado: «Viva D.

José I, rei de Portugal», e immediatamente as trombetas, clarins e atabales tocaram a marcha expressamente composta para esta occasião. A tropa abateu as bandeiras, e as musicas tocaram a mesma marcha, e os officiaes fizeram as continencias.

Acabado isto, retiraram-se o senado e a junta do commercio. Desceu á praça, a côrte de capa e volta, precedida pelo porteiro-mór, que lhe servia de mestre de ceremonias, o qual levava á esquerda o desembargador corregedor do crime da côrte e casa, e indo em frente do torreão real, d'ahi seguiram para o monumento, ante o qual fizeram tres reverencias.

Seguiram-se os tribunaes, sem precedencias de logares, e indo do mesmo modo em frente do torreão real, foram depois fazer as tres reverencias ao monumento.

Afinal a tropa formou em columna, tendo á frente o general conde do Rio Pardo, com um brilhantissimo sequito de generaes, e seu estado-maior, e foi fazer a continencia ao monumento.

Não houve salvas nem dos regimentos, nem do Castello e embarcações de guerra, no acto da inauguração, porque se entendeu que era coisa incommodativa.

Acabado todo o acto, se deu entrada franca na praça á multidão, que era enorme, como póde suppor-se.

Á noite houve illuminação na praça. Em todas as janellas se pozeram tochas: os intervallos das janellas, a platibanda geral foram illuminadas com mais de 28:000 luzes: dos vãos dos arcos pendiam lustres com seis luzes de cêra, cada um.

No paço houve representação lyrica.

II

Dissemos que antes da ceremonia de se descobrir a estatua, entrára na praça um carro triumphal, que a percorrera espargindo flores por toda ella. O carro foi mandado fazer pelo senado. Era puchado por oito formosos urcos, e representava o Templo da Memoria ou Immortalidade. Na cupula do templo, no seu fecho superior, via-se a decantada *Fenix*, symbolo da immortalidade, porque no mesmo fogo que a abraza, encontra a vida, como resa a fabula. A figura da Fama sobre o templo, girava continuadamente,

deixando lêr um verso latino allusivo ao rei. O friso era ornado com os 12 signos de Zodiaco, significando que a immortalidade abrange todos os espaços do tempo. Sobre o altar via-se a figura de el-rei representado n'um luminoso sol, significativo da sua extrema benignidade, cercado d'uma aureola de nove estrellas, expressivas dos membros existentes da familia real.

Ao lado direito do altar estava a figura do marquez de Pombal, como tutelar do reino, com a fronte cingida de uma corôa de carvalho; no braço esquerdo sustentava o escudo das armas reaes, e aos pés tinha os vimes, que elle pisava.

Á esquerda do altar, uma figura de homem representava o senado de Lisboa, coroada tambem de carvalho, tendo na mão esquerda o brazão da cidade, e com a direita apontando para a figura do rei; recostadas no hombro, as insignias da justiça, para significar a integridade da sua administração municipal.

Sobre a balaustrada que formava o atrio do templo, viam-se oito estatuas de oiro, representando a Benignidade, a Sabedoria, a Prudencia, a Verdade, a Liberalidade, a Indulgencia, a Fortalesa e a Justiça.

O templo levantava-se, como sobre um throno de nuvens, em acção de elevar-se ás alturas, para mostrar que não assentava sobre a terra fragil e movediça. Sobre as nuvens viam-se alguns genios, que figuravam o affecto do povo ao monarcha; e os dois mais superiores da direita e da esquerda deixavam ler uns disticos latinos allusivos á festa.

No 2.° corpo do carro, via-se sobre as margens do Tejo levantada a cidade de Lisboa, representada n'uma matrona, ricamente vestida e coroada de palmas, significando o seu triumpho pela sua reedificação, e com uma letra latina, que expressava como surgira mais bella das ruinas do fogo e do terramoto. Na mão esquerda levava o escudo da cidade, e com a direita patenteava a sua tranquillidade. Acompanhavam-na oito figuras allegoricas, quatro maiores, que eram a Magnificencia, a Providencia, a Diligencia e o Commercio; e quatro mais pequenas, que eram a Pintura, a Esculptura, a Architectura, e as Sciencias com o caduceu de Mercurio.

Ao lado direito da parte interior do carro, via-se a figura de um guerreiro que representava Ulysses, na acção de expressar o seu espanto á vista da maravilhosa transformação por que passára Ulyssea.

Ao lado esquerdo, via se a figura da Historia, representada n'uma veneranda mulher, escrevendo nos seus annaes, a narração do acto que se celebrava.

Entre a parte superior do carro e a figura de Lisboa, estavam duas figuras, a Felicidade e a Abundancia, espalhando flores.

Sobre a parte posterior do carro, entre tropheus de trombetas e estandartes reaes, apparecia um formidavel dragão, que sendo o timbre do escudo nacional, e custodio do reino, não podia faltar n'aquella allegoria: deixava lêr uma letra latina, expressiva da alegria e da gloria de Portugal, n'esta occasião.

No logar mais inferior do carro, vinha a figura do Tempo, manietado com grossas cadeias, abatidas as azas, prostrada a foice, e suspenso o curso da ampulheta, para significar que a immortalidade vence o tempo.

Os oito urcos que puchavam o carro levavam ao pé de si outras tantas figuras, representando o Desejo, a Fidelidade, o Agradecimento, o Louvor, o Obsequio, o Animo Sincero, o Animo Honrado, o Publico Contentamento.

Como se vê, a composição d'este carro era grandiosa, e é de crer que a execução d'elle fosse esmerada, porque havia artistas de grande merito para a execução das figuras.

Depois de se descobrir a estatua, foi distribuida uma gravura representando o monumento, obra de Joaquim Carneiro da Silva, e muito conhecida, posto que já um pouco raros os bons exemplares.

Depois das 7 e meia começaram os operarios a dispor a illuminação, que era, nas paredes, de tigellinhas: tudo estava disposto de fórma, que uma testemunha presencial affirma que em um quarto de hora se illuminaram todas as paredes, e depois os arcos com os candieiros e a platibanda com fogareos.

A torre que estava em face do monumento, para o lado do mar, como dissemos, tambem se illuminou toda, e apresentava differentes mutações e vistas na illuminação.

A junta do commercio offereceu aos seus convidados uma delicada e excellente mesa, servida com louça da Saxonia, e ministrada do que póde imaginar-se de mais delicado e rico em uma refeição; tudo dirigido pelo seu provedor Anselmo José da Cruz.

O senado da camara com egual profusão obsequiou os

seus convidados. E conta-se que encommendára 300 arrobas de bolos de todas as variedades, para as tres noites, e que no fim da primeira noite se acharam apenas 50 arrobas!

É certo que, desde que se descobriu a estatua, até ás 2 horas da noite, se distribuiram bolos e refrescos por todos os que occupavam as salas a cargo do senado; mas affirma uma relação que temos á vista, que muitas pessoas enchiam as algibeiras de doces, e outras pessoas os levavam á farta em cestos e canastras para suas casas.

Ás 8 horas da noite, o juiz do povo e casa dos Vinte e Quatro, e os seus convidados, foram enchendo a sala das suas sessões, que estava decorada luxuosamente. Começou a festa por uma bem ajustada sonata ou symphonia pelos melhores musicos da côrte; e acabada ella, o juiz do povo fez um discurso que principiava assim:—«Chegou emfim, «honrados companheiros, o faustissimo e suspirado dia, em «que podemos todos, os fieis vassallos do nosso amabilissi«mo soberano, desabafar os vivos sentimentos que nos trans«portam. Tantos eram e tão grandes os beneficios que da «liberal mão do monarcha se tinham derramado sobre o seu «povo, que forçosamente exigiam da nossa parte, não um «agradecimento equivalente, de si mesmo impossivel, mas «ao menos uma lembrança perduravel, que testemunhasse á «posteridade a nossa gratidão.»

E depois seguia enumerando e encarecendo todas as reformas e progressos introduzidos na administração publica, nas sciencias, nas artes, no commercio e na industria, durante o reinado d'el-rei D. José, a quem chamava amabilissimo monarcha, clementissimo pae, augustissimo bemfeitor. Dizia o juiz do povo que o maior serviço que el-rei D. José fizera ao povo, fôra escolher para seu ministro o marquez de Pombal—«coração amoldado ao seu regio espirito.»

O juiz do povo rematou o seu discurso com este viva: —«Viva José Augusto, viva! Viva!» repetido por todas as pessoas presentes.

Findo o discurso, entrou um côro, que entoou uma quadra, sobre aquelle estribilho.

Depois d'isto começaran os versos, tantos, e alguns parecidos com os que ha dias por ahi dedicaram a Camões.

O juiz do povo recitou uma ode; á qual se seguiu uma cantata pelos córos, e logo o escrivão do juiz do povo re-

citou um soneto admiravel pela sua ingenuidade;—dizia o bom do escrivão assim:

. . . . . .

Se hoje os peitos inunda de alegria
Esta festiva acção vistosa e culta,
Deve-se a gloria que d'aqui resulta
Dos Vinte e Quatro á honrada companhia.

Mas quem com mais fervor, com maior calma
No applauso ao re_io monumento novo
D'este corpo fiel mostra ser alma;

Quem vencendo qualquer custoso estorvo,
A todos por seu zelo leva a palma,
E' o digno e incansavel juiz do povo.

Ao escrivão do juiz do povo seguiram-se os vinte e quatro deputados da casa, e todos recitaram sonetos, oitavas, decimas, epigrammas, alternando ás vezes com os córos.

Se o monumento, se a exposição dos artefactos portuguezes n'esta grande festa mostraram os progressos nas bellas artes e na industria, no reinado d'el rei D. José, as poesias revelaram o deploravel gosto poetico da época.

Aos versos seguiu-se o refresco, que foi profuso e magnifico.

São curiosos os remoques que uma relação da época faz ácerca d'este festim do juiz do povo e da casa dos Vinte e Quatro. Diz o author da alludida relação, que, nas casas onde se fez o festejo e deu o refresco, caberiam apenas 160 pessoas, e que o juiz do povo distribuiu mais de mil convites, do que resultou encherem-se em breve as duas casas, e não haver logar para os demais convidados, os quaes encheram os corredores e escadas; e muitos ficaram na rua. Houve grande tumulto; dobraram-se as sentinellas das portas, mas o peso da gente arrombou-as. Quando sairam das mesas os primeiros que lá poderam chegar, diz a relação referida, os que vieram depois só acharam ossos, caixas de fructas e caldas de doces. Os refrescos é que não faltaram nunca.

Aquella festa era popular, porém muitos fidalgos lá se introduziram; e mui conceituosamente diz a relação:—«E «quem poderá capacitar-se que em uma casa, só propria do

«povo, e para quem só propriamente se deviam destinar «aquellas mesas, se haviam de ver occupadas pelos mesmos «que o desprezam, por não ser egual o nascimento?» E' accrescenta: — «Mas que muito, se de seus antepassados só «mostram ter herdado o sangue e as riquezas!» Esta é a chronica que se não lê nas pomposas descripções, as quaes, como vimos agora, na inauguração do monumento de Camões, omittem a parte ridicula das coisas, que só no futuro se desenterra, porque algum curioso a archivou. O mesmo succederá agora, posto que o tempo seja mui diverso.

Foram estes os festejos do primeiro dia.

Imagine-se quanta gente não se accumularia para ver o monumento e presencear as festas. Vieram das provincias e até do estrangeiro, milhares de pessoas a estes festejos verdadeiramente grandiosos.

III

Constou o festejo do segundo dia, pela inauguração da estatua equestre d'el-rei D. José, da exhibição dos carros mandados fazer pelo juiz do povo e Casa dos Vinte e Quatro, e do baile e ceia offerecidos a el-rei e á côrte, pelo senado.

Eram sete os carros, representando a America, a Africa, a Asia, a Europa, Apollo, o Oceano, e Portugal Triumphante. Antes da entrada na praça d'estes carros, que vieram do largo junto ao Passeio Publico, o carro do senado, que já figurára no primeiro dia, e representava o Templo da Immortalidade, deu volta na praça, espalhando flôres.

Os carros eram de maravilhoso artificio, e deslumbrantes.

Á noite houve illuminação e fogo de artificio na torre, levantada do lado do mar, em frente do monumento. Findo o fogo, a familia real foi para o edificio da alfandega, onde estavam preparadas as salas para o baile e serenata, e para a ceia. Os convites para esta funcção, eram limitados ás pessoas da primeira grandesa.

O baile e serenata foram na casa chamada do sello, na alfandega, que tem 223 palmos de comprido e 90 de largo. A sala estava decorada com a maior grandesa e luxo: n'ella ardiam 2:000 luzes: tinha 14 tremós por cada lado, 28 placas grandes, 69 serpentinas de 4 lumes, 112 de 3 lumes, e 48 de 2 lumes; e alem d'isso, do tecto pendiam 48 lus-

tres de crystal. As paredes estavam decoradas com 19 cariathides por banda, que sustentavam serpentinas: nos intervallos havia espelhos grandes, onde se reflectiam aquelles centenares de luzes As paredes eram revestidas de custosas tapeçarias, de finissimas sedas: e toda esta decoração era verdadeiramente deslumbrante e incomparavel.

No topo da sala havia um coreto, onde os melhores cantores e instrumentistas da côrte executaram a serenata, intitulada, *L'Eroe coronato*, composição do celebre mestre David Peres, pela qual recebeu a gratificação de 400$000 réis; e pelos musicos se distribuiu a de 2:000$000 réis. Havia tambem uma tribuna para a real familia, em occulto, assistir á serenata e baile.

Começou a funcção pela serenata, á qual se seguiu o baile, que rompeu o conde de Oeiras dançando com a embaixatriz de Hespanha, e a marqueza de Pombal com o embaixador; seguindo a nobresa sem precedencia, não entrando n'esta primeira quadrilha senão senhoras casadas da primeira nobresa.

Á meia noite passou a real familia á sala reservada da ceia; e os convidados passaram a outra grande sala, a qual estava decorada com o mais engenhoso artificio. Tinha em todo o seu comprimento um lago, onde nadavam embarcações de todas as qualidades, fabricadas com a maior perfeição, e todas empavesadas: o lago tinha o seu arvoredo. No principio do lago via-se a figura do padre Tejo, rodeado de nymphas; e no fim uma cascata admiravelmente executada.

Do outro lado da sala, era um jardim, com grande variedade de figuras, murtas, etc As paredes estavam decoradas com festões de flores. Nos apparadores ostentavam se as mais preciosas baixelas de prata; o melhor que havia em Lisboa, e que era magnifico. Dizem que se foi até aos ourives, os quaes foram obrigados a emprestal-as.

A mesa occupava os tres lados da sala, e n'ella se ostentou tudo quanto n'aquella época podia imaginar-se de mais fino e delicado na culinaria e na pastelaria, e quantos vinhos generosos produziam os vinhedos estrangeiros e nacionaes.

Acabada a ceia, voltaram os convivas para a sala do baile, que durou até de manhã.

Para esta funcção não houve limite na despesa. Durante um mez se trabalhou nos aprestos d'ella, e foi a maior e mais

esplendida que se viu em Portugal, e tão cedo não tornará a ver-se outra, porque já agora não será possivel tornar a haver meios, para uma funcção d'estas, como os que então se empregaram.

Já por differentes vezes teem publicado os jornaes a relação dos gastos, que se fizeram para a ceia e armação das salas, mas de certo não se incluem ahi todas. Daremos apenas um resumo de toda esta tresloucada despesa:

Ceia do rei	3:986$274
Na copa.....	3:461$074
Na cosinha.....	2:313$375
Comedorias á familia.....	2:313$375
Nos ornatos.....	5:965$812
Na armação.....	2:847$415
Despesas geraes	19:653$535
Accrescidas.....	162$695
	40:703$555

As gratificações a varias pessoas importaram em 2:287$200 réis, e n'esta somma entra a de 412$800 réis, dada a David Peres, e uma de 400$000 réis a Estevão Antonio de Moriles, que era mordomo do marquez de Pombal, e que, segundo dizem, nada fez para a merecer.

Na relação das despesas nota-se a verba de 266$330 réis, de loiça da India que se quebrou, e a de 114$550 réis de prata que faltou. Não é muito, onde a prata devia ser tanta, e tanta a gente que mexia n'ella.

No segundo e terceiro dias, o juiz do povo e a Casa dos Vinte e Quatro continuaram a obsequiar os seus convidados, porém com mais ordem, sendo mais limitados os convites, e regulando-se melhor a entrada dos convidados.

Na tarde do terceiro dia formaram as tropas no Rocio, e depois vieram fazer parada no Terreiro do Paço, onde houve exercicio e continencias á estatua. Compunha-se a força de seis regimentos de infanteria e dois de cavallaria.

Na noite d'este dia, o provedor da junta do commercio deu um esplendido baile e maravilhosa ceia: a loiça da mesa era toda da mais fina de Saxonia.

Todas estas coisas passaram-se ha noventa e dois annos,

e hoje já não póde haver, quem possa dar relação d'ellas, por tel-as presenciado.

Consumiu se nas festas um cabedal immenso, mas uma grande parte d'elle aproveitou á industria. E de tudo permanece o bello monumento, admiração de todos, nacionaes e estrangeiros, que o vêem.

IV

Em tão grandiosos festejos devia consumir-se um capital enorme; e d'onde saiu elle? Pagou-o o povo, por meio de novos e vexatorios tributos.

Dando desconto á parcialidade das memorias sobre aquelle successo, escriptas por inimigos do marquez de Pombal, somos todavia inclinados a acreditar que se praticaram vexames, para haver o dinheiro necessario, afim de que a magnificencia dos festejos, correspondesse ao pensamento do marquez.

Para muitos logistas e industriaes o excesso das contribuições não lhes causou prejuizo algum, porque o grande movimento que houve, o avultadissimo dispendio que se fez nos proprios festejos, o que fizeram os particulares, que todos capricharam em ostentar as suas melhores galas n'aquelles dias, a notavel concorrencia de gente das provincias e do estrangeiro, foram circumstancias que deviam dar crescidissimos lucros a muitos industriaes e logistas.

Comtudo, commetteram-se violencias de tal ordem, para haver meios, que na verdade custam a acreditar.

A despesa do pedestal, fundição, conducção e elevação da estatua equestre saiu do cofre dos 4 por cento, que os negociantes offereceram, impostos sobre todas as fazendas despachadas na alfandega, para a restauração da cidade.

A despesa feita pelo senado saiu do seu cofre, onde já de antemão se recolhiam rendimentos para a grande festa da inauguração do monumento. O senado havia augmentado consideravelmente as contribuições municipaes, especialmente as que pagavam os que tinham os seus estabelecimentos de venda nas praças e ruas publicas, e que eram em grande numero. As licenças que estes pagavam eram de 1$000 réis: pois foram elevadas a 6$000 réis.

N'aquelle tempo havia muitas lojas estabelecidas nas praças; e ainda em 1833 se notavam alguns restos d'este an-

tigo costume, que pouco a pouco fôra desapparecendo. Já se vê que a contribuição devia produzir uma avultada receita.

O senado augmentou tambem os fóros, postergando as leis existentes, que não permittiam alterarem-se despoticamente as escripturas de emprasamentos. D'esta fonte auferiu copiosos recursos.

O juiz do povo tambem arranjou recursos para o seu festim. Alcançou um aviso do marquez de Pombal, para obrigar todos os aprendizes e officiaes dos officios a matricularem-se e a tirarem certidão, passada pelo escrivão, á vista do despacho do mesmo juiz do povo, para gosarem da exempção do serviço militar. Cada certidão custava 240 rs.; e conta-se que só a corporação dos sapateiros rendeu 11:000 cruzados.

Chamou o juiz do povo todos os juizes dos officios, aos quaes fez um discurso, mostrando-lhes o dever que havia de contribuir para o esplendor dos obsequios, que se iam prestar ao monarcha, e deu-lhes conhecimento de um aviso do marquez de Pombal, pelo qual mandava que todos os beleguins e officiaes de justiça lhe obedecessem em tudo quanto lhes ordenasse vocalmente: e concluiu dizendo a cada juiz de officio, qual a somma com que devia contribuir a sua respectiva corporação para os festejos, esperando que a pagassem, para não se exporem a algum procedimento rigoroso.

Parece isto impossivel; todavia estava no espirito da época.

Os juizes dos officios fizeram a derrama; e ainda tiveram de fazer segunda; porque o juiz do povo lhes declarou que a primeira era insufficiente.

Depois o mesmo juiz do povo tratou de saber quaes eram os homens mais ricos dos officios, e a cada um lançava 5, 10, 20 ou 30 moedas, que elles pagavam irremediavelmente; porque o juiz do povo, Manuel José Gonçalves, correeiro, era creatura do marquez de Pombal, e fornecedor da sua casa, e pedia o que queria.

O juiz do povo recebia todas aquellas sommas sem dar recibos. Espalharam-se boatos desfavoraveis á limpesa de mãos d'esse funccionario: dizia-se que elle se apropriara de avultadas sommas, e estes boatos tomaram corpo a ponto de elle mesmo requerer uma devassa, para se justificar a si, e imputar os descaminhos aos seus propostos.

Abriu-se com effeito a devassa, mas logo se lhe poz pedra em cima. Algumas memorias do tempo dizem, que o correeiro, juiz do povo, que antes d'estas festas não era abastado, depois levantou predios, e até emprestou dinheiros ao marquez de Pombal, que lhe pediu judicialmente depois da sua saida do ministerio.

Foram, pois, o augmento nas licenças dos logistas, o augmento dos fóros, e as contribuições forçadas, os recursos com que o Senado e o juiz do povo prepararam os maravilhosos festejos que assombraram esta cidade, o reino e até os estrangeiros, porque nunca se viu, nem verá tão cedo, tamanha magnificencia.

Uma memoria, que temos á vista, diz que um curioso possuia uma collecção de todas as composições poeticas que se imprimiram, por occasião da inauguração da estatua equestre; constava a collecção de 4 volumes, contendo 659 composições, em todas as linguas. Algumas poesias se escreveram nas linguas grega, arabica, e hebraica, como aconteceu na academia, que no primeiro dia dos festejos, houve no collegio do convento de Jesus: essas poesias sairam traduzidas em vulgar.

A imprensa regia tinha ordem de imprimir todas as composições laudatorias do acto da inauguração, gratuitamente, dando as partes o papel, e todas se distribuiam tambem gratuitamente.

V

Quando se terraplanou o Terreiro do Paço, depois do terramoto de 1755, logo se fez o alicerce para o monumento a el-rei D. José, que devia levantar-se n'essa praça, conforme o risco do architecto da cidade, Eugenio dos Santos, que logo, delineando a praça, riscára o monumento.

O projecto de Eugenio dos Santos foi o que se adoptou depois, mas com alterações consideraveis que lhe fez Joaquim Machado de Castro, tanto nos grupos lateraes como na estatua equestre, e no baixo relevo, que é exclusivamente da invenção d'este insigne esculptor.

Em 19 de outubro de 1770 recebeu Joaquim Machado de Castro, que então estava em Mafra, convite de Domingos da Silva Raposo, para se encarregar da obra do monumento. Castro não se moveu com este convite, e deixou-se

estar trabalhando n'um pequeno baixo-relevo, e só passado um mez veio a Lisboa, e então Reinaldo Manuel dos Santos, architecto da cidade e successor de Eugenio dos Santos, lhe entregou dois desenhos da estatua e grupos, obra de Eugenio dos Santos. Castro diz que, á influencia de Reinaldo deve principalmente, ter sido chamado para a obra do monumento.

Machado de Castro concorreu com um maltez, que estudára em Italia, e que tinha certa nomeada em Lisboa, por umas pequenas obras de marfim que punha á venda; a este maltez se deram tambem os desenhos de Eugenio dos Santos.

Em fins de dezembro de 1770, começou Machado de Castro o seu primeiro e pequeno modêlo em cêra, do tamanho de dois palmos, e em 21 de março de 1771 o apresentou no paço, a el-rei, em concorrencia com o modêlo feito pelo maltez, e foi preferido o de Machado de Castro.

Este modelo foi doirado, e o marquez de Pombal mandou-o para a sua casa de Oeiras, onde ainda está, cremos nós.

Logo no dia 22, Machado de Castro recebeu ordens terminantes, para, sem descanço, se entregar á obra do monumento, que se queria feita em 24 horas, se fosse possivel, como o mesmo Castro diz.

Em seguida tratou de fazer o segundo modêlo, do tamanho de 4 palmos, em barro, o qual concluiu em junho do mesmo anno de 1771; foi á regia approvação.

A 16 de outubro do referido anno de 1771 começou o modêlo em grande da estatua, de 31 palmos, em estuque, e concluiu-o a 10 de março de 1772, em pouco menos de cinco mezes e meio! Os 31 palmos são a altura da estatua.

Entregou o modêlo ao brigadeiro Bartholomeu da Costa para se tirar á fórma, e d'ella se extrairem as cêras, que se haviam de transformar em bronze, como diz Castro.

Tiradas as cêras, Machado de Castro passou a fazer-lhes os retoques e reparos indispensaveis, no que teve ajudante, e se trabalhou, como em tudo, sempre com a maior pressa.

Em 11 de outubro de 1773 se principiaram os retoques, que acabaram a 18 de dezembro do mesmo anno, nas peças de cêra separadas, e se concluiram quando já estavam no macho da fórma.

Em 15 de outubro de 1774, a final, se realisou a fundi-

ção da estatua, no arsenal do exercito, de um só jacto, sob a direcção de Bartholomeu da Costa. Foram ao fôrno 656 e meio quintaes de bronze, e tirados os gitos, os canaes por onde correu o bronze, e por onde ao mesmo tempo saia o ar, se viu que a estatua tinha 500 quintaes de bronze, além de 100 quintaes de ferro da armação interior.

Machado de Castro passou então a fazer a cinzeladura e retoques no bronze, no que se empregaram 83 operarios, durante 63 dias, e um só d'aquelles era esculptor. Machado de Castro tinha de attender á parte esculptural na pedra, e á cinzeladura da estatua, e sempre com as maiores instancias de pressa.

A 15 de maio de 1775, foram o rei e a rainha vêr a estatua ao arsenal, e n'essa occasião disse a rainha, que o rosto do rei *estava horrendo*. Castro ouviu esta singular apreciação, e tratou de explicar ao marquez monteiro-mór, para o dizer á rainha, que o rosto da figura do rei lhe parecêra tão mal por causa do ponto visual, e que estivera observando a dita estatua.

Nos dias 16, 17, 18, 19 e seguintes, esteve a estatua em exposição publica.

No dia 20 foi suspensa do forno.

No dia 21 foi collocada sobre o carro em que devia ser transportada.

No dia 22 principiou a mover-se do arsenal para o Terreiro do Paço, gastando no transporte tres dias e meio. Foi puchada por mais de 1000 homens. A casa dos vinte e quatro, com o juiz do povo, a corporação das obras publicas com o conselheiro fiscal das mesmas obras, pegaram nos cordões do carro.

No dia 27 foi a elevação da estatua no pedestal.

N'esse dia achava-se Machado de Castro n'um andaime, para observar e dirigir a collocação da estatua no pedestal. Tinha-se feito um cordão de tropa, para ninguem passar além d'elle, afim de não perturbar os trabalhos. Um tenente mandou retirar Machado de Castro para fóra do cordão, embora o author da obra dissesse quem era, e quanto urgia a sua presença ali; o tenente, com modos grosseiros e palavras insolentes, e até ameaças de prisão, insistiu em que se retirasse, e d'aqui resultou ficar a estatua um pouco inclinada para o lado esquerdo!

Dirigiu o transporte da estatua Reinaldo Manuel dos San-

tos, e a elevação foi dirigida pelo sota-patrão do arsenal da marinha, João dos Santos, por um apparelho muito simples.

O primeiro modelo foi começado nos fins de dezembro de 1770, e a 27 de maio de 1775, tudo estava concluido, excepto o baixo relevo, que ainda ficou incompleto. Em quatro annos e meio se fez tudo quanto hoje admiramos no centro da magestosa Praça do Commercio!

A 19 de junho de 1772, começaram os trabalhos de esculptura, e acabaram nos principios de abril de 1775.

Diz Machado de Castro, que os grupos apenas são copias dos seus modelos, e em parte pouco exactas, porque a pressa que lhe deram, apenas lhe consentiu alguns retoques e traços a lapis.

O baixo-relevo começou em 5 de novembro de 1774, e assentou estando apenas em meio desbaste. Só em 14 de junho de 1794, conseguiu Machado de Castro continuar esta obra prima do seu engenho, a qual concluiu em fins de março de 1795.

O primeiro esboceto em barro tinha um palmo, e Machado de Castro foi obrigado a trabalhar de noite.

O segundo esboceto tinha 4 palmos e 3/10 de alto.

E o baixo-relevo, no monumento, tem de vivo a vivo da moldura, de comprido 13 palmos 1/2, de largo, pelo rosto 11 3/10 1/2, pelo convexo 12 9/10.

O relevo, nas partes de mais vasado, tem 1/2 palmo.

O pedestal levanta-se sobre seis degráos, e tem 47 palmos 1/2, e o plintho 1 palmo 7/8.—Total da altura 48 palmos 3/8, de comprido 27 palmos e de largo 18.

A estatua tem 31 palmos, sendo 27 7/10 até á cimeira do capacete, o resto é o ornato da plumagem.

As figuras dos grupos teem 14 palmos de alto.

A Praça do Commercio mede 870 palmos de nascente a poente, e 830 de norte a sul.

A área total da praça é de 793:664 palmos quadrados occupados pelo monumento e pelos torreões, o espaço livre é de 780:668 palmos quadrados, e n'elle cabem 86:470 homens, dando a cada homem 9 palmos quadrados!

As ruas do Ouro, e a da Prata tem 60 palmos de largo, e a Augusta 80, e a extensão das 3 é de 2:530 palmos.

A altura da arcada, janellas e platibanda dos edificios que circumdam a praça é de 73 palmos e meio.

A altura total do monumento é de 79 palmos 3/8.

Foi na noite de 26 para 27 de abril de 1777, em um domingo, que se desfez o medalhão com o retrato do marquez de Pombal, que estava no monumento, e como ao amanhecer não estivesse de todo desfeita a esculptura, cobriram-na com gesso. As ruas adjacentes estavam occupadas por soldados, para que ninguem visse o ridiculo insulto feito ao ministro, que tão espirituosa resposta lhe deu, quando alli collocaram o navio, brasão da cidade—«Portugal vae á vella.»

Por decreto de 10 de outubro de 1833, assignado pelo regente D. Pedro, duque de Bragança, foi reposto o busto em bronze, do marquez de Pombal, no pedestal da estatua equestre; e em lettras de bronze, que lá se leem, por baixo, está a inscripção—*12 de outubro de 1833*—como memoria d'esta solemnissima reparação ao restaurador de Lisboa.

VI

1775-1866

Em um artigo do *Commercio do Porto*, ácerca do monumento que ao sr. D. Pedro IV se erigiu n'aquella cidade, lemos o seguinte:

«O monumento do sr. Pedro IV póde considerar-se no seu genero, o primeiro de Portugal, não só como obra de arte esculptural, mas tambem como obra de fundição.»

Seja-nos licito um pequeno reparo. Não podemos admittir que o alludido monumento seja o primeiro de Portugal, como obra de fundição.

Saltam aos olhos de todos, as rasões que temos para fundamentar a nossa opinião. A estatua equestre do sr. D. Pedro IV foi fundida na Belgica, e em pedaços; a do sr. D. José I foi fundida em Portugal, por um artista portuguez, e de um só jacto. Esta circumstancia bastaria só por si para que a obra de Bartholomeu da Costa conservasse a sua primasia, sendo certo, que, as obras primas feitas no paiz, sempre são para elle de maior honra do que as que se executam em paizes estrangeiros.

Podia porém acontecer, que a estatua, apesar de fundida

de um jacto, apresentasse defeitos emquanto á fundição; comtudo ainda ninguem até hoje lh'os notou. Aquelles que, de tudo quanto é nosso e não é do seu tempo, motejam, ousam dizer que Bartholomeu da Costa fundiu por acaso a estatua de D. José, e que se emprehendesse outra fundição não seria capaz de a levar ao cabo do mesmo modo. Só a mais rematada ignorancia póde aventar simillhante opinião. Para fundir uma estatua ha regras positivas, se estas se não observam, é impossivel realisar a fundição. Bartholomeu da Costa sabia o que fazia, e porque o soube é que a sua obra sahiu completa. Senão por um milagre, como é possivel fundir uma estatua sem que todos os apparelhos estejam feitos conforme prescreve a sciencia? Talvez houvesse milagre, posto que o tempo d'elles, em 1775, já tivesse passado havia muito.

Murphy, o viajante intelligente, o amador desapaixonado e imparcial, fallando de Bartholomeu da Costa, a proposito do monumento, expressou-se n'estes termos:

«Bartholomeu da Costa, que fundiu a estatua, merece os mesmos elogios na parte que lhe toca. Fundiu-a de um só jacto, sem lhe faltar um só membro, circumstancia que, desde a restauração da arte de fundir as estatuas equestres em bronze, e com relação a monumentos da grandesa d'este, só, por ventura, se verificára uma vez. Ainda não estou bem certo se a estatua de D. José I não é de maiores proporções do que a outra a que alludo, que representava Luiz XIV, na praça Vendôme, de Paris. Tinha 24 pés francezes de alto; foi fundida de um só jacto por Balthasar Keller, natural de Zurich. Costa não só fundiu a estatua de José I, mas transportou-a da fundição, e levantou-a sobre o pedestal.»

Eis-aqui formulada uma opinião insuspeita, além de outras, para se conhecer que não póde a estatua de D. Pedro IV, emquanto á fundição, considerar-se de mais honra para Portugal do que a d'el-rei D. José.

Accrescentaremos aqui o que diz o proprio Machado de Castro:

«Pelo que toca porém á fundição da estatua, materia em que com mais conhecimento de causa posso fallar, ella é,

sem questão, a que tem sahido *mais completa;* muito *limpa*, muito *exacta*, e especialmente *sem fenda alguma*, em que excedeu as precedentes.»

É pois gravissima injustiça tirar a Bartholomeu da Costa a honra que grangeou, para a dar a um estrangeiro, que aliás não fez tanto como elle. Temos o direito de protestar contra a opinião emittida pelo nosso respeitavel collega, não só em nome das glorias artisticas da nossa patria, mas tambem em nome da arte.

Nem pelas proporções, pois que o do Porto tem pouco mais de 22 palmos, e o de Lisboa tem 31, nem pela sciencia de fundir, nem pelas difficuldades vencidas em ambas as estatuas, se póde arrancar a Bartholomeu da Costa a sua primazia, antes se lhe deve confirmar cada vez mais, porque de 1775 a 1866 vão 95 annos de progressos immensos, e Bartholomeu da Costa fez o que hoje tantos não ousam fazer.

Emquanto á parte esculptural não disputaremos primazias entre um e outro monumento. Não vimos o do Porto senão na excellente gravura dos srs. Nogueira da Silva e Alberto, por tanto mal podemos aprecial-o, sem incorrermos em algum erro.

Ha porém outra parte do artigo, sobre a qual devemos fazer algumas observações. Lê-se ahi:

«..... é preciso confessar que a estatua equestre da praça do Commercio de Lisboa, se resente bastante do máo gosto dominante da época em que foi executada.»

Não podemos saber em que o auctor do artigo faz consistir o máo gosto da estatua modelada pelo insigne Joaquim Machado de Castro; no entretanto ligeiramente a consideraremos debaixo dos seus varios aspectos, para chegarmos a conhecer, se é possivel, onde está o mau gosto que o artista revelou.

Não repararemos agora senão no que respeita á estatua para não alongar este artigo.

Joaquim Machado de Castro escreveu um livro, em 4.°, de mais de 300 paginas, em que refere a historia completa do monumento que fez, e a que deu o titulo de *Descripção analytica da estatua equestre*, e nos capitulos 3.° e 4.° tra-

ta minuciosamente dos estudos que fez para modelar bem o cavallo, apresenta os seus desenhos, com todas as medições, e emfim refere minuciosamente, e com singular erudição, todos os seus estudos.

É sabido que no reinado d'el-rei D. José se cultivou a arte da picaria com o maior disvelo, que a creação dos cavallos era esmeradissima, e que era isto objecto de luxo. Machado de Castro pediu ao marquez estribeiro-mór, o marquez de Marialva, homem dos mais entendidos na arte equestre, um cavallo que elle julgasse mais bello, o marquez lhe mandou um chamado *Gentil*, que na verdade o era, diz Machado.

Copiou o insigne esculptor, e estudou os melhores cavallos, que então possuia a casa real, e fez no seu modelo as alterações, que julgou opportunas, e que indicou com a maior claresa. O cavallo do monumento de Lisboa é de raça hespanhola, não póde por conseguinte apresentar as fórmas dos cavallos estrangeiros. E de Castro ter tido bons modelos, ninguem o póde duvidar; que os desenhos que apresenta são bons, tambem não é licito negar; e que o modelo por elle escolhido, e que se admira no monumento, é de elegantes fórmas, de admiraveis proporções, é egualmente incontestavel, conforme as mais authorisadas opiniões. Queriam por ventura um cavallo de fórmas mais delgadas? Era mister escolher o modelo em outra raça.

Em quanto á posição do cavallo, é em *piaffer*, que é «o manejo em que se põe o cavallo, em actual movimento, sem avançar terreno» Machado aponta as rasões porque escolheu esta posição, que lhe indicou o marquez estribeiro mór, e a primeira é «por ser este o movimento em que o cavallo mostra mais fogo, mais brio e mais nobresa», e accrescenta: «porque no *piaffer* fica o corpo do bruto mais grupado, que no movimento a passo, fazendo esta attitude parecer o corpo do cavallo mais comprido, e por esta causa mais esgalgado.» Explica elle, como este movimento de *piaffer* é o mais proprio para mostrar a bellesa das fórmas do bruto, e conclue, comparando-o com o de outras estatuas, cujos defeitos aponta.

No que respeita aos jaezes, queixa-se Castro de que não lhe consentiram fazel-os simples, como desejava, e á romana, conforme elle queria vestir a estatua, o que não se lhe permittiu. Foi obrigado pois a vestir de ferro o seu heroe,

mas afastou-se quanto poude da exacta armadura, e por isso armou o peito e o abdomen de uma couraça que descobre a musculatura. Uma das coisas que affligia Machado de Castro, era ver o seu heroe embuçado em ferro, e por isso imaginou aquella couraça. e não poz luvas nas mãos do cavalleiro, e diz elle: «assim as modelei (as mãos) sem luvas, «muito de proposito, e não por descuido, como alguns erra-«damente teem julgado.»

O manto finge manto real, ou manto da ordem de Christo, por ser a roupagem mais grandiosa; e na verdade não se póde negar que dá muita elegancia e magestade á figura. Alguns teem notado a falta de esporas, sem observarem que em vez de esporas teem puas, e que de proposito as poz o esculptor, porque as usavam os cavalleiros armados em guerra, e era esse o uso antigo dos cavalleiros de Christo; uso de que se conserva memoria nos actos de se armarem os cavalleiros d'aquella ordem, pois lhes punham nas botas as puas.

As proporções da figura do rei em relação com as do cavallo são exactissimas e elegantissimas. A este respeito, mesmo para o estudo do monumento do Porto, muito convém lêr o que Machado deixou escripto no cap. 4.º da sua obra.

Como dissemos, Machado queria vestir o seu heroe á romana, com a cabeça descoberta, cingida apenas por uma corôa de loiro; não lh'o consentiram; por isso elle lastima vêr-se obrigado a embuçar a sua estatua em ferro, e a pôr-lhe na cabeça o capacete que a torna deselegante. Tinha elle rasão; mas isto não attenua o seu merecimento, antes lhe dá realce.

Murphy diz:

«A figura e o cavallo são duas nobres producções; mas nas obras d'este genero é necessario não olhar muito para os detalhes, perdendo-se sempre os toques do cinzel na fundição. Devem pois considerar-se as massas, e sobre estas deve recair a critica. Debaixo d'este aspecto, Castro nada tem que receiar; porque desenvolveu o *talento de um grande mestre.*»

Mas, de certo, se o capacete é pouco airoso, o chapéo de general, que se vê na estatua do Porto, tambem não se dirá que é de bom effeito.

O uso de vestir á romana as estatuas monumentaes teve ultimamente, em Paris, uma esplendida demonstração. Foi apeiada a estatua de Napoleão I, que estava na columna da praça Vendôme, e se via trajando ao modo que usava o proprio imperador, e pozeram lá outra vestida á romana. É singular; a opinião do imperador era pelos trages romanos. Cita-se um dito d'elle a este respeito:

«O trage antigo, dizia Napoleão, é o unico que não enve-«lhece, e nunca se torna ridiculo.»

As considerações, que a este respeito faz Machado de Castro, provam o bom gosto que o inspirava.

Houve um viajante, mr. Link, que fallando da estatua equestre, achou o cavallo e o cavalleiro duros (roides). Machado, no *Appendice* ao *Discurso preliminar* do seu livro, responde a esse viajante. Em quanto ao cavallo, refere, que na aula, que regia, estava em um gabinete um modelo da estatua, em gesso, do tamanho de quatro palmos, e que entrando um *cão* no gabinete, logo que viu o modelo, começou a ladrar e a querer arremetter com o cavallo. Diz Machado:

«Eu estimo mais o elogio que n'isto me fez aquelle cão, «do que os louvores dos mais sabios artistas; porque, «em taes casos, é mais difficil enganar os brutos, que os «racionaes.»

D'aqui collige elle que tão bem modelado estava o cavallo, que o cão se illudiu.

Ha certa ingenuidade n'esta anedocta; mas não desmente o caracter de Machado de Castro, que era um homem sincero, lhano e modesto, do que é prova eloquente a obra que escreveu.

Em quanto á figura, não sabe Machado de Castro se Link alludia á attitude ou ao trage; no que toca a este, repete que o pretendera vestir á romana; e em relação á attitude diz:

«Não devia na estatua de um rei, expressar uma attitude «de *arlequim ou pantomimista*, para evitar o *roide*, de que «mr. Link a censura, e como talvez lhe agradasse.»

A attitude da estatua d'el-rei D. José é nobre e magestosa: exprime exactamente o pensamento que inspirou o esculptor. Machado de Castro não representou um rei con-

quistador e victorioso, porém um monarcha, que no seio da paz fez florescer o commercio, a industria, as artes e as sciencias, e mais que tudo, que levantou das ruinas esta bella cidade. Se o esculptor tivesse de representar um heroe, cuja gloria se houvesse de afferir pelos combates que venceu, pelos inimigos que deixou no campo, pelas conquistas com que dilatou os seus estados, outra seria a attitude da estatua. Porém Machado de Castro só tinha que representar um reinado pacifico e sereno; por isso só attendeu á nobresa e á magestade da figura, não tendo em conta a arrogancia, o denodo, a impavidez, que devem caracterisar os conquistadores ou os monarchas que deixam nóme na guerra.

A historia appellida el-rei D. José o *Reformador*, e com justiça, porque elle, ou o seu ministro, destruiu muitos abusos antigos, reformou as leis anachronicas, e deu impulso a todos os ramos da publica administração. Representar um monarcha pacifico como um guerreiro, era dar-lhe a attitude de um *arlequim*.

O baixo relevo, que está na face do norte do pedestal, significa bem qual foi o pensamento do esculptor quando modelou a estatua Feliz monumento, ao qual não se liga uma só idéa de guerra e de sangue.

Ha gente que pretende ser o monumento d'el-rei D. José acanhado, pela serenidade que divisa na figura e no cavallo. Queria o rei desembainhando a espada, ou em outra qualquer attitude soberba e guerreira, e o cavallo, como que despenhando-se através de abysmos, levando o heroe á victoria. Quanto se enganam! Machado de Castro apresentou a victoria, mas a victoria incruenta do progresso e da civilisação; por isso tudo ali é magestoso, mas sereno e tranquillo. Os abusos viciosos que as sabias leis do heroe acabaram, representou-os nas cobras que surgem entre o silvado que o cavallo pisa; e o silvado significa as difficuldades que teve de vencer para estabelecer as novas leis. Modesta expressão de um nobre pensamento, mas que se coaduna com o genio elevado do esculptor.

Dissemos que unicamente nos occupariamos da estatua; no entretanto acrescentaremos duas palavras ácerca da parte ornamental, que é admiravel.

Do baixo-relevo, diz Murphy, que é um primor de arte de invenção, gosto e delicadesa, e dos grupos lateraes, diz

que bastam para assentar a reputação do esculptor aos olhos dos artistas e amadores.

Ahi vieram oitenta modelos para o monumento do sr. D. Pedro IV, e nenhum pôde comparar-se á obra de Machado de Castro; em nenhum se viu um pedestal, tão magestoso e elegante, elevar-se sem esforço e com tanta arte, como o que todos admiram no Terreiro no Paço.

Quizemos protestar contra opiniões que nos parecem injustas para a esclarecida memoria de Joaquim Machado e de Bartholomeu da Costa, dois artistas insignes, e que até hoje não foram vencidos.

Não somos d'aquelles que tudo querem de casa, e que tudo quanto é de casa defendem. Somos pelo cosmopolitismo das artes. Levante os monumentos quem melhor conhece a arte, e quem Deus fadou com mais talento, seja qual for a lingua que falle. Comtudo, quem ousará negar que os grandes artistas honram a terra que os viu nascer? Se um monumento digno da admiração dos contemporaneos e da posteridade, é em tudo obra de artistas nacionaes; não haverá n'isto maior honra para a patria, do que se for devido aos talentos estranhos? Quando um artista estrangeiro modela uma estatua, quando desenha um edificio; a estatua e o edificio dão nome á nação que os mandou erigir; mas o nome do artista dá honra á sua patria; e se o artista é nacional tudo fica em casa; são duas glorias, a que resulta do monumento, e a que resulta do artista.

Em 1770 encetou Machado de Castro os seus trabalhos para o monumento de el-rei D. José; em cinco annos se concluiu toda a obra, excepto o acabamento do baixo-relevo; e tudo ali foi obrado por braços nacionaes.

Passados 90 annos, não houve artista portuguez a quem se confiasse a construcção do monumento do Senhor D. Pedro IV, nem fundição para a estatua. Podia, em concurso, avantajar-se um esculptor estrangeiro aos nacionaes; n'isto não havia, nem ha prova de atrazo; mas em não haver fundição, por certo, que se revela um atraso muito grande, com relação a 1775.

Pagamos ainda esta homenagem aos dois famosos artistas, que tanta gloria dão ao paiz.

Agora justo é, que notemos uma differença que existe entre o monumento d'el-rei D. José e o de D. Pedro IV. Aquelle foi elevado por um ministro á sua propria gloria,

e á custa do estado; este é levantado por uma cidade agradecida a um monarcha doador e restaurador das publicas liberdades. Esta differença é de muita honra para o monumento do Porto. Com quanto consideremos glorioso o reinado de el-rei D. José, com quanto fosse digno de uma estatua, só pelo facto do que obrou quando o fatal terramoto de 1755 arrasou esta cidade, e com quanto, ainda, o seu ministro, o grande marquez de Pombal, fosse a alma do governo d'esse monarcha, é inquestionavel, que o marquez, exaltando a memoria do rei, exaltava a sua propria.

No Porto foram os cidadãos que erigindo o monumento do Senhor D. Pedro IV, julgaram pagar a divida em que estavam ao principe que libertára o paiz de todas as oppressões.

A origem d'este monumento é sem duvida mais gloriosa.

Timbramos de justos, e por isso, dando a cada um a parte que lhe pertence, não podemos consentir silenciosos que se roube a Machado de Castro e a Bartholomeu da Costa, a gloria que conquistaram.

Foi o nosso fim n'esta resumida apologia.

FIM.

INDICE

PAG.

UMA VIAGEM A BADAJOZ. = I Enthusiasmo tauromachico. — Diversão. — O vapor. — O caminho de ferro. — A mala-posta. — A entrada. — Badajoz. — A fonda de las Trez Naciones 5

II A população. — As casas. — As ruas. — A cathedral. — O seminario. — Os quarteis. — Recordação politica. — A ponte. — As muralhas. — Os assedios. — Badajoz e Elvas 11

III O dia da corrida. — O nosso enthusiasmo. — A praça. — Começa o espectaculo. — El cuervo. — Os picadores. — Barbaridades. — O povo hespanhol e as damas hespanholas. — El Tato capeando. — Considerações humanitarias 19

IV A quadrilha. — El Cuco. — A sorte de morte. — El Tato. — Recordações tauromachicas. — Montes. — El Chiclanero. — Pepe-Hillo. — Apontamentos historicos. — As nossas visinhas. — O publico 27

V O theatro. — Liceu de artesanos. — Baile. — Distracção. — A partida. — Lauta merenda. — Episodio fiscal. — Chegada. — Promessa. 34

ARZILLA. = A presa d'Arzilla. — Baixo-relevo em madeira, de André Contucci, da galeria d'el-rei o Senhor D. Fernando. — A perda d'Arzilla. — Convento de S. Marcos. — Considerações 38

MEMORIAS DA INQUISIÇÃO = O dr. Antonio Homem. — Fr. Diogo da Assumpção. — A farça e a tragedia. — Os inquisidores divertem-se. — Quadro expressivo e authentico. — Os christãos e os barbaros. — A junta de salvação publica e a inquisição. — O regimento de 1774. — Esclarecimentos 50

O REI FREIRATICO E O PALACIO DA FREIRA 64

O MISSAL DA ACADEMIA 72

OS MENDIGOS NO SECULO XVI 76

PRESERVATIVOS CONTRA O CARNAVAL 79

CAUSA CELEBRE. = Companhia do olho vivo, em 1753 83

A CASA DE BRAGANÇA. = Apontamentos 88

PAG.

OS AZULEJOS DA CAPELLA DA SENHORA DA VIDA DA ANTIGA EGREJA PAROCHIAL DE SANTO ANDRÉ 100

UM SONHO HISTORICO 122

UMA BOFETADA LEGAL 126

O JAZIGO DE JOÃO PINTO RIBEIRO 129

AS PRAGMATICAS E O LUTO OFFICIAL.=Noticias historicas 133

OS PAÇOS DA CAMARA DA CIDADE DE LISBOA.=Varias noticias 137

PATEADA REAL 144

SUCCESSO TRAGICO.=O pranto antigo 145

A LINGUA.=Conceitos antigos 149

A AGUA LIVRE 151

A PESTE GRANDE E A PROCISSÃO DE NOSSA SENHORA DA SAUDE 154

O CONDESTAVEL DO REINO 170

O POETA DE XABREGAS (FR. JOÃO DE NOSSA SENHORA) 174

BREVE NOTICIA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO, DA SUA CAPELLA, HOSPITAL, IMAGENS DOS PASSOS E PROCISSÃO 181

BAILES DE MASCARAS 191

O MONUMENTO E A PRAÇA DO COMMERCIO 211

PLEASE DO NOT REMOVE
CARDS OR SLIPS FROM THIS POCKET

UNIVERSITY OF TORONTO LIBRARY

DP
756
G85
v.2

Guimarães, José Ribeiro
Summario de vária história

UTL AT DOWNSVIEW
D RANGE BAY SHLF POS ITEM C
39 10 08 06 05 010 3